

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**SERÁ QUE JÁ RAIOU A LIBERDADE OU SE FOI TUDO
ILUSÃO? AS ESTRATÉGIAS DOS ESCRAVIZADOS NA
CONQUISTA DA ALFORRIA EM PARATY DE 1861-1885**

LUIZ ROSEMBERG TRAJANO DA SILVA

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SERÁ QUE JÁ RAIOU A LIBERDADE OU SE FOI TUDO
ILUSÃO? AS ESTRATÉGIAS DOS ESCRAVIZADOS NA
CONQUISTA DA ALFORRIA EM PARATY DE 1861-1885**

LUIZ ROSEMBERG TRAJANO DA SILVA

Sob a Orientação do Professor:
Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em **História**, no Curso de Pós-
Graduação em História. Área de
Concentração: Relações de Poder,
Trabalho e Prática Culturais.

Seropédica, RJ
Dezembro, 2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586s Silva, Luiz Rosemberg Trajano da, 1988-
 Será que já raiou a liberdade ou se foi tudo ilusão? As
 estratégias dos escravizados na conquista da alforria em
 Paraty de 1861-1885 / Luiz Rosemberg Trajano da Silva.
 - Rio de Janeiro, 2022.
 156 f.: il.

 Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós Graduação em
 História,2022.

1. Paraty. 2. Trajetórias. 3. Alforria. 4. Estratégias. 5.
Escravidão. I. Costa, Carlos Eduardo Coutinho da, 1982-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Curso de Pós Graduação em História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO N° 2 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.000173/2023-55

Seropédica-RJ, 03 de janeiro de 2023.

LUIZ ROSENBERG TRAJANO DA SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 de dezembro de 2022

Dra. MELINA KLEINERT PERUSSATTO, UFRGS Examinadora Externa à Instituição

Dr. MURILO BORGES SILVA Examinador Externo à Instituição

Dr. CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 06/01/2023 11:04)
CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DAGP (12.28.01.00.12)
Matrícula: 1649875

(Assinado digitalmente em 05/01/2023 10:02)
MURILO BORGES SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 010.640.511-03

(Assinado digitalmente em 05/01/2023 10:10)
MELINA KLEINERT PERUSSATTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 008.244.270-33

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/01/2023** e o código de verificação: **162718611b**

À minha vó, Dona Nina

É terreiro de crioulo
É do povo, é pé no chão
Me liberta alforria
Pelos guetos da nação
Terreiro de Crioulo

Agradecimentos

Foram mais de dois anos de trabalho recompensante e ao mesmo tempo cansativo. Produzir uma dissertação sem dúvidas requer muita dedicação, disciplina, atenção, compreensão dos desafios, companheirismo daqueles que estão próximos e, sobretudo exige cuidados. O ingresso no curso de Pós-graduação, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPHR, foi uma tarefa prazerosa e ao mesmo tempo desafiadora. Desde o momento que fiquei sem orientação no programa – aproximadamente alguns meses – até ser acolhido por uma nova orientação, muitas situações passaram pela minha mente. A pandemia foi um obstáculo e dor para muitos dos meus colegas e professores (as). É certo que ela prejudicou e ceifou vidas, arrancou sonhos e esperanças. Por outro lado, tentei aproveitar este momento de trabalho remoto para me aprofundar na bibliografia que nunca tive o contato, aprendendo com aqueles (as) que vieram antes de mim, entendendo a importância da academia e seus desafios, ou seja, como diz o ditado popular “eu comia os livros” para poder saber e entender todo este processo.

Por mais que a escrita seja uma tarefa solitária, pude contar neste processo com o auxílio de muitas pessoas. Sou imensamente grato aos professores (as) que aceitaram participar da minha banca de qualificação. Assim, tive o prazer de dispor das contribuições da Prof. Fabiane Popinigis e Prof. Murilo Borges Silva, das quais acreditaram na pesquisa, realizaram apontamentos importantes, me indicaram novas bibliografias e fizeram observações essenciais para que pudesse amadurecer como pesquisador. Sem estes incentivos o caminho seria mais árduo. Logo, suas análises me ajudaram e me deram alento quando precisava.

Por outro lado, esta pesquisa não seria possível sem a contribuição específica do meu orientador Prof. Carlos Eduardo Coutinho da Costa. Primeiro pela paciência em aturar um aluno de mestrado, sem experiência e impaciente com cada fonte que era descoberta. Tento sempre lembrar-lo que sua ajuda vai muito além das referências historiográficas. Suas assistências colaboraram e dinamizaram este projeto. Agradeço pelas palavras, pelo incentivo, pelos detalhes observados na escrita e por acreditar em mim quando nem eu mesmo imaginava que seria capaz terminar uma dissertação. Prof. Carlos Eduardo Coutinho da Costa sou grato por todas as palavras, por toda ajuda e pela delicadeza em cada detalhe desta pesquisa. Seu amparo foi essencial, e me faz a cada dia acreditar no meu potencial! Meu muito obrigado por todo acolhimento.

No IHAP, contei com ajuda, o carinho, auxílio técnico e dedicação dos funcionários, como Amaury Barbosa ex-presidente do Instituto Histórico e Artístico de Paraty e a Bruno Oliveira Cândido da Silva. Ambos me ajudaram e me deram todo suporte para que pudesse realizar a pesquisa, abriram as portas da instituição até mesmo quando ela estava fechada em plena pandemia. Tenho uma dívida pessoal pela assistência, ambos estavam organizando toda documentação do IHAP, e com toda dificuldade financeira, realizaram excelente trabalho de catalogação, coleta e organização dos arquivos. Sem dúvida, a contribuição de vocês fez com que a pesquisa ganhasse corpo e material suficiente.

Também gostaria de agradecer a todos que tive o prazer de me relacionar no Programa de Pós-Graduação da UFRRJ. Infelizmente a pandemia afetou muitas relações, talvez presencialmente as conversas e debates seriam mais generosos e acolhedores. Entretanto, por mais que a COVID-19 tenha afetado as relações, outras também puderam ser construídas. Neste caso, agradeço em especial ao companheirismo de William Galdino, que mediante as conversas divertidas, calorosas e de apoio soube deixar a pesquisa mais tranquila. Mas também foram momentos de muitas tensões, dificuldades e aprendizado. Assim, agradeço

pelos encontros virtuais e presenciais de muito samba e diversão.

Registro também meu agradecimento a minha família. Minha mãe Maria Nazareth, meu irmão Caio Trajano e em especial minha avó Severina Trajano da Silva. Esses três personagens sempre acreditaram no meu potencial, entendendo os momentos das minhas ausências em festas, reuniões e até mesmo quando não era possível realizar visitas para cumprir com determinadas etapas da pesquisa. Minha mãe sempre alegre, paciente e com mensagens de incentivo, meu irmão – mesmo que distante – sempre me apoiou, a minha avó, eu só tenho que agradecer, por todo carinho, amor, paciência, comida e afeto que durante sua vida depositou em mim. A senhora me ensina todos os dias a ser uma pessoa melhor (vó e mãe eu consegui!).

Agradeço também a minha família adotiva, aquela que pude ser acolhido através da minha companheira. Todos vocês foram importantes neste processo, desde as palavras de incentivo, até as impressões bibliográficas que meu sogro, Jairo Grutes realizava em seu trabalho. A Denise Vieira, eu agradeço também pelas palavras, mas especialmente pelas comidas entregues aqui em casa, reconhecendo muitas vezes que o trabalho como professor em Paraty, a viagem e a escrita eram situações que deixava o corpo esgotado para que qualquer tarefa do dia-a-dia pudesse ser realizada. A Jônatas Vieira e Mariana Lima, agradeço as saídas, os bate-papos políticos e as palavras de sempre.

Finalmente, eu não teria conseguido superar todos os obstáculos, se não fosse a minha companheira Natália Vieira Grutes. Minhas sinceras desculpas quando eu estava cansado, exausto, querendo desistir de tudo e não dava a devida atenção que você merece. Minha caminhada teria sido muito mais dura se não fosse seu apoio emocional e material. Você foi amiga, companheira, dedicada e paciente. Foi ativa na construção desta pesquisa, leu, releu, ouviu com equilíbrio todas às vezes as seguintes palavras “posso ler para você?” Sua empatia foi responsável para que eu pudesse chegar até aqui. Meu muito obrigado pela nossa parceria.

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar as estratégias dos escravizados na busca da liberdade, na segunda metade do século XIX, no município de Paraty. Para isso, foram utilizadas na construção desta pesquisa diversas tipologias documentais, tais como: fontes eclesiásticas (os assentos de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios), as libertações do Fundo de Emancipação, dois processos judiciais localizados no Arquivo Público do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Relatórios dos Presidentes de Províncias, Censo Imperial e algumas trocas de correspondências entre a corte e o município de Paraty. Por este ângulo, pretendemos apontar como esses sujeitos – homens e mulheres – desenvolviam ações, mantinham relações de sociabilidade e de solidariedade com atores sociais de categoria livre ou cativa para conquistar suas liberdades e a de seus filhos. Para realizar tais propósitos, recorremos a formação de um banco de dados que nos permitiu identificarmos informações que não estão explícitas nas documentações. Desta forma, acompanhamos relações, experiências, estratégias, comportamentos e trajetórias individuais dos atores sociais envolvidos. Ademais, este processo só foi possível a partir da aplicação do método da micro-história e com ela a ligação nominativa, de forma que pudéssemos assinalar as redes de parentesco e de sociabilidade. Portanto, pretendeu-se com a pesquisa indicar particularidades entre os sujeitos escravizados e os de condição livre, designando novas possibilidades, de forma que a análise contribua para a produção historiográfica acerca do tema da escravidão e alforria no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, Estratégia; Alforria; Trajetórias e Paraty.

SUMMARY

This work proposes to investigate the strategies of enslaved people in the search for freedom, in the second half of the 19th century, in the municipality of Paraty. For this, several document typologies were used in the construction of this research, such as: ecclesiastical sources (the baptismal seats of the Church of Nossa Senhora dos Remédios), the liberations of the Emancipation Fund, two judicial processes located in the Public Archive of the Judiciary of the State of Rio de Janeiro, Reports of Presidents of Provinces, Imperial Census and some exchanges of correspondence between the court and the municipality of Paraty. From this angle, we intend to point out how these subjects – men and women – developed actions, maintained relationships of sociability and solidarity with social actors of free or captive category to conquer their freedoms and that of their children. To carry out such purposes, we resorted to the formation of a database that allowed us to identify information that is not explicit in the documentation. In this way, we follow relationships, experiences, strategies, behaviors and individual trajectories of the social actors involved. Moreover, this process was only possible from the application of the micro-history method and with it the nominative link, so that we could mark the kinship and sociability networks. Therefore, the aim of the research was to indicate particularities between enslaved and free subjects, designating new possibilities, so that the analysis contributes to the historiographical production on the subject of slavery and manumission in Brazil.

Keywords: Slavery, Strategy; Manumission; Trajectories and Paraty.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Relação de produtos produzidos e despachados pela mesa de rendas de Paraty entre 1852 e 1854

TABELA 2: estatística da população de condição livre e escravizada, Paraty – 1840 até 1872

TABELA 3: estatística da população de condição livre e escravizada segundo a cor, Paraty – 1844 –até 1872

TABELA 4: estatística da população de condição escravizada segundo critério de sexo, Paraty – 1844 até 1872

TABELA 5: Faixa etária dos escravizados, Paraty – 1848

TABELA 6: Faixa etária dos escravizados, Paraty – 1872

TABELA 7: Atividades ocupacionais dos escravizados, Paraty – 1872

TABELA 8: Saída de barcos do litoral Sul-fluminense para o Rio de Janeiro 1827 até 1888

TABELA 9: População livre dos municípios do sul-fluminense da Província do Rio de Janeiro. 1840 até 1872

TABELA 10: População cativa dos municípios do sul-fluminense da Província do Rio de Janeiro. 1840 até 1872

TABELA 11: Valores anuais destinados ao fundo de emancipação, 1871 até 1887

TABELA 12: relatório das distribuições das quotas aos municípios 1884

GRÁFICO 1: Evolução do quadro demográfico da População livre e cativa do município de Paraty entre 1780 até 1872

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O PALCO DA ESCRAVIZAÇÃO: A GEOGRAFIA, DEMOGRAFIA, ECONOMIA, TRABALHO E SOCIEDADE PARATYENSE.....	21
1.1 A paisagem de Paraty: um olhar historiográfico para encantos, desafios e economia da região	21
1.2 Demografia e atividades ocupacionais em Paraty: o labutar dos escravizados..	28
1.3 Uma breve análise comparativa: a prática da escravidão na região da costa verde	
44	
2 FUNDOS DE EMANCIPAÇÃO: SENTIDOS, ESTRATÉGIAS E LIBERDADE EM PARATY	64
2.1 O que é fundo de emancipação?	64
2.2 Os múltiplos sentidos do fundo de emancipação na historiografia	70
2.3 As quotas de distribuições e a liberdade através do fundo de emancipação	76
2.4 Matrículas, quotas e liberdade através do fundo de emancipação de escravizados de Paraty: especificidades locais.....	86
3 AS ESTRATÉGIAS EM TORNO DA LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE PARATY NO CONTEXTO DA SEGUNDA METADE DO XIX: JUSTIÇA DOS HOMENS, PIA BATISMAL E TRAJETÓRIAS	102
3.1 A liberdade nas mãos da justiça	102
3.2 Batismo, compadrio e estratégias de liberdade na Pia.....	113
3.3 Uma breve história de Luiza e seus desejos de liberdade: a construção do mundo dos possíveis	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos a perspectiva adotada pela micro-história tem se tornado um fenômeno de suma importância. Fomentada pelos historiadores italianos no final da década de 1960 e início de 1970, dentre eles Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg, a micro-história vem se tornando uma importante ferramenta de análise para os historiadores (as) da escravidão e pós abolição¹. De acordo com Oliveira e Almeida, esse mérito surgiu em decorrência e do perigo de se excluir o sujeito da história, ou até mesmo de se perder em análises generalizantes². A historiografia generalizante, baseada nas estruturas e/ou recortes mais amplos, tende a não incorporar – ou ao menos superficialmente – as ações dos atores sociais, ou até mesmo de entender que suas movimentações somente ocorreram motivadas por estruturas de poder e relação. Ainda de acordo com as autoras, essas observações analíticas “não conseguiriam compreender as estratégias individuais que podiam tornar mais compreensível aquela realidade mais estrutural”³. Isto é, negligenciando essas ações, a historiografia dita “tradicional” ou a macro-história, pressupõe que os sujeitos só realizavam determinadas atitudes, condutas e práticas motivados por outras razões que não as suas próprias. De acordo com Cardozo, os micro-historiadores buscaram a redução da escala de análise, de forma que possam compreender fenômenos que não seriam perceptíveis em outra análise mais generalizante. Não estudam necessariamente uma história de caráter local, regional, mas suas investigações tem o intuito de compreender trajetórias, práticas sociais, isto é, analisam fenômenos sociais que avaliam como esclarecedor da questão que se impõe. Para Oliveira e Almeida, a micro-história teve início como um processo que seria necessário para repensar o papel do sujeito na história. Valorizando a experiência – individual ou coletiva – passou-se a desempenhar um papel mais destacado do que as simples explicações lógicas que as grandes sínteses produziam⁴. Conquanto, a micro-história propõe uma reflexão histórica em constante busca da totalidade, partindo de um pressuposto de que os indivíduos e os grupos têm uma complexidade difícil de ser reduzida aos fenômenos econômicos e políticos. Logo, a metodologia funciona como um procedimento quase artesanal de aproximação com os sujeitos. Segundo Levi, a micro-história nasceu da necessidade de recuperar a complexidade das análises, da renúncia às leituras esquemáticas, para realmente compreender como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades⁵. É por esta perspectiva que a pesquisa irá percorrer a odisseia da liberdade de homens e mulheres que viviam, labutavam, desempenhavam relações com os mais diversos sujeitos no município de Paraty entre 1861-1885.

¹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemont do século XVII*. Rio de Janeiro: Editora: Civilização brasileira, 2000. GINBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Editora: Companhia de Bolso, 2006. GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 199. GRENDI, Edoardo.. *Polanyi: dall'antropologia economica alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.

² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2009.

³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2009.

⁴ Prefácio de Giovanni Levi. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2009. p. 11.

⁵ Idem. p. 11.

Por este ângulo que movemos nossas preocupações. Pois, o que se pretender a partir desta pesquisa é reconstruir o mundo dos possíveis, compreender as estratégias de liberdades de homens e mulheres de Paraty durante 1861 e 1885. A escolha deste recorte se refere a análise das documentações. Por circunstâncias externas, o recorte temporal da pesquisa ocorreu em decorrência da pandemia de COVID-19, impossibilitando o acesso aos arquivos, bibliotecas e acervos. Em outras palavras, a decisão acerca do delineamento cronológico está intimamente interligada as fontes descobertas e disponíveis no Instituto Histórico e Artístico de Paraty e no Arquivo Público do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Sobretudo os documentos físicos que necessitavam de consultas presenciais

Mas tão somente a ela. Este contorno não foi uma seleção aleatória, muito pelo contrário. Primeiro podemos destacar algumas observações que fez com os estudos percorressem este caminho. Dentre eles enfatizamos a centralidade da pesquisa que se encontra na segunda metade do século XIX. Período marcado por incertezas e certezas em diversos campos da vida política em relação ao tema do trabalho do escravizado e livre. Desafios para senhores e escravistas, mas também de novas possibilidades para os escravizados e abolicionistas. A medida que o sistema escravista passa a ser questionado – por diversos atores e fatores – coincidentemente e paralelamente ocorre o recrudescimento do próprio tráfico de escravizados⁶. Isto significa que a compressão das estratégias dos escravizados na conquista da alforria ocorre neste emaranhado de desejos, opiniões, intensificação do movimento abolicionista, leis emancipacionistas e até mesmo o movimento republicano. A saber, a pesquisa se situa neste entrelaçado de forças. Essas tensões na vida política e na sociedade permeou todo ambiente social do Brasil do XIX, talvez seja possível observarmos que ocorreram diversas leis e decretos que sejam esclarecedores da questão. Pois, destacam-se: Decreto 1.695 de 15 de setembro de 1869, que proibiu a venda pública dos escravizados e o fim da separação familiar, a Lei do Vento Livre, que colocou em xeque o poder e a principal prerrogativa senhorial, a alforria. Além do seu próprio objetivo, isto é, a vedação do nascimento de crianças escravizadas no Brasil a partir de 28 de setembro de 1871. Por último, a lei aprovada pelo Barão do Cotelibe no ano de 1885, que ficou popularmente conhecida como Lei dos Sexagenários. A partir desse contexto de conflitos, transformações e mudanças nada mais justo que citarmos as contribuições de Jacques Revel no prefácio do livro de Levy – a *Herança imaterial*. Nele, o autor aponta que todas essas complexidades fazem com que os sujeitos permaneçam sempre no estado das incertezas. Por viver nas incertezas precisam ao seu modo reduzir essas margens, de forma que pudessem assegurar suas ambições, relações, desejos e solidariedades.⁷. Por conseguinte, acredito que a escolha do recorte temporal do estudo baseia-se na tentativa de compreender como esses escravizados se articulavam diante dessas incertezas, do medo, do imprevisível e da reescravização. E assim visualizarmos quais estratégias adotaram a ponto de conquistarem suas liberdades e/ou dos seus parentes e amigos em um período de intenso debate público – de políticos e sociedade – sobre a manutenção ou não da escravidão e quais encaminhamentos devem ser o mais adequado aos interesses diversos.

Já a escolha do recorte espacial emergiu por diversos razões. Dentre elas podemos destacar: a curiosidade epistémica acerca da ação dos sujeitos escravizados nesta região, pelos poucos estudos a respeito sobre a escravidão e alforria em Paraty e, sobretudo, pela relação de docência que desenvolvo na cidade desde 2016. Ademais, ressaltamos importância econômica e social que o município exerceu sobre as atividades econômicas da Província do Rio de

⁶ Ver sobretudo: CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: Ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷ LEVI, Giovanni. A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemont do século XVII. Rio de Janeiro. Editora: Civilização brasileira, 2000.

Janeiro. Atuando como local estratégico para o escoamento do ouro das Minas Gerais e do café do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista. Por este ângulo, Paraty representou um local de interligação de áreas econômicas centrais. Além de possuir um importante porto que facilitava não somente o escoamento das mercadorias, mas também como local privilegiado de informações, de trocas e experiências. Ademais, cabe evidenciar o mérito que a cidade desempenhou na produção de aguardente durante muitos anos. Produto este que durante boa parte do século XVIII e XIX prestou-se como principal gênero/moeda de troca por escravizados do continente africano. Assim, foram essas questões que fomentaram a escolha do tema, do espaço e do local de análise.

A partir dos expostos assinalamos que a nossa investigação teve início a partir da análise dos assentos de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Paraty, no ano de 1861. Já o ano de 1885 é referente aos Relatórios dos Presidentes de Províncias que nos apresentam o quadro demográfico da região. A partir dessa última documentação acompanhamos informações como: quadro demográfico, sexo, cor, origem, liberdade e outros. Esta fonte nos permitiu visualizarmos o trânsito entre escravidão e liberdade no município. Além das fontes batismais, dos Relatório dos Presidentes de Províncias, contamos também com Censo Imperial de 1872, processos de Manutenção e Revogação da liberdade, Lista de classificados para o Fundo de Emancipação dos anos de 1873 até 1876 e correspondências avulsas localizadas no Instituto Artístico e Histórico de Paraty (IHAP). Diante dos fatos já evidenciados e do campo historiográfico que a pesquisa dialoga, nada melhor do que um relato de uma escravizada – não contada por ela – para exibirmos essas incertezas, medos, desejos, conflitos e a precariedade da liberdade do século XIX. Mas somente isso, abriu-se também um pequeno universo de possibilidades para a conquista da tão sonhada liberdade.

No dia 03 de janeiro de 1882, Florinda, escrava de Francisco Pereira Madruga entregou ao seu senhor a quantia de 325\$000 reis. De acordo com o documento, a estratégia da escravizada era ampliar as chances de sua liberdade através do fundo de emancipação, instrumento criado a partir da Lei de 28 de setembro de 1871, esta que ficou popularmente conhecida como a Lei do Ventre Livre⁸. Essa é uma das mais variadas estratégias que as mulheres escravizadas percorreram durante suas vidas para alcançar a alforria. A negação ao trabalho, fazer “corpo mole”, envenenar seus senhores (as), mentir sobre possíveis doenças, estabelecer relações amorosas e de afetividade com seus senhores e realizar trabalhos fora do domínio senhorial para acumular pecúlio, eram táticas que muitas escravizadas calculavam muito bem para alcançar a liberdade⁹. Todos esses caminhos não eram fáceis, muitos

⁸ Ao realizar o processo de investigação e elaboração da pesquisa no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) percebemos que muitos documentos estão sem catalogação e sem números. Ademais, essas fontes estavam muitas das vezes misturadas, fator que dificultou o processo de averiguação das fontes, ocasionando muitas vezes atraso na pesquisa. Por outro lado, a instituição estava realizando este processo de acordo com sua capacidade administrativa e financeira. Portanto, o caso de Florinda foi uma desses relatos que a fonte foi localizada de forma avulsa, espalhada com outras documentações e achada de forma aleatória entre as mais diversas fontes. Este fator impossibilitou que a pesquisa pudesse em alguns casos registrar a caixa, o box e numeração das documentações.

⁹ Para ver trabalhos acerca das experiências dos escravizados em torno da liberdade e família cativa ver: PINTO, Nathalia Garcia. Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese de doutorado. UFRGS, 2018; COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018; CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2014. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. GRINBERG, Keila. Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

obstáculos deveriam ser superados, a violência, a solidão, as artimanhas senhoriais, a cobiça dos herdeiros após a morte de seus antigos proprietários e as penalidades físicas e mentais deveriam ser, de alguma maneira, suportados para que muitas dessas mulheres realizassem o sonho de sua própria alforria e/ou de seus filhos(as).

Infelizmente não foi possível localizarmos qualquer documento que aponte em qual momento Florinda foi adquirida como cativa por Francisco Pereira Madruga. Todavia, a primeira informação que constatamos dessa escravizada, está localizada no próprio Livro de Classificações dos anos de 1873 até 1876¹⁰. Nele, identificamos que a mesma possui uma filha de nome Herculina, uma criança parda, 13 anos de idade, sua mãe consta com 34 anos. Florinda exerceu atividade ocupacional de cozinheira, já sua filha era costureira. É de se imaginar que sua profissão tenha contribuído ao longo do tempo para que a mesma pudesse acumular pecúlio e desta forma entregar ao senhor Francisco Pereira Madruga. De outro modo, é possível que sua filha Herculina também tenha feito parte desse arranjo, trabalhando, labutando, costurando para fora e assim contribuindo para que esse valor fosse entregue ao seu proprietário e o de sua mãe. Também pode ser que já em 1882 Herculina fosse uma mulher livre com seus 22 anos, ou seja, primeiro que sua própria mãe. Por este ângulo, é de se imaginar que sua filha tenha ampliado as relações com pessoas de condição livre para que o caminho entre escravidão e a liberdade pudesse ter se tornado mais curto para Florinda. Acerca do fato não constatamos essa informação, todavia, não deixa de ser uma hipótese, já que acreditamos que muitas mães prefeririam libertar seus filhos do cativeiro antes mesmo de sua própria alforria. De qualquer maneira, entre a primeira lista de classificação realizada em 1873 e a correspondência no qual Florinda entrega seu pecúlio para Francisco Pereira Madruga, passaram-se nove anos. Portanto, independentemente de quais das duas puderam ultrapassar a barreira entre escravidão e liberdade primeiro, observamos que essas mulheres, articulavam-se por meios de diversos arranjos para alcançar a liberdade, suas estimativas eram muito bem-feitas e refeitas diante de cada situação. Não é à toa que Florinda e talvez sua filha tenham suportado durante esses nove anos muitas adversidades e barreiras para acumular pecúlio suficiente a ponto de entregar para seu senhor, a fim de melhorar sua classificação pelo fundo de emancipação.

Como Florinda e sua filha, muitas mulheres viveram experiências em torno da liberdade de forma muito similar e singular. Infelizmente, o crédito que Florinda depositava no fundo de emancipação foi a fonte mais direta que conseguimos localizar. Entretanto, a partir desta documentação partimos do pressuposto que muitos desses escravizados confiavam suas esperanças no fundo de emancipação¹¹. Mesmo que este instrumento não fosse o caminho mais curto e/ou o que mais libertava os cativos, acreditamos que muitos deles não renegavam este instrumento como forma de alcançar a alforria. Neste sentido, a partir do cruzamento das documentações observamos uma certa peculiaridade. Isto é, nos anos que seguiam as distribuições das alíquotas para as liberdades dos cativos em cada município, as Juntas de Classificação solicitavam informações - muitas vezes ao cartório – dos próprios escravizados tais quais: a respeito do estado conjugal ou se tinham alguma condição a ser cumprida. Nada mais junto, dado que era sua própria atribuição. Por outro lado, não podemos

¹⁰ Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados, 1873, 1874, 1875 & 1876.

¹¹ Para ver trabalhos acerca do fundo de emancipação ver: SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL; DAUWE, Fabiano. A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-graduação em História. 2004. FERREIRA, Celeste Silva, Dissertação de mestrado: Entre Escolhidos e Classificadores: Apontamentos a aplicação da Lei de 1871 no Maranhão (1871-1888). UFMA. NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012. CHALHOUB, Sidney Machado de Assis, historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

negar ou simplesmente fechar os olhos para as articulações que esses sujeitos de condição cativa realizavam. Já que viam as liberdades ocorrerem, sabiam das possibilidades de liberdade por este instrumento, percebiam as movimentações em torno do fundo, viam talvez eventos, festas e solenidades que distribuíam liberdades através do fundo de emancipação e de outros instrumentos públicos e privados de assistência mútua. Assim, acreditamos que seria impossível imaginarmos que Florinda pudesse doar este valor caso não acreditasse neste instrumento, caso contrário ela não faria esta ação, o esforço e não depositaria sua confiança no fundo de emancipação. Como ela, é bem possível que outros cativos de Paraty também escolheram o fundo de emancipação como ferramenta para objetivar suas liberdades.

O fundo de emancipação era apenas mais um artifício que os escravizados percorreram em busca da alforria. Mas de fato o que seria a alforria? De acordo com Paiva, as alforrias são componentes da escravidão. Podendo até ter existido escravidão sem elas, mas dificilmente, as alforrias existiram sem escravidão. Além disso, o termo alforria é de origem árabe, e equivale a libertar¹². Essas experiências em torno da liberdade foram, de fato, bastante complexas, suas formas de conquista eram heterogêneas, podendo variar conforme a rede de sociabilidade e de solidariedade que os escravizados estavam inseridos. Elas eram conquistadas de forma onerosa, ou seja, quando o escravizado(a) adquiria liberdade por meio do seu pecúlio ou por ação de terceiros, há aquelas que eram gratuitas, ou seja, sem qualquer ônus e por último as condicionais, essas poderiam ter algum valor pago pelo escravizado ou até mesmo serem gratuitas, mas com alguma cláusula de prestação de serviço. Essas liberdades poderiam ser conquistadas por meio da carta de alforria, das pias batismais, legadas em testamentos ou através de ações de liberdade¹³. De qualquer forma, acreditamos que todas essas formas de alcançar a liberdade eram em boa parte negociadas no dia a dia, na relação de proximidade, de solidariedade, sociabilidade.

Em tese a prerrogativa da alforria foi exclusividade dos senhores até o final do sistema escravista no Brasil em 1888. No entanto, a partir de 1871 o estado passou a interferir mais diretamente nesta prática costumeira. Limitando a esfera de atuação dos proprietários de cativos. Por sua vez esta interferência fez com este poder fosse aos poucos abalado, acarretando problemas de relacionamentos, tensão dos grupos políticos, dos favoráveis e desfavoráveis as leis abolicionistas e outros embates. A manutenção desta prerrogativa produziu por muitos anos - ou ao menos foi a intenção desses proprietários - transformar os cativos em sujeitos obedientes, prestando bons-serviços, sendo fiéis, garantindo por meio dos seus esforços o trabalho, a segurança. Muitos proprietários investiam em formas de diferenciação dentro do próprio cativeiro, para que cada escravizado obedecesse a essas

¹² PAIVA, Eduardo França. Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo. Editora: Companhias Letras, 2018.

¹³ Para ver trabalhos acerca das alforrias na pia batismal: SILVA, Cristiano Lima da Silva. Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João Del Rei 1750 – 1850; PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021; NACIF, Paulo Cesar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014; FILHO & LIBBY. As Diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII – XIX; KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpo documental. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. Varia História, n. 31, jan. 2004. COSTA, Ana Paula Pereira. Mobilidade, compadrio e clientela no Antigo Regime: interações entre escravas, forras, e elites na Comarca de Vila Rica, século XVIII. Anos 90, Porto Alegre, v. 26. 2019. MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVII para o XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n° 52, p. 449-77. 2006. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráficoatlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp.

condições a fim de conquistar sua alforria¹⁴. Embora muitas vezes esses proprietários não conseguissem alcançar este objetivo, muitos cativos procuraram suas próprias redes de sociabilidade, sejam casando-se, formando famílias e buscando exercer determinadas atividades ocupacionais que pudessem ampliar suas chances de liberdade. Neste sentido, além da centralidade que o próprio recorte cronológico se impõe, ou seja, momento que os políticos e sociedade buscavam alternativas diante do fim eminente da escravidão, há um outro ponto de destaque neste trabalho. Assim, ressalto que presente pesquisa irá observar atentamente as agências, estratégias, interesses, formas de organizações e modos operandi desses sujeitos.

Acreditamos que já tenha sido possível o leitor (a) identificar a proposta deste trabalho. Nesta perspectiva, entendemos a alforria não como uma suposta generosidade ou benevolência senhorial, muito pelo contrário, analisamos as liberdades pelo prisma da conquista dos escravizados. Isto significa reafirmar mais uma vez que esses sujeitos calculavam muito bem todas as suas relações sociais e de poder, partindo do pressuposto que um dos seus principais objetivos era tornar-se livres. De acordo com as contribuições de Levy e da micro história, podemos analisar este cálculo a partir de uma suposta racionalidade limitada. Uma racionalidade específica do tempo e espaço, e pautada na realidade social que estavam inseridos. Ou seja, como Jacque Ravel propõe, uma racionalidade específica daquele espaço. Por sua vez a elaboração dessas estratégias estão interligadas a essas racionalidades. Isto é, estão associadas a valores, crenças, visão de mundo, desejos e limitações. De toda forma, não podemos esquecer que outros objetivos os moviam, mas grande parte dessas realizações estava em volto com a alforria.

Infelizmente diante da pandemia, o Instituto Artístico e Histórico de Paraty não pode estar à disposição a todo o momento. Este fato inviabilizou que algumas fontes fossem descobertas e com isso analisadas. Além disso, grande parte do arquivo ainda está em processo catalogação, muitas fontes estão dispersas e outras o tempo não permitiu o manuseio. Este fato fez com que em alguns casos as investigações das estratégias de liberdade fossem analisadas a partir de uma documentação não seriada. Neste sentido, fazemos uso das seguintes documentações já cotadas anteriormente: Relatórios dos Presidentes de Províncias, alforrias na pia batismal e a Lista de Classificações do Fundo de Emancipação. No primeiro caso, os relatórios foram fundamentais para que possamos entender a variação demográfica na região. Já as alforrias na pia batismal, além da própria identificação da liberdade, possibilitaram a visualização das redes de compadrio e solidariedades realizadas pelos escravizados, sobretudo pelas mulheres. Já a lista de classificação para o fundo de emancipação foi essencial na construção das atribuições ocupacionais dos cativos, na identificação de alguns senhores de escravizados e informações como nome, sexo, idade, cor e outras informações que só foram possíveis a partir da sistematização desses dados no Excel.

Perante esta circunstância adversa – pandemia e fechamento dos arquivos – não

¹⁴ Para ver trabalhos acerca das cartas de alforrias: EISENBERG, Peter. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. In: ___, Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989; AMARAL, Sharyse Piroupo. Um pé calçado, outro no chão. Liberdade e escravidão em Sergipe; Cotinguiba, 1860-1900. Salvador. Bahia. Editora: Diário Oficial, 2012; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012; KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976; SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Pelos Caminhos da Liberdade. Alforrias no Rio de Janeiro Imperial (1840-1888). Tese de Doutorado pelo Departamento de História Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2017; OLIVEIRA, Priscilla Santos. Um escrito de liberdade. Sociedade, discursos e sobrevivência jurídica nas cartas de alforrias fluminenses. Dissertação de mestrado pelo Departamento de História Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2012. TAPAJÓS, Verônica Maria Nascimento. As cartas de alforria da Cidade do Rio de Janeiro; diversidades e peculiaridades nas relações de poder senhorial nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de mestrado pelo Departamento de História. UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

conseguimos acompanhar as variações das alforrias e muito menos utilizarmos as cartas de liberdade. Isto é, em que momento elas foram mais ou menos conquistadas, que papel as legislações impactaram neste processo e como os senhores reagiam a cada interferência do poder público nas suas prerrogativas. No entanto, as poucas documentações permitiram construir o mundo dos possíveis, entender como uma determinada ação de um sujeito pode ser muito bem articulada e realizada por outros atores sociais da região de Paraty. Este é o caso do fundo de emancipação. Por mais que não tenha sido possível encontrarmos muitos detalhes das ações desses escravizados utilizando este instrumento, constatamos, a partir de uma correspondência, que eles utilizavam e creditavam suas esperanças no fundo como meio para alcançar a liberdade. Este também foi o caso das ações dos cativos na justiça. Localizamos apenas dois processos. Por mais que não tenha sido possível quantificarmos essas ações ou os sujeitos que buscaram o auxílio do judiciário, percebemos que a justiça foi acionada em momentos decisivos, principalmente quando se tratava em assegurar ou não a liberdade. Ademais, por incrível que pareça as alforrias na pia batismal foram a documentação mais abrangente que conseguimos trabalhar. Por mais que elas diretamente não nos forneça informações de como e quais motivos ocorreram as alforrias, essa documentação seriada – da pia batismal – permitiu constatarmos que muitos cativos recorriam ao batismo como meio para alcançar a liberdade para seus filhos. Assim, a ausência dessas fontes – em virtude do momento específico – fez com que as lacunas historiográficas fossem preenchidas pela bibliográfica existente. Desta forma, recorremos desde as produções clássicas do início do século XX até as atuais. Porém, nossas análises dialogam com as preocupações da historiografia atual, uma vez que ela reconhece as ações dos escravizados, não negando por sua vez, as mazelas do sistema escravista.

Para realizar os objetivos da pesquisa, recorremos a formação de vários bancos de dados. Respeitando a especificidade de cada documento, de forma que os resultados obtidos por cada um deles estavam de acordo com o que se buscava extrair de cada um. Os Relatórios dos Presidentes de Províncias e o Censo Imperial com informações de caráter censitário. A partir das Listas de Classificações do Fundo de Emancipação constatamos o nome dos senhores dos cativos, as atividades ocupacionais e em parte a formação familiar. Já a partir dos registros de batismos localizados na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, entre 1861 e 1871, propusemos localizar principalmente as alforrias na pia batismal, mas também as relações de compadrio, as redes de solidariedade e os sujeitos envolvidos neste processo.

A organização da pesquisa está dividida da seguinte forma. No Capítulo 1, apresentamos os cenários de Paraty na segunda metade do século XIX. Este capítulo está subdividido em três partes. Na primeira eu apresento os cenários de Paraty, ou seja, demonstrando os encantos, desafios e o funcionamento da economia, expondo quando possível as relações de produção. Na segunda parte, a pesquisa buscou observar os aspectos demográficos da região da sul-fluminense, mas sobretudo do município de Paraty. Diante desta análise acompanhamos a evolução demográfica da localidade. Além disso, identificamos as atividades ocupacionais dos escravizados, demonstrando quando possível a suposta relação entre ocupação e liberdade. Em outras palavras, procuramos apresentar o labutar desses homens e mulheres. Na terceira e última parte do capítulo 1 buscamos empreender a tarefa da análise comparativa, ou seja, compreender em partes o funcionamento da prática da escravidão nas outras regiões que compõe a Costa Verde, isto é, Mangaratiba e Angra dos Reis durante o século XIX. A partir deste caminho constatamos a importância de Paraty no contexto da escravidão e da liberdade para os cativos, de forma que a pesquisa possa preencher lacunas historiográficas, empreender novas análises e contribuir para em torno desta temática.

No capítulo 2, buscamos compreender o funcionamento do Fundo de Emancipação. Este capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira parte apresentamos o fundo de emancipação. Em seguida observamos os múltiplos sentidos dados por parte da historiografia ao fundo de emancipação, ou seja, como este instrumento foi analisado por historiadores e historiadoras. Na terceira parte, apresentamos as distribuições das alíquotas para as províncias e como ocorreram essas liberdades nos mais variados lugares deste Brasil. E por fim, na quarta e última parte deste capítulo, reduzimos nossa escala de análise para acompanhamos estratégias, relações, solidariedades e outras agências desenvolvidas por escravizados e livres como forma de assegurar seus objetivos. Neste sentido, empreendemos a tarefa de compreender as quotas, liberdades e o funcionamento do fundo de emancipação de Paraty. De forma resumida, analisamos neste capítulo a importância do instrumento, as matrículas, distribuições das alíquotas por município e liberdades que foram realizados em Paraty. Além disso, perscrutamos dialogar de forma crítica com pesquisas que questionam o fundo como um instrumento ineficaz do ponto de vista das liberdades. Neste sentido, articulamos nossa análise interpelando essas reflexões. Assim sendo, propomos examinar e compreender o fundo como um mecanismo que solapou o poder senhorial, interferindo na dinâmica das relações privadas e que foram estabelecidas a partir das práticas costumeiras. Essa intercessão fomentou a diminuição das prerrogativas dos proprietários, uma vez que o poder público foi um agente intervencionista. Somado a isto, destacamos que o mesmo – fundo de emancipação – foi uma importante ferramenta nos quais os cativos, homens e mulheres, depositavam suas esperanças em busca da liberdade. Por outro lado, não podemos esquecer que o recorte cronológico do estudo está interligado aos debates, discussões, desejos conflitantes entre defensores ou não da abolição. Esta exclusividade e/ou centralidade temporal, nos permitiu compreender a importância do poder público. Entretanto, não podemos negligenciar ou perder de vista que todos esses mecanismos foram frutos de acirrados e calorosos debates, das tensões inerentes ao período. Em outras palavras, os defensores da escravidão não queriam sair perdendo de nenhuma forma. E desta forma fizeram de tudo para ver seus interesses respeitados em cada proposta discutida nos Conselhos de Estados, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Por fim, no terceiro capítulo reduzimos nossa escola de análise, entramos na história de vida de alguns sujeitos mesmo que superficialmente. Esta parte do texto está subdividida também em três momentos. Na primeira parte apresentamos dois processos judiciais ligados a promessas de liberdade causa-mortis. Nessas documentações observamos como esses sujeitos enxergavam essas promessas, visto que elas deveriam ser cumpridas e não revogadas. Em um dos processos percebemos como o cativo se antecipou a qualquer tentativa de reescravização por parte dos herdeiros de seu antigo senhor. Na outra, constatamos que os escravizados ficaram insubmissos quando souberam que seu senhor negava a promessa de suas liberdades. Em todos esses casos observamos os limites entre escravidão e liberdade, identificando como esses sujeitos gozavam dessas liberdades. Em outras palavras, como a liberdade para homens e mulheres negros em Paraty era essencialmente precária, podendo inclusive ser revogadas até o ano de 1871. Portanto, ao conquistar a liberdade esses escravizados estavam sujeitos às mais diversas possibilidades, as incertezas de uma liberdade frágil, volátil e instável. Na segunda parte deste capítulo, identificamos as estratégias de liberdades das mães das crianças que foram alforriadas na pia batismal. Neste caso, apontamos que muitas dessas mulheres recorreram a padrinhos de categoria social livre para apadrinhar seus filhos, visto que a função desses pais espirituais estava para além das questões divinas. Desta forma, esses cativos queriam que seus filhos pudessem contar com pessoas que tivessem algum benefício material a oferecer a suas crias, de forma que pudessem protegê-las, cuidar e propor uma vida melhor para essas crianças. Por último, acompanhamos superficialmente a trajetória de uma escravizada. Mesmo com poucas documentações, procuramos apresentar o “mundo dos

possíveis”, apresentando hipóteses para sua liberdade, visualizando possíveis relações de solidariedade e sociabilidade.

1 O PALCO DA ESCRAVIZAÇÃO: A GEOGRAFIA, DEMOGRAFIA, ECONOMIA, TRABALHO E SOCIEDADE PARATYENSE

Este capítulo tem por objetivo apresentarmos os fatores geográficos e socioeconômicos nos quais os escravizados estavam inseridos no município de Paraty entre 1861 e 1885. A escolha deste recorte é referente ao acervo documental analisado para a presente pesquisa. Mas não somente a ele. Este fato já foi observado na parte introdutória da pesquisa, e não há necessidade de expô-lo aqui novamente. Basta apenas salientar a centralidade temporal do estudo. Neste sentido, observamos questões acerca da fauna, flora, dados sobre demografia, atividades ocupacionais e econômicas e outros elementos que evidenciem as características ambientais, sociais, demográficas e políticas de Paraty. O intuito aqui é visualizarmos como esses sujeitos viviam, trabalhavam e com isso apontarmos relacionamentos variados. Uma outra finalidade é sinalizarmos a relevância do município no tocante ao tema da escravidão e liberdade para o período analisado. Para isso foram realizadas análises comparativas com áreas próximas ao município de Paraty, como por exemplo, pesquisas e estudos em Angra dos Reis e Mangaratiba e outras localidades. Portanto, pretendemos vislumbrar correlações não só de trabalhos, mas de relações sociais e proximidades socioeconômicas e culturais entre os sujeitos. Logo, o primeiro capítulo será uma espécie de “porta de entrada” para o leitor e leitora, designando um cenário de oportunidades, e quem sabe esperança de que esses escravizados se encontravam.

1.1 A paisagem de Paraty: um olhar historiográfico para encantos, desafios e economia da região

O município de Paraty está localizado no sul do Estado do Rio de Janeiro, na Zona da Baía da Ilha Grande, em linha reta está a 162 km da capital do Estado. Atualmente ocupa uma extensão territorial de 849 quilômetros quadrados, o clima é quente e bastante úmido, a cidade mantém relações de proximidade com os municípios de Angra dos Reis, Ubatuba, Guaratinguetá, Cunha, além de outras regiões, como Mangaratiba e Itaguaí. Há em Paraty diversos rios e afluentes nos quais se destacam o Rio Mambucaba, Taquari, Graúna, Jabaquara, Perequê-Açu, Caçada, Meros e Parati-Mirim e Patitiba¹⁵. No entanto, cabe destacarmos que estes últimos, possivelmente, possibilitaram a ocupação da parte urbana do município, além de prover o abastecimento de água da cidade e de facilitar a ligação com o interior. O solo da região possibilitou o cultivo de café, milho, amendoim, coco e, sobretudo da cana-de-açúcar que servia como matéria-prima para o fabrico da principal atividade econômica do município, a aguardente.

Esses rios, tal como Angra dos Reis e Ubatuba, não eram favoráveis a navegações de grandes embarcações. Como atestam diversas correspondências entre a Capital e Paraty, os rios da região praticamente são intransitáveis, o que dificultou um comércio de longo curso, sustentando apenas embarcações pequenas e sumacas que realizavam comércio de cabotagem com os municípios do Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Mambucaba, Jurumirim, Angra,

¹⁵ FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957-1964. p.355 v.22: Municípios do Estado do Rio de Janeiro. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Em outras fontes percebemos que esta extensão territorial é variável, de acordo com o site, indicadores sustentáveis, o município de Paraty possui 925,05 km. Ver: <https://2013-2016-indicadores.cidadessustentaveis.org.br/RJ/paraty>. Ver também: <https://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/atributos-naturais/hidrografia.html>

Mangaratiba e Itaguaí¹⁶. A união desses fatores – clima, solo e rios – fez com que Paraty se diferenciasse das grandes lavouras de café que ocuparam o Vale Paraíba Fluminense e paulista, como também o Oeste de São Paulo na segunda metade do século XIX. Além dessas condições cabe destacarmos as fortes chuvas que muitas vezes destruíram os caminhos da cidade, e consequentemente a lavoura¹⁷. Em visita a região de Paraty, o Imperador D. Pedro II relatou em seu diário no ano de 1863 que em momentos de fortes chuvas os rios da cidade inundaram a ponto de andarem canoas pelas ruas¹⁸. Este é um pequeno relato dos estragos que a região vivenciou ao longo da sua história, uma vez que as condições geográficas favoreciam que esses fenômenos naturais fossem corriqueiros.

Embora não haja consenso a tradição remonta que as terras que pertencem hoje ao município foram, a princípio, habitadas pelos indígenas guaianás. Em seguida teriam sido ocupadas por trabalhadores da primeira base de apoio, fundando um povoado em homenagem a São Roque. Logo depois foram os colonos vindos, sobretudo da capitania de São Vicente. No ano de 1597 há relatos que Martin Corrêa de Sá, filho do governador Salvador de Sá, organizou uma expedição com ajuda dos próprios indígenas para chegar às terras hoje denominadas Minas Gerais, percurso esse que possivelmente antecedeu as primeiras ocupações¹⁹. Inicialmente, Paraty ficou subordinado a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Ilha Grande, pertencente a Angra dos Reis até o ano de 1667²⁰. A princípio, a ocupação de Paraty ficou restrita a parte alta da serra, local conhecido como morro da Vila Velha, posteriormente renomeado de Forte Defensor Perpétuo. Nele foi erguido uma capela em homenagem a São Roque. A partir desta exposição podemos imaginar que – o alto do morro – tenha se baseado principalmente em decorrência da vista privilegiada que o ambiente favorecia. Mais adiante com a descoberta do ouro em Minas Gerais no final do século XVII e início do XVIII, Paraty assume importância fecunda neste processo de interligação entre as regiões. Também foi na segunda metade do século XVIII que é construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, erguida a partir dos trabalhos de fiéis e da devota Maria Jacomé de Melo²¹. Nesta perspectiva é que a cidade desce o morro e inaugura uma nova fase

¹⁶Reg. Do Ofício que a Câmara Municipal d'esta Cidade digeriu ao Exm. Sr Presidente desta Província, em resposta a Portaria de 21 de dezembro de 1854. Acerca das correspondências destinadas à Câmara Municipal de Paraty, ver Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 119.

¹⁷ Encontramos algumas informações que atestam as dificuldades do município diante das fortes chuvas. Neste caso destaco uma correspondência entre a câmara municipal e o Presidente da Província do Rio de Janeiro. Neste documento datado de 07 de janeiro de 1862 observamos que a câmara se reuniu em sessão extraordinária para tratar das enchentes dos rios Parati-guassu e Matheus Nunes, que limitam a cidade pelo norte e pelo sul. Neste caso as chuvas que ocorreram nos dias 03 e 04 do mesmo mês estragou diversas partes da estrada que liga a grande ponte do Bananal. Salienta também que esse fato pode gerar consequências drásticas para a cidade, gerando prejuízo econômico em larga escala. Ademais, aponta que alguns moradores da cidade, dentre eles Antônio José Epifanio de Souza não poupou esforços para socorrer pessoas que estavam em perigo de vida. Por fim pede soluções urgentes a Presidência da Província para que a cidade não sofra novamente os impactos das chuvas. Ver: Registro do Ofício. Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 122

¹⁸ Diário do Imperador D. Pedro II: 5 de 10 de 1863. Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 123.

¹⁹ Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5114&Itemid=369.

²⁰ Breve História de Paraty: O município ficou subordinado a Angra dos Reis até o ano de 1667. Em 1720 Paraty é incorporada à capitania de São Paulo, em 1727 o município retorna alçada da capitania do Rio de Janeiro. Em 1813 é elevada à categoria de condado, e em 1844 Paraty torna-se cidade. Ver em: Arquivos Nacional e a História Luso-Brasileira.

http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5114&Itemid=369.

²¹ A igreja é fundada em uma gleba doada pela sesmeira Maria Jacome de Melo, em um local mais ao sul do

da sua história. Esse momento possibilitou que a região fomentasse suas funções portuárias estabelecendo e estreitando contato com a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que diversas mercadorias e insumos eram exportados e importados a partir do porto de Paraty. Desta forma, o porto funcionava como uma local privilegiado, não somente como ponto de interligação e de relações políticas e econômicas com a corte e outras localidades, mas sobretudo como espaço de trocas de informações. Isto é, acredito que era por esta área que mensagens, comunicados e avisos circulavam, e em seguida transitavam pelo restante da cidade.

Inicialmente, com a descoberta do ouro em Minas Gerais a cidade passou a ter uma importância significativa no início do século XVIII. Muitas vezes, era pelo município que se realizavam as transações comerciais entre a capitania do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ou seja, a região ganhou notoriedade neste processo²². Neste caso é de se esperar que as autoridades identifiquem a importância de Paraty no sentido de criar dificuldades para frear o contrabando desta mercadoria. De acordo com Milliet de Saint Adolphe, o município construiu dois fortés, um ao norte e outro ao sul²³. Esta preocupação também foi sentida pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro, que visitando Paraty e acompanhado de um engenheiro percebeu diversas embarcações estrangeiras atracando e estabelecendo relações comerciais na região²⁴. Além dessas realizações no campo da defesa, no alto da serra também foi criado a Casa do Registro de Ouro, local de controle e fiscalização²⁵. Assim, era necessário reorganizar Paraty no sentido de impedir o contrabando, fortalecer os laços do pacto colonial com a metrópole portuguesa e criar mecanismo nos quais a coroa pudesse ter minimamente o controle do que era comercializado no município.

Com a derrocada da economia mineradora na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, Paraty precisou se reorganizar novamente. A importância da cidade ainda se manteve em pé mesmo depois de um novo caminho do ouro criado a partir do Rio de Janeiro, medida que facilitava não só a fiscalização por parte das autoridades, como também a relação do pacto colonial com a metrópole²⁶. A manutenção da relevância ocorreu também em decorrência das atividades portuárias que facilitavam as transações comerciais entre o novo produto exportador do município – aguardente – e os escravizados. É também neste período que o município ganhou novas obras de melhoramento, o primeiro código de posturas de 1799 tinha como objetivo reordenar a cidade, regularizar as atividades comerciais, o ordenamento

assentamento original (no atual morro do Forte), e esta acaba sendo o marco de fundação do povoado, que assim ganhou oficialmente uma paróquia. Ver em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5114&Itemid=369.

²² James Patrick Kiernan em sua pesquisa de doutorado aponta o número de embarcações que entravam e saiam do município. Demostrando a importância portuária que a cidade tinha no século XVIII e, sobretudo no início do século XIX. KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976 p. 12.

²³ Cidades Históricas: Inventário e Pesquisa – Parati. Org. IPHAN. Edições do Senador Federal. v. 84. p. 27

²⁴ Cidades Históricas: Inventário e Pesquisa – Parati. Org. IPHAN. Edições do Senador Federal. v. 84. p. 27.

²⁵ Em 1703 surge a Casa de Registro de Parati. Também em 1703 uma carta régia determinava a criação de uma trincheira para defesa do porto da vila. As dificuldades de vigilância em relação aos desvios do ouro nesse caminho são descritas em vários documentos do fundo da Secretaria de Estado do Brasil. Em 1720, a vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati perde a Casa de Fundição. Ver em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5114&Itemid=369.

²⁶ Esses dados podem ser observados a partir da primeira pesquisa empreendida por Kiernan. Ver: KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. Também pode ser observar esta análise a partir desta pesquisa e do arquivo Cidades Históricas: Inventário e Pesquisa – Parati. Org. IPHAN. Edições do Senador Federal. v. 84.

das casas, suas construções, formas de interferências nos logradouros públicos, ou seja, criou um padrão de ocupação territorial²⁷. A partir dos expostos apresentados no decorrer desta pesquisa, e sobretudo nesta parte inicial do texto observamos que as fazendas de café do Vale do Paraíba também fomentaram essas mudanças, uma vez que era pelo porto de Paraty que essas trocas se estabeleceram de forma intensa, ou seja, o escoamento da produção de café também ocorreu pelos portos da cidade, além de outras mercadorias de importação e exportação.

Durante todo século XIX o principal produto de exportação de Paraty se caracterizou pela produção de aguardente. Esta mercadoria colaborou no sentido de dinamizar as relações comerciais e proporcionou que o município não se isolasse do restante da capitania do Rio, São Paulo e Minas Gerais. Importante salientar que este gênero embora produzido em larga escala no Nordeste, principalmente nos latifúndios de Pernambuco e Bahia, foi em solos paratienses que a cana-de-açúcar processada com alto teor de caldo viabilizou uma aguardente de melhor qualidade²⁸. Todavia, mesmo com alto índice da produção de aguardente, a economia da cidade era basicamente de subsistência, voltada, sobretudo, para o mercado interno. Ademais, conforme será exposto ainda neste capítulo, acreditamos que grande parte do excedente que era produzido nas pequenas fazendas de café e de cana era negociado em seus portos, fazendo com que a economia da região obtivesse uma sobrevida por um período.

Brevemente vale apresentarmos informações acerca da importância que a produção de aguardente exercia em termos nacionais e regionais, ou seja, no Brasil e em Paraty. Não nos deteremos nos detalhes dessa produção no município, uma vez que para a realização deste procedimento outras documentações eram necessárias. É sabido economicamente que a colônia deveria produzir gêneros que pudessem ser comercializados na Europa, e assim, render frutos financeiros para a metrópole. No decorrer da montagem da empresa escravista, a principal característica da economia realizada pela metrópole foi criar alternativas para sua manutenção de caráter agroexportador. No primeiro caso, essas empresas foram operadas, sobretudo no nordeste brasileiro, nos meados dos seiscentos e setecentos. A partir do século XVIII essa empresa se transferiu para a região centro-sul, fazendo com que os portos do Rio de Janeiro se estabelecessem como principal meio de comunicação com o continente africano. Um dos principais produtos de exportação – durante a colônia e império – a aguardente sempre se mostrou de fácil troca com o continente africano. De acordo com Marques, a cachaça no século XVIII teve um importante papel no que diz respeito as estratégias dos negociantes do Rio de Janeiro para financiar suas transações com escravos²⁹. Além disso, a fabricação da bebida não exigia muitos recursos, embora necessitasse de especialistas que dominassem a técnica da feitura³⁰. Portanto, ao que parece, esses fatores em conjunto contribuíram para montagem de engenhos destinados ao fabrico da aguardente fossem no decorrer dos anos elevados no Rio de Janeiro, sobretudo a região de Paraty e sul fluminense. Por ora, cabe apenas apresentarmos que a aguardente exerceu importante influência econômica, política e cultural no Brasil dos setecentos e oitocentos.

Contatamos também importância deste produto para a econômica de Paraty a partir da das análises de documentações e preocupações oficiais. Destacamos neste caso as trocas de correspondências entre a corte e a câmara municipal da cidade. De acordo com o Relatório do Marquês do Lavradio, de 1778, a capitania do Rio de Janeiro contava com mais de 323

²⁷ Cidades Históricas: Inventário e Pesquisa – Parati. Org. IPHAN. Edições do Senador Federal. v. 84. p. 29.

²⁸ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976 p. 8-20.

²⁹ MARQUES, Camila Moraes. Dimensões de um patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça – Paraty, fins do século XVIII e meados do XIX. Tese de doutorado – FGV. Rio de Janeiro, 2017 p. 85.

³⁰ Idem. p. 85.

engenhos de açúcar³¹. Pioneiramente esse gênero foi cultivado no Recôncavo da Guanabara do Rio de Janeiro e posteriormente na região dos Campos dos Goitacazes³². De acordo com Junior, a partir do século XVIII outras regiões passaram a receber investimentos e dinamizar sua produção. Analisando as Estimativas do Marquês do Lavradio, o autor demonstrou que a Vila de Angra dos Reis, a qual a freguesia de Mangaratiba ainda estava vinculada, vivenciou um crescimento de 233% no número de engenhos entre os anos de 1769-1778. Da mesma forma, Paraty aumentou em 100% para o mesmo período³³. Em outras palavras, podemos afirmar que a região sul-fluminense ampliou a produção deste gênero.

Desse modo, visualizamos que essas trocas – aguardente e tráfico transatlântico até 1850 – não só contribuiu para o aumento na produção, como também no estreitamento das relações comerciais entre Brasil e África. De acordo com Magno Guimarães, a participação da aguardente nesse processo acabou por transformá-la em moeda de troca por escravizados. Por outro lado, as perspectivas econômicas e os impactos decorrentes da produção de aguardente só podem ser apreendidas quando se ignora a fetichização do produto, tendo que desvendar o caráter no plano econômico, político e cultural da produção³⁴. Observando as diversas interpretações acerca da importância e participação da aguardente nessas transações, a autora apresenta as contribuições de José Curto e Luiz Felipe de Alencastro. Esses autores, em suas pesquisas constataram a essencialidades dos engenhos de aguardente para a economia³⁵. Outrossim, reduzindo nossa escala de análise e observando as questões locais de Paraty identificamos que a aguardente exerceu influência muito marcante no decorrer do século XVIII e no XIX.

Em uma troca de correspondência entre o município e a capital é notório identificar as preocupações e os produtos de exportação e importação de Paraty na segunda metade do século XIX. Infelizmente este não é o tipo de fonte não é ideal para observarmos as relações de produção. No entanto, não se pode negar a importância desta documentação no que se propõe aqui. Nesses dois documentos apresentados abaixo observamos a importância de determinados gêneros. Em ambos os casos identificamos, o café e aguardente. Em 21 de dezembro de 1854 em ofício dirigido a Câmara Municipal de Paraty a Corte do Rio de Janeiro pediu esclarecimentos acerca de diversos assuntos, dentre eles: o estado da navegação, número de barcos, empregados, tonelagem, o estado da indústria de mineração, agricultura e fabril, o estado do comércio, externo e interno e números de estabelecimentos, e as medidas a serem tomadas de forma a fomentar melhorias no comércio³⁶. Respondendo ao ofício no dia 05 de março de 1855, ou seja, quase três meses após o recebimento, o presidente da câmara, senhor José Luiz Campos do Amaral argumenta que na falta de repartições públicas no município que pudessem com suas informações orientar o juízo desta câmara, procurou meios extras oficiais para esclarecer tais dúvidas. Porquanto, revisitou soluções que pudesse satisfazer as exigências e esclarecimentos que a corte estava solicitando. De modo que, está ausência – repartições públicas – ocasionou demora pelo que só hoje pode desempenhar este

³¹ Relatório do Marquês do Lavradio, In: Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 76, Tomo 127, 1913.

³² JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

³³ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

³⁴ Apud. Carlos Magno Guimarães. silenciamentos na história da cachaça – Paraty, fins do século XVIII e meados do XIX. Tese de doutorado – FGV. Rio de Janeiro, 2017.

³⁵ MARQUES, Camila Moraes. Dimensões de um patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça – Paraty, fins do século XVIII e meados do XIX. Tese de doutorado – FGV. Rio de Janeiro, 2017 p. 85.

³⁶ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 119 – 120.

dever. Adiante, salienta que ainda assim, esta câmara sente profundamente, não dispor de dados suficientes para “formular convenientemente um trabalho que, apontando a magnitude do objeto, possa dignamente corresponder às vistas”³⁷. É possível que essa dificuldade seja por falta de funcionários encarregados dessas responsabilidades. Por outro lado, a resposta do presidente da câmara indica que o poder público talvez não tivesse a preocupação na organização administrativa do município, fator que inviabilizou que esses dados fossem sistematicamente elaborados. Entretanto, prossegue com alguns dados evidenciando que não existe no município navegação fluvial, a criação de gado, mineração, ou atividade fabril e as salinas não se desenvolvem na cidade. A atividade desenvolvida na lavoura consistiu basicamente na cana-de-açúcar e na produção do café, além de outros géneros como: fumo, toucinho, milho, feijão, farinha de mandioca e arroz, exportados em menor escala. Na tabela abaixo é possível identificar os períodos e os produtos de exportação do município de Paraty entre os anos de 1852 e 1854:

TABELA 1: Relação de produtos produzidos e despachados pela mesa de rendas de Paraty entre 1852 e 1854

Gêneros	1º Semestre 1852	2º Semestre 1852	1º Semestre 1853	2º Semestre 1853	1º Semestre 1854	2º Semestre 1854
Café	77.667	96.455	61.269	71.664	59.675	125.078
Fumo	40.917	29.567	34.362	28.890	32.725	28.380
Aguardente	148 pipas	265 pipas	184 pipas	362 pipas	268 pipas	480 pipas
Toucinho	8	518	798	336	384	-----
Milho	12 alq.	130 alq.	-----	-----	-----	350 alq.
Cal	14	-----	-----	10	16	-----
Feijão	-----	-----	16 alq.	-----	-----	302 alq.
F. de Mandioca	-----	80 alq.	60 alq.	-----	-----	-----
Couros	-----	-----	-----	200	493	231
Chá	-----	-----	-----	-----	2 cx.	-----
Arroz	-----	28 alq.	-----	-----	-----	-----
Taboadão	-----	-----	-----	2 dúzias	-----	-----

Fonte: Esta tabela foi produzida de acordo com os dados informados na troca de correspondência entre a Câmara municipal de Paraty e a corte do Rio de Janeiro. Esses dados encontram-se disponíveis no livro: Roteiro Documental do Acervo Público. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 120.

À priori na documentação não consta a unidade de medida de alguns gêneros. Também não localizamos nenhum valor movimentado por essas atividades nas documentações. No entanto, mesmo que essas informações sejam vagas e não sequenciais, elas não podem ser de todo descartadas, visto que essas mercadorias representam pelo menos os principais produtos da cidade, e que são mencionados em outras pesquisas já citadas anteriormente. Analisando essas referências observamos que no primeiro semestre de cada ano a produção de café e aguardente cresce. Se esse dado for representativo da produção interna, talvez estejamos diante de um fator climático que tenha contribuído para o aumento dessa produção. Dado que esse crescimento se repete em todo primeiro período de cada ano. De uma forma ou de outra, podemos observar a importância desses dois gêneros, e também duplicação na exportação desses produtos entre o 1852 e 1854. Para o caso específico do açúcar, não podemos descartar que este crescimento esteja ainda minimamente vinculado as últimas movimentações irregulares do tráfico de escravizados que dava seus últimos suspiros.

³⁷ Idem. p. 119.

Por outro lado, não podemos esquecer o valor desta mercadoria no mercado interno também. Assim, por mais que o município tenha perdido seus tempos áureos do século XVIII, percebemos que a região de Paraty conseguiu minimamente estabelecer conexões importantes. E essas vinculações de alguma forma foram gerando novas oportunidades para locais e forasteiros.

Neste mesmo documento entre as câmaras – Paraty e Rio de Janeiro – o presidente indica o fator que pode viabilizar aumento dessas exportações de forma que o município de Paraty recupere sua importância no mercado nacional. Na imaginação do historiador que sou, farejo um gosto amargo de saudade dos tempos remotos. A câmara não se exime que o principal motivo desta decadência seria de fato a má qualidade da estrada, “como primeira e essencialíssima, a factura de uma boa estrada para o interior”³⁸. Prosseguindo com as informações, o documento indica que o desenvolvimento deste comércio também ocorre pela posição geográfica de Paraty, município que é destinado a ser um grande foco comercial, tendo um porto apropriado, mantendo relações com todo litoral, tanto com a província de São Paulo quanto a de Minas Gerais. A esse fato não se deve apenas a proximidade, mas sim a seu ótimo ancoradouro, como pela facilidade de permuta e venda que oferece aos gêneros de interior. A correspondência termina seu diálogo argumentando que “Uma boa estrada hé, pois, a sua primeira necessidade, e do próprio quadro que V. Excia. Verá se colige a prova d’este assunto”³⁹. É notória neste diálogo entre as câmaras a preocupação que as autoridades paratienses tinham em manter não só uma boa relação comercial, mas que para a manutenção deste quadro era necessário que a corte enviasse recursos para recuperação da principal via de ligação e comunicação, ou seja, a antiga estrada real que cortava todo interior, facilitando as transações comerciais entre Paraty, São Paulo e as Minas Gerais.

Tudo indica que as obras de melhoramentos nas estradas não dizem respeito somente as relações comerciais que Paraty poderia obter com os outros municípios. Dito isto, chamo a atenção que uma boa estrada facilitaria as trocas e respostas de correspondências, agilizando medidas e obtendo conhecimento de outras localidades. Neste sentido, a ausência de uma via de comunicação prejudicaria também execução de determinadas responsabilidades. Nada melhor do que um apelo da câmara de Paraty para ilustrar como viver no município era, algumas vezes, prejudicial ao comércio e a vida na cidade.

Em outra correspondência identificamos as dificuldades que o município de Paraty possuía na manutenção das relações comerciais e no estabelecimento de um sistema de correio eficaz. É possível que esta adversidade também tenha relação direta com as condições precárias das estradas. Desta forma, em 2 de março de 1870, o presidente da câmara do município reconheceu a grande vantagem que seria para o comércio da cidade receber com maior rapidez as correspondências vindas da corte, sobretudo por via terrestre⁴⁰. Vantagem essa que o município de Angra dos Reis tem, uma vez que recebe correspondências de três em três dias, enquanto em Paraty somente de cinco em cinco dias. Esse apelo é interessante uma vez que, além do lamento e apelo, a câmara demonstrou a importância que Paraty teve como um local de ligação com outras regiões, logo o município tem um “dos litoral da província que tem mais relações comerciais com a corte e com as Províncias de São Paulo e Minas”⁴¹. Esses dados reforçam a hipótese da importância que o porto de Paraty tinha ainda na segunda metade do século XIX para o município, e como a cidade estabeleceu relações comerciais,

³⁸ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 121.

³⁹ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 121.

⁴⁰ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 156

⁴¹ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 156

sobretudo com as áreas produtoras de café de São Paulo e parte de Minas.

Retomando as preocupações acerca das atividades econômicas do município na segunda metade do século XIX identificamos outra troca de correspondência entre a câmara municipal da cidade e a corte do Rio de Janeiro. Posto que, com esses dados reafirmamos e constatamos a influência do comércio entre as capitanias, da produção de aguardente e de café na economia do município de Paraty. Em 15 de Outubro de 1864, ou seja, quase dez anos depois da primeira carta notamos o quanto a atividade da produção da aguardente ainda possuía uma importância econômica sobre a cidade. Pedindo mais uma vez indícios acerca do que é produzido e a quantidade de produção em Paraty, Luiz José Campos do Amaral Gurgel informa a corte do Rio de Janeiro que neste ano no município de Paraty os principais gêneros exportados foram café, fumo, toucinho, feijão, farinha, favas, amendoim, milho, carros de bois, toras de cabiúna, coiçoeira de cabiúna, pranchões de cabiúna, cocos, taboado, arroz e aguardente⁴². Esses produtos são sobretudo comercializados com regiões vizinhas, dentre elas destacam-se: Angra dos Reis, Mambucaba, Jurumirim, Mangaratiba, Itaguaí e Santa Cruz. Todas elas são distribuídas em grandes canoas. Isto é, confirmamos que não existiam grandes embarcações que realizavam esse comércio no município. Ademais, a produção manteve o café e a aguardente como principais produtos de exportação, tendo sua produção aumento significativo em comparação com os dados anteriores. A produção de café subiu para 194.447 arrobas e a aguardente 2.326 pipas, ou seja, superando a marca anteriormente citada na planilha de 1852, 1853 e 1854⁴³. Portanto, a partir dessas duas correspondências observamos algumas características socioeconómicas no município de Paraty: a importância que o porto exercia sobre a vida e economia do município, funcionando como uma espécie de artéria, ou seja, a depender do ponto de vista, Paraty pode ser o coração. Assim, seus caminhos deveriam ser cuidados e preservados para que a mesma continuasse a pulsar. Além disso, todas essas correspondências conferem que a principal atividade econômica do município é do teor, sobretudo agrícola, sendo os principais produtos o café e aguardente.

A seguir, será apreciado questões relativas ao quadro demográfico da região e as atividades ocupacionais dos escravizados. Neste sentido, pretendo discutir e quiçá compreender, as relações de trabalho no município e as variações demográficas que afetaram a dinâmica local. Além disso, aspiro estabelecer conexões entre o labutar desses sujeitos e suas relações com a liberdade no município de Paraty. Por fim, acreditamos que as partes que se seguem – umas mais outras menos – são importantes indicadores e afirmadores do tipo de atividade econômica predominante em Paraty do século XIX.

1.2 Demografia e atividades ocupacionais em Paraty: o labutar dos escravizados

Além das atividades econômicas é de suma importância atentarmos para de fato quem eram os sujeitos que faziam a economia de Paraty funcionar. Para indicarmos os indivíduos que desempenhavam essas funções a pesquisa utilizou os Relatórios dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro dos anos de 1840, 1844, 1848, 1850 e 1856, do Censo Imperial de 1872 e da Lista de Classificação do Fundo de Emancipação de 1873. Neste caso a pesquisa atenta-se para dois movimentos: a evolução do quadro estatístico da população livre e escravizada do município e para as atividades ocupacionais exercidas pelos sujeitos. Este acompanhamento se estende, sobretudo pelas décadas de 1840, 1850 e 1870, no entanto na década de 1880 apenas foi possível indicarmos dados acerca da população escravizada,

⁴² Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 124

⁴³ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 124.

ausentando os dados da população de condição livre⁴⁴. Em determinadas parte da pesquisa junto com as informações acerca da condição social dos sujeitos foi acrescido elementos no que se refere a cor e o sexo de livres e cativos. Em síntese, acompanhar a evolução demográfica de Paraty permite apontarmos como a população escravizada e livre se comportou em relação ao tema da liberdade, além de se um indicador importante acerca do funcionamento da economia e da formação familiar dos escravizados. Ao salientar as atividades ocupacionais pretendendo também sustentar a ideia da uma economia baseada, sobretudo na atividade agrícola, mas que não exclui outras possibilidades ocupacionais advinda da relação portuária que o município exercia. Pois, é possível que muitos desses escravizados procurariam ferramentas que ampliassem suas chances de pecúlio, e consequentemente a alforria.

TABELA 2: estatística da população de condição livre e escravizada, Paraty – 1840 até 1872

Ano	Livres	%	Escravizados	%	Total
1840	5.612	61,85%	3.461	38,15%	9.073
1844	6.169	59,68%	4.169	40,32%	10.338
1848	7.608	63,42%	4.387	36,58%	11.995
1850	8.558	65,09%	4.588	34,91%	13.146
1856	8.687	72,19%	3.345	27,81%	12.032
1872	10.016	87,87%	2.069	17,13%	12.085*

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844 e 1848. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), Rio de Janeiro, RJ. Notas: (*) Para efeitos de cálculo não foram contabilizados os dados acerca da população indígena de Paraty.

Antes de observarmos a tabela acima é importante compreender que os mapas populacionais não são as fontes mais seguras para visualizarmos as variações demográficas. Uma vez que existem lacunas existentes, estas podem ter surgido de diversas formas, dentre elas; lentidão, distanciamento entre as regiões, falta de funcionários e as contrariedades que muitos senhores de cativos tinham em informar o número exato de seus braços. Ainda assim, não podemos descartar essas fontes que possibilitam visualizar em partes essas oscilações. Ao considerar a tabela acima assistimos que em todas as décadas houve um predomínio de pessoas de condição livre sobre as cativas. Entretanto, mesmo com esse predomínio durante a primeira metade do XIX não era difícil esbarrar com um sujeito de condição cativa em Paraty. Somente no ano de 1844 que houve uma pequena diminuição absoluta no número de pessoas de condição livre. Para o ano de 1848 os livres representavam 63,42%, em 1850 o percentual foi de 65,09%, em 1856 72,19% e em 1872 apontou que 87,87% da população de Paraty era completamente livre de qualquer condição escrava. Não podemos descartarmos que essa população livre talvez tenha condicionado visões de mundo acerca da liberdade que deveriam ser gozadas pelos escravizados. Isto significa dizer que talvez esse gozar da liberdade da população cativa foi em partes influenciado pelos modos de comportamento que alguns livres e forros se portavam. Repito. Talvez. Assim, é presumível que durante a década de 1840 e 1850 escravidão e liberdade eram muito próximas, andavam lado a lado. De outro modo, é

⁴⁴Em 1881 a população escravizada era de 2.119, em 1883 de 2.162, em 1884 2.157 e 1885 2.185. Estas informações foram retiradas dos Relatórios dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro, dos anos de 1882, 1883, 1884 e 1885. APERJ, Rio de Janeiro, RJ.

possível que esse “caminhar” tenha fomentado sonhos, mas também tenha gerado incertezas, dúvidas, em outras palavras, precariedade da liberdade. As fragilidades dessas liberdades serão abordadas sobretudo no capítulo II e III.

Essa elevação demográfica também foi identificada em outro período. De acordo com o autor Kiernan em todos os períodos analisados, 1780, 1790, 1805, 1821, 1833 e 1840 a população de origem livre era predominante, representando respectivamente, 65,60% para 1780 e 1790, em 1805, a população livre era de 61,10%, em 1821, 58,8%, em 1833, 63,40 % e no ano de 1840, 62,20%⁴⁵. Na análise do autor, a população livre vai se condensando com o passar dos anos. Na presente análise ocorre o mesmo processo. De qualquer forma, tanto para o final do século XVIII e quanto para todo o século XIX, a população de condição livre foi sofrendo oscilações, porém seu número manteve-se sempre acima do esperado em relação à população cativa. Em relação à população cativa o autor apresenta as seguintes informações. Em 1780, a população cativa foi de 2.723, em 1790, 2.308, em 1805, 2.894, já em 1821 foi de 3.534, em 1833, 3.525 e no ano de 1840 foi de 3.895. Respectivamente, os percentuais para esta categoria foram de 34,4%, 34,6%, 38,9% 41,2%, 36,6% e 37,2%⁴⁶. Desta forma, constata-se que durante o período de 1790 e 1821 ocorreu um crescimento significativo de mão de obra escravizada. Por sua vez, os dados acerca da população livre sempre se mantiveram estáveis. Isto significa que durante o final do XVIII e a primeira metade do XIX, Paraty continuou de alguma forma adquirindo escravizados. É bem possível que a manutenção do tráfico transatlântico tenha contribuído para este crescimento. Por outro lado, podemos abrir a hipótese que a região estava passando por um certo crescimento econômico, fator que mobilizou este aumento. Em relação ao crescimento Kiernan aponta que Paraty durante o período analisado vivenciou um momento de prosperidade geral, com o comércio florescendo e a produção agrícola funcionando a ponto desses braços serem adquiridos. Inclusive sobressai o fato da região ter experimentado um momento denominado de renascença agrícola, dispondo na especialização de aguardente sua principal diferença em relação a outros locais que produziam este produto⁴⁷. Em vista disso, podemos consumar a ideia de que crescimento econômico e manutenção do tráfico internacional foram sintomas vitais para que a região continuasse a utilizar o braço cativo em todas funções da vida da cidade.

Retornando para análise do nosso estudo, percebemos também movimentações importantes para a população cativa do município. Acompanhando também um pequeno índice de crescimento na população cativa, a região de Paraty contabilizou para o ano de 1840 o percentual 38,15%, já em 1844 de 40,32%. No entanto, foi a partir do início da segunda metade do século XIX que o índice acerca da população cativa começa a ter um decréscimo. No ano de 1848, a participação dos escravizados diminuiu, sendo de 36,58%, em 1850 foi 34,91%, em 1856, 27,81%, e enquanto para 1872 o percentual era de 17,13%. Esses dados nos indicam que foi durante a segunda metade do XIX que a região passou a perder esses escravizados. Acredito que o fim do tráfico internacional tenha impacto na aquisição de escravizados, tornando-os mesmos suficientemente caros a ponto de os senhores do município não conseguirem adquirirem esses braços como antes. Por outro lado, outros fatores devem ter mobilizado esta queda. Este encolhimento pode estar vinculado a diversos fatores que não podem ser reduzidos e taxativos. Podendo estar condicionada ao fim do tráfico internacional, as alforrias, mortes, fugas, vendas para outras regiões e ao trânsito entre escravidão e

⁴⁵ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976.

⁴⁶ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976.

⁴⁷ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 08

liberdade no município. Todas elas talvez agindo em maior e menor grau. De qualquer forma cumpri estabelecer duas situações: a primeira que a população livre foi maior durante o XVIII e XIX. A segunda é que, mesmo após essa diminuição, a população cativa no município ficou praticamente estável no início das décadas de 1870 e 1880. Isto significa que durante o período analisado o braço escravizado – mesmo com a queda – continuou a ser mobilizado nas mais diversas funções na vida da cidade.

Angra dos Reis sofreu impacto semelhante ao de Paraty. De acordo com Vasconcellos na década de 1840 a população livre representava um total de 53,3%, na década seguinte 58,4%, já para o ano de 1856 um total de 63,2% e em 1872 apontou para 79,2%. O aumento no número de pessoas de condição livre pode estar associado ao contexto econômico favorável, destacando as atividades portuárias e a existências de armazéns, fato que estimulava a vinda de homens livres vinculados ao comércio do café e outros produtos⁴⁸. Mas também não somente a isso. Destacamos acima as diversas possibilidades. Dentre elas podemos pensar que nas mesmas hipóteses que também afetaram Paraty. Coincidência ou não, é entre 1840 e 1850, que cresce o número absoluto de pessoas livres e de escravizados em Paraty. Em 1844, 6.169, em 1848, 7.608 livres, enquanto os números dos escravizados indicam para o ano de 1844, 4.169, e em 1848, 4.387, ou seja, é exequível que nestes períodos tenha ocorrido uma migração de pessoas de condições livre para a região, as oportunidades de trabalho nesses locais eram um ingrediente fundamental neste processo. Também é admissível que alguns senhores antes do fim do tráfico internacional aproveitassem as oportunidades para adquirir alguns africanos no mercado, e que as discussões em torno da proibição do tráfico transatlântico tenha fomentado uma antecipação por parte de poucos em Paraty. Para a segunda metade do século XIX é possível que este aumento no contingente da população livre tenha sido também um incremento de ex-cativos que compraram suas alforrias e continuaram estabelecidos na região, sobre esta manutenção dos laços na região deve-se empreender pesquisa para com este objetivo. Também é interessante pensar nos arranjos forjados por senhores de escravizados, que tentavam a qualquer custo a partir da alforria criar sentimentos de gratidão, obediência, compromissos e outros.

Observado anteriormente, tudo aponta que a região de Angra dos Reis, território vizinho a Paraty, sofreu do mesmo processo em relação a diminuição da população escravizada. De acordo com Vasconcellos o encolhimento desta população em Angra dos Reis ocorreu no mesmo sentido, ou seja, para o ano de 1840 eles representavam 46,7%, no ano de 1850, 41,6%, em 1856, 36,8% e em 1872 foi de apenas 20,8%⁴⁹. De acordo com a autora estes dados podem ser variáveis de inúmeras situações, dentre elas: o aumento no número de alforrias, a venda de cativos para outras regiões, a taxa de mortalidade e as implicações acerca do fim do tráfico internacional de escravos sancionado no ano de 1850⁵⁰. Além disso, a crise econômica, uma economia baseada na subsistência e pouca atividade exportadora podem indicar por outro lado uma dificuldade que os senhores tinham em manter sob sua posse alguns cativos, tendo muitas vezes de se desfazer para outras regiões do império. Não tenho os dados para a década de 1880. Se estes números forem iguais aos que foram indicados para Paraty nos oitocentos, é plausível que estejamos diante de um processo similar para toda a região da Costa Verde. Marcado sobretudo pela ampliação de pessoas de condição livre, diminuição e estabilização dos cativos.

Este movimento de contração não foi somente observado para a região de Angra dos

⁴⁸ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 58.

⁴⁹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 58

⁵⁰ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 58

Reis e Paraty. Em Mangaratiba ocorreu o mesmo processo, ou seja, o percentual de cativos vai diminuindo gradativamente. Para 1840 foi de 56,2%, em 1850 de 49,4%, em 1856 41,3%, enquanto foi de 22,1% o peso da população escrava para o ano de 1872.⁵¹ De acordo com Vasconcellos esse decréscimo foi comum a várias localidades, principalmente aquelas dedicadas a economia interna. Para Angra dos Reis, como já dito com antecedência, as fugas, as mortalidades, alforrias e vendas foram fatores que influenciaram na demografia cativa. Infelizmente ainda não dispomos para a presente pesquisa de informações detalhadas acerca do fato que contribuiu para o aumento de livres e consequentemente para a diminuição no número de escravizados. No entanto, conforme salientado anteriormente é possível que a dificuldade econômica de Paraty na segunda metade do século XIX seja um indicativo que os senhores tiveram dificuldades em assegurar a posse dos seus escravizados. Essa dificuldade financeira talvez tenha impactado na reposição desta mão de obra pelos senhores da região. Por outro lado, não podemos destacar o peso que as alforrias tiveram na oscilação entre sujeitos que saíram do cativeiro e preencheram o quadro estatístico da população livre. Destarte, é possível que essa crise econômica também tenha fomentado o poder de barganha desses cativos ao negociar suas alforrias. Infelizmente não podemos atestar isto para Paraty, uma vez que seriam necessários outras análises para observar e acompanhar a questão.

Analizando detidamente a região de Mangaratiba, Junior identifica questões que nos ajudam a compreender o quadro demográfico na Costa Verde. Com a observação da população de Mangaratiba por Junior, contatamos e tecemos comparações, apresentando hipóteses e resultados para o quadro demográfico de Paraty e região durante os oitocentos. Utilizando os Relatórios dos Presidentes de Província, Junior assinala que a população livre de Mangaratiba para os anos de 1840, 1844, 1850 e 1872 eram respectivamente de 35,4%, 45,3%, 50,2% e 78, %. Já a população cativa foi de 65,6%, 54,7%, 49,8% e 22%⁵². Estes dados estão de acordo com o quadro demográfico de Paraty para o mesmo período. Isto é, ocorre um aumento da população de condição livre na segunda metade do século XIX. E paralelamente uma diminuição para o quadro estatísticos em relação aos escravizados.

Retomando a nossa análise acerca das características demográficas de Paraty durante o XIX utilizamos os dos Relatórios dos Presidentes de Províncias e do Censo Imperial para identificarmos quais eram os sujeitos que senhores (as) desejam ter em sua mão de obra. Se a compra por outros senhores e a crise foram fatores que dificultaram o crescimento de cativos, como então os escravizados eram “repostos”? Para responder esta pergunta é necessário analisar a taxa de mortalidade, natalidade, faixa etária dos escravizados e a relação de homem para mulher nas posses de Paraty. Objetivamente esta não é a intenção principal do estudo. De qualquer forma, podemos concluir que essa oscilação no quadro demográfico ocorreu por toda a região de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, uma vez sofreram flutuações idênticas, e que os resultados também podem ser indicados a partir da diminuição de cativos e/ou aumento de pessoas livres. Analisando as informações da empresa escravista sobre os dados acerca da população Paraty acompanhamos o trânsito desses sujeitos. Assim, filtrando os dados identificamos o sexo e a cor de homens e mulheres:

⁵¹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 60

⁵² JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 88.

TABELA 3: estatística da população de condição livre e escravizada segundo a cor, Paraty – 1844 –até 1872

Ano	Livres						Escravizados						
	Ano		Branco H+M		Pardo H=M		Preto H+M		Pardo H+M		Preto H+M		População Preta e Parda: L + C
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1840	4.416	48,67%	860	9,47%	336	3,70%	347	3,82%	3.114	34,32%	51,31%		
1844	4.611	44,60%	1.179	11,40%	379	3,66%	436	4,21%	3.733	36,10%	55,37%		
1848	5.706	48,02%	1.441	12,01%	461	3,84%	484	4,03%	3.903	32,53%	52,41%		
1872	6.756	55,90%	2.305	19,07%	955	7,90%	792	6,55%	1.277	10,56%	44,08%		

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844 e 1848. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), Rio de Janeiro, RJ. Notas: H+M = Homem e Mulher. L+C = Livre e Cativa.

Na tabela 03 acompanhamos as transformações acerca da cor dos sujeitos de Paraty durante as décadas de 1840 e 1870. Antes de mais nada cabe assinalarmos que a intenção aqui não é nos determos especificamente no debate da cor desses sujeitos. No momento basta apenas observarmos que a construção da sociedade brasileira durante o período colonial e imperial foi marcado sobretudo por interesses de classes atrelada aos designativos de cor. Em outras palavras, quero dizer que as garantias de cidadania foram associadas aos critérios raciais. Estes por sua vez foram definidos a partir da constituição de 1824, que pela primeira vez instituiu os direitos inerentes à cidadania brasileira⁵³. Além disso, esses designativos de cor não estão relacionados somente ao critério cor/fenótipo, mas também vinculada a condição social desses sujeitos. Isto é, a depender do local, da ocupação e outras variáveis esses sujeitos poderiam ser categorizados como pretos, pardos e inclusive como brancos.

Reiniciando nossa análise a respeito da tabela acima identificamos alguns conteúdos e designações de cor em Paraty do século XIX. Se não agruparmos a categoria preta e parda, livre ou cativa, percebemos que os brancos são maioria da população. Analisados desta forma, detectamos que a população dita como branca vai se condensando como maioria no decorrer da tabela. Ainda na categoria dos livres, vem em seguida os pardos e por últimos os homens e mulheres de cor preta. Já a grande parte dos escravizados do município são pretos, e apenas um número muito baixo estão inseridos na categoria de cativos pardos. A partir dos dados evidenciados quais hipóteses podemos apresentar diante dessas informações? Por mais que seja tentador e ao mesmo tempo parte intrínseca do ofício do historiador, pensar nas diversas possibilidades diante desses dados, tentarei focar em apenas algumas considerações.

Levando em conta esses elementos, intuímos que quando sucede o aumento na categoria de pardos cativos, ocorre por sua vez o aumento na categoria de pretos e pardos livres. Além de ser visível o decréscimo nos números acerca da população cativa de origem preta para quase todos os períodos analisados. Também é evidente que a população preta e parda em Paraty, em todos os períodos analisados, fica paritária com a população branca, e

⁵³Para mais apreciação dos direitos de cidadania outorgados pela Constituição de 1824, ver sobretudo MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e Cidadania no Brasil monárquico.

em alguns casos chega a ultrapassar esta categoria. É o caso de 1840, quando 51,31% da população não era branca, já em 1844 foi de 55,37%, em 1848, 52,41%, enquanto em 1872 esse percentual sofreu uma leve queda para 44,08%⁵⁴. Por este ângulo, é provável que essas mudanças dos designativos de cor estejam associadas a outras categorias que não necessariamente estão interligadas as características físicas desses sujeitos. Essas denominações estão associadas ao transito entre escravidão e liberdade. Por outra forma, ao formar famílias, desempenhar ocupações específicas e outros elementos essas categorias poderiam muito bem ser alteradas. Também podemos concluir que a escravaria de Paraty era, sobretudo, de cor preta, sendo este percentual bem igual aos cativos pardos para o último período de 1872.

É uma tarefa muito difícil identificarmos a cor de um sujeito somente a partir dos dados oficiais. Um sujeito de cor parda pode muito bem-estar associado a população de origem branca. Desse modo, pardo pode significar um processo de transição entre uma condição e outra. Isto é, uma pessoa parda livre pode estar ao mesmo tempo mais longe do cativeiro que uma pessoa preta livre, e assim mais perto da condição de branco⁵⁵. Por outro lado, a condição do cativo pardo é um aceno a uma possível tentativa de distância do cativeiro. Uma proximidade maior com a liberdade, isto é, mais longe da condição de preto escravizado. Este aspecto pode ser observado através da planilha acima, uma vez que tanto os livres, quanto os cativos de origem parda crescem numericamente. Talvez isto seja um indicativo desse processo de mudança, de questionamento da escravidão e de novas possibilidade de inserção social a partir desse trânsito entre escravidão e liberdade. A partir dessas evidências concluímos que no município de Paraty ocorreu o aumento da categoria de pardos e pretos livres. Esta elevação também foi observada para a categoria de pardos de condição cativa. Por sua vez, foi possível observarmos a diminuição de sujeitos de cor preta sujeitos ainda a jugo do cativeiro. Além de ser presumível que parte importante da população de origem branca de Paraty convivia praticamente imersa em um território dominado por pessoas de cor preta e parda, sejam livres ou cativas.

Já foi observado os designativos de cor em Paraty. Cabe-nos agora responder se esses senhores – grandes, médios e pequenos – teriam algum tipo de preferência no que se refere ao sexo desses sujeitos. É possível que a empresa escravista tenha selecionado enquanto pôde indivíduos que desenvolvessem funções de acordo com a atividade economia do município. A partir do Relatório dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro para os anos de 1840, 1844, 1848 e o censo do império de 1872 foi possível identificarmos o sexo dessas pessoas.

⁵⁴ No ano de 1872 foram excluídos desta lista os sujeitos livre de origem indígena.

⁵⁵ FERREIRA, Roberto, Guedes. Censos e Classificações de Cor em Porto Feliz. (São Paulo, Século XIX). 3º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. FERREIRA, Roberto Guedes (2005). Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social.

TABELA 4: estatística da população de condição escravizada segundo critério de sexo, Paraty – 1844 até 1872

Ano	M - C	%	H - C	%	Total
1840	1.375	39,72%	2.086	60,28%	3.461
1844	1.534	36,79%	2.635	63,21%	4.169
1848	2.157	49,16%	2.230	50,84%	4.387
1872	923	44,61%	1.146	55,39%	2.069

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844 e 1848. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), Rio de Janeiro, RJ. Notas: M-C = Mulher Cativa; H-C = Homem Cativo.

O ritmo da população cativa masculina sofreu flutuações ao longo do período analisado. No entanto, prevaleceu a preferência por cativos do sexo masculino sempre foi predominante. Esses dados estão de acordo com boa parte da historiografia brasileira que aponta uma possível preferência de homens em detrimento das mulheres, sobretudo na primeira metade do século XIX e nas regiões cafeeiras, onde o trabalho era mais atenuante⁵⁶. Em termos absolutos observamos que paralelamente ao recrudescimento dos escravizados do sexo masculino – retirando o caso de 1844 – ocorreu o aumento no contingente de mulheres na mesma condição. Somente para o ano de 1872 que esse agrupamento feminino decresceu. Conforme dito anteriormente, o findar do tráfico transatlântico impactou diversos setores da economia e sociedade brasileira, inclusive moldando novas relações entre senhores e escravizados. Percebemos que antes do fim do tráfico internacional os homens são maioria absoluta, talvez esses dados sejam demonstrativo das escolhas desses proprietários. De outra forma, podemos analisar que a virada do século criou inúmeras adversidades no recrutamento de homens para trabalho. Estes fatores certamente atingiram as escolhas dos senhores de Paraty que se viram diante de dificuldades em selecionar seus cativos.

Neste sentido, essa perda de cativos do sexo masculino viabilizou – entre a 1848 e 1872 – o equilíbrio entre os sexos. Essas diminuições resultaram em uma diferença baixíssima entre eles. O decréscimo da mão de obra masculina também pode estar associado ao crescimento das lavouras de café do Vale do Paraíba fluminense que dependiam mais de braços masculinos do que da mão de obra feminina. Além disso, o poder aquisitivo desses senhores, aliado a uma economia de subsistência e interna de Paraty talvez não tenha sido capaz de segurar essa mão de obra. Essas informações também nos possibilitaram pensar na hipótese que entre as décadas de 1840 e 1870 parte dos proprietários encontravam dificuldades em manter seus cativos homens. Muitas vezes se desfazendo de seus braços para áreas que já estavam em crescimento econômico advindo da economia cafeeira, e que certamente era preferível os escravizados em condições dignas de trabalho. Por outro lado, conforme visto na tabela 1, o aumento na produção de café e de aguardente tenham contribuído minimamente para que alguns senhores privilegiados pudessem manter parte de suas escravarias, e assim essas perdas não fossem tão significativas como em outras regiões.

⁵⁶CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. *A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI – XIX*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2016. IVA, Eduardo França. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2018. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019.

De antemão sinalizamos essas oscilações entre homens e mulheres na condição cativa em Paraty decorreu por diversos fatores. Em 1840 os cativos masculinos contabilizavam 711 pessoas a mais que as mulheres, em 1844 esse número aumentou para 1.101. Já em 1848 ocorreu uma grande diminuição, existiam em Paraty apenas 73 cativos do sexo masculino a mais que as mulheres, e por último no ano de 1872, foi de 233. A preferência pelo sexo masculino também ocorreu em outros períodos para a região de Paraty. De acordo com Kiernan, em Paraty, no ano de 1790 os cativos do sexo masculino somavam um total de 1318, as mulheres, 927, ou seja, neste período existiam 391 homens a mais que as mulheres⁵⁷. Ao comparar os sexos da população cativa, o autor identifica que em 1790, o cativo homem representava um total de 59,83%, enquanto as mulheres, 40,17%. Ou seja, antes do fim do tráfico internacional possivelmente os senhores possuíam suas preferências com os escravizados do sexo masculino. Tudo indica que do século XVIII até o final da primeira metade do século XIX, a posse de escravizados em Paraty era essencialmente masculina. Esta hipótese pode ser confirmada quando comparamos os dados da pesquisa de Kiernan com as nossas análises. Todavia, já na segunda metade do século XIX, e conforme as indicações anteriores é provável que o crescimento da economia das áreas produtoras de café tenha absorvido esse contingente populacional de homens escravizados. Este fator certamente fomentou o equilíbrio entre os sexos. Desta forma, podemos que no município de Paraty a variação entre homens e mulheres de condição cativa foi praticamente a mesma entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, sofrendo alterações significativas na transição para a segunda metade do século XIX.

Esta discrepância também pode ser identificada na região de Angra dos Reis. De acordo com Vasconcellos, no município da Costa - Verde⁵⁸ houve uma queda na razão de sexo, principalmente durante a metade dos oitocentos. Neste sentido, a autora destaca as vendas de cativos masculinos para outras regiões pode ter promovido um “equilíbrio entre os sexos”, além das taxas de alforrias e uma economia baseada no mercado interno são indicativos de que a relação entre homens e mulheres cativos tenham se alterado⁵⁹. Portanto, as razões que levaram a uma diminuição na mão de obra masculina, tanto em Angra quanto em Paraty foram parecidas, ou seja, o fim do tráfico internacional, crise econômica e avanço da economia cafeeira foram movimentações que refletiram na escolha e posse da escravaria.

Já que os fatores externos e internos influenciaram nas relações entre senhores e cativos, como a posse de escravos eram repostas? No parágrafo acima foi possível afirmarmos que na década de 1840 ocorreu um aumento do número de mulheres cativas, a este fato pode-se pensar nos impactos que as discussões parlamentares e a pressão inglesa sobre o fim do tráfico exerceram⁶⁰. Este fator pode ter contribuído no sentido de possibilitar que alguns poucos senhores de escravizados de Paraty tenham se antecedido e buscado assegurar a posse de mulheres cativas, seja pelo tráfico internacional, seja pelo tráfico interprovincial. Talvez buscando formas de reprodução da própria mão de obra escravizada. Analisando a faixa etária dos indivíduos é possível observarmos algumas informações. Neste caso o Relatório dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro do ano de 1848 fornece dados acerca da faixa etária dos indivíduos em Paraty. Esta parte da documentação é subdividida da seguinte forma:

⁵⁷ KIERNAN, James Patrick. *A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822*. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976

⁵⁸ Termo que designa as regiões de Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí e Rio Claro.

⁵⁹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888*. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

⁶⁰ Para mais debate acerca das leis a abolição do tráfico ver: CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: Ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2017.

TABELA 5: Faixa etária dos escravizados, Paraty – 1848

Ano	Total	%
00-14	1.329	30,29%
14-20	590	13,44%
20-30	1.020	23,25%
30-40	800	18,22%
40-50	414	9,43%
50-60	190	4,33%
60 - +	44	1,00%
Total	4.387	100%

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844 e 1848. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. O relatório original apresenta uma configuração diferente em relação a estrutura da faixa etária. No entanto, para facilitar a compreensão esta tabela foi adaptada.

No ano de 1848, as crianças de 0 a 14 anos corresponderam a 30,29% dos 4.387 cativos. Já os idosos representaram 5,33% do total. No mais, houve grande participação dos jovens e adultos para o período analisado, somando a segunda faixa etária até a faixa dos 40 anos, identificamos um montante de 54,91%, ou seja, esta mão de obra era aquela desejada para fins das atividades econômicas do município, uma vez que é nesta faixa que homens e mulheres desempenhavam suas funções. Por este ângulo, podemos afirmar que nesta altura alguns proprietários de Paraty conseguiram aos trancos e barrancos manter a posse de seus subordinados. Por outro lado, é perceptível que a população de Paraty estava em crescimento neste período, pelo menos é o que aponta o alto nível de crianças de 0-14 anos, uma vez que, dos 4.387 cativos, 1.329 estavam nesta faixa de idade, ou seja, 30,29%. Ademais, adotei o mesmo critério de Vasconcellos para considerar uma escravaria em processo de envelhecimento⁶¹. Neste sentido, somando os escravizados entre 40 ou mais anos, observamos que 14,76% da população encontrava-se nesta faixa de idade. Portanto, conclui-se que antes da segunda metade do século XIX, parte da escravaria de Paraty ainda era sobretudo jovem, adulta e estava se renovando com a entrada das crianças na primeira infância.

⁶¹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

TABELA 6: Faixa etária dos escravizados, Paraty – 1873

Ano	Total	%
00-14	436	29,86 %
15-20	206	14,10 %
21-30	351	24,04 %
31-40	238	16,30 %
41-50	206	14,10 %
51-60	20	1,36 %
61 - +	3	0,20 %
Total	1460	100 %

Fonte: Lista de Classificação de Escravizados do ano de 1873. Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). Neste documento ao que parece não foram todos os cativos classificados, uma vez que o censo do império no ano anterior indica um contingente maior de sujeitos escravizados. Também podemos pensar nas limitações do próprio censo imperial.

Diferente da tabela 5, os dados indicados na tabela 6 foram analisados a partir da Lista de Classificação do Fundo de Emancipação e não partir dos Relatórios dos Presidentes de Províncias. No entanto, a comparação entre as tabelas possibilita compreender como se comportou os senhores de cativos em relação suas posses, e como esses números podem ser indicativos acerca da formação da família cativa. Em 1872 a faixa etária entre 0-14 anos se comportou da mesma forma que no ano de 1848, sendo seu percentual de 29,86%. Da mesma maneira ocorreu com a faixa etária seguinte, quando 14,10 % dos escravizados se encontravam entre 15 e 20 anos. Também ocorreu com as faixas de 21 aos 30 e 31 aos 40 anos, ambas indicam 24,04% e 16,30%, ou seja, as oscilações em comparação com o ano de 1848 foram poucas nessas quatro primeiras faixas. Entretanto, entre de 41 a 50, 51 a 60 e 60 em diante, foram as que mais sofreram oscilações. De acordo com a Lista de Classificações, o percentual da primeira foi de 14,10%, já na segunda foi 1,36, e a faixa entre 61 em diante, foi de 0,20%. Estabelecendo comparações com a tabela de 1848 alguns dados podem ser identificados.

Tudo nos faz crer que parte desta posse – em ambos os casos – era composta por indivíduos em idade apta ao trabalho. E uma pequena parte estava em processo de envelhecimento, uma vez a faixa de idade entre 41 e 50 anos aumentou de 9,43% para 14,10% no ano de 1872. Também observamos que a faixa de idade no qual os cativos mais desenvolveram suas funções não foi praticamente alterada se comparados aos dados de 1848. Isto significa dizer que para este período esse grupo representou 54,44%, mesmo patamar que 24 anos atrás. Assim, concluímos que os senhores de Paraty mesmos com as dificuldades econômicas e uma economia baseada, sobretudo no mercado interno conseguiram assegurar parte de suas posses, e em alguns casos essa reprodução também foi fruto das relações estabelecidas entre os escravizados, uma vez que o índice de crianças de 0-14 anos se manteve praticamente o mesmo em relação ao período anterior. Não consigo imaginar que os senhores de escravizados de Paraty tenham recorrido a cativos mais novos para desempenhar suas labutas na lavoura paratiense. Sobre a família escrava este assunto está sendo abordado superficialmente ao longo deste trabalho, para mais esclarecimentos seria digno de uma pesquisa que dedicasse exclusividade para tal assunto.

Essas questões também foram abordadas para Angra dos Reis dos oitocentos. Antes de

mais nada essas diferenças por menores que sejam entre uma região e outra devem estar condicionadas ao seu quadro populacional. Em outras palavras, há uma diferença entre o número de habitantes de Angra dos Reis e Paraty. Estabelecendo o critério de divisão apenas entre quatro faixas etárias de 0-10, 11-15, 16-40 e 41 ou mais, Vasconcellos, aponta que em Angra dos Reis para o ano de 1856 – considerando o critério de idade – parte de sua escravaria estava apta a desenvolver as tarefas do dia-dia. A faixa etária de 16-40 em Angra dos Reis representava 43,70%, já em 1872, esse percentual cai para 41,50% respeitando a mesma faixa de idade⁶². Na nossa pesquisa, observamos que as faixas de 14-40 anos de idade foram identificadas para 1872, um total de 54,44% dos cativos estavam aptos a exercer suas atividades ocupacionais. Ao que tudo indica no município de Paraty alguns senhores de escravizados conseguiram segurar seus cativos nesta idade mais do que os proprietários de Angra dos Reis. Talvez a hipótese da venda de escravizados para outras regiões, sobretudo as plantadoras de café, e que necessitavam de braços mais “jovens” para aturar a difícil labuta do dia a dia dos cafezais, não tenha de fato ocorrido nas mesmas proporções que em Angra. De qualquer forma, é interessante salientar que o quadro estatístico acerca da população cativa para Angra e Paraty é diferente, para 1872, são 4.544 cativos pertencentes ao município de Angra, enquanto em Paraty o Censo Imperial aponta um total de 2.069. Assim, esses dados nos permitiram visualizarmos que a crise econômica sentida na região na segunda metade do XIX talvez não tenha atingido da mesma forma ambas as localidades.

Ao que tudo indica, Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba praticamente sofreram as mesmas alterações sociais, econômicas e talvez políticas do século XIX. Vasconcellos acredita que de modo geral, este período foi caracterizado por dois momentos que impactaram a relação entre senhores e escravizados⁶³. A primeira caracterizada pelo estímulo à economia, baseada, sobretudo na atividade portuária. Por sua vez, a segunda, foi marcada pela crise econômica, calcada na diminuição do movimento do porto, no fechamento de armazéns de café e as dificuldades no acesso ao trabalhador cativo, provocados pelo fim do tráfico⁶⁴. Desta forma, a partir dos expostos até o presente momento identificamos que respeitada as singularidades de cada município, as oscilações demográficas e econômicas da região da costa verde foram bastante similares umas com as outras.

Importante ponto para entendermos a dinâmica da escravidão em Paraty e em outras regiões, é sinalizarmos quais as atividades ocupacionais que esses sujeitos exerciam em suas localidades. Mais uma vez a Lista de Classificação do ano de 1873 foi o documento no qual identificamos os ofícios exercidos por homens e mulheres cativos no município. Por mais que essa documentação não de conta das singularidades ocupacionais, não podem ser descartadas. Além disso, salientamos que muitos desses escravizados realizavam outras tarefas paralelas a essas assinaladas no documento. Afim de simplificar esta parte do texto, nada melhor que uma tabela para exemplificar essas implicações:

⁶² VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

⁶³ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

⁶⁴ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

TABELA 7: Atividades ocupacionais dos escravizados, Paraty – 1872

Ofício	Total	H-C	M-C	H+M+C
Alfaiate	2	2	0	0,17 %
Amerecer	1	1	0	0,086 %
Carpinteiro	16	16	0	1,38%
Carroceiro	5	5	0	0,43 %
Cega	1	0	1	0,086%
Copeiro	6	6	0	0,51%
Costureiro	84	0	0	7,17 %
Cozinheiro	133	4	129	11,50 %
Doméstico	35	3	32	3,03%
Engomadeira	10	0	10	0,86 %
Estilador	2	2	0	0,17%
Feitor	1	1	0	0,086%
Ferreiro	1	1	0	0,086 %
Foguista	1	1	0	0,086 %
Forneiro	2	2	0	0,175
Jornaleiro	10	6	4	0,86%
Lavandeira	30	2	28	2,59 %
Lavoura	738	473	265	63,84 %
Marinheiro	11	11	0	0,95 %
Mucama	15	0	15	1,29 % 27
Padeiro	1	1	0	0,086 %
Pagem	1	1	0	0,086 %
Pedreiro	20	20	0	1,73 %
Quitandeira	12	0	12	1,04 %
Sapateiro	4	4	0	0,34 %
Torneiro	3	3	0	0,25 %
Tropeiro	12	12	0	1,04 %
Total:	577	580	1.157	100%

Fonte: Lista de Classificação de Escravizados do ano de 1873. Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). O documento ao que parece não foram todos os cativos classificados, uma vez que o censo do império no ano anterior indica um contingente maior de sujeitos escravizados. Notas: M-C = Mulher Cativa; H-C = Homem Cativo.

A partir dos dados acima confirmamos algumas hipóteses apontadas em parágrafos anteriores. Desta forma, chamo a atenção para algumas atividades ocupacionais exercidas pelos indivíduos cativos de Paraty na segunda metade do século XIX. O ofício mais exercido por ambos os sexos sem dúvida foram as funções ligadas as atividades agrícolas. Neste caso, essas ocupações eram exercidas no cultivo do café, milho, toucinho, feijão, farinha, banana e nos engenhos de aguardente. Essa tarefa representou um total de 63,84% do total de escravizados que estão aptos a exercer suas funções. Isso demonstra o peso que atividade agrícola exercia neste período sobre o município. Além desta, cabe destacar outras, a de cozinheiro, costureiro, doméstico, lavandeira, pedreiro, quitandeira e marinheiro⁶⁵. De acordo com a tabela essas atividades representavam para o período, nesta ordem, 11,50%, 7,17%, 3,03%, 2,59%, 1,73%, 1,04% e 0,95%. Algumas dessas funções eram exercidas majoritariamente por mulheres, dentre elas cozinheira, costureira, lavandeira, doméstica e engomadeira. E outras essencialmente por homens, principalmente a de marinheiro e pedreiro. Por sua vez as funções tidas como manufatureiras; alfaiate, ferreiro, carpinteiro, sapateiro e torneiro, representam apenas 2,40% dos ofícios identificados. Já as funções domésticas, ou seja, copeira, costureira, cozinheiro, doméstico, engomadeira, lavandeira, mucama e quitandeira, indicam percentual elevado, 27,99%. Isto é, forte presença da atividade agrícola, e uma presença significativa de mulheres cativas desempenhando funções nas casas senhoriais.

De fato, o que esses dados podem apresentar para a pesquisa? Antes de concluir esta parte da análise cabe às considerações de outros trabalhos que também se propuseram a destacar as atividades ocupacionais exercidas pelos cativos. De acordo com Hebe Mattos, as atividades especializadas tendiam a fortalecer, com mais facilidades, vínculos mais duradouros, além disso, o domínio de um ofício, como no caso de um carpinteiro, pedreiro, ferreiro e a costura tornava a vida do recém-liberto e do cativo mais fácil no cativeiro⁶⁶. Desta forma, a dominação de uma determinada função poderia ampliar os laços de solidariedades entre os indivíduos, além de possibilitar que o cativo conquiste espaços de autonomia⁶⁷. Esses espaços também poderiam ampliar, nos casos dos homens, as chances de formar uma família, ou seja, ter uma profissão significava estar mais próximo da formação de um núcleo familiar e, consequentemente, da própria liberdade. É possível que algumas mulheres preferissem a escolha de um homem com uma profissão do que outro sem. Neste caso, essas escolhas certamente ampliavam suas chances de autonomia dentro do cativeiro. Para além desses espaços, a autora chama atenção que as solidariedades estabelecidas pela formação familiar, eram uma espécie de uma pré-condição para o estabelecimento de laços verticais na sociedade, logo as relações eram estabelecidas entre as famílias, e não entre os indivíduos⁶⁸. Portanto, atividade ocupacional especializada, eram muitas das vezes sinônimos de formação familiar, e em alguns casos da própria ampliação em torno da conquista da liberdade. Retornando a análise da tabela 07 é possível que alguns desses cativos tenham conquistado a liberdade a partir deste atributo. Os cativos que desenvolviam tarefas manufatureiras, como alfaiate, ferreiro, carpinteiro, sapateiro e torneiro certamente se diferenciavam dos demais escravizados da região. Este é o caso do cativo Pedro, alfaiate, pardo, 26 anos e solteiro, classificado através do Fundo de Emancipação sob a matrícula de nº 690. Também é o caso de

⁶⁵ Importante esclarecer que esses dados não refletem os 2.029 cativos identificados no município de Paraty. Na Lista de Classificação de 1873 constatamos 1.461 pessoas classificadas. Dessa 1.157 foram identificadas suas respectivas funções.

⁶⁶ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020

⁶⁷ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020.

⁶⁸ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020, p. 75.

Paulo, alfaiate, pardo, 25 anos, solteiro, sob a matrícula nº 691. Em ambos os casos, tanto Pedro, quanto Paulo eram cativos de Anna Maria da Graça, uma senhora que na listagem de 1873 aparece apenas como proprietária desses dois escravizados⁶⁹. Em ambos os casos, abre-se a hipótese de que ambos eram irmãos, as idades próximas, nomes católicos, o exercício da mesma profissão e sendo propriedade da mesma senhora. Também possam ser que Maria da Graça tenha tido a intenção de adquirir esses cativos já com suas respectivas ocupações. Fator que possibilitava a mesma viver uma vida tranquila em Paraty. Também é o caso do cativo Casemiro, de cor preta, idade de 48 anos, solteiro, sua senhora é Geralda Maria da Silva, do cativo Antônio, também preto, 49 anos e casado. Domingos, Francisco e Casemiro também eram homens experientes, todos na faixa acima dos 40 que desempenhavam a função de pedreiro⁷⁰. Essa também parece ser a história de José, 60 anos, matriculado sobre o nº 593, de cor cabra e, sobretudo casado com uma preta liberta⁷¹. Infelizmente não tenho acesso às informações sobre sua mulher, no entanto a partir de todos esses casos é possível pensarmos na hipótese que algo em comum unificava em parte a experiências desses sujeitos. É de supor que essas funções fossem quase uma exclusividade, ou seja, poucas pessoas exerciam tal atividade. Também foi identificado que grande parte desses homens são mais velhos, da cor preta, ou seja, alguns indícios nos levam a crer que pode se tratar de africanos, com uma experiência já solidificada no Brasil, e que com relações já bem estabelecidas na região. No caso de José, a diferença no cativeiro também pode ser analisada a partir do seu estado civil, ou seja, casado com uma preta, e liberta. Destarte, a partir desses dados ocupacionais, observamos que esses escravizados tinham em sua maioria idade superior aos 25 anos. Isto pode ser um indicativo que o exercício de uma determinada profissão só seria possível com certa idade. Além disso, o fato do cativo José, 60 anos, pedreiro estar casado com uma mulher de condição liberta – possivelmente de forma legítima já que consta na listagem oficial da Junta de classificação – nos indica duas situações: o trânsito entre liberdade e escravidão e que talvez o fato de ter uma profissão pode ter ampliado as chances de José casar com uma ex-escravizada, agora liberta. Ou talvez eles já tenham iniciado sua relação enquanto estavam presos ao cativeiro. De qualquer forma, sua profissão é um diferencial de grande parte dos demais escravizados.

Além das funções exercidas pelos cativos indicadas no parágrafo anterior, cabe as considerações de outros ofícios que ampliavam as possibilidades de ganho de um escravizado. É o caso das mulheres que exerciam a função de lavandeira e quitandeira, quase 90% dos indivíduos que exerciam ambos os ofícios, eram mulheres. Este era o caso da cativa Antônia, matrícula sob nº 29, solteira, 54 anos e que exerce a função de lavandeira para o Capitão Antônio José Epifânio de Souza. Essa cativa teve quatro filhos, todos eles no caso servindo aos interesses do mesmo senhor de sua mãe. Também é a história de Benedita, de cor preta, solteira, sob a matrícula 188, exercia sua função em companhia das suas sete filhas mulheres, que também herdaram a mesma atividade ocupacional de sua mãe⁷². Além disso, ambas as funções permitiam as escravizadas realizar atividades fora do cativeiro, ou seja, alargava a

⁶⁹ Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

⁷⁰ Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

⁷¹ Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

⁷² Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

autonomia do cativeiro, por outro lado, estes ofícios possibilitavam ao mesmo acumular pecúlio, comprar suas comidas, realizar transações, estabelecer solidariedades e até mesmo as chances de liberdade. Mais uma vez, grande parte das mulheres é preta, mais velha, possivelmente africana, com laços já estabelecidos na região, todos esses fatores eram vias fundamentais para se pensar a conquista da liberdade, ou no mínimo a diferença dentro do cativeiro.

As atividades de marinheiro e tropeiro, também exercida por alguns escravizados, é um ponto interessante. Como foi visto anteriormente, toda região sul-fluminense, Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty mantinham relações econômicas sólidas com a atividade portuária. Parte do café produzido em Lorena, Guaratinguetá, Cunha e pela própria Paraty era escoado pelo porto municipal, além das relações de importação de gêneros de subsistência e outros que deveria movimentar gostos de alguns senhores e senhoras de Paraty. Também era por terra que as informações e produtos circulavam, ou seja, pelas tropas e pelos tropeiros que as relações eram estabelecidas.

Pesquisando os inventários da região de Rio de Contas, na Bahia Katia Novais, chega a conclusões parecidas acerca das profissões de modo geral, e sobre a importância da atividade tropeira. Percorrendo um período de 1800 a 1888, a autora destaca um total de 484 cativos, tanto homens, quanto as mulheres. Desse total, 67,8% eram homens em serviço de roça e 46,0% representavam as mulheres na mesma labuta⁷³. Em seguida aparece o ofício de vaqueiro, serviço de tropa, carpina e ferreiro no caso dos cativos masculinos. Sobre a atividade tropeira, a autora destaca que era por esse meio que se fazia a ligação com o litoral baiano, entre vilas e arraias. Além disso, a tropa de muar também tornou possível a regularidade do comércio, de produtos de subsistência e foi importante para a circulação de informações⁷⁴. Talvez a função de tropeiro em Paraty não tenha tanta importância como a de marinheiro, muito em decorrência da própria geografia local, que era muito mais dependente do porto do que das estradas. No município as funções de marinheiro foram exercidas pelos cativos Benedito, Manoel, Anacleto, Marcelino, Constantino, todos pretos, solteiros e com idade média acima dos 25 anos; dos dez marinheiros localizados na lista de classificação, sete estão acima dos 25 anos, o mais velho é o preto Anacleto com 38 anos⁷⁵. Já as funções de tropeiro foram ocupadas pelos cativos Eduardo, preto, 14 anos de idade, Paulino, de cor preta, com 13 anos de idade, Virginio, também preto, 17 anos, também por Ângelo, pardo, 30 anos e por José Crioulo, preto, e com 30 anos de idade⁷⁶. Constatamos que diferente da profissão de marinheiro, que eram exercidas por homens mais velhos, ou seja, mais experientes, a função de tropeiro mistura experiência e juventude, e é bem possível que Paulino e Virginio tenham sido ajudantes de tropa e não tropeiros experientes, uma vez que era preciso conhecer o caminho, mas também ter disposição para suportar o calor e as condições adversas de tempo. Ademais, as profissões identificadas nesta parte da pesquisa vão ao encontro das análises econômicas salientadas em outros momentos, ou seja, a economia da cidade era sobretudo agrícola, e o porto exercia uma influência econômica marcante na cidade.

O que se pode concluir até o presente momento para o presente subcapítulo? Acompanhamos e identificamos evolução demográfica da região, tanto para Paraty, quanto para regiões próximas, além disso, apontamos quais eram os cativos predominantes, o sexo, a

⁷³ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 45

⁷⁴ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012.

⁷⁵ Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

⁷⁶ Livro de Classificação dos Escravos do município de Paraty. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty). Relação dos escravos residentes no Município de Paraty, que têm de ser libertados pelo fundo de emancipação em 1873.

origem, a relação entre livres e escravizados e faixa etária. Além de informações também sobre a classe senhorial de algumas regiões. Por último foi possível visualizar algumas atividades ocupacionais dos escravizados, indicando quais profissões eram exercidas por esses indivíduos, quais sexos eram predominantes. Também tentei relacionar determinados ofícios com o grau de mobilidade e autonomia que esses escravizados poderiam ter no município.

Por este ângulo, e concluindo esta parte do texto, atestamos que a atividade econômica de Paraty era, sobretudo do teor agrícola. A população livre e branca foi superior em relação aos pardos e pretos livres em todos os períodos. Por sua vez somando o percentual de todas as pessoas de cor – livre e cativa – é possível identificar que em alguns momentos a população de cor foi superior a branca livre. Além disso, os cativos eram predominantemente pretos, homens, com a idade adulta, entre os 14 e 40 anos, também foi constado que em momentos de crise econômica alguns senhores conseguiram assegurar sua escravaria, possibilitando em partes um equilíbrio entre os sexos. Acerca deste assunto, apresentamos outras hipóteses que fomentaram o equilíbrio entre homens e mulheres: a venda para outras regiões, o nascimento de crianças e as alforrias conquistadas por alguns cativos. Também abrir a possibilidade de se pensar que no final da década de 1840 alguns senhores de escravos de Paraty se anteciparam as proibições do tráfico de cativos que estava por vir, adquirindo mais mulheres do que os “braços” masculinos.

Também confirmamos a hipótese de que economia de Paraty essencialmente agrícola, a partir da análise das atividades ocupacionais do escravizado. Também pautamos nossas suspeitas tecendo comparações sempre que possível com trabalhos direcionados a região sul-fluminense, ou seja, com a própria Paraty e com o município de Angra dos Reis. Na próxima parte do texto serão realizadas outras comparações com outros trabalhos acerca da temática da escravidão. No que se refere a esse ponto de vista, será possível indicarmos o cenário da escravidão em Paraty e no Brasil na segunda metade do século XIX e onde a presente pesquisa pode estar academicamente posicionada. Assim, pretendemos novamente salientar pesquisas já apresentadas nesta parte do texto. No entanto, o intuito aqui será identificar quais temáticas da escravidão foram evidenciadas pelas mesmas.

1.3 Uma breve análise comparativa: a prática da escravidão na região da costa verde

Um dos principais objetivos desta parte da pesquisa é apresentar as produções acadêmicas acerca do tema da escravidão na região do sul fluminense. De forma que os municípios escolhidos para efeitos de comparação possuem proximidades territoriais com a região de Paraty. Foram selecionadas pesquisas empreendidas nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no final do XVIII e durante o decorrer do XIX. A escolha não foi aleatória, ela tem a finalidade de visualizarmos diferenças e similaridades, e desta forma apontarmos se existiam ou não uma relação de interdependência econômica e social. Em vista disso têm-se como preocupações identificarmos quais principais análises foram realizadas, interesses das pesquisas, sujeitos envolvidos e como e porque foram realizadas. De modo que evidencie se o interesse estende pelos estudos da família escravizada, relações de compadrio, relações conjugais, posses das escravarias, população escravizada ou até mesmo pelas relações acerca da liberdade. Por fim, a partir de toda essa análise será viável visualizarmos o município de Paraty na segunda metade do século XIX, e de que forma essas interferências diretas ou indiretas impactavam as relações em torno da liberdade.

As análises realizadas nesta parte do texto evidenciam as considerações de caráter econômico, social e demográfico e que ampliam as questões interpretativas acerca do tema.

São trabalhos empreendidos por Kiernan (1976), Vasconcelos (2006), Junior (2011)⁷⁷. Esta escolha também não impede a pesquisa de tecer comparações com outras regiões e que podem acrescentar no trabalho para efeitos de entendimento. Portanto, ao citar e explicitar preocupações de outros trabalhos é possível fixarmos como a região de Paraty se estruturou e/ou foi estruturada pela dinâmica da escravidão em regiões próximas, e como essas mudanças e/ou continuidades influíram na dinâmica da liberdade pelos escravizados.

Nos parágrafos abaixo identificamos algumas pesquisas nos quais o foco foi, sobretudo a demografia da escravidão, isto é, temas como a família escravizada, as estruturas das posses e poucos casos as alforrias conquistadas pelos cativos. Ademais, como já mencionado anteriormente, a escolha das pesquisas aqui salientadas tem por objetivo mapear as principais preocupações, estabelecer conexões e indicar o município de Paraty no contexto da escravidão na segunda metade do século XIX.

Iniciaremos nossas análises através das considerações realizadas para o município de Mangaratiba durante 1831 e 1888. Em seguida serão abordados alguns apontamentos acerca da escravidão em Paraty para o final do século XVIII e início do XIX. Em seguida observamos as análises e contribuições analíticas realizadas para a região de Angra dos Reis no decorrer do século XIX. Pois, tem-se por objetivo realizarmos um cenário de possibilidades nos quais esses escravizados – homens e mulheres – estavam inseridos. A partir das análises dessas produções podemos observar como a escravidão no sul-fluminense foi organizada. Por fim, todo este caminho tem por objetivo situar nossa pesquisa, preencher lacunas historiográficas e relacionar essas questões com a conquista da liberdade.

A partir das pesquisas assinaladas para a região da Costa Verde, observamos que os três municípios – Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty – ocorreram processos bem parecidos acerca da dinâmica socioeconômica. Utilizando um conjunto variado de fontes: Relatórios dos Presidentes de Províncias, Censo Imperial de 1872, Inventários Postem Mortem e Memórias Públicas do Estado de São Sebastião do Rio de Janeiro, Junior assinala algumas características para Mangaratiba. De acordo com o autor as águas de Mangaratiba eram tranquilas em determinadas enseadas e agitadas em outros locais⁷⁸. Seu principal donatário no século XVII, Martin de Sá iniciou seu processo de povoamento através da formação de um aldeamento indígena apresados e trazidos da Capitania da Bahia. No século XVIII, Mangaratiba passou de aldeia destinada a formação de mão-de-obra para uma importante região econômica da Capitania do Rio de Janeiro. Este fator está intimamente ligado ao fabrico e comércio de aguardente, produto que vinha ganhando destaque no comércio internacional⁷⁹. Junto com o município, outras regiões da Capitania do Rio de Janeiro também ganharam notoriedade, sobretudo Campos dos Goitacazes, Angra dos Reis e Paraty.

Por mais que Campos dos Goitacazes cultivasse a cana-de-açúcar, foi na região sul fluminense que se concentravam as engenhocas e a produção de aguardente. De acordo com

⁷⁷ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. VASCONCELOS, Márcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006. JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. MARQUES, Camila Moraes. Dimensões de um patrimônio: significados e silenciamentos na história da cachaça – Paraty, fins do século XVIII e meados do XIX. Tese de doutorado – FGV. Rio de Janeiro, 2017.

⁷⁸ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. p. 33-35

⁷⁹ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. p. 33-35.

Junior, esses estabelecimentos eram voltados para o estabelecimento mais rudimentar e simplório da produção de aguardente, e grande parte no final do século XVIII estava localizada na região sul-fluminense⁸⁰. Em 1799, a região contava com 61% do dotal da produção na Província. Desde final do século XVIII fica patente não somente em Mangaratiba, mas que toda região da Costa Verde está vinculada a produção desta mercadoria e com isso seu próprio florescimento econômico⁸¹. Por mais que ocorram oscilações nessas produções, assistimos que a região partilhava da mesma experiência econômica na produção desta mercadoria. Além desses aspectos apontados no crescimento e importância da região para o século XVIII o autor assinala outros para o XIX. Porquanto, a partir dessas considerações podemos constatar uma certa vinculação entre o desenvolvimento econômico da região e o fabrico da aguardente, mas não somente a este gênero. Diversos outros alimentos marcaram a presença nas posses na região. Auxiliando inclusive na demarcação das áreas e engenhos como pequenos, grandes e médias propriedades. Esta característica possibilitou que a região da Costa Verde se estabelecesse – Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty – entre os cinco primeiros lugares de posição de receitas da província do Rio de Janeiro⁸². Reduzindo a escala, exclusivamente para Mangaratiba o autor assinala que as reformulações administrativas no início do século XIX impulsionaram também este aumento econômico do município⁸³. Isto significa dizer que a região da Costa Verde praticamente percorreu caminhos similares, passando em alguns casos por momentos de crescimento econômico e por declínios. A julgar pelas características geográficas e climáticas da região, é possível que de alguma forma essas condições implicassem em características muito semelhantes.

A posição e importância socioeconômica de Mangaratiba no século XVIII como podemos observar não ficou restrita ao período. Ela percorreu também o período do XIX. Ela se dinamizou no início dos oitocentos. Dinâmica associada às características já apontadas e as relações diretas estabelecidas com o escoamento da produção dos gêneros provenientes do vale do Paraíba, tanto o fluminense como o paulista⁸⁴. Assinala também que essa grande efervescência econômica veio acompanhada da preocupação e a necessidade de pensar o escoamento das mercadorias, sobretudo o café. Fator que por sua vez, fez com que alterações urbanísticas e logísticas fossem cristalizadas. Essas mudanças foram primeiramente estabelecidas pelos barões do café, que extrapolava o domínio de suas fazendas, abarcando regiões próximas as suas propriedades⁸⁵. Ademais, o poder público – mesmo débil – não se demonstrava presente ao longo de grande parte dos oitocentos, sobretudo em regiões interioranas. No entanto, algumas iniciativas foram realizadas pelos Presidentes de Província com o intuito de dotar o território de infraestrutura. Estimulando inclusive as vias de comunicação que fossem capazes de desenvolver o processo de estruturação da lavoura cafeeira⁸⁶. E ao que tudo indica esta situação também ocorreu no município de Paraty durante

⁸⁰ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. p. 33.

⁸¹ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

⁸² Idem. p. 39.

⁸³ De acordo com o autor: Em 1818, Mangaratiba passou a estar subordinada ao Município de Itaguaí. Em 1831 conquistou sua independência administrativa, quando foi elevada a categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba. p. 40.

⁸⁴ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. p. 41.

⁸⁵ Idem. p. 42.

⁸⁶ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações

o século XIX. Ou seja, as discussões em torno da viabilidade de recursos para melhoria das vias de comunicação do município fizeram-se presente em ambas os municípios. Acerca deste último fato observamos uma correspondência de 1870 – já citada anteriormente – em que o município de Paraty solicita recursos financeiros para que as informações entre as regiões pudessem ser facilitadas, de forma que esta melhoria além de trazer benefícios para a economia, agilizaria as trocas de correspondências entre os municípios e a própria corte do Rio de Janeiro.

O escoamento da produção do café de outras áreas e de gêneros do próprio município fomentava as relações econômicas de Mangaratiba. De acordo o autor para os anos de 1830, 1840 e 1850, a rubiácea era responsável respectivamente por 82,7%, 97,8% e 98,3% das mercadorias que seguiam viagem de Mangaratiba ao Rio de Janeiro. Por sua vez sua queda só foi sentida para as décadas de 1860 e 1870⁸⁷. Além disso, chama a atenção que uma das principais obras realizadas no município no ano de 1843 era a Estrada da Serra de Mangaratiba. Visto pelo o autor como umas das obras de grande relevância que figuraram ao longo do relatório do presidente de província⁸⁸. Diante desses dados constatamos que a economia no município de Mangaratiba era estruturada a partir da produção de gêneros produzidos nas fazendas da localidade e também com o funcionamento do porto. Este último gerava receita a região por ser um importante local de escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba fluminense e paulista no decorrer dos oitocentos. Para ilustrar a importância dos portos da região sul fluminense para a Corte do Rio de Janeiro, é necessário observarmos as embarcações que faziam essa travessia. A partir desses dados podemos observar como os três municípios da região sul-fluminense mantinham suas relações econômicas com a Corte no decorrer do século XIX. Mas não somente isso, essas informações nos permitem observar singularmente cada município, e assim apontarmos como Paraty foi influenciada pelas mudanças que ocorriam na própria região e também nos locais produtores de café do Rio e de São Paulo.

sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 42.

⁸⁷ Idem. p. 46.

⁸⁸ Idem p. 44

TABELA 8: Saída de barcos do litoral Sul-fluminense para o Rio de Janeiro 1827 até 1888

<i>Período</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de embarcações</i>	<i>Média mensal</i>	<i>%</i>
1830-1839	Mangaratiba	453	11,3	36,9
	Angra dos Reis	609	15,2	49,4
	Parati	169	4,2	13,7
	Total	1231	30,7	100
1840-1849	Mangaratiba	461	11,5	31,8
	Angra dos Reis	736	18,4	50,8
	Parati	253	6,3	17,4
	Total	1450	36,2	100
1850-1859	Mangaratiba	439	10,9	27,9
	Angra dos Reis	900	22,5	57,3
	Parati	232	5,8	14,8
	Total	1571	39,3	100
1860-1869	Mangaratiba	271	6,7	24
	Angra dos Reis	506	12,6	44,8
	Parati	352	8,8	31,2
	Total	1129	28,2	100
1870-1879	Mangaratiba	55	2,9	20,7
	Angra dos Reis	183	4,5	32,3
	Parati	113	6,6	47,1
	Total	351	14,1	100
1880-1888	Mangaratiba	55	1,5	15,7
	Angra dos Reis	183	5,1	52,1
	Parati	113	3,1	32,3
	Total	351	9,7	100
1830-1888	Mangaratiba	1796	7,6	27,5
	Angra dos Reis	3116	13,1	47,5
	Parati	1624	5,8	25
	Total	6536	26,6	100

Fonte: Vasconcellos, Márcia Cristina Roma de. Famílias escravas em Angra dos Reis (18801-1888). São Paulo: USP. Tese de Doutorado. 2006. p. 45. Dados elaborados a partir do Jornal do Commercio, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A partir da tabela 08 constatamos que até o final da década de 1860 o comércio entre as regiões não teve grandes alterações. No entanto, no decorrer da década seguinte,

observamos uma queda significativa de embarcações que saiam dos portos da Costa Verde em direção ao Rio de Janeiro. Este fato pode estar associado a diversos fatores, inclusive a utilização das ferrovias como meio mais rápido e seguro de transportar o produto. Por ora não temos mais informações específicas sobre esta queda. De outro modo constatamos que ocorreu o aumento no número de embarcações que saiam exclusivamente de Paraty em direção aos portos da capital durante o mesmo período. Ocorrendo pequenas oscilações negativas no decorrer dos anos de 1870 e 1880. Esta informação vai ao encontro das trocas de correspondências entre a câmara municipal de Paraty e a Corte do Rio de Janeiro sobre os produtos importados e exportados por este município nos anos de 1854 e 1864⁸⁹. Nela, observamos que houve um aumento na produção de aguardente e de café para os respectivos períodos⁹⁰. É bem provável que o aumento no número de embarcações acima tenha relação direta com o aumento destes dois produtos na região de Paraty, além da própria relação que o município exercia como região portuária e de escoamento de mercadorias.

A diferença entre as embarcações de Mangaratiba e Paraty foram salientados por Junior. De acordo com autor, esse decréscimo dos portos de Mangaratiba pode estar associado a decadência da atividade cafeeira da região do Vale do Paraíba fluminense. Por sua vez, o aumento das embarcações de Paraty tem relação com o aumento da produção na região de São Paulo⁹¹. Desta forma, podemos perfazer até o presente momento que uma conjunção de fatores internos e externos influenciou o município de Paraty para que mantivesse sua economia funcionando no decorrer do século XIX. Alimentado pelo aumento da produção interna de aguardente e café, pela proximidade com áreas que necessitavam escoar suas mercadorias pelo porto e pelo início da decadência da economia cafeeira fluminense. Este último caso abriu possibilidades para que o escoamento por Paraty fosse escolhido pelos paulistas em detrimento de Angra e Mangaratiba.

Até o presente momento foram dadas as características da economia, funcionamento e produtos importados e exportados por Mangaratiba. Além disso, no subcapítulo anterior já apresentamos a evolução demográfica do município. A partir da análise desses dados observamos que um agrupamento de fatores influenciou nesses números. No caso do aumento da população livre de Paraty podemos destacar: o aumento da produção interna e o escoamento dos produtos de outras regiões do Rio, São Paulo, sobretudo esta última. Estas duas questões teriam fomentando a criação de empregos, armazéns, comércio e outras situações que pudessem atrair trabalhadores e pessoas livres. Além disso, não descartamos que o crescimento da economia e a vinda de pessoas livres para região pode ter influenciado na conquista da liberdade. Neste sentido, apresentamos como suporte a esta hipótese que a vinda de livres fomentava uma economia interna dos escravizados, sobretudo para as mulheres que ampliavam suas margens de ganho, realizando trabalhos para esse conjunto de pessoas. Além disso, conforme já foi observado por Junior, a decadência da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense imobilizou – em partes – a economia mangaratibense, fazendo com que ocorressem diminuições nos números de embarcações desta região⁹². Por sua vez, o fortalecimento da economia do Vale do Paraíba Paulista e do Oeste Paulista fomentou novas possibilidades em Paraty no decorrer da segunda metade do XIX. Assim, este conjunto de fatores explica em partes os motivos pelos quais Paraty manteve seus cativos no decorrer das décadas de 1860, 1870 e 1880.

⁸⁹ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 119.

⁹⁰ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 124

⁹¹ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 46.

⁹² Idem. 46

Por outro lado, não podemos descartar que a diminuição deste quadro demográfico de cativos pode estar associada à própria expansão da economia cafeeira de São Paulo. Neste sentido, é importante lembrarmos que essas regiões passaram a absorver cativos de outros lugares. Inclusive das regiões aqui apresentadas. É provável que esta diminuição no número de escravizados – entre a primeira e segunda metade do XIX – esteja associada a demanda por novos trabalhadores para essas localidades, dado a necessidade de cativos para essas regiões. Todavia, especificidades são importantes, principalmente no que diz respeito a manutenção de parte de alguns senhores de Paraty conseguirem no decorrer da década de 1870 e 1880 conservar suas posses. Percebemos a manutenção das posses dos senhores de Paraty no decorrer da década de 1880 é significativa. Isso corrobora a ideia de que esses proprietários sofreram ou ao menos conseguiram manter suas cativos mesmo após as investidas da expansão da economia cafeeira em São Paulo. Acredito que isso corrobora a ideia de pensarmos que o município utilizou do braço cativo até os últimos dias da abolição da escravidão.

Neste sentido ao falar de aquisição e manutenção de posse de cativos se faz necessário assinalar as questões relacionadas à origem do cativo. Para observação acerca da origem dos cativos o autor utilizou os inventários *port-mortem* localizados no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJERJ). Para a região de Mangaratiba, respeitando os períodos de 1831-1850, 1850-1870 e 1870-1886, Junior aponta que respectivamente a taxa de africanos fora de 58,9%, 35,3% e 42,8%⁹³. Segundo o autor isto demonstra a força do tráfico ilegal de cativos no decorrer dos anos de 1830 e 1850. Ademais, com o passar da segunda metade do XIX percebemos como a taxa de nascidos no Brasil aumentou em detrimento da diminuição dos africanos. Representando para os mesmos períodos, 41,1%, 64,7% e 57,2%⁹⁴. Para nossa pesquisa não apontamos a taxa de africanos para Paraty. Infelizmente não assinalamos essas questões em virtude da ausência de tempo para a pesquisa e em decorrência da pandemia que inviabilizou a localização desses documentos em outras instituições – como cartórios, institutos e arquivos municipais e federais⁹⁵.

Além dos aspectos econômicos e demográficos da região de Mangaratiba, o autor também observou e analisou as informações constantes nos registros de batismo, casamento e óbito. Analisando exclusivamente os assentos de batismos da igreja de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba e de Santana de Itacurussá, observou que para 1831-1850 foram localizados ao todo 1.146 batismos. Esses registros encontram-se em livros separados pela condição social dos sujeitos. Isto é, livros destinados aos escravizados e aos livres⁹⁶. Como se verá adiante, a separação dos assentos de livres e escravizados em Paraty não foi identificada. Pode ser que os senhores de escravizados não tivessem o hábito de batizar cativos ou eles ainda não foram identificados para pesquisa de Kiernan e muito menos nesta.

De toda forma, nesta parte do texto o objetivo do autor não é apresentar as alforrias na pia, mas construir e acompanhar algumas trajetórias para compreender como a cor dos sujeitos variava no tempo e espaço. No entanto, outros dados são importantes. Em relação aos

⁹³ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 97

⁹⁴ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 98

⁹⁵ Infelizmente a pesquisa foi realizada no momento da Pandemia de COVID-19. Meu ingresso no Programa de Pós Graduação da UFRRJ, coincidiu com o fechamento de diversos estabelecimentos. Este fator inviabilizou o acesso aos cartórios, bibliotecas, arquivos públicos e outros acervos.

⁹⁶ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense p. 147.

assentos de batismo, Junior aponta que “todas as informações pertinentes foram anotadas pelos párocos das freguesias que compunham a vila”⁹⁷. Este fato vai ao encontro do que foi observado para Paraty. Além disso, o maior índice de omissão encontrado nas documentações se refere a da identificação da cor, condição jurídica e proprietários dos padrinhos. Por exemplo, segundo o autor em 44% dos registros não foi declarada a condição dos padrinhos. Já entre os padrinhos declarados escravizados, apenas em 32% dos casos foram explicitamente declarados pelos párocos seus proprietários⁹⁸. A não identificação dos livros de crianças cativas para Paraty torna inviável a comparação acerca da cor, condição social dos padrinhos e dos proprietários. No entanto, para os registros de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios percebemos que nos assentos das crianças de condição livre os párocos locais se encarregaram de identificar todas as crianças por meio da sua cor. Seja ela branca, parda, preta ou crioula. Ademais, quando a criança era alforriada na pia batismal observamos que muitas informações eram apontadas pelos responsáveis: origem da criança, cor, nome dos pais, origem dos pais, nomes dos avós paternos e maternos e suas origens, nome e condição social e jurídica dos padrinhos. Por fim, o nome dos proprietários da criança batizada ou da mãe ou dos avós. Este assunto será abordado de forma mais específica no capítulo 3.

Nesses assentos – Igreja de Nossa Senhora da Guia e de Itacurussá – o autor também observou a relação de legitimidade e ilegitimidade. Para os períodos de 1802-1823 e 1831-1850 o autor identificou que a taxa de legitimidade foi respectivamente de 40,18% e 17,4%. Enquanto a de ilegítimos foi de 59,81% para 82,6%. Para Junior, foi na primeira metade do XIX que era “mais comum os escravos legitimarem suas relações na igreja do que no avançar do XIX”⁹⁹. Por uma outra perspectiva, cabe as considerações de Sheila de Castro Faria. A autora apontou que diversos fatores afetavam esta dinâmica: localizações, relações, trânsitos de comércio e pessoas. Para as regiões portuárias as relações tenderam a não apresentar índices de legitimidade, uma vez que a própria dinâmica da cidade não facilitava a fixação, mas sim uma grande circulação de cativos enquanto durou o tráfico internacional¹⁰⁰. Mais uma vez esclarecemos que a relação de legitimidade e ilegitimidade será abordada em momento oportuno da pesquisa. No entanto, cabe esclarecer que vamos apenas apresentar os dados relativos às crianças que foram alforriadas na pia batismal. Ausentando-se neste sentido, os dados referentes aos assentos de batismos das crianças de condição cativa.

Já foi salientado nos parágrafos anteriores que a região sul-fluminense, sobretudo Mangaratiba e Paraty vivenciaram questões socioeconômicas similares no decorrer do século XIX. Trabalhando principalmente com os inventários post mortem, registo de batismo e de casamento, Vasconcellos apresentou esta afirmação para o município de Angra dos Reis. Analisando quatro períodos, 1840, 1850, 1856 e 1872, a autora aponta o quadro demográfico do município para livres e cativos. Análise já realizada na parte anterior a esta que se discute. De qualquer forma, em relação a população livre infelizmente não será possível afirmarmos se o número maior de pessoas livres em Paraty no decorrer dos anos diz a respeito a indivíduos que conquistaram a liberdade no município, e por algum motivo específico continuaram fixados na região. Este dado pode ter elevado o número de sujeitos na categoria de livres. Ou se é referente a também ex-cativos de outras regiões ou de sujeitos de condição livre que enxergaram em Paraty uma oportunidade de se estabelecer. Por ora cabe-nos apenas observamos que compactuamos com a análise de Vasconcellos. Nela, percebemos que a população de origem livre vai aumentando significativamente. Processo este já observado

⁹⁷ Idem. p. 147.

⁹⁸ Idem. p. 147.

⁹⁹ Idem. p. 158.

¹⁰⁰ FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998. p. 323.

para os três municípios da região da Costa Verde.

Conforme visto na parte I deste capítulo, diversos fatores podem ter influenciado no aumento de sujeitos na categoria de livres. Se análise for baseada em indivíduos que conquistaram a liberdade e por algum motivo preferiram continuar fixado na região podemos concluir que seria factível que esses escravizados de Paraty não quisessem se aventurar por outras regiões, e desta forma arquitetar novos vínculos de solidariedades. Por outro lado, não podemos negar a importância dada aos municípios portuários e ao “pequeno” crescimento na produção de cana-de-açúcar e do próprio café. Essa relevância foi mencionada nas correspondências citadas na primeira parte deste capítulo. Nos documentos apontamos que a câmara municipal de Paraty enumera diversos produtos que eram importados e exportados pelo município, e que de certa maneira fez com que o município tivesse um sobrevida durante os últimos anos da escravidão.

De qualquer forma a análise acima aponta que no decorrer destas três décadas tanto Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty a população de condição livre foi superior ao total de pessoa na condição cativa. É plausível que esse aumento no número de pessoas na condição livre tenha impactado as visões em torno da liberdade pelos cativos¹⁰¹. Isto é, nesses locais o contingente de livres exerceu uma influência significativa na ampliação de novos laços de solidariedades com outros de condição cativa. Também não descartarmos que em uma região onde todos praticamente deveriam ser conhecer ou ao menos ter alguma referência uns dos outros, é bem possível que os escravizados que conseguissem a liberdade, influenciasse em partes na tomada de decisão daqueles que ainda estavam presos ao jugo do cativeiro. Visto que, a passagem entre uma condição e outra, era simbólica e representativa. Ampliava as chances dos outros, novas redes eram feitas, refeitas, solidificadas, novos arranjos e articulações eram praticadas em torno deste objetivo. De certo que esses relacionamentos impactavam na busca pela alforria, fomentando novas perspectivas em torno da liberdade. A partir dos dados coletados até o presente momento observamos que talvez as chances de uma vida fora das amarras do cativeiro tenham sido bem mais fáceis de alcançar em Paraty do que em Angra dos Reis. Ao que parece apenas para o último período que os números de sujeitos na condição livre de Angra dos Reis apresentam semelhanças com os de Paraty. Este fato pode ser associado a um contexto econômico da época, nos quais as três regiões – Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty – sofreram do mesmo problema para assegurar seus escravizados. Logo, como salientado já anteriormente, fatores como a venda para outras regiões, as fugas e as alforrias certamente influenciaram no quadro estatístico populacional destas regiões.

Já em relação à população cativa observamos uma diminuição no número de escravizados nas três regiões do litoral sul-fluminense. De acordo com Vasconcellos, entre 1856-1872 a diminuição na aquisição de cativos foi de 4,60% para Angra dos Reis, em Paraty para o mesmo período foi de – 2,93% e em Mangaratiba, - 5,44%¹⁰². Mais uma vez esses dados corroboram nossa hipótese de que alguns senhores da região e em virtude do escoamento e produção interna do município de Paraty, conseguiram adquirir mais braços cativos ou ao menos mantê-los sobre sua posse mesmo diante do avanço da economia cafeeira. Em relação aos sexos a autora aponta que Angra dos Reis a escravidão foi essencialmente masculina. Mas que alguns fatores contribuíram no sentido de proporcionar um equilíbrio entre os sexos. Neste sentido, há também correlações entre Angra dos Reis e Paraty para os referidos períodos acima. Em ambos os casos há uma evolução para o equilíbrio dos sexos. No caso de Angra, a identificação ocorreu entre 1800 – 1888, sendo

¹⁰¹Para analisar as diversas visões em torno da liberdade, ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

possível acompanhar a razão de diferença entre os sexos¹⁰³. Já em Paraty ocorreu o mesmo processo, ou seja, há um desequilíbrio, mas não acentuado como em outras áreas. O maior patamar foi para o ano de 1848, quando 63,21% dos cativos eram do sexo masculino. Portanto, diferenças a parte, tanto Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty são regiões que em relação ao quadro estatístico de sua população livre e escravizada vivenciou experiências parecidas. Diante dos expostos observamos a tabela abaixo:

TABELA 9: População livre dos municípios do sul-fluminense da Província do Rio de Janeiro. 1840 até 1872

<i>Período</i> <i>Anos</i>	<i>Mangaratiba</i> %	<i>Angra dos Reis</i> %	<i>Paraty</i> %
1840	35,40%	53,30%	61,85%
1844	45,30%	53,34%	59,68%
1848	59,30%	57,11%	53,42%
1850	50,20%	58,40%	65,09%
1856	58,68%	63,20%	72,19%
1872	78,00%	79,20%	87,87%

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844, 1848, 1850 e 1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE).

TABELA 10: População cativa dos municípios do sul-fluminense da Província do Rio de Janeiro. 1840 até 1872

<i>Período</i> <i>Anos</i>	<i>Mangaratiba</i> %	<i>Angra dos Reis</i> %	<i>Paraty</i> %
1840	64,60%	46,70%	38,15%
1844	54,70%	46,66%	40,32%
1848	40,70%	42,89%	46,58%
1850	49,80%	41,60%	34,91%
1856	41,32%	36,80%	27,81%
1872	22,00%	20,80%	17,13%

Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844, 1848, 1850 e 1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE).

¹⁰³ VASCONCELOS, Márcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006

A tabela acima é demonstrativa e nos apresenta como mais uma possibilidade para pensarmos as características das posses na região e também este possível trânsito entre escravidão e liberdade. Durante a metade do XIX observamos que na maior parte dos casos a população livre de Paraty sempre fora superior ao quadro demográfico de Mangaratiba e Angra dos Reis. Por outro lado, a população cativa pode não ter sido superior aos municípios vizinhos de Mangaratiba e Angra dos Reis. No entanto, constatamos que no decorrer da década de 1840 enquanto nas outras duas regiões houve diminuição no número de cativos, no município de Paraty ocorreu o contrário. Isto é, aumento no número dessa população. Foi somente na segunda metade do XIX que a população cativa começa a diminuir. Este fato pode estar justamente vinculado ao fim do tráfico internacional. Mas também aos preços de mercado. Neste último caso, tanto o fim do tráfico internacional, quanto a demanda das regiões plantadoras de café certamente ampliou as chances dos cafeicultores, que contavam com maiores recursos, fazendo com que tivessem mais poder de barganha junto a outros proprietários bem menos aquinhoados. Retomando a ideia anterior do autor para fechar o fio da meada, ele observa que esta diminuição pode estar associada, sobretudo ao início da decadência do Vale do Paraíba fluminense e ao predomínio econômico do Vale paulista e do Oeste paulista¹⁰⁴. Estas circunstâncias e outras teriam influenciado no quadro demográfico de ambas as regiões. É por este ângulo que o município de Paraty se inseri. É provável que a crise do café do Rio de Janeiro, tenha impactado as regiões de Mangaratiba e Angra dos Reis, por outro lado, o crescimento do café produzido em São Paulo, fez com que o porto da cidade vivenciasse um momento de esperança e movimentação.

Ao que tudo indica, a escravidão no município de Paraty foi essencialmente masculina até a primeira década do século XIX. No decorrer do tempo, esse desequilíbrio entre homens e mulheres escravizados foi diminuindo, acerca deste processo, podemos pensar diversas hipóteses¹⁰⁵. Dentre elas, a venda, fuga e mortalidade de cativos do sexo masculino, além de ações realizadas por parte dos senhores, que passaram adquirir mais cativos do sexo feminino como forma de obter novos escravizados a partir da *Partus sequitur ventrem*, ou seja, o nascimento de uma criança acompanha a condição da mãe, seja ela cativa ou livre. É fato que durante todo o decorrer do século XIX a população escravizada de Paraty foi diminuindo, entretanto durante os últimos 30 anos do período a região conseguiu manter estável a proporção desses braços, uma vez que desde 1872 esse número oscilou muito pouco. Em 1881 a população escravizada era de 2.119, em 1883 de 2.162, em 1884 2.157 e 1885 2.185¹⁰⁶. Diante deste equilíbrio as hipóteses de compra de cativos por parte dos senhores e do crescimento natural desta população não podem ser descartadas. Isto é, talvez adquirir mais cativas pode de fato ter contribuído para que esses números se mantivessem no mesmo patamar do início da segunda metade do século XIX. Conforme já apontado anteriormente talvez o fim do tráfico internacional de cativos em 1850, tenha alterado essas relações de compra e venda. Por outro lado, o crescimento dos gêneros de exportação no município – açúcar, aguardente e café – tenha proporcionado situações distintas; compra de escravizados,

¹⁰⁴ JUNIOR, Manoel Batista Prado. Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença, Mangaratiba, 1831-1888. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI – XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2016. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da famíliaescrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019.

¹⁰⁶ Estas informações foram retiradas dos Relatórios dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro, dos anos de 1882, 1883, 1884 e 1885. APERJ, Rio de Janeiro, RJ.

talvez até de Angra dos Reis, para trabalhar nesses estabelecimentos, oportunidades para os cativos de conquistar a liberdade e a migração de sujeitos para trabalhar nos armazéns, comércio, tabernas e outros estabelecimentos.

Embora as duas pesquisas se identifiquem em muitos pontos, há também diferenças e ausências nos respectivos trabalhos. Acredito que parte dessas ausências ocorre em virtude dos próprios objetivos das pesquisas. Por vezes o objetivo pauta-se nas preocupações da história social, e em outras nos estudos econômicos. Em outros casos a pesquisa tem como foco o papel e a importância da família cativa na construção de sociabilidade, acompanhando quando possível a evolução demográfica dos cativos e das posses. Por outro lado, algumas pesquisas indicam preocupações mais ligadas a conquista da liberdade, como é o caso do trabalho desenvolvido por Kiernan.

Primeiro constatamos as contribuições acadêmicas realizadas no município de Mangaratiba. Em seguida acrescentamos os dados para Angra dos Reis. Todo esse caminho tem o intuito de desvendar, ou melhor, dizendo, interpretar o cenário que os escravizados e livres estavam inseridos na região sul-fluminense. Por ora sinalizamos as análises da autora em relação a posse de cativos. Entre 1800 e 1888 Vasconcelos identificou que mais da metade das posses de Angra dos Reis estavam nas mãos de proprietários que tinha entre 1 e 5 cativos. Por sua vez 17,50% mantinham entre 6 e 10 escravizados, 13,20% entre 11 e 20 cativos, e por último 17,10% do braço escravizado estava nas propriedades com mais de 21 indivíduos. Em todos os períodos ocorreu diminuição dos grandes proprietários. Entre 1816-1826, os grandes formavam um todo de 20%, entre 1827-1837, esse número salta para 29,00%, já em 1838-1848, despenca para 16,30%, e segue desta forma para os anos de 1850, 1860 e 1870, quando respectivamente os percentuais foram de, 15,50%, 16,10% e 12,10%. Resumindo, entre 1800 e 1845, as pequenas propriedades representavam 9,50%, as médias 25,90% e as grandes, 64,60%. Já entre 1845 e 1888, as pequenas 13,10%, as médias, 30,50% e as grandes, 56,40%¹⁰⁷. É bem possível que as discussões em torno do fim do tráfico, as pressões inglesas e a expansão da economia do café tenham impactado os grandes planteis na região. Fazendo com que os grandes proprietários tenham que se desfazer de seus subordinados, enquanto aqueles que menores, e que muitas vezes contava com o sustento do seu único e/ou poucos escravizados segurasse o quanto possível seus cativos. Por outro lado, isto também confirma a nossa hipótese que os grandes senhores de Angra dos Reis se desfaziam mais de seus cativos do que os proprietários de Paraty. De toda forma, precisávamos de outras fontes para atestarmos nossa hipótese acerca deste último assunto.

A partir desse conjunto documental também foi identificado as atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores. A partir das análises dos inventários post mortem a autora assinala que entre 1800 e 1888, foi possível visualizar nos documentos atividades de pesca, agricultura, beneficiamento do açúcar, da aguardente, outros ofícios e o comércio. Em todos os períodos a atividade agrícola representou 52,6%, a pesca 23,1%, seguida do beneficiamento da aguardente, com 9,6%, do açúcar, 5,2% comércio com 6,8% e outros ofícios com 2,7%. Interessante notar que, atividade agrícola tem um crescimento até meados do século XIX, quando a partir deste período começa a diminuir, representando em 1872, 41,3% Por outro lado, o beneficiamento da aguardente assume uma pequena função nessas propriedades. De acordo com Vasconcellos, entre 1816 e 1848 o percentual de propriedades que eram destinadas ao fábrica da cachaça era de 18,0%, já entre 1848 e 1888, essa produção foi para 23,8%, ou seja, um aumento de 5,8% se comparado ao período anterior¹⁰⁸. É perceptível a importância da produção de aguardente não só para Paraty, mas a importância

¹⁰⁷VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006

¹⁰⁸VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006.

desta mercadoria para a região de Angra dos Reis e de Mangaratiba. E a relevância que as atividades agrícolas exerciam sobre ambos os municípios, ou seja, três economias baseadas, sobretudo no mercado interno. Infelizmente para Paraty não foi possível visualizarmos os inventários, e assim apontar como essas propriedades se comportavam em termos de produção, gêneros e outros dados. De qualquer forma esses dados para Angra dos Reis abre a hipótese de pensarmos nas questões relacionadas a posse de cativos e as atividades econômicas desenvolvidas por elas na região de Paraty. No entanto, para empreender estas análises seriam necessários analisar outras fontes documentais, neste caso esta tarefa ficará para uma futura pesquisa.

A origem dos escravizados também foram apontamentos realizados pela autora. Respeitando as mesmas subdivisões, Vasconcellos identificam as seguintes faixas, 1-5, 6-10, 11-20 e 21 e em diante, já para os períodos são de 1800-1815, 1816-1826, 1827-1837, 1838-1848, 1849-1859, 1860-1871 e por último 1872-1888. Entre 1800 e 1837 foi identificado que os cativos de origem africana são a maioria da população cativa, isso em todas as faixas de tamanho. No entanto, no virar da segunda metade do século XIX, o peso dos africanos começa a diminuir, chegando ao patamar mínimo de 1872-1888 quando apenas 17,40% da população escravizada era de origem africana. De certo que o desmonte do tráfico internacional certamente impactou na origem desses sujeitos. Mas não somente esta circunstância. A reprodução natural também realizou seu papel. Este assunto será abordado nos parágrafos seguintes. Ademais, antes de finalizarmos esta parte, chamamos atenção para os proprietários que tinha mais de 20 cativos. Neste caso específico, o peso quantitativo de escravizados africanos diminui significativamente, ou seja, entre 1849-1859 foi de 35,10%, 1860-1871, 35,90%, de 1872-1888, foi de 18,60%¹⁰⁹. Assim, a partir dos expostos a autora observou que a população africana era significativa no decorrer da primeira metade do XIX em Angra dos Reis. Ao passo que no período seguinte este número passar a ter decréscimos. Da mesma forma ocorre com as posses de cativos. Isto é, entre a primeira e a segunda metade do XIX ocorreu uma diminuição significativa das grandes propriedades. E por sua vez um aumento das médias e pequenas posses em Angra dos Reis. Conforme já identificamos no decorrer da pesquisa, já assinalamos que a região denominada Costa Verde em muitas ocasiões partilhou de experiências similares. Por este ângulo, a identificação de origem dos cativos permite-nos pensar na hipótese que este fluxo de africanos para Angra dos Reis também refletia em parte as posses dos senhores de Paraty. Neste caso, é preciso empreender uma outra análise para atestarmos este processo.

A formação da família cativa, e os laços estabelecidos através dela, também foram questões que nortearam as preocupações da autora. Ademais, algumas pesquisas já identificaram as diferenças regionais acerca deste tema. Em determinados trabalhos a família cativa era vista como um promíscua, em outras como um apêndice da história da casa grande e por vezes também foi caracterizada como incapaz de sobreviver diante da violência do sistema escravista¹¹⁰. No caso da família cativa em Angra dos Reis, Vasconcellos, observa as

¹⁰⁹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006 .

¹¹⁰ Esse balanço historiográfico pode ser observado na Introdução dos trabalhos de. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráficoatlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI – XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2016. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019. SCHWARTZ, B, Stuart. A Família escrava em Lorena (1801). Est. Eco. São Paulo, v. 17, nº 02, p. 245-295, maio-ago. 1987. MOTTA, José Flávio. Estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro – Bananal, 1801-1829. Tese de Doutorado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, fevereiro de 1990.

famílias nucleares, matrifocais, o casamento entre os cativos e a relação de mães casadas e solteiras entre 1800 e 1888. Para verificar essas informações, a autora analisou os registos de casamento e de batismo de cativos que foram encontrados no Convento do Carmo e na Igreja de Jacuecanga. Após todo esse levantamento a autora cruzou os dados nessas documentações com os informes identificados nos inventários *post mortem*. A partir deste cruzamento de informações, indicações e nomes Vasconcelos constatou as relações familiares e como elas se organizavam. Embora não tenha sido analisado os registros de casamentos e batismos dos cativos de Paraty, a exposição dos dados para outro município da Costa Verde nos ajuda a refletir sobre as possibilidades da formação familiar para a região de Paraty dos oitocentos.

A partir deste conjunto de fontes a autora observou determinadas características da família cativa na região. De acordo com Vasconcellos, essas famílias eram formadas, sobretudo, por mulheres solteiras. E, esta tendência decorreu pela falta de interesses dos senhores em verem seus cativos sacramentados pela Igreja. Também com o passar dos anos a frequência de famílias formadas pela ilegitimidade aumentou. Essa relação, segunda autora, tem precedente quando se agravam os problemas relativos à reposição de mão de obra cativa no Brasil¹¹¹. A união sacramentada pela Igreja dificultava a separação familiar, por sua vez isso não era bem-visto pelos senhores, em especial pelos senhores de Angra, já que durante toda parte dos oitocentos conviveram com a crise econômica e a perda de mão de obra cativa. Isto ocasionava futuros problemas com a venda desses escravizados para outras regiões¹¹². Já em relação ao problema da mão de obra, a autora informa que o preço dos cativos foi decisivo, dificultando a reposição e fazendo com que parte desses indivíduos fossem vendidos para outras áreas em expansão econômica. Esta característica impedia que muitos estabelecessem relações, já que o número de escravizados sofreu uma diminuição significativa na segunda metade do século XIX¹¹³. Assim, todos esses fatores em conjunto foram fundamentais para dificultar o casamento entre os cativos, e por sua vez ampliar as uniões ilegítimas. É possível que a posse desses senhores se estendia até outros municípios, ou que muitos deles teriam diversas posses em outras regiões. Em outras palavras é possível que domínio destes senhores e senhoras tenham criados dificuldades em legitimar o casamento entre os escravizados pela região da Costa Verde. No entanto, para realizar esta análise seria necessário empreender pesquisa a partir de um outro conjunto documental. Por ora, cabe-nos apensar constatar que as mulheres solteiras e com filhos são as mais figuram nas Lista de Classificação do Fundo de emancipação dos anos de 1873 até 1876.

As conclusões acima são estabelecidas a partir de que pressupostos e de quais dados? Reafirmando mais uma vez o caráter da economia de Angra dos Reis, ou seja, voltada, sobretudo, para o mercado interno e o transporte do café, Vasconcellos aponta que a família e as relações estabelecidas através dela, foram alteradas muitas vezes em decorrência da transformação econômica verificada na região. As famílias legitimadas pelo matrimônio não foram predominantes, correspondendo apenas 23,10%, entre 1800 e 1888. Já as constituídas por mães solteiras, representam 76,9%. A representatividade dessas mães solteiras e seus filhos foi marcante na primeira metade do XIX, e tornou-se mais intensa após 1850. Entre 1800 e 1845, foi possível identificar que 67,8% das famílias eram matrifocais, já para o período de 1845 e 1888, esse percentual aumenta para 83,9%. E os percentuais de famílias nucleares, são respectivamente, 32,2% e 16,10%¹¹⁴. Perceba que todo arcabouço de crise

¹¹¹ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 102.

¹¹² VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 102. p. 101.

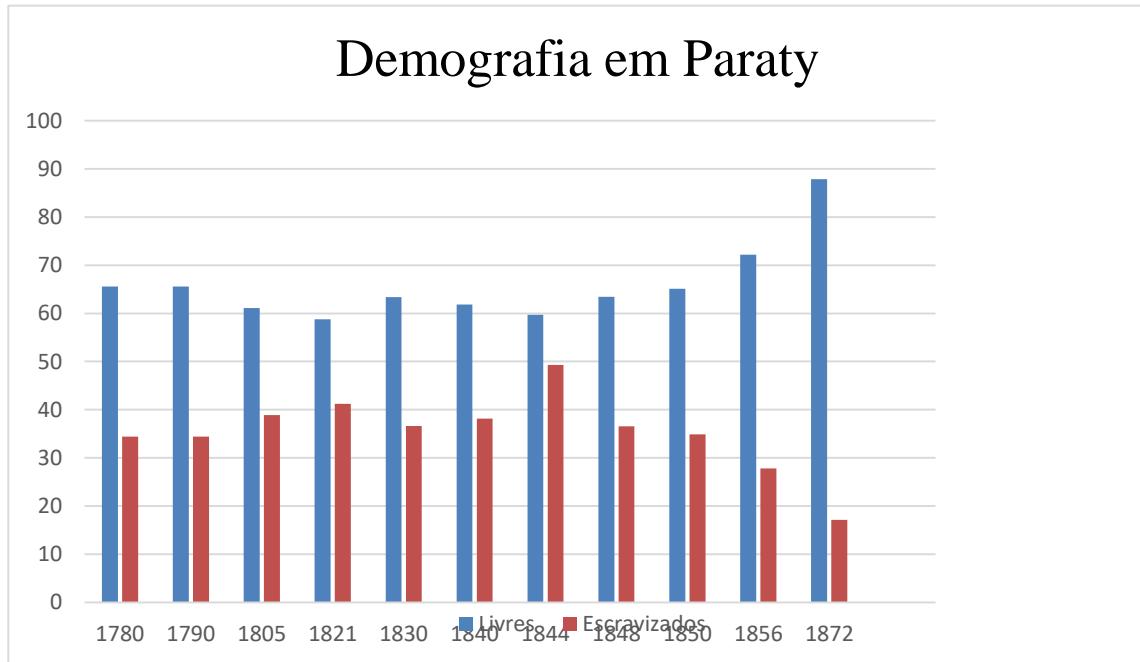
¹¹³ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 102. p. 102.

¹¹⁴ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006. p. 104.

econômica, fim do tráfico internacional de cativos, economia baseado no mercado interno, além da recusa dos senhores em casar seus escravizados foram circunstâncias que dificultaram a realização dessas uniões legítimas. Fazendo com que o número de famílias somente com a presença da mãe teve um aumento de 16,10% entre os períodos. Infelizmente esta tarefa não foi detidamente analisada para a presente pesquisa. A exposição desta parte tem apenas o intuito de propor reflexões acerca da formação familiar na região da sul-fluminense. Além disso, ao salientar essas observações podemos observar as futuras lacunas historiográficas em cada análise, e desta forma abrir nossas possibilidades de pesquisa.

Utilizando as fontes paroquiais – registros de batismo e casamento – além dos inventários post mortem, James Patrick Kiernan acompanhou a evolução demográfica no município de Paraty do final do século XVIII ao início do século XIX. Além disso, indicou quando possível, o sexo, a origem e as atividades ocupacionais que mais se destacavam na região. Também acompanhou a evolução das posses de cativos durante o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Todos esses dados demográficos já foram expostos na segunda parte deste capítulo, que trata exclusivamente do quadro demográfico e das atividades ocupacionais. Ademais, um exercício de memória nunca é demais para auxiliar o leitor (a) a relembrar fatos já anteriormente citados. Por sua vez, os dados consolidados ajudam a acompanhar o quadro demográfico de Paraty durante o final do século XVIII e o XIX. Desta forma, essas junções de informações nos permitiram construir a tabela que se segue:

GRÁFICO 1: Evolução do quadro demográfico da População livre e cativa do município de Paraty entre 1780 até 1872



Fonte: Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, anos 1840, 1844, 1848, 1850 e 1856. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Censo Nacional de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) e KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976

A partir do gráfico acima observamos e acompanhamos a evolução demográfica em Paraty para o final do XVIII e no decorrer do XIX. Por este ângulo percebemos como a população de condição livre sempre fora superior durante o período. Somente para 1844

observamos uma certa paridade entre os sujeitos de condição livre e os cativos. Além disso, identificamos que no decorrer da segunda metade do século XIX ao que parece os senhores de escravizados em Paraty foram perdendo suas posses uma vez que as quantidades desses sujeitos vão diminuindo ao longo da análise. Já para a primeira década do XIX observamos um certo grau de permanência para a população cativa. É provável que o tráfico internacional de escravizados tenha contribuído para que esses números tenham permanecido quase inalterados. Por fim, percebemos como depois de 1850 o percentual de cativos diminui, chegando ao número mínimo para 1872.

De outro modo, a queda no número de cativos em relação a primeira década do início do século XIX pode estar associada a diversos fatores conforme já salientados em outra parte do texto: ao próprio fim do tráfico internacional, as fugas, vendas para outras regiões e até mesmo as alforrias. Todavia, mesmo com a queda, durante as décadas de 1870 e 1880 a população escravizada de Paraty não sofreu tantas diminuições. A manutenção da população cativa no quadro amplo da demografia para os anos de 1881, 1883, 1884 e 1885 corrobora a nossa ideia de que durante as respectivas décadas do século XIX e até no limitar da abolição no Brasil, a escravaria de Paraty não variou de quantidade. Isto significa dizer que o município contou com a mão de obra cativa até os últimos dias do fim do cativeiro.

A partir das correspondências apresentadas para as décadas de 1850 e 1860 percebemos que a economia da cidade estava aumentando sua produção de café e de aguardente. Sendo assim, constatamos que o aumento da população livre em Paraty pode ter sido em decorrência da abertura de armazéns, de mercados, locais de abastecimento e outros comércios. Também não descartamos que alguns desses livres tenham sido de ex-escravizados do município que passaram neste momento a fazer parte deste categoria. Acerca desta permanência, Kiernan assinala que muitos negros e mulatos libertos tinham empregos nos latifúndios, e aos quais sua terra arrendada era anexa ao de senhor, muito deles desempenhavam funções como: supervisores, mestres de açúcar e destiladores. Outros eram carpinteiros e o restante trabalhava no maquinário do engenho¹¹⁵. Estes que por motivos pessoais e variados resolveram continuar estabelecidos na região que já possuíam laços solidificados. Embora não podemos esquecer a importância do funcionamento do porto na cidade de Paraty, inclusive mantendo uma constante de pessoas que permaneciam e outras que saíam. De toda forma, foi a partir do porto que as informações, o comércio e o burburinho de uma notícia da corte eram também transmitidos. Provável que os cativos certamente articulavam suas ações a partir do que era falado e realizado no porto. Por mais que o município tenha predominância das atividades ocupacionais dos escravizados na produção agrícola, não descartamos a hipótese que esses cativos circulavam, escoava a mercadoria de seus proprietários pelo porto, recebiam mercadorias para seus senhores, ajudavam muitas vezes na embarcação e desembarque. Assim, o contato com pessoas livres sempre foram muito intenso. Sem dúvidas as experiências em torno da liberdade foram realizadas dentro desta relação.

No paradoxo da escravidão, isto é da proximidade entre liberdade e cativeiro, constatamos três situações que se interligam: A primeira é que o crescimento econômico de Paraty pode ter contribuído para que pessoas de condição livre migrassem para a cidade. A outra é que alguns proprietários de cativos conseguiram manter suas posses mesmo após a lei de 1850 e por último é que com a economia produzindo, exportando, recebendo tributos de outros municípios para embarcar suas mercadorias, ou seja, ampliando suas funções, é provável que essas oportunidades também se abrissem aos cativos. Muitos certamente enxergavam com bons olhos a população livre e nova na cidade, isso ampliava as vendas das

¹¹⁵ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 24.

quitandeiras, ajudava as lavandeiras a ter mais roupa para lavar fora, mais obras eram realizadas e as atividades ocupacionais do porto era também outra opção para muitos escravizados ganharem qualquer pecúlio e ampliar sua rede de solidariedade e sociabilidade.

Há outras preocupações na pesquisa do autor. Elas dialogam com o tema da posse de escravizados, e as atividades desenvolvidas. Entretanto, não vou me alongar nessas considerações, uma vez que ao longo do texto sempre serão retomadas questões acerca desta pesquisa, uma vez que foi a única localizada que trata do tema da escravidão na região. Além disso, outras semelhanças serão realizadas em momento oportuno da pesquisa. Por ora, cabe apenas destacarmos que a pesquisa de Kiernan utilizou outro conjunto documental, sendo os inventários uma documentação valiosa, no sentido de poder reconstruir relações que não podem ser discutidas profundamente nesta pesquisa.

Todavia, há relações entre as pesquisas aqui apresentadas. Muitas das preocupações em torno da família cativa na região e como ocorreram as relações subjacentes a ela. Por isso a análise dos inventários post mortem se faz necessário. A partir dessas documentações observamos que Junior e Vasconcellos puderam apontar os tamanhos das posses, as faixas etárias dos sujeitos, as concentrações de renda, os bens e outras características que somente a utilização desta fonte é possível constatar. Além disso, excluindo a pesquisa de Kiernan, somente para as análises de Mangaratiba observamos preocupação – mínima – em compreender como esse cenário estava atrelado a conquista da liberdade. Por isso, o autor contou com o auxílio de 18 processos de ações de liberdade para as três regiões. Infelizmente não localizamos na pesquisa quantos são especificamente de Paraty. Todavia, são questões em torno da luta, dos desafios e dos conflitos existentes em torno da conquista da alforria. De certa forma, o objetivo principal do autor não é analisar como e quando essas liberdades ocorriam, mas, sobretudo observar o cenário de constituição da família mangaratibense.

A partir deste pequeno e difícil percurso interpretativo acerca das questões relacionadas à escravidão observamos a Paraty da nossa pesquisa. Em outras palavras, a partir das análises dos trabalhos em Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty – este último para um recorte temporal diferente – observamos a especificidade de nossa pesquisa. Por sua vez, esta característica nos permite preencher lacunas historiográficas e observamos a peculiaridades em nossa pesquisa. Assim, na terceira e última parte do capítulo apontamos essas singularidades, retomando, sempre que possível, algumas proximidades e distâncias entre as abordagens, fontes e resultados das outras pesquisas para a região sul-fluminense.

A partir dos expostos constatamos a importância das pesquisas para reconstruir o cenário demográfico e social dessas regiões. Ao sair das inquietações acadêmicas das grandes regiões plantadores de café do Rio e São Paulo, observamos como esses municípios são dinâmicos e como eles interligavam-se a economia cafeeira. E como este fato contribuiu para uma certa vitalidade na região mesmo após a decadência da atividade mineradora, a construção da ferrovia e do aumento da produção de áreas do interior paulista e fluminense. Ademais, com a observação de um contexto local e regional constatamos como essas localidades foram afetadas por demandas externas. E como essas demandas podem interferir na formação familiar e consequentemente na conquista da alforria. Assim, a partir destas constatações podemos neste momento localizar o município de Paraty no contexto da escravidão da segunda metade do XIX.

Para facilitar a compreensão dos fatos e a leitura a organização desta parte da pesquisa ocorre da seguinte forma: primeiro observamos as fontes, objetivos e resultados da pesquisa para Mangaratiba. Assim, constatamos a especificidade de nossa análise, enriquecer o debate em torno da escravidão na região sul-fluminense e preencher lacunas historiográficas.

Há muitas semelhanças e diferenças entre as pesquisas. Não somente nas questões relacionadas ao comportamento demográfico e/ou econômico da região. Esses debates também estão presentes na forma como se realiza uma dissertação ou uma tese de doutorado.

Pelo ângulo da semelhança constatamos que as três pesquisas – Manoel Batista do Prado Junior, Márcia Cristina Roma de Vasconcellos e James Patrick Kiernan – alcançaram alguns de seus resultados em decorrência da utilização como fonte os inventários post mortem. Já apontamos a importância deste documento na reconstrução e construção de questões relacionadas às estruturas de posse, família escravizada, graus de legitimidade e ilegitimidade, além de bens e atividades desenvolvidas. Neste caso os inventários são a melhor opção – mas não a única – para interpretar as condições de vida desses sujeitos. Infelizmente na nossa pesquisa não observamos os inventários post mortem para a segunda metade do século XIX. Já foi dito anteriormente que a pandemia de COVID-19 fechou muitos arquivos, instituições e contatos. Impossibilitando que muitos documentos fossem investigados. Por ora deixo esta tarefa de analisar os inventários para uma pesquisa futura. Podendo inclusive mudar os rumos dessas, acrescentar e/ou reafirmar algumas pontuações realizadas até o presente momento.

A partir do uso dos inventários as três pesquisas observaram outras questões interessantes. Neste caso foram apontadas as características das estruturas das posses, as atividades comerciais, bens inventariados, origem dos proprietários (as), idade, sexo e casamentos dos cativos e senhores. Infelizmente essas informações não foram especificamente analisadas. Por sua vez isso não significa que nos ausentamos de analisarmos as características econômicas para o período. Mas, sobretudo percorremos outros caminhos para apresentarmos nossos apontamentos. Observamos esse caminho a partir das Atas da Câmara de Paraty que respondia e enviava correspondências. Fazendo com que fosse possível apontarmos a produção, gênero, comércio e outras questões sobre a Paraty da metade dos oitocentos. Além disso, a partir das comparações com outras regiões do sul-fluminense observamos a principal atividade econômica da região, e a importância da função portuária para os três municípios da região sul-fluminense.

No caso da legitimidade e ilegitimidade este assunto somente foi abordado em nossa análise quando se tratava de observar as singularidades das crianças alforrias na pia batismal. Neste sentido, observamos de que tipo de relação conjugal – segundo o concílio tridentino – essas crianças eram frutos. Já para Mangaratiba, Angra dos Reis e a Paraty do final do século XVIII e início do XIX as produções analisaram esta relação a partir dos inventários post mortem. Isto permitiu observar a questão da família escravizada mais especificamente, as possibilidades dessa formação a partir da posse e a relação conjugal entre os cativos. Portanto, este debate apareceu de forma um pouco secundária em nossas análises, não adentramos especificamente nessas questões.

Percorrendo ainda o caminho da semelhança percebi mais uma identificação entre as análises realizadas para Mangaratiba e Angra dos Reis. Neste caso, o Censo Imperial de 1872 e os Relatórios dos Presidentes de Províncias foram documentações similares em ambos os casos. Da mesma forma ocorreu na presente pesquisa. Isto é, esta documentação permitiu acompanhar o quadro estatístico populacional durante todo o século XIX. Além de não ser a única informação que possamos obter com essa documentação. Todavia, nesses casos os relatórios foram fontes essenciais no acompanhamento deste índice. Ademais, para a pesquisa de Kiernen o autor não utilizou os Relatórios dos Presidentes de Província para a construção do cenário econômico e social da Paraty da primeira metade do XIX. Mas sim, os inventários post mortem como fonte principal para. Assim, a partir desses relatórios observarmos como ocorreram as oscilações demográficas, verificar – a depender do relatório manuseado – origem, sexo, cor, idade, legitimidade, ilegitimidade e outras especificidade do documento.

A partir do uso dos relatórios acompanhamos o comportamento da população cativa e livre para a região da Costa verde. Percebemos como cada região se comportou economicamente e socialmente. Observando com a perda de um quadro estatístico para uma região poderia ser um ganho para outra próxima. Em outras palavras, por serem municípios vizinhos é provável que tanto a população livre e cativa circulassem pela região. Fazendo com

que o trânsito de pessoas livres e cativas na região fossem alterados minimamente em algum momento. Para além dos inventários e os Relatórios dos Presidentes de Províncias e dos resultados observados através da análise destes percebemos que os estudos para Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty apontaram os assentos de batismos de suas respectivas paróquias. Um dos principais objetivos para as contribuições para Mangaratiba e Angra dos Reis ao utilizar essas fontes foi sobretudo analisar o indicie de legitimidade e ilegitimidade. Uma vez que em ambos os casos foram constatados livros separados para cativos e livres. Na nossa pesquisa não observamos esta separação. Porquanto este fator impossibilitou de visualizarmos a partir de que relação estas crianças eram frutos. Além disso, em nossa pesquisa na utilização dos assentos de batismo procuramos apontar as especificidades da criança alforriada na pia batismal.

Por outro lado, somente para Angra dos Reis e na nossa análise que o batismo foi analisado de forma detalhada. Nos assentos de batismo da Igreja de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba e de Itacurussá, Junior assinalou questões relacionadas a família, condição social e a hierarquia. De outro modo, em Angra dos Reis e na nossa Paraty observamos e apontamos a importância das fontes paroquiais, do apadrinhamento, de suas possibilidades, das responsabilidades, multas, vedações, a importância dos pais espirituais e como o laço de compadrios se estendia para além das relações espirituais. Este assunto será abordado com mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação. No entanto, especificamente em nosso caso nos detemos mais acerca das crianças que eram alforriadas na pia batismal e não aquelas crianças escravizadas batizadas e que continuariam sobre a posse de seus respectivos senhores. Ou seja, escravizadas. Isto decorre do fato de não localizarmos assentos para as crianças escravizadas batizadas. Nas análises que foram realizadas a partir dos assentos de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios procuramos também salientarmos a conquista da alforria no primeiro sacramento. A partir deste pressuposto apontamos que é bem possível que as ações dos sujeitos, sobretudo as mulheres eram muito bem calculadas para alcançar a alforria para seus filhos (as).

Além disso, tanto para Mangaratiba quanto para Angra dos Reis, ambas as pesquisas demonstraram preocupação em compreender o tráfico de escravizados. Isto permitiu apontar em ambos os casos a taxa de africanos, o sexo e a origem desses sujeitos. Para a nossa análise não analisamos o impacto do tráfico de cativos para Paraty, uma vez que no período aqui em questão do tráfico internacional já não era mais uma alternativa para os senhores. Todavia, nem para a pesquisa de Kiernan entre o final do XVIII e início do XIX o autor preocupou-se em analisar essas questões do tráfico para a região. Isto nos permite apontarmos essas preocupações em pesquisa futura. Assim, será possível visualizarmos o impacto do tráfico em cada uma dessas regiões, percebermos diversos comportamentos particulares de cada localidade e compreender como o tráfico e/ou o fim dele impactou nessas relações econômicas dos municípios.

Há muitas particularidades entre as pesquisas de Mangaratiba e Angra dos Reis. Este fato reside, sobretudo nas pontuações historiográficas acerca da família escravizada. No que diz respeito a este tema, cabe esclarecer que este foi o objetivo principal das análises realizada por Vasconcellos em Angra dos Reis¹¹⁶. Já para Mangaratiba, Junior aponta este objetivo como questão secundária, mas não menos importante. No caso de Vasconcellos a autora apresenta um debate acerca das famílias matrifocais e nucleares e como elas eram articuladas e vinculadas a questão do tamanho da posse dos proprietários.

Percorrendo o caminho da Rio Santos – no sentido literário – chegamos até as semelhanças e diferenças entre a pesquisa de Kiernan para o final do século XVIII e início do XIX em Paraty e esta que apresentamos. Além das diferenças no recorte temporal e as citadas

¹¹⁶ VASCONCELOS, Marcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888. Tese de Doutorado pelo Curso de Pós-Graduação em História econômica. USP, 2006

anteriormente nos quais Kiernan preocupou-se em analisar a posse de escravizados, casamentos, origem, sexo, cor e outros atributos a partir dos inventários post mortem, cabem outras. Por mais que em ambos os casos as pesquisas tenham algum tipo de aproximação, ou seja, analisar a questão da alforria no município de Paraty, nos dois casos chegamos aos nossos resultados a partir de fontes diferentes. Isto é, enquanto Kiernan observou as alforrias localizadas no cartório único do município e os testamentos, em nosso caso observamos as alforrias conquistadas através do fundo de emancipação, das pias batismais e a partir de uma ação de liberdade.

As cartas de alforria permitem ao historiador (a) observar dados como cor, origem, nome dos pais, idade e as formas como se procederam a conquista da liberdade. Essas formas podem ser gratuitas, onerosas ou condicionais. Infelizmente não foi possível adentrarmos no cartório único de Paraty e localizarmos essas documentações. Desta forma, não conseguimos apontarmos quem eram os sujeitos na segunda metade do XIX que tinham mais chances de alforria através da carta de liberdade. Neste caso a identificação desses sujeitos só foi possível para as alforrias na pia batismal. Neste sentido, enquanto Kiernan procurou apresentar ao leitor (a) quem eram os sujeitos que mais tinham chances de alcançar a alforria, nos atentamos para compreender a conquista da liberdade. Isto é, os diversos caminhos nos quais os escravizados poderiam percorrer para alcançar este objetivo.

Por mais que a compreensão da alforria seja um objetivo em comum, a estratégia adotada por ambas as pesquisas é diferente. Para isso contamos com o uso das alforrias na pia batismal, das ações de liberdade e de informações relacionadas ao Fundo de emancipação. de 1871. Para além de identificar, procuramos dar vida a essas estratégias, visualizarmos caminhos, empecilhos, desafios e esperanças em torno das diversas possibilidades em alcançar a alforria. Desse modo, preocupamo-nos em compreender as estratégias em torno deste objetivo, as lutas, os laços de solidariedades e a esperança em torno da liberdade através do fundo de emancipação.

Para além das diferenças e semelhanças as questões abordadas nesta parte do texto permitem-nos apontarmos a importância de nossa pesquisa para os debates em torno da escravidão. Mas especificamente no contexto da escravidão da região sul-fluminense. Além disso, em relação aos trabalhos para Mangaratiba e Angra dos Reis atentamo-nos na observação das questões relacionadas a conquista e as estratégias de liberdade. Este fato não foi abordado em ambas as produções historiográficas. Preocupando-se mais detidamente sobre temas relacionados à família cativa, posse de escravizados, tráfico de cativos, casamentos e legitimidade e ilegitimidade. Em comparação as análises desenvolvidas por Kiernan, acreditamos que mesmo com as diferenças já apresentadas, observamos que ambas as produções possuem um diálogo muito próximo e acabam por se complementar em muitos aspectos, principalmente quando analisamos as alforrias conquista na pia batismal. De toda forma elas poderiam ainda serem complementares caso fosse possível observarmos as cartas de alforrias para a segunda metade do século XIX. Desta forma, conseguiríamos acompanhar mudanças e permanências acerca da dinâmica da liberdade no município de Paraty no decorrer do século XIX.

A partir dos expostos salientados nos parágrafos anteriores observamos diferenças e semelhanças, objetivos e resultados, mas não somente isto. Uma pesquisa não se faz somente a partir dessas questões. Isto é, a publicação e o resultado de um estudo não anula os resultados das outros. Muito pelo contrário. Acreditamos que muitas vezes eles se completam, permitindo inclusive acompanhar oscilações e demarcarmos questões específicas de cada produção historiográfica. Neste sentido, percorremos um caminho que nossas análises pudessem ser acrescentadas com as anteriores, para que possamos preencher as lacunas historiográficas em questão. Assim, no capítulo posterior, observamos a singularidade da Paraty da segunda metade XIX, os caminhos tortuosos dos cativos em torno da liberdade, seus

desafios e esperanças em torno da alforria através do fundo de emancipação.

2 FUNDOS DE EMANCIPAÇÃO: SENTIDOS, ESTRATÉGIAS E LIBERDADE EM PARATY

No capítulo anterior foi apontado o cenário social, econômico e demográfico de Paraty na segunda metade do século XIX. Além disso, observamos essas questões para toda região sul-fluminense. Esta parte da pesquisa está subdividida em quatro partes. A primeira tem por objetivo apresentar o fundo de emancipação, regulamentado através do Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Neste sentido, indicamos o que foi o fundo de emancipação, os mecanismos para os escravizados serem classificados, quem eram seus integrantes, as cláusulas de serviços, as competências das juntas de classificação, as avaliações e outros direitos relacionados ao próprio fundo. Na segunda parte identificamos os múltiplos sentidos dado pela historiografia ao fundo de emancipação. Isto é, como ele foi observado no decorrer das análises? A partir de quais julgamentos este mecanismo foi abordado? Foi ou não eficiente? Na terceira parte ampliamos o tema, analisando o funcionamento do fundo de emancipação, das juntas de classificação, as distribuições das quotas, as estratégias e liberdades nas províncias e outras microrregiões. Por último, reduzimos nossa escala de análise. Logo, vamos adentrar no funcionamento do mesmo para a região de Paraty, identificando os sujeitos que compunham as juntas de classificação, as liberdades, a realização das matrículas, a distribuições das alíquotas, a implementação do próprio fundo e outras questões relevantes para a pesquisa.

2.1 O que é fundo de emancipação?

O Fundo de Emancipação foi um instrumento criado pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, e regulamentado através do Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Este último documento está dividido em dez capítulos, contando com mais de cem artigos, dentre eles: as matrículas, as penalidades de sua omissão, os livros, do direito a classificação, a desclassificação, a função das juntas, os seus integrantes, os dias de reuniões, arbitrariamente, do pecúlio, direito à liberdade e outros. Outrossim, o objetivo principal deste dispositivo era a libertação de um determinado número de escravizados conforme a quota destinada a cada um dos municípios do país, esta alíquota era distribuída de acordo com o quadro estatístico de cada localidade. Ou seja, ele era uma espécie de poupança pública que o governo fomentou para alforriar escravizados durante o final do século XIX. Ademais, a composição desta poupança era resultado dos impostos governamentais e outras contribuições, dentre elas destacam-se os tributos provenientes da taxa de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade, do produto de seis loterias anuais isentas de impostos, das multas impostas em virtude do próprio regulamento, das quotas que sejam marcadas no orçamento geral, provinciais e municipais, das subscrições, doações e legados com esse destino. Portanto, o poder público estabeleceu objetivos e recursos que deveriam ser alcançados e/ou utilizados para alterar a condição social desses cativos. Além de definir critérios nos quais esses escravizados deveriam se enquadrar para alcançar a alforria. Por outro lado, não podemos desconsiderar que a sua implementação foi fruto de muitos impasses, debates, brigas, desejos, inquietações e interesses. Isto é, um verdadeiro ir e não ir.

Para que essas liberdades ocorressem era necessário que os senhores de cativos realizassem as matrículas de seus escravizados. A realização deste procedimento era de suma

importância para a concretização do fundo de emancipação. Fabiano Dauwe aponta que o cumprimento era necessário para que “dentre outras razões” fosse possível atuar na aplicação de forma proporcional dos recursos do fundo¹¹⁷. Ou seja, era necessário primeiro conhecer a quantidade de cativos que cada município possuía para depois distribuir as alíquotas que cada localidade teria direito de acordo com o quadro demográfico. O poder público tinha pressa nesse processo, para isso estipulou responsabilidades, prazos e penalidades. Tratou de promover o conhecimento deste processo. De acordo com o Decreto 4.835 de 01 de dezembro de 1871 o governo era responsável por afixar em lugares públicos, na imprensa e por edital que as matrículas seriam realizadas nas repartições fiscais, abertas desde o dia 01 de abril de 1872, tendo como prazo final o dia 30 de setembro do mesmo ano. Por outro lado, o mesmo documento admitia a possibilidade de novas matrículas em um prazo de um ano¹¹⁸. Possivelmente, o governo já admitia as dificuldades que encontrariam tanto em termos geográficos, ou seja, as distâncias entre uma cidade e outra, quanto em termos da própria resistência de alguns senhores em realizar este procedimento. Além disso, essa uma estratégia adotada pelos parlamentares, muitos deles proprietários e com seus interesses. Assim, era necessário tratar o tema com a maior cautela possível, adotando uma política emancipatória lenta e gradual, sem abalar a economia e gerar prejuízos financeiros e morais para os proprietários.

Diante desta previsibilidade o poder público estipulou penalidades em caso de omissão na realização das matrículas. De acordo com o Decreto 4.835 de 1871 as penas eram estipuladas de acordo com a gravidade do caso. A pessoa que incumbe dar matrícula aos filhos de mulher cativa e não o fazendo no tempo e de modo estabelecido, incorrerão por negligência multa de 100\$00 a 200\$000¹¹⁹. Em casos de não comunicação de falecimento dos mesmos filhos livres a multa era de 10\$00 a 50\$000, ou se por acaso ocorreu de forma intencional declarações inexistentes e se essas declarações tiverem sido feitas no intuito de crianças serem matriculadas como escravizadas, sofrerão os responsáveis multas de 50\$00 a 100\$00, além de serem aplicadas penas de acordo com o artigo 179 do Código Criminal. Para além das multas aplicadas aos responsáveis por falta ou omissão no caso de matrículas dos filhos das cativas, os funcionários encarregados de assistirem o primeiro e segundo encerramento das matrículas e não comparecerem sem causa justificadas e devidamente comunicada com antecedência incorrerão multa de 50\$000. Os pátrocinos que tenham recebido os editais do início da realização das matrículas e não anunciassem a seus fregueses a abertura e encerramento da mesma incorreu multa de 10\$000¹²⁰. Percebemos que o governo buscou em partes assegurar o funcionamento e a realização deste processo, posto que era de sua responsabilidade a coordenação desta política, e não deixar nas mãos dos interesses privados dos senhores de escravizados.

A matrícula era de responsabilidade dos senhores e possuidores de cativos. Na ausência deste, o representante legal do escravizado, os cativos fora do domínio senhorial poderiam ser matriculados por tutores, curadores, depositários judiciais, síndicos,

¹¹⁷ Fabiano Dauwe. A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-graduação em História. 2004.

¹¹⁸ BRASIL, Decreto 4.835 de 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>.

¹¹⁹ BRASIL, Decreto 4.835 de 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>

¹²⁰ BRASIL, Decreto 4.835 de 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>.

procuradores e representantes de ordens e corporações religiosas. No ato da matrícula os responsáveis deveriam ter o cuidado de indicar o nome, sexo, cor, dia mês e ano de nascimento do cativo, a data de matrícula, a naturalidade, filiação e a residência do cativo e do próprio responsável pelo mesmo¹²¹. Se a produção histórica não fosse reflexiva e crítica, acreditariamos piamente que o Estado foi o agente condutor dessas transformações, sendo ausente qualquer tipo de interferência dos burocratas, políticos e proprietários. No entanto, não é isso que Sidney Chalhoub apresenta em sua pesquisa¹²². De qualquer forma, não podemos negar que o poder público mantinha certo cuidado e preocupação na manutenção dessas informações que eram repassadas por estes responsáveis. Na ausência das estações fiscais, caberiam aos coletores, administradores de mesas e rendas e inspetores das alfândegas dos municípios a competência de dar matrícula. Ao ser matriculado as informações eram transferidas para um livro especial, aberto, que seria numerado, rubricado e encerrado pelo Inspetor da Tesouraria das Fazendas nas províncias e pelo Diretor Geral das Rendas Públicas do Rio de Janeiro e município Neutro¹²³. A partir disto concluímos que diante desta estrutura – mesmos os cativos distantes do poder senhorial – o poder público buscou construir minimamente, a partir de vários interesses, uma rede de apoio que pudesse agilizar essas informações, neste caso, esta malha independia das ações privadas.

Além das responsabilidades e penalidades acerca da realização das matrículas, em cada município haveria uma junta de classificação. Elas seriam compostas neste caso pelo presidente da câmara, pelo promotor público e coletor de rendas. Na ausência do presidente da câmara caberia ao vereador imediato e que esteja no exercício de seu mandato, na falta do promotor caberia ao ajudante e na ausência do coletor, caberia ao chefe da repartição fiscal encarregado da matrícula, ou ao encarregado designado. A responsabilidade das juntas eram classificar os escravizados que teriam o direito a liberdade. Suas reuniões deveriam ocorrer sempre no primeiro domingo do mês de julho, procedido sempre por editais. Qualquer pessoa do povo poderia se dirigir as juntas de classificação caso possuíssem informações que julgassem dignas para seu trabalho. Conforme salientado anteriormente, a estrutura organizada pelo poder público dispunha de métodos que fosse possível não ser dependente das informações prestadas somente pelos senhores. À vista disso, além do procedimento da realização das matrículas serem realizadas por sujeitos de diferentes categorias, competiria também aos próprios cidadãos prestar informações que julgassem importantes para o funcionamento da mesma.

Diante dos expostos cabe a pergunta. Quais escravizados teriam o direito de serem classificados? O Decreto 5.135 de 1872 em seu artigo 27 indica que o fundo de emancipação classificara primeiro as famílias, em seguida os indivíduos. Por outro lado, as libertações familiares devem ser prioritárias indicando primeiro os escravizados casados de senhores diferentes, seguida dos cônjuges que tiverem filhos nascidos livres em virtude da lei e os menores de oito anos. Também os cônjuges com filhos menores escravizados, as mães com filhos menores, e por último os casais sem filhos. Já as libertações individuais preferiram mãe ou pai com filhos livres, os cativos de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais novos do sexo feminino, seguido pelos mais velhos do sexo masculino. Interessante também é que independentemente da classificação familiar ou individual, o fundo de emancipação criou uma espécie de ordenação e qualificação paralela, isto é, serão preferidos os cativos ou

¹²¹ BRASIL, Decreto 4.835 de 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>.

¹²² CHALHOUB, Sidney Machado de Assis, historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003

¹²³ BRASIL, Decreto 4.835 de 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>.

outrem que entrarem com certa quota para sua libertação. Além disso, o bom comportamento também interferia na classificação desses cativos, uma vez que os mais “morigerados” terão prevalência a juízo dos senhores¹²⁴. A partir destes pressupostos observamos que os legisladores determinavam critérios neste processo, e os escravizados precisavam adequar-se aos mesmos, ou seja, como a família cativa teria prevalência em detrimento dos indivíduos, é nítida que a formação familiar era uma espécie de porta de entrada para a liberdade. Infelizmente, neste estudo não será possível analisar a família cativa em Paraty. No entanto além de amenizar as dores do cativeiro, tornar a vida com menos consternações, é factível que esses sujeitos formavam famílias também como uma alternativa para lograr êxito na busca pela sua liberdade e de seus familiares.

Além dos critérios familiares citados no parágrafo anterior, os legisladores indicavam outras preocupações acerca dos sujeitos que teriam prevalência nas liberdades através do fundo de emancipação. Neste sentido, é perceptível que os escravizados que dispusessem de quantia teriam primazia em suas liberdades, ou seja, melhorariam sua classificação nesta listagem. Diante dos expostos é pertinente que este dispositivo – fundo de emancipação – possuía um intuito de realçar as diferenças entre os cativos, ou seja, cativos com famílias, escravizados que possuíssem pecúlio eram prioridades nas liberdades. Logo, é exequível que o próprio fundo de emancipação aspirava delinear corpos e comportamentos dos cativos em torno da busca pela liberdade. Em outras palavras, um cativo solteiro, que não trabalhasse em torno deste objetivo era visto aos olhos dos senhores e dos próprios legisladores como um sujeito que não estava apto a conviver com outras pessoas de condição livre.

Neste contexto, a diferença entre os cativos funcionava como uma ferramenta de possibilidades de inserção no mundo dos livres. De acordo com Mattos, a grande plantation se constituiu como um lócus privilegiado para a constituição da família cativa, visto que as chances de formação familiar eram maiores nessas localidades. Por outro lado, era nestes estabelecimentos que a empresa escravista procurava estabelecer diferenças internas na comunidade, fator essencial de sua constituição, funcionando também como uma afirmação da dignidade humana dos escravizados. Por este ângulo, a identidade construída apenas com base na homogeneidade imposta pela condição do cativeiro não ultrapassava uma visão superficial dos senhores¹²⁵. Porquanto, a formação familiar além de ampliar as possibilidades de alforria, também dilatava maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro. Isto é, conforme assinalado, nos parágrafos anteriores e confirmando as preocupações de Hebe Mattos acerca da heterogeneidade do cativeiro podemos pensar em diversas hipóteses. Isto é, que em muitos casos os proprietários de escravizados de muitas regiões do país por diversas vezes investiam na diferenciação interna nas suas senzalas, imprimindo na experiência do cativeiro de homens e mulheres, uma suposta estratégia de controle social de seus escravizados¹²⁶. Portanto, era importante criar ferramentas, métodos e dispositivos que

¹²⁴ BRASIL, Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>.

¹²⁵ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020.

¹²⁶ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. ALBURQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 2009. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2014. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019. MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI – XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2016. LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de crianças

salientassem essas diferenças de forma que esses comportamentos se processassem como mecanismos de controle e otimizassem as chances da conquista da liberdade.

Para confirmar a atuação do fundo sobre os comportamentos dos cativos basta salientar que existiam os escravizados que estariam desclassificados. Ou seja, quais cativos não desfrutavam dessas oportunidades? De acordo com o Decreto 5.135 de 1872, os escravizados que já eram alforriados com alguma cláusula restritiva de serviços ou sujeitos a cumprir outras condições não seriam contemplados na classificação, e caso fossem classificados seriam omitidos. Além disso, os preteridos seriam os indiciados nos crimes mencionados na lei de 10 de Junho de 1835, os pronunciados em sumário, condenados, os fugidos e por último os habituados a embriaguez¹²⁷. Está claro que se um por um lado o fundo de emancipação serviu como ferramentas que ajudou a golpear a ação dos senhores e a quebra do monopólio do poder senhorial. Por outro lado, ele criava métodos nos quais os cativos deveriam se enquadrar caso buscassem a liberdade por este caminho. É óbvio que esta era apenas um caminho a ser percorrido pelos escravizados, outras ferramentas foram utilizadas pelos mesmos nas conquistas de suas liberdades. Por ora, cabe apenas destacar que moldar o comportamento e as ações desses sujeitos eram uma premissa fundamental para assegurar a base agroexportadora do país, sem criar grandes abalos no modo de produção, também era interessante para manter a ordem e a segurança pública, uma vez que o objetivo do fundo de emancipação não era libertar um grande contingente de cativos. Ademais, sobre este assunto a parte II deste capítulo irá tratar do tema.

Nos parágrafos anteriores foi possível identificarmos as preocupações em torno das matrículas, as juntas de classificação, as penalidades, as classificações e as desclassificações. Também procuramos demonstrar como o fundo foi uma importante ferramenta criada pelo poder público no intuito de conduzir o processo das alforrias dos cativos, uma vez que a própria estrutura dos Decretos 5.135 e 4.835 buscou assegurar a realização de todo processo. Além disso, demostramos que o governo se empenhou minimamente em delinear as ações e comportamentos dos cativos que almejavam a liberdade por intervenção do fundo de emancipação, ou seja, a prioridade dada às famílias em detrimento dos indivíduos e o beneficiamento do pecúlio doado ao fundo eram instrumentos nos quais o poder público apelou para manter a tranquilidade dos próprios proprietários e também da economia do país, de forma a preservar a ordem pública principalmente nas zonas rurais. No entanto, se por um lado buscou-se a segurança e tranquilidade, por outro a própria legislação assegurou direitos aos cativos. Isto significa dizer que a subtração do poder senhorial não apenas ocorreu a partir da autoridade pública, uma vez que a condução deste processo era uma responsabilidade do Estado, mas também está supressão ocorreu a partir do momento no qual os cativos possuiriam meios de alcançar a alforria a despeito da vontade senhorial. Este dado indica que muitos interesses, desejos, lutas, alianças e debates foram suscitados no decorrer da aprovação da legislação. Talvez essa diminuição do poder senhorial também esteja de acordo com o próprio movimento abolicionista, da pressão de alguns setores que por motivações variadas desejavam o fim da escravidão.

Neste contexto como esses cativos conseguiram alcançar a liberdade sem ter em conta a vontade de seus senhores? Mais uma vez o Decreto 5.135 de 1872 se faz necessário, em seu artigo 56, determina que, caso o cativo por meio de seu pecúlio venha indenizar seu senhor

escravas no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Resgate, Campinas, v. 2, n. 1, p. 26-34, 1991. EISENBERG, Peter. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. In: ___, Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.

FERRAZ, Lizandra Meyer. Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

¹²⁷ BRASIL, lei nº 04 de 10 de junho de 1835. Determina penas com que devem ser punidos os escravos que matarem, ferirem ou cometerem outra ofensa física contra seus senhores e estabelece regras para o processo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm.

por meio do valor correspondente na sua avaliação o mesmo terá o direito à liberdade assegurada¹²⁸. Conforme salientado anteriormente a formação do pecúlio era proveniente de doações, legados, heranças e aqueles nos quais os cativos acumularam por resultado de seu trabalho. Neste caso, ao formar esta renda o cativo deixaria este valor nas mãos do senhor e/ou possuidor, com anuência do juízo de órfãos, sendo recolhido pelos mesmos nas estações fiscais ou em alguma caixa econômica de depósito. Em caso de venda ou transferência do cativo, o pecúlio deveria ser transferido para as mãos do novo senhor. O valor correspondente as alforrias seriam aquelas declaradas nas avaliações dos escravizados, ou deveriam ser fixados mediante acordos entre os senhores e cativos. No caso de impasse entre ambas as partes, o valor seria determinado por arbitramento.

O arbitramento era uma forma de ambas as partes fixarem o preço da liberdade. Neste processo o juiz nomeará arbitradores à revelia das partes envolvidas, serão três envolvidos que deverão fixar o preço do escravizado. De acordo com Mendonça a escolha do árbitro seguia determinados critérios, o representante do senhor – ou ele próprio – indicava uma lista de três nomes, dentre os quais o representante do cativo escolhia um; o representante do cativo – o seu curador – apresentava também uma lista com três indicados e a outra parte escolhia um dos nomes indicados; o terceiro e último árbitro era indicado pelo juiz e não poderia ser recusado por nenhuma das partes envolvidas a menos que se provasse suspeita sobre o mesmo¹²⁹. Concluída esta fase do procedimento, seguia-se as avaliações realizadas pelas partes envolvidas. O preço do cativo deveria observar as condições de idade, saúde, profissão e estado físico. Realizado os respetivos exames físicos, aptidões e a saúde dos escravizados os avaliadores deveriam manifestar-se acerca do valor que julgavam condizer com as condições dos sujeitos. Em caso de manifestações contrárias das partes envolvidas caberia ao último avaliador, ou seja, aquele designado pelo juiz apresentar preço com os quais os cativo deveriam indenizar o seu senhor pela sua liberdade¹³⁰. Infelizmente para a presente pesquisa não foi possível localizarmos nenhum processo no qual fosse possível visualizarmos este tipo de litígio entre senhores e escravizados.

Às vezes os processos de avaliações eram resolvidos de forma “harmônica” entre as partes envolvidas, em outros casos a “harmonia” dava lugar a uma série de disputas judiciais entre as partes. Em sua pesquisa, Mendonça consegue identificar ambos os casos, ou seja, avaliações que foram acordadas entre as partes envolvidas e outras que sofreram constatação pelos senhores de escravizados. Acerca destas contestações, a autora apresenta um caso que ocorreu em 18 de outubro de 1880. Em carta dirigida ao juiz uma petição, assinada pelo solicitador Leopoldo de Quadros dizia-se que Eva, cativa de Francisco Rodrigues de Paula Barbosa, que tendo desejos de libertar-se, por ser esse um dos mais sagrados direitos da suplicante, e mediante pecúlio que conseguiu juntar, tem em vista adquirir sua liberdade¹³¹. Negando aceitar o pecúlio de sua cativa, o representante de Eva solicita ao juiz o depósito da mesma. Além desse impasse, o requerimento alega que a cativa teme que violência possa ocorrer diante deste fato, e por isso requere tal manifestação do juizado¹³². Neste caso, a

¹²⁸ BRASIL, Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>.

¹²⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 192

¹³⁰ Idem. No livro “Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil, Mendonça conseguiu identificar processos nos quais os cativos eram requerida em juízo o direito sua alforria através do acúmulo de pecúlio. Para isto, a autora indica os casos dos cativos Marcelina e de Vicente que se dirigiram à Justiça para pleitear suas liberdades.

¹³¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 194-195.

¹³² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no

autora não obteve a visualização e o desfecho deste processo, ademais, este é só mais um dos diversos litígios nos quais ambas as partes tentam barganhar, obter aquiescências entre os valores propostos.

Nos parágrafos anteriores procuramos apresentar o fundo de emancipação e os diversos dispositivos nos quais eram essenciais para seu funcionamento e implementação. Desta forma, indicamos a importância na realização das matrículas, os sujeitos que eram responsáveis por este processo e as penalizações que estavam sujeitos. Além disso, salientamos que cativos eram prioritários neste processo, revelando uma faceta importante acerca do fundo de emancipação, ou seja, os critérios de classificação e desclassificação. Neste sentido, o fundo priorizava famílias em detrimento de liberdades individuais, ou seja, percebe-se neste caso que a família era a “porta de entrada” para a liberdade. Por este ângulo cotejei o fundo de emancipação a uma possível investida por parte do poder público de moldar comportamentos e ações desses sujeitos.

Também observamos que o poder público tentou assegurar todos os procedimentos no caso das liberdades através do fundo de emancipação. Em contrapartida, este fato não anula os diversos interesses em jogo, as disputas, o poder de barganha e desejos conflitantes na aprovação destas medidas. A formação das juntas de classificação, suas responsabilidades, a realização das reuniões e os métodos que o poder público tornou oportuno para tentar coibir possíveis interferências de particulares neste processo são alguns indicativos que demonstram a responsabilidade e importância do fundo de emancipação e os diversos dispositivos que estavam inseridos neste processo. Além disso, indicamos algumas concessões que foram cometidas, ou seja, se por um lado o fundo de emancipação foi um importante instrumento no desmonte gradual do poder senhorial, por outro lado, ele pode ser analisado como uma ferramenta que agia de forma a realçar critérios nos quais os cativos deveriam enquadrar-se, ou seja, conforme indicado algumas vezes, a formação familiar e o pecúlio dos cativos funcionavam como critérios classificadores. Neste jogo de concessões, manutenções e manipulações dos personagens envolvidos – poder público, senhores e cativos – também mostramos que algumas benesses foram conquistadas pelos escravizados, dentre elas pode-se destacar a alforria independente da vontade senhorial e a ausência de matrícula que gerava a liberdade. Na parte seguinte, serão abordadas as questões de natureza historiográficas e estruturais, ou seja, como o fundo de emancipação foi abordado pela historiografia? A partir de quais pressupostos teóricos eles foram analisados? Estas serão algumas inquietações salientadas a seguir.

2.2 Os múltiplos sentidos do fundo de emancipação na historiografia

Nos próximos parágrafos da pesquisa serão observados algumas contribuições historiográficas acerca do fundo de emancipação. Isto significa compreender como este instrumento foi observado pelos (as) historiadoras. Primeiramente salientamos alguns entendimentos acerca do fundo, indicando como a historiografia com o passar do tempo visualizava a implementação deste dispositivo. Sempre que possível faremos o uso de análises comparativas, assinalando ora a preocupação de um estudo, ora de outro. Uma vez que tecendo essas relações é possível acompanharmos como esse instrumento foi investigado, explorado e observado por um conjunto de perspectivas diferentes. Outrossim, nesta parte também será possível visualizarmos como o fundo de emancipação agiu em determinadas regiões, isto significa dizer que, se em um determinado lugar as matrículas foram realizadas, se ocorreu demora, os motivos dos atrasos, as reclamações por parte dos envolvidos e claro, a liberdades concedidas por ele.

Para compreender as diversas abordagens historiográficas acerca do sentido deste dispositivo, observamos as colaborações de outros autores (as). Destacam-se Fabiano Dauwe, Emilia Viotti da Costa, Robert Conrad¹³³. A reflexão acerca do funcionamento do fundo foi analisada por uma outra perspectiva a partir das contribuições de Dawen. Suas análises foram compreendidas a partir da identificação de diversos projetos anteriores ao fundo instituído pela lei de 1871. Em outras palavras, o autor sinalizou em seu trabalho diversos projetos que tinham como objetivo criar uma espécie de “poupança” pública para os cativos. Neste sentido, o autor salienta a proposta de José Bonifácio de Andrade e Silva. Articulador de nossa independência, astuto político do império, Andrade e Silva em sua Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, já mencionava a constituição de uma poupança para libertar os escravizados. Segundo Dauwe o projeto de Bonifácio pretendia extinguir escravidão em um prazo relativamente curto, entre quatro e cinco anos, objetivava também melhorar as condições dos cativos até que fosse possível abolir o cativeiro¹³⁴. Indicava o direito por parte dos escravizados de acumularem pecúlio, comprar suas alforrias e procurar um novo senhor em caso de castigos cruéis. Determinava o fim da separação familiar, do impedimento de casamentos entre os cativos e obrigava o senhor a cuidar dos cativos mais velhos ou adoecidos. Há também critérios acerca de uma suposta classificação dos cativos na listagem, e um órgão que seria responsável por conduzir tal processo, neste caso era o Conselho Conservador. De acordo com Dauwe esta foi a fórmula encontrada por Bonifácio, ou seja, uma diminuição progressiva do contingente de escravizados, sendo que as alforrias realizadas através do fundo deveriam ocorrer nos mesmos moldes das experiências realizadas na França e Inglaterra¹³⁵.

A proposta de Bonifácio não foi exclusividade do político pernambucano. Em 1837 Frederico Burlamaque também faria o mesmo processo. Em sua obra intitulada *Memoria analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*, Dauwe identificou que Frederico Leopoldo César Burlamaque buscou persuadir os proprietários de cativos dos efeitos negativos que era a escravidão, manuseado de informações lógicas e pautadas na racionalidade, sobretudo no pensamento Conteniano, o autor condenava o tráfico¹³⁶. Sendo assim os efeitos da escravidão eram mais negativos do que positivos, assim era preciso e necessário apresentar argumentos econômicos e morais. Do ponto de vista econômico o trabalhador assalariado era mais produtivo, gerava mais riqueza que despesa, favorecendo a economia de mercado e a lógica capitalista, proporcionando um Brasil mais industrial. Por sua vez a escravidão favorecia a ignorância, dilatava os costumes familiares, atacava a religião e moral da sociedade. Essa era a base do pensamento do autor, logo a abolição deveria ser tratada de forma lenta e gradual, reservando-se os “esforços para que o escravo se tornasse digno de ser libertado”, e que os riscos da abolição seriam mínimos, menos do que a sua própria manutenção¹³⁷. Percebe-se que a ideia da moralidade está presente na proposta realizada por Burlamaque. Manter a escravidão era ir à contramão das mudanças que ocorriam no mundo, seja no ponto de vista econômico, dos costumes, ou seja, ser escravista era ser “fora de moda” no século XIX.

¹³³ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala a colônia. São Paulo. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2010. CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2^a ed. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Retratos do Brasil, v. 90)

¹³⁴ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p.36

¹³⁵ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 36

¹³⁶ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 36

¹³⁷ Idem. p. 37.

Tratar a abolição da escravidão dentro da ordem era, sobretudo para os senhores uma forma de “ganhar tempo” para sua própria auto-organização. Por outro lado, pensar o fim da abolição dentro desta lógica implica também pensar em alternativas que pudesse convencer tanto os proprietários quanto os próprios cativos. Sugerir, aconselhar e persuadir o cativo neste sentido significava ter a prerrogativa de controlar os caminhos em torno da liberdade. Isto implica em tratar a alforria como um ato exclusivamente dos senhores, privado, ou seja, com a mínima possibilidade de interferência do poder público nestas questões. Essa exclusividade durante muitos anos determinou a ampliação do poder senhorial sobre os próprios cativos – uma vez que até o próprio ato de alforriar um escravizado poderia ser revertido – fomentando supostamente contingente de homens e mulheres dependentes das vontades senhoriais¹³⁸. Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade* já indicava que um dos principais pilares da política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. A ideia era convencer os cativos de que os caminhos para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade¹³⁹. Essas últimas palavras funcionavam para os proprietários como uma ferramenta fundamental na condução deste processo, o medo de insurreições, revoltas e da desorganização econômica e social do país foi uma ferramenta que fomentava a ideia de uma suposta segurança na condição e na lentidão deste processo.

Infelizmente não será possível analisarmos detidamente cada um dos projetos que anteciparam a Lei do Ventre Livre – e que instituiu o fundo de emancipação – nesta pesquisa. Resta apenas indicarmos que outros projetos foram propostos, dentre eles destacam-se as contribuições de Luiz Francisco da Câmara Leal, Antônio da Silva Netto e Maria Joséphine Durocher, todos eles foram analisados minuciosamente por Fabiano Dauwe e por Chalhoub. No mais, neste momento nos interessa sim, compreender como Fabiano, analisando as diversas propostas e entendimentos acerca da formação de um fundo de emancipação, reconheceu a importância do fundo como ferramenta essencial no desmonte e no golpe final do poder senhorial.

Conforme dito no parágrafo anterior, as conclusões de Dauwe foram realizadas a partir da análise dos variados projetos em torno da criação de um fundo de emancipação. Por outro lado, o autor elabora comparações com outros trabalhos produzidos, e que tiveram o fundo de emancipação como objetivo principal ou secundário em suas pesquisas. Ou seja, tanto a análise minuciosa de cada projeto, quanto os estudos comparativos foram fundamentais para as conclusões do autor. Sendo assim, essas novas percepções analíticas colaboraram no sentido de propor novas abordagens e entendimentos acerca da função estratégica que o fundo de emancipação exerceu na vida dos atores sociais envolvidos.

Em diversos momentos da historiografia o fundo de emancipação foi tratado apenas a partir do caráter economicista e pouco libertador. Problemas como a dificuldade na realização das matrículas, nas reuniões das Juntas de classificação, as armadilhas em torno da formação de pecúlio, ocultação de famílias para não serem classificadas, e, sobretudo, as baixíssimas liberações, foram ferramentas utilizadas para criticar o fundo de emancipação. Emília Viotti da Costa, em *Da Senzala à Colônia*, apontou as irregularidades que ocorreram na realização das matrículas e nas distribuições das alíquotas¹⁴⁰. Em seguida, a autora informou que,

¹³⁸ A expressão “supostamente” entre parênteses significa dizer que independente do momento da história no qual o país se utilizou da mão de obra cativa, as ações do escravizado contestando a ordem escravista sempre ocorreram. Muitas vezes essas ações vão se adequar aos momentos específicos da história, de ordem econômica, social, cultural e outras. Neste sentido, destacado o trabalho de Keila Grinberg no qual a autora analisa processo de ações de liberdade já no século XVIII, ou seja, muitos anos antes da aprovação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 que determinou de fato o fim do cativeiro o país.

¹³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹⁴⁰ COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Editora: Unesp 2010.

houve bastante resistência na implementação da lei, as juntas classificadoras custaram-se a reunir-se. Indica também que ainda em 1875, o presidente da Província de São Paulo, preocupava-se em remeter comunicados e avisos solicitando às juntas de cada município que trabalhassem, a fim de que pudesse o governo imperial promover as devidas libertações de escravos através do fundo de emancipação¹⁴¹. A preocupação neste momento tem por base a dificuldade na implementação desta política, ou seja, uma resistência por parte das autoridades municipais e senhoriais em realizar o processo básico: a realização das matrículas.

A perspectiva do atraso das matrículas é um dos pilares que sustenta a tese de Costa, não sendo o único. Segundo a autora, ainda em 1873, o governo imperial não tinha conseguido reunir elementos suficientes e necessários para aplicação do fundo. Havia informações apenas de onze províncias, que no total tinham matriculado apenas 200 mil cativos. Neste mesmo raciocínio, Costa apresentou o relatório do Império indicando que em 1875 o ministério da Agricultura queixava-se das irregularidades do fundo, os senhores e representantes das juntas reclamavam das distâncias, nas dificuldades nas realizações dos serviços, a gratuidade do trabalho, e, sobretudo das resistências dos senhores¹⁴². Além dos poucos esforços na condução e resistência deste processo, Emilia Viotti da Costa assinalou o caráter pouco libertador do fundo de emancipação para a região de São Paulo. Até 1879 foram libertados pelo fundo apenas 4.438 cativos, 79 municípios paulista tinham libertado pelo fundo de emancipação 372 pessoas. Além disso, em dez anos, de 1873 a 1883, o fundo de emancipação teria conseguido libertar em todo país cerca de 12 mil escravos¹⁴³. As críticas são exclusivamente nos âmbitos político e econômico, e não social, ou seja, autora não identifica no fundo de emancipação uma função de caráter estrutural. Portanto, não observa o movimento de desarticulação do poder senhorial que o fundo desempenhou. Desta forma, a partir das breves considerações aqui expostas podemos concluir que a lei não satisfez as necessidades, desejos e ambições dos abolicionistas, uma vez que suas preocupações se pautaram mais com as denúncias de irregularidades na aplicação do fundo.

Mais dois outros autores também se utilizaram dos mesmos argumentos de Emilia Viotti da Costa. Robert Conrad analisou as possibilidades de interferência que os senhores exerciam sobre o fundo de emancipação, escolhendo inclusive os cativos que seriam libertados em detrimentos de outros. Burlar o fundo era uma forma de obter vantagens, ou seja, libertado cativos indesejados no lugar dos mais aptos ao trabalho. Fabiano Dauwe assinala que na visão de Conrad o fundo foi nada mais do que um “gesto humanitário, um instrumento de libertação menor ou uma prova de boa vontade. Na pior das hipóteses, foi um meio para os proprietários se desembarcarem dos seus escravos menos úteis a preços muito satisfatórios”¹⁴⁴. Já Regina Célia Lima Xavier, estudando as formas de consecução das alforrias em Campinas, apontou mais uma vez a pouca libertação do fundo de emancipação. Baseada nesta ideia a autora concluiu que este dispositivo não parece ter significado uma saída viável da condição de cativo¹⁴⁵. Tanto para Costa, Conrad, quanto para Xavier observamos que as críticas são semelhantes acerca do funcionamento do fundo de emancipação. Em outras palavras, o caráter deficitário acerca das libertações pelo fundo de emancipação foram ferramentas que sustentam as afirmações dos autores citados.

Mesmo no contexto do século XIX é de se esperar que retardamentos e dificuldades de diversas naturezas ocorram, tanto no ato da matrícula, quanto nas próprias alforrias. Conforme

¹⁴¹ COSTA, Emilia Viotti. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Editora: Unesp 2010. p. 444.

¹⁴² COSTA, Emilia Viotti. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Editora: Unesp 2010. p. 445.

¹⁴³ COSTA, Emilia Viotti. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Editora: Unesp 2010. p. 447.

¹⁴⁴ CONRAD, Robert. Apud DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravo.

¹⁴⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. Apud DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravo.

apontamos anteriormente, para ocorrer as liberdades através do fundo de emancipação era necessário primeiro conhecer os sujeitos que seriam beneficiados por tais medidas diretamente, ou seja, os escravizados. Para que esse passo fosse dado a realização das matrículas era ato significativo. O Decreto 4.835 de dezembro de 1871 regulamenta este procedimento. De acordo com o documento, as estações fiscais estariam abertas para a matrícula do dia 1º de abril até o dia 30 de setembro de 1872. Percebemos que mesmo com a aprovação do documento, o poder público ainda demorou cerca de 4 meses para iniciar este procedimento. Isto é, tempo para que os responsáveis pudessem agilizar algumas informações. Ademais, esse mesmo Decreto no seu artigo Décimo sexto, salientava que mesmo depois de expirado o prazo – 30 de setembro de 1872 – ainda será possível admitir num prazo de um ano novas matrículas, ou seja, se somarmos todos os prazos acima, o cumprimento das matrículas foi abril de 1872 até setembro de 1873.

É de imaginar a relutância de senhores mais recalcitrantes e com receio dessas interferências do poder público em realizar tal procedimento. Acredito que as sucessivas prorrogações de prazos eram do conhecimento do próprio governo, por esses e outros motivos que esses adiamentos foram necessários. Sidney Chalhoub apontou uma circular de nº 04 de 10 de dezembro de 1875 que “pede esclarecimentos a respeito dos municípios nos quais deixou de verificar-se a matrícula até o dia 30 de setembro de 1873 por falta de agentes oficiais ou livros”¹⁴⁶. Neste caso, aponta o autor – a partir da circular – que soubera que na Província de Pernambuco ocorreram casos de municípios que se dera ocorrências onde as matrículas não se realizaram, ou ocorreram por período reduzido. Por esses atrasos e dificuldades é que em dezembro de 1876 o poder público através do Ministério da Agricultura regulamenta mais uma vez uma nova reabertura de matrículas, valendo somente para os municípios de Pernambuco¹⁴⁷. Na província do Paraná funcionários encarregados da classificação indicavam os mais diversos pretextos para não realizar o processo. Já em Laguna, Santa Catarina, a Junta de classificação não tinha se reunido a tempo para primeira quota de distribuição¹⁴⁸. Não é a intenção do trabalho detalhar as diversas localidades que ocorreram atrasos ou dificuldades na efetuação das matrículas dos escravizados, por ora coube apenas indicarmos que a depender do lugar, circunstâncias e interesses os atrasos e pedidos de prorrogações fizeram parte do dia a dia dos agentes públicos encarregados desta função.

Por sua vez também seria tarefa impossível homogeneizar uma única razão para ocorrer esses atrasos. Dauwe assinala fatores que foram importantes para retardar o processo, intencional ou não. Uma vez que muitos funcionários poderiam não ter nenhuma familiaridade com a legislação ou mesmo com uma linguagem jurídica¹⁴⁹. Cabe lembrar que as prorrogações das datas já têm seus desejos mais explícitos. Prorrogar significava adiar as intenções dos cativos em alcançar a liberdade através da ausência de matrícula. Para Chalhoub as prorrogações evitariam sucessivas ações de escravizados na justiça que sabendo da ausência buscavam auxílio com outras pessoas de condição livre para ingressar ações judiciais reivindicando a própria liberdade¹⁵⁰. Em Vila Bela, Pernambuco, os cativos foram

¹⁴⁶ CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 212-213.

¹⁴⁷ CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 212-213.

¹⁴⁸ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertaão gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 79.

¹⁴⁹ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertaão gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 79

¹⁵⁰ No capítulo 04 do livro Machado de Assis Historiador Sidney Chalhoub aponta o caso de Vila Bela no interior da Província de Pernambuco que movimentou a repartição do Ministério da Agricultura no qual Machado de Assis trabalhava no ano de 1877. De toda forma, um parecer antes de 1875 do ministério decidira a orientação da seção de Justiça do Conselho de Estado que considerou sem direito a liberdade os cativos que não haviam sido registrados por deficiência no serviço da matrícula. p. 212. CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

atrás dos seus direitos, isto é, reivindicaram suas liberdades¹⁵¹. Alcançar a liberdade pela ausência da matrícula também foi uma ferramenta utilizada por Luís, um cabra de 17 anos, residente na comarca de Nazaré da Mata, também Pernambuco¹⁵². Infelizmente para Paraty até o presente momento não identificamos esta relação. De toda forma, esses casos certamente mexeram com o imaginário social dos senhores, uma vez que ter um escravizado ingressando com uma ação judicial certamente abalava os pensamentos de domínio de classe. Logo, é de pressupor que prorrogar também era uma forma de ganhar tempo para que essas ações não venham ocorrer em determinadas regiões. Por outro lado, também analisamos este fato como uma ferramenta que concessão do poder público com os senhores mais resistentes da interferência do poder público sob a esfera privada, ou seja, minimizar os “danos” privados decorrentes da aprovação Lei do Ventre Livre.

De toda forma não podemos perder o fio da meada que nos levou aos três últimos parágrafos. Neste sentido, retomamos ao tema apontando que a base da crítica que sustentou parte da historiografia sobre o fundo de emancipação. Fabiano Dauwe não excluiu a morosidade das matrículas em sua análise, pelo contrário, aponta a lentidão, não comparecimento dos senhores em tempo hábil e a impossibilidade de deslocamento de funcionários para essa tarefa, sendo essa uma das formas mais simples de atravancar o processo. Dificuldades essas que a ponto de ainda em 1883 – dez anos após o encerramento do prazo – um relatório do governo indicar que existiam municípios que os dados eram desconhecidos¹⁵³. Entretanto, para Dauwe a morosidade em algumas regiões não deve ser atributo central para compreender o fundo como um dispositivo que nada mudou acerca das alforrias no país. Assim, mesmo com dados deficitários, ainda em 1875 o poder público optou por dar prosseguimento as alforrias através do fundo de emancipação, ou seja, não ia aguardar a boa vontade de alguns resistentes ao andamento do processo.

A base de sustentação de Fabiano Dauwe são as análises comparativas de diversas regiões que libertaram cativos através do fundo de emancipação. A primeira preocupação foi adotar o critério de analisar um universo diversificado de possibilidades, ou seja, cada região com suas peculiaridades locais, econômicas e culturais. Neste sentido, o autor destaca dezenove municípios que serviriam para estabelecer padrões de comparações adequados ao objetivo do seu trabalho, desse total apenas três municípios cafeeiros – Campinas e Rio Claro, na província de São Paulo, e Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense; as cidades das províncias de Salvador e Rio de Janeiro (Corte), também foram selecionados. Destaque para a região de Campos, com grande produção de açúcar, na Bahia destaca-se as cidades de Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro, na região do Recôncavo – a primeira grande produtora de açúcar, a outra de fumo e Santo Amaro fornecedora de farinha de mandioca para consumo interno. Além disso, também foram selecionadas três cidades do litoral catarinense – São Francisco, Desterro e Laguna, e Paranaguá e Castro na província do Paraná¹⁵⁴. Identificando os aspectos como preço médio do cativo, desenvolvimento econômico da região e o quadro demográfico o autor sugere que é possível assinalar uma diferença significativa nas libertações. Por sua vez essas diferenças não são representativas para tratar o fundo como um mecanismo ineficiente, isto é, pensar na ineficiência do fundo de emancipação é concebê-lo como um instrumento apenas economicista, e não de caráter estrutural.

Além destes motivos há outros que o autor aponta como essencial para compreender o

¹⁵¹ CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 212-213

¹⁵² LENIRA, Lima Costa. A Lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888. Dissertação de mestrado através do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. p. 33.

¹⁵³ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 72.

¹⁵⁴ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos.

raio de ação deste dispositivo que é o fundo de emancipação. Parte do pressuposto que não era a intenção dos legisladores acabar com a escravidão, mas antes regulá-la de modo a permitir uma suposta sobrevida por mais algum tempo. Para que fosse possível a realização deste processo, era necessário ser paradoxal, ou seja, manter a mínima autoridade dos senhores em determinados casos e garantir aos cativos algumas prerrogativas que os costumes lhe abriam com o tempo¹⁵⁵. Por este ângulo, Dawen aponta que o fundo de emancipação foi um dispositivo que funcionou perfeitamente com a ideia de uma liberdade conduzida, atendendo ambos os setores da sociedade. Logo, era necessário equilibrar os desejos dos senhores, as conquistas cativas ao longo dos anos e as mudanças que a sociedade do final do século XIX passava a partir do pensamento liberal.

Conforme salientado acima, morosidade das matrículas foi uma das bases que sustentaram a ideia de um fundo de emancipação pouco eficiente. Infelizmente não posso nenhum documento ou carta de alforria que indique que o escravizado foi libertado através deste dispositivo. Este assunto será abordado ao final deste capítulo, quando serão observados as limitações e avanços do fundo de emancipação em Paraty. Porquanto, cabe apenas indicarmos algumas considerações acerca das libertações que foram realizadas através do fundo de emancipação em diversas regiões do país. Pretende-se com a análise perceber a atuação do fundo, as quotas disponíveis, as alforrias, as províncias que mais receberam recursos e as que receberam menos e dentre outras informações que este caminho pode nos proporcionar.

2.3 As quotas de distribuições e a liberdade através do fundo de emancipação

A quota do fundo de emancipação era proveniente de um conjunto vasto de recursos financeiros. De acordo com o Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872 o fundo compõe-se das taxas de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade, do produto de seis loterias, das multas impostas em virtude da lei, das quotas que foram marcadas no Orçamento geral, provinciais e municipais e das subscrições, doações e legados com esse destino. De acordo com Dauwe, os impostos gerais sobre a transmissão eram cobrados quando o cativo fosse vendido ou inventariado. Por sua vez as loterias eram uma forma tradicional de se proverem recursos adicionais para os mais variados assuntos e as multas atuavam em decorrência da aplicação da lei que se revertia em recursos para o fundo¹⁵⁶. Conforme salientado na parte I deste capítulo, as multas poderiam ocorrer por diversos fatores, pela omissão na matrícula até a falta de reunião das juntas de classificação. A participação direta do poder público com recursos financeiros é quase nula, a não ser como agente de coordenação e supervisão dessas medidas. Percebemos nesse sentido que a atuação do governo foi no sentido de não dispor de quantia “exagerada” para tal projeto¹⁵⁷. Por outro lado, não significa que a baixa adesão do poder público – em termos econômicos – significou atraso de recursos ou recursos abaixo do esperado.

Esse conjunto amplo de recursos pode ser analisado como uma maneira do governo buscar alternativas para financiar este projeto. Discriminando os valores por origem fiscal, Dauwe aponta que entre 1871 e 1872 o total superava mil contos de réis, chegando a mil e quinhentos contos no período de 1872 e 1873 para o fundo nacional¹⁵⁸. A um preço de 600

¹⁵⁵ Ver CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 200

¹⁵⁶ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertaçāo gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 86-88.

¹⁵⁷ Ver DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertaçāo gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos

¹⁵⁸ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertaçāo gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 87

mil réis por cativo, o primeiro recurso permitiria a libertação de 1.750 escravizados no país, o que representaria segundo Fabiano Dauwe, pouco mais de um escravo a cada mil existentes¹⁵⁹. Por outro lado, o que mais me chama atenção nos dados apresentados pelo autor são os valores dos recursos provenientes de cada receita. Ou seja, de onde vem os recursos que compõe o fundo de emancipação. Entre 1871-1872 as multas em virtude da lei somaram 1.076\$000, enquanto para 1872-1873 chegou a 30:290\$000. Na mesma planilha para o primeiro período os valores arrecadados dos impostos de transmissão de propriedade foram 66:410\$325, para 1872-1873 foi 103:287\$176. Por outro lado os valores dos impostos de transmissão de escravo por doação para 1871-1872 foi de 554\$092, enquanto para o período seguinte foi 349\$952¹⁶⁰. Mesmo sendo pequena amostra é possível apontar que determinados recursos sofreram variações significativas, é o caso das multas e do imposto de transmissão de propriedade que dobraram seus valores. É possível pensarmos em algumas hipóteses, por ora cabe apenas assinalar esses aumentos.

Valores que para alguns críticos do fundo de emancipação era baixo as suas pretensões. Entretanto, eram recursos que foram condizentes com a realidade econômica do país. Para afirmarmos a ideia de que fundo foi frustrante para alguns entusiastas da abolição imediata e irrestrita cabe mais uma consideração de um personagem político que foi destaque no trabalho de Fabiano Dauwe. Christiano Ottoni em seu *Parecer* em defesa da aplicação do fundo aponta sua frustração pelos valores aplicados e queria que os números de libertos fosse multiplicado por dez¹⁶¹. Infelizmente este não era o pensamento da maioria dos integrantes que aprovaram o projeto em 28 de setembro de 1871 e nas discussões que antecederam o mesmo¹⁶². É patente que o poder público não tinha a pretensão de prover o fundo de recursos no qual pudesse comprometer a receita fiscal, era necessário criar um dispositivo que fosse regulado pelos agentes públicos. De outro modo, o fundo de emancipação deveria contar com recursos de diversas fontes, sendo quase nula a oneração do Estado.

Seria totalmente incoerente visto o que foi analisado até o momento pensar o fundo de emancipação como uma ferramenta de abolição em larga escala. Esses valores não foram suficientes para seduzir os abolicionistas mais radicais. As informações mais implícitas podem ser apontadas como forma de propor um novo caminho historiográfico acerca das funções do fundo de emancipação. Além dos aumentos dos valores arrecadados pelo fundo – multas em virtude da lei e transmissão de propriedade – outro também foi destaque na análise de Dauwe. Para o período de 1871-1872, os valores dos donativos foram 1:261\$213, enquanto para 1872-1873 eles representaram 2:2924\$873, ou seja, dobrando a arrecadação nacional do fundo. Observamos esse exemplo a partir do caso específico em que o autor destaca que o Padre José Maria Cabral Leal de Menezes, vigário da Freguesia da Vila de Vitória, na Bahia, renuncia em favor do fundo de emancipação aos valores a que tinha por direito. Dauwe não consegue visualizar o valor arrecadado, entretanto chama atenção para o ato simbólico e representativo que isso significou para a localidade¹⁶³.

¹⁵⁹ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 86-88

¹⁶⁰ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 87.

¹⁶¹ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 87.

¹⁶² Para analisar as discussões parlamentares que foram importantes para aprovação da Lei do Ventre Livre. Ver CHALHOUB, Sidney Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁶³ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 89.

Estou totalmente convencido de duas ideias: a primeira que o fundo de emancipação não tinha o objetivo de uma libertação imediata, irrestrita. Isso seria ir à contramão de tudo que foi exposto até o momento. Segundo, a interferência do poder público na esfera privada, silenciou a principal prerrogativa senhorial – a alforria – foi um dos pontos chave na legislação que criara o fundo de emancipação. No primeiro caso, para que essas alforrias pudessem ocorrer era necessário a arrecadação de valores que fossem destinados para esta finalidade. Por este lado, nada melhor que visualizarmos as quantias arrecadadas durante seu período de funcionamento. Assim, será possível acompanhamos o montante atribuído ao fundo de emancipação e compreendermos em partes seu funcionamento.

TABELA 11: Valores anuais destinados ao fundo de emancipação, 1871 até 1887

Ano fiscal	Valor da Quota	Receita do Império	%
1871-1872	1 050:185\$400	108 706:965\$701	0,966%
1872-1873	1 533:146\$401	117 579:145\$666	1,304%
1873-1874	1 262: 251\$071	111 646:666\$536	1,131%
1874-1875	1 155:920\$412	113 887:185\$104	1,015%
1875-1876	1 175:907\$377	109 957:377\$142	1,069%
1876-1877	1 026:434\$950	108 747:078\$831	0,944%
1877-1878	1 043:719\$435	120 632:605\$608	0,865%
1878-1879	1 043:026\$302	125 144:787\$118	0,833%
1879-1880	1 176:181\$998	137 585:676\$732	0,855%
1880-1881	1 287:668\$731	145 216:449\$267	0,887%
1881-1882	1 518:748\$804	149 265:862\$407	1,017%
1882-1883	1 491:672\$401	142 289:457\$516	1,048%
1883-1884	2 149:403\$639	245 431:492\$088	1,478%
1884-1885	1 922:623\$292	135 730:397\$361	1,417%
1885-1886	1 607:374\$161	144 535:653\$488	1,112%
1886-1887	4 509: 353\$932	254 434: 404\$710	1,772%
1888	2 247:543\$943	165 564:408\$498	1,357%

Fonte: DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Libertação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Relatório do Ministério da Fazenda, 1889-1890.

(a) O art. 28 da lei n. 3313, de 16 de outubro de 1886, mandava coincidir o ano fiscal com o ano civil. Para isso, o ano fiscal de 1886-1887 foi composto de três semestres (de julho de 1886 a dezembro de 1887)

(b) Diferença (calculada) entre os valores dos relatórios do Min. Fazenda de 1887 e 1890.

O que se nota é uma tendência ao crescimento nos seis primeiros anos de arrecadação, isto é, até a primeira quota, em 1876. Também ocorreu uma pequena queda na arrecadação de valores pelo fundo entre 1876 e 1881. Voltando a se recuperar entre 1881 e 1887. Podemos pensar que nos primeiros anos a euforia com a proposta por parte de alguns em ver atendida suas aspirações acolhidas, sejam pessoais ou coletivas. Por outro lado, podemos pensar na hipótese da atuação do poder público na fiscalização do próprio dispositivo. Fator este que foi essencial para aumentar a arrecadação para o período. De outra forma, o período de queda pode estar associado às frustrações diante das libertações, e até mesmo diante dos poucos recursos arrecadados posteriormente. Sendo assim, o próprio poder público por omissão ou não, pode ter influenciado a diminuição desta arrecadação. Destarte, podemos chegar à conclusão que a falta de fiscalização, do cumprimento de uma ordem e outras questões podem ter contribuído no decréscimo das receitas do fundo de emancipação nacional.

Por outro lado, entre 1881-1888 os recursos recuperaram novamente o fôlego e voltaram a incidir um percentual a mais na receita do império. Esse gás chegou ao seu ápice perto da última quota do fundo em 1887, chegando a um total de 4509:353\$932, representando 1,772% das receitas do império. E esse aumento estaria atrelado a qual razão? Pode-se pensar na recuperação da política abolicionista, ou da suposta materialidade que esse era o caminho natural, abolir a escravidão seria questão de tempo. E foi. No entanto, são infinitas possibilidades, seria necessário analisar de forma mais cuidadosa, estudos mais aprofundados, análise comparativa e analisar região por região. Embora já tenham apontado para o crescimento de determinados recursos entre 1871-1873 – donativos e multas em virtude da lei – seria necessário realizar esta operação em todos os períodos para que pudéssemos apontar de onde provém a maior parte dos recursos que compõe o fundo de emancipação durante o seu período de funcionamento.

Nos seis últimos parágrafos observamos os recursos do fundo de emancipação em diversas regiões e de maneira geral. Também assinalamos para os primeiros anos de arrecadação do fundo as origens das receitas, por outro também apontamos as oscilações desses recursos. Neste último aspecto acompanhamos as variações das receitas do fundo durante seus dezessete anos de funcionamento. Por outro lado, cabe-nos agora apresentarmos quais eram as províncias que mais receberam recursos para o fundo de emancipação. Em seguida seria importante reduzirmos a escala de análise, assinalando desta vez quais foram os municípios que libertaram durante 1875 e 1886. Talvez diante deste método seja possível visualizarmos outras dinâmicas – recursos e atuação – do fundo de emancipação. Portanto, diante desse conjunto de análises e métodos seja viável revelar em último caso como este dispositivo se comportou no município de Paraty durante seu período de funcionamento.

Não vou reproduzir a planilha já muito bem elaborada por Fabiano Dauwe. Seria repetitivo e desnecessário. Por ora cabe apenas assinalarmos alguns aspectos importantes e destacarmos algumas províncias neste processo¹⁶⁴. Nela visualizamos as seguintes informações: nome da Província e ao lado as respectivas quotas durante 1875 e 1886. Das vinte e umas províncias arroladas, destacam-se, a do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. São elas que registaram o maior valor total de recursos destinados ao fundo de emancipação. Isso não significa necessariamente as que mais libertaram, para obter este resultado seria necessário relacionarmos o quantitativo da população cativa por província, talvez visualizarmos o valor médio por cativo em cada localidade e assim por diante. Esta não é a preocupação da pesquisa. Fato é que Pernambuco recebeu 996:657\$885, Bahia, 1 727:007\$090, o Rio de Janeiro, 3 468:945\$579, São Paulo, 2 342:020\$217, Minas Gerais 4 002:277\$842 e o Rio Grande do Sul que recebeu ao todo 859:984\$984. Esse dado solto não nos diz muita coisa, podemos pensar no óbvio, ou seja, que esses valores estejam de acordo com o quadro estatístico de cada província. Em outras palavras, a província com maior número de cativos recebeu mais recursos, com menor percentual recebeu menos, isto é, é o fundo de emancipação cumprindo seu papel de acordo com o que foi proposto – pelo menos no que diz a respeito a este assunto.

De qualquer forma o montante dos recursos arrecadados durante o período de funcionamento do fundo de emancipação não pode ser descartado. Isto é, segundo Fabiano Dauwe durante 1873 a 1886 o valor total dos recursos destinado a esse fim chegou a 16 259:451\$109165. Não podemos simplesmente subtrair esta informação, pensarmos que estes

¹⁶⁴ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 144.

¹⁶⁵ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p.

valores não teriam significado e importância em termos práticos. Também não podemos menosprezar o que o fundo representou para os cativos, mais uma via de acesso a liberdade – por mais que esse método não tenha sido o esperado – não podemos negar a importância dele para esses sujeitos. Na última parte deste capítulo será possível visualizarmos as ações que alguns cativos desenvolveram dentro dos parâmetros estabelecidos pelo fundo de emancipação. Por ora acrescento mais um dado importante que o autor obteve em seus estudos, foi o de apontara relação dos quinze municípios brasileiros que mais libertaram cativos através do fundo de emancipação entre 1872-1883. De acordo com Dauwe, a Corte, Campos, Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, São Fidelis, Santa Maria Madalena e Piraí são as mais importantes para o Rio de Janeiro. Em seguida aparece Recife, logo em seguida Salvador e Cachoeira, na Bahia. Em Minas Gerais aparece o município de Leopoldina, e no Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre¹⁶⁶. A partir dos expostos podemos concluir que os principais municípios do Vale do Paraíba fluminense foram as regiões que mais libertaram cativos por este instrumento. Isso significa que as localidades com maior concentração de escravizados na Província do Rio, foram também aquelas que mais libertaram pelo fundo.

A informação acerca dos municípios que mais libertaram responde outra hipótese. A relação entre quadro estatístico, divisão de recursos e liberdade. De acordo com Dauwe, a corte libertou 627 cativos, Campos 431, Valença 256, Vassouras 193, São Fidelis 174, Paraíba do Sul 137, Piraí 124 e Santa Maria Madalena 116. Salvador e o município de Cachoeira, na Bahia, libertaram respectivamente 185 e 183 cativos entre 1872 e 1883¹⁶⁷. Leopoldina em Minas Gerais libertou 141 escravizados. Já o município de Porto Alegre foram cerca de 140 cativos. Por este critério observamos que as províncias que mais receberam recursos para o fundo de emancipação foram também aquelas que mais libertaram através dele. O único contraste é com São Paulo, uma vez que a região configura como uma das que mais recebeu recursos para o fundo de emancipação, sendo que a Província não consta nem entre as quinze que mais libertaram pelo fundo¹⁶⁸.

Já foi dito que as análises sobre a distribuições das quotas para os municípios serão observadas na última parte deste capítulo. Por ora, cabe assinalarmos mais dois assuntos para finalizarmos o capítulo: Qual a diferença entre as alforrias pelo fundo de emancipação e aquelas cartoriais ou testamentais e como ocorreram essas liberdades pelo fundo de emancipação por outras regiões do Brasil? Vamos por ora entender por óbvio que as alforrias cartoriais são aquelas registradas em cartório – onerosa, gratuita ou condicional – já as alforrias testamentárias são aquelas realizadas a partir do inventário e por último as liberdades que os escravizados conquistaram a partir do fundo de emancipação. São diferenças práticas.

Não há, portanto, diferença no tratamento entre uma alforria conquistada a partir do fundo ou aquela no qual o cativo comprou por meio de seu pecúlio. Pode haver razões de natureza pessoal, dificuldades, facilidades, relações e outras motivações. O artigo quarenta e dois do Decreto 5.135 de 1872 assinala a importância da presença dos juízes de órfãos, que devem obrigatoriamente comunicar previamente a realização das sentenças e classificações. Os cativos deveriam estar acompanhados dos senhores, uma vez que, as cartas de liberdade seriam entregues por seus antigos proprietários. Por outro lado, o mesmo artigo quarenta e

137.

¹⁶⁶ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 134.

¹⁶⁷ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 134.

¹⁶⁸ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 134

dois aponta que a publicação antecipada visa, sobretudo garantir direitos de quem quer que os tenha. Há também em alguns estudos cartas de alforrias registradas em cartório que informam derivar do pagamento pelo fundo de emancipação.

Em Paraty visualizamos apenas uma troca de correspondência entre o Presidente da Câmara municipal de Paraty e o Presidente de Província. Nela, identificamos a seguinte informação que em 17 de junho de 1880, “O Presidente da Câmara recebeu do Presidente da Província do Rio de Janeiro a quantia de rs: 4.407\$600 [...] com tal verba [...] Parati alforriou, com festas, 9 escravos”¹⁶⁹. Neste sentido é demonstrativo que ao menos no documento o poder público de Paraty tratava o fato como um momento de importância simbólica muito grande. Um ato que representa também respeito e admiração para o poder público. Já para os senhores sua vinculação a este fato decorre do simbolismo, uma vez que intentavam produzir libertos gratos e dependentes. Também procuravam manter a prerrogativa de que a alforria era uma concessão feita por eles. A vinculação de liberdade e concessão dos senhores sempre fora vista como uma forma segura do cativo conquistar a liberdade. Nem sempre acontecia assim, mas a presença, certamente impactava na relação, mas também no ego desses ex-proprietários.

Por outro lado, é de imaginarmos que qualquer ato de alforria – mesmo depois de aprovada a Lei do Vento Livre – carregue consigo uma importância simbólica. De acordo com Dauwe, este ato era carregado de um “simbolismo muito forte de vinculação do liberto ao poder público”. E era justamente por este motivo que morava a importância. Afinal de contas, esse cativo foi “agraciado” graças à “benevolência do Estado, que destinara recursos a tão nobre causa”. Indicando um aviso ministerial de 9 de abril de 1881, Dauwe aponta por outro lado que a entrega das cartas feitas pelo senhor evitaria situações desnecessárias pelo Estado, por isso é que o senhor deveria ao mínimo participar deste procedimento. Era uma forma de criar uma “dupla vinculação” de dependência, uma presa ao poder público, que “financiava sua libertação”, e outra presa ao seu antigo senhor que o libertava por sua suposta atitude humanitária e bondosa¹⁷⁰. Se o fundo de emancipação tem muita importância para os cativos de determinadas regiões do país, é de supor que os senhores também procurasse vincular sua imagem a esse destaque.

Por sua vez na cidade de Desterro ocorre uma peculiaridade com a entrega das cartas de liberdade pelo fundo de emancipação. Em 1884 alguns senhores da cidade deixaram de comparecer à audiência, no dia seguinte o juiz intimava os faltosos a comparecer em data posterior¹⁷¹. Por outro lado, há casos também que os cativos não comparecem a entrega das cartas. É o episódio de Maria e sua filha, ambas de Manoel Coelho de Aguiar. Intimadas a comparecer no dia 29 de maio, faltaram, em seguida faltaram novamente no dia 2 de junho. Nesse caso, o juiz de órfãos autorizou a entrega das cartas de liberdade ao procurador do proprietário¹⁷². Acredito que a depender do local e de outros fatores de natureza específica, o simbolismo da entrega das cartas afetaria pouco as relações entre os sujeitos. Não é possível afirmarmos isto para Paraty. No entanto, talvez para essa imensidão do território brasileiro a liberdade através do fundo de emancipação era a única oportunidade, ou ao menos, era aquela que os cativos saberiam que mais cedo ou mais tarde poderia ocorrer. Talvez por uma

¹⁶⁹ GURGEL Heitor. AMARAL, Edelweiss. Paraty, caminho do ouro. Subsídios para a história do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora: Livraria São José. 1973.

¹⁷⁰ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 98.

¹⁷¹ DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. p. 96

¹⁷² DAUWE, Fabiano. Dissertação de mestrado. A Liberação gradual e a saída viável: Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Esta planilha está mais bem detalhada pelo autor na página. p. 96.

surpresa da vida, ou até mesmo através da introdução de pecúlio para melhorar sua classificação. Estratégias diversas. Por este ângulo, talvez a entrega da carta significasse para uns a consumação da liberdade, documento importante que atesta legalmente a sua alforria e diminuindo possíveis questionamentos.

Na província de Sergipe, mais precisamente na região de Cotinguiba é possível visualizarmos situações interessantes. Antes de assinalar alguns apontamentos acerca da pesquisa cabe salientar que a escolha dos dois municípios a seguir seguiram determinados critérios. Tanto Cotinguiba, em Sergipe, quanto Rio de Contas, na Bahia, partilham geograficamente, socialmente e economicamente estruturas semelhantes às que são vistas em Paraty e Angra dos Reis.

A região de Cotinguiba, na Província de Sergipe também conta com uma grande rede de transporte fluvial devido às suas bacias hidrográficas. Não custa lembrar que na parte I desta pesquisa já foram assinaladas as características geográficas, sociais, ocupacionais e econômicas de Paraty. Por este ângulo, o município possuía uma rede fluvial e ela exercia grande influência tanto nas relações de natureza econômica, quanto social, uma vez que as informações e costumes eram partilhados também por este percurso. De acordo com Amaral, a região de Cotinguiba tinha um:

Clima quente e úmido e [com] chuvas regulares, era propícia ao cultivo de gêneros alimentícios. [...] a região de Cotinguiba, tal como o Recôncovo baiano, possuía solos de massapê, argiloso, escuros e pesados, que retinham bem a umidade e eram preferidos para o cultivo da cana-de-açúcar. [...] a região tinha o transporte facilitado pela navegação dos grandes rios e de seus números afluentes durante a maré cheia. Numa época em que existiam poucas estradas – e as que existiam frequentemente eram alvo de assaltos ou causas de acidentes, devido ao péssimo estado – o transporte fluvial constituía importante fator de produção¹⁷³.

Chuvas regulares, ideal para o cultivo da cana-de-açúcar, úmido e tem o transporte facilitado pelo transporte fluvial – não há informações quanto ao tamanho dessas embarcações. Não nos custa nada lembrar, um pequeno trecho da parte I deste capítulo no qual Paraty é descrita da seguinte forma: Há em Paraty diversos rios e afluentes [...] O solo da região possibilitou o cultivo de café, milho e sobretudo da cana-de-açúcar que servia como matéria-prima para o fabrico da principal atividade econômica do município a aguardente. [...] rios de Paraty, tal como Angra dos Reis e Ubatuba, não eram favoráveis a navegações de grandes embarcações, uma vez que são estreitas suas margens. Os rios da região praticamente são intransitáveis o que dificultaria um comércio de longo curso, sustentando apenas embarcações pequenas ou de cabotagem que realizavam as conexões com o interior do município¹⁷⁴. A semelhança geográfica reside neste aspecto também. Por outro lado, o perfil populacional da região também foi importante fato de semelhança. De acordo com Amaral, os dados só estão disponíveis para o município a partir de 1856. Neste ano o município sergipano possuía uma população de 22.214, Paraty tinha 12.032, a diferença parece alta, mas se visualizarmos num contexto de comparação com as zonas produtoras de café, é quase insignificativa¹⁷⁵.

Realizadas as devidas comparações socioespaciais cabe agora apontarmos outras semelhanças entre Paraty e Cotinguiba. O fundo de emancipação não foi o objetivo principal da pesquisa de Amaral. Em nosso caso nos detemos um pouco mais neste dispositivo do que

¹⁷³ AMARAL, Sharyse Piroupo do Amara. Um pé calçado, outro no chão: Liberdade e escravidão em Sergipe (Cointinguiba, 1860-1900). Salvador:EDUFBA; Aracaju: Editora: Diário Oficial, 2012.

¹⁷⁴ Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 119 – 120.

¹⁷⁵ AMARAL, Sharyse Piroupo do Amara. Um pé calçado, outro no chão: Liberdade e escravidão em Sergipe (Cointinguiba, 1860-1900). Salvador:EDUFBA; Aracaju: Editora: Diário Oficial, 2012.

os estudos proposto por ela. Apesar disso, seus dados são importantes e nos permite visualizarmos diferenças e semelhanças. De acordo com Amaral, existe uma “especificidade do fundo emancipacionista Sergipano” uma vez que foi expressiva sua participação no total de alforrias concedidas na última década da escravidão¹⁷⁶. Vale lembrar que a autora diz a respeito à Província de Sergipe, e não exclusivamente acerca da região de Cotinguiba. Todavia, o fundo de emancipação sergipano foi responsável entre 1873-1886 por 38,14% das alforrias onerosas, ressaltando que 20% dos cativos entraram com seu pecúlio e o fundo completou a outra parte¹⁷⁷. Por este aspecto podemos observar que o fundo de emancipação na região cumpriu em alguma medida o papel para qual fora criado.

Esse papel significa dizer que ele fez parte do cotidiano de alguns escravizados do Brasil. Fez parte no sentido dos escravizados quererem serem classificados, denunciando a ausência de seus nomes da lista de classificação, comunicando casamentos e outros assuntos. É impossível pensarmos que o cativo fosse se dar a esse trabalho por uma suposta descrença neste dispositivo? Acredito que não. Talvez para outras regiões o fundo de emancipação não tenha tanta importância, entretanto para Paraty, quanto para Sergipe, ao que tudo indica ele representou um “indício de que, para eles [cativos] a possibilidade de alforria pelo Fundo não era tão remota, ou que era uma possibilidade a mais”¹⁷⁸. Infelizmente não fica claro se as dezoitos alforrias concedidas pelo fundo de emancipação foram em Aracaju ou Cotinguiba. Se formos para a última região nossos estudos se aproximam, uma vez que algumas questões de natureza demográfica, econômica, social e ocupacional atestam essa proximidade entre as regiões do sul fluminense e a região da província de Sergipe. Isto é, nos permite apontarmos como foi a atuação no caso das libertações pelo fundo de emancipação do município de Paraty.

Ademais, cabe neste momento observarmos e indicarmos outro importante estudo que colaborou com as análises da presente pesquisa. Não vou entrar nos detalhes geográficos, sociais e econômicos da região do Rio de Contas, na Bahia. Não se faz necessário nesta altura da pesquisa. Cabe apenas destacarmos parte do prefácio escrito por Robert Slenes, no qual se propõe a visualizar a importância das pesquisas em torno da liberdade em microrregiões. Por este ângulo, ele induz “quanto que conta um pequeno Rio de Contas no balanço do escravismo”? Prossegue dizendo “[...] Rio de Contas não é só exemplo, mas é exemplar – é em tais municípios de população menor que se encontram “arquivos profundos”, possibilitando uma história social mais densa e útil”¹⁷⁹. Tenho plena convicção que esta assertiva também serve para o caso de Paraty. A pequena cidade no sul fluminense encaixa-se perfeitamente nesses exemplos. É de se esperar também que história de cativos em torno da liberdade também tenha sido tão importante quanto as lutas de negros nos principais centros urbanos do país.

Por sua vez não é possível identificarmos de forma precisa o número exato de alforrias pelo fundo de emancipação no município de Rio de Contas. Almeida conseguiu identificar setenta e quatro liberdades pelo fundo¹⁸⁰. Desse total, apenas quatro delas foram registradas em cartório. Talvez não venha a ser necessário esta afirmação em cartório, por outro lado, há

¹⁷⁶ AMARAL, Sharyse Piroupo do Amara. Um pé calçado, outro no chão: Liberdade e escravidão em Sergipe (Continguba, 1860-1900). Salvador:EDUFBA; Aracaju: Editora: Diário Oficial, 2012. p. 42

¹⁷⁷ AMARAL, Sharyse Piroupo do Amara. Um pé calçado, outro no chão: Liberdade e escravidão em Sergipe (Continguba, 1860-1900). Salvador:EDUFBA; Aracaju: Editora: Diário Oficial, 2012. p. 42.

¹⁷⁸ AMARAL, Sharyse Piroupo do Amara. Um pé calçado, outro no chão: Liberdade e escravidão em Sergipe (Continguba, 1860-1900). Salvador:EDUFBA; Aracaju: Editora: Diário Oficial, 2012. p. 258.

¹⁷⁹ Prefácio de Robert W. Slenes. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 93-94.

casos que atestar a liberdade no cartório poderia amenizar situações constrangedoras, principalmente para os escravizados. Desta forma, evitaria processos judiciais, brigas e litígios entre as partes envolvidas. Daí a necessidade talvez de acabar de uma vez por todas as possibilidades de reescravização em outras regiões ou até mesmo por futuros herdeiros¹⁸¹. Porquanto, Almeida assinala a história da cativa Martha e seu filho Gabriel, ambos os escravos do tenente-coronel Manoel Alves de Castro Coelho. Os cativos tiveram seus valores arbitrados judicialmente numa ação iniciada em 28 de fevereiro de 1884. Também acompanhou a história de vida de Eusébia¹⁸². Tanto Martha, quanto Eusébia foram libertadas através do fundo de emancipação, entretanto, ao que parece seu caso não foi tão fácil quanto se imaginava, uma vez que seus valores foram acordados em processo de arbitrariamento, ou seja, ambas não concordavam com os valores propostos.

De acordo com Almeida, a escravizada necessitava do fundo para se libertar. No dia 14 de fevereiro de 1885, teve início a ação de arbitrariamento judicial para avaliação dos escravos do capitão Joaquim José de Magalhães¹⁸³. Eusébia e seus filhos, Christina, Bento, Francelina, Demetrio, Antônio, Cecília, Narciso e Francisco foram avaliados, certamente Eusebia acreditava que o fundo era uma via no qual ela podia contar, e que talvez a liberdade estivesse mais próxima realmente através dele. Também é o caso de Zacharias, casado com uma mulher livre, contribuiu com 30\$000 para o fundo de emancipação de Rio de Contas¹⁸⁴. Nesses dois casos ficamos diante das ações dos cativos que utilizaram do fundo de emancipação para conquistar suas alforrias, seja por meio de arbitrariamento, ou para alavancar sua classificação através do acumulo de pecúlio.

Na região de Lages e Laguna, em Santa Catarina também há semelhanças. Seja no ponto de vista demográfico, a primeira tendo 1.658 cativos, e Laguna 3.537 ou a partir da natureza econômica da região. De acordo com Neto, o fundo de emancipação do município do Termo de Lages foi fruto de uma série de desvios de recursos. Gerando falhas nas libertações. Para a primeira quota, o autor aponta um total de nove cativos que conseguiram a liberdade através do fundo. Todos eram casados, sua grande maioria mulheres e com relações familiares¹⁸⁵.

Na província de Alagoas também não era diferente. Isto é, a depender das circunstâncias o fundo de emancipação desempenhou funções importantes acerca das liberdades. Estudando diversos municípios alagoanos, Silva assinala que cada localidade apresentou situações particulares. Em alguns municípios o pecúlio esteve limitado a alguns cativos, em outros locais, as mulheres eram mais libertadas. Porto Calvo, Murici e Passo de Camaragibe foram algumas localidades de destaque na sua pesquisa. Por esta via, observamos que neste caso específico de Alagoas – acredito que em tantos outros – a aplicabilidade e respeito ao fundo de emancipação dependia de circunstâncias locais, das relações de poder e dos interesses políticos em questão. Isto vai ao encontro do que foi proposto por Dauwe, ou seja, que é impossível atestar uma suposta ineficiência geral deste dispositivo no país.

De qualquer modo cumpre destacarmos que o fundo de emancipação de Alagoas, quanto em outras localidades apresentaram suas contradições e desafios inerentes ao

¹⁸¹ GRINBERG, Keila. Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX. Simpósio Temático “Direito, Justiça e Relações de Poder no Brasil: a perspectiva da história do direito e da história das instituições”. ANPUH – XXXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

¹⁸² ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 93-94.

¹⁸³ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 93-94.

¹⁸⁴ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 93-94.

¹⁸⁵ NETO Álvaro de Souza Gomes. O fundo de emancipação de escravos: funcionamento e resultados no termo de Lages, Santa Catarina. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. p.1-16.

funcionamento de um dispositivo desta natureza. De outro modo, Silva revela que na primeira quota de 1875 a província libertou 89 cativos, a segunda libertou 145. Percebemos que dobrou o número de libertos entre a primeira e segunda quota. Na primeira distribuição, o autor atribuiu a má administração do fundo de emancipação durante o primeiro período de liberações¹⁸⁶. Já na segunda quota a contribuição financeira que os cativos fizeram através do pecúlio foi de suma importância. Representando para o período cerca de 20% da avaliação total das liberdades. É o caso do cativo Crispim, que conseguiu acumular 302\$000, Manoel, que possuía a soma de 200\$000, e Joaquim e Luiz que possuía 100\$000 cada um¹⁸⁷. Além disso, assinala mais uma vez o compromisso do fundo ao libertar famílias em detrimento de indivíduos. Esta foi a história de Salustino, casado com uma liberta, sapateiro, 48 anos, e seus filhos que foram classificados e libertos pelo fundo¹⁸⁸. Há também situações que as mães solteiras são classificadas em detrimento das casadas, em Passo de Camaragibe, Alagoas, todas as libertas eram solteiras e com filhos, isto indica que a classificação priorizou a alforria das mães com filhos ingênuos e cativos¹⁸⁹. Assim dizendo, mais uma vez é possível visualizarmos situações nos quais os cativos se utilizam do funcionamento do fundo de emancipação para alcançar suas alforrias. É esta a principal questão da pesquisa.

Mais um estudo é preciso ressaltar. É o caso das contribuições de José Pereira de Santana Neto, que estudando o fundo de emancipação na Bahia assinala alguns apontamentos que estão de acordo com a proposta aqui discutida. É importante ressaltar que o autor não omite que as falcatrucas, dificuldades e resistências fizeram parte do cotidiano das juntas de classificação. Em alguns casos fizeram de tudo para postergar, o máximo, a aplicação das quotas. Por outro lado, o autor assume a ideia de que diversos indivíduos se fizeram ativos no fundo de emancipação. “Libertando e militantes da liberdade”, exigiam e deixaram os integrantes das juntas da Bahia em “apuros”. É o que indica alguns relatórios e notícias vinculadas ao jornal *Gazeta da Tarde* – período de filiação abolicionista, e dirigido por um membro da Sociedade Libertadora Baiana¹⁹⁰. Infelizmente ainda não foi possível visualizarmos a participação de outras pessoas de condição livre para agilizar as alforrias ou denunciar irregularidades no fundo de emancipação no município de Paraty. No entanto, esta possibilidade não pode estar descartada. Em pesquisa futura será possível observarmos essas resistências, dificuldades e intromissão de sujeitos contrários ou favoráveis as liberdades pelo fundo de emancipação.

Essas intromissões através do fundo de emancipação não eram bem vistas por parte de senhores e de algumas autoridades provinciais. No reduto do conservadorismo abolicionista, no Recôncavo Baiano, o abolicionista Cesário Mendes, anunciava em 1881, nas páginas do jornal *A Ordem*, que seu escritório estava à disposição dos cativos para “pleitearem a alforria através das novas possibilidades abertas com a promulgação da Lei do Ventre Livre”¹⁹¹. É notório aqui a coragem de Cesário ao anunciar serviços destinados aos cativos a se verem livre das mãos de seus donos. Acredito que a coragem se transformou em medo quando o próprio Cesário relata em uma carta para Eduardo Carigé – importante abolicionista baiano –

¹⁸⁶ SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL. p. 88

¹⁸⁷ Idem. p. 97

¹⁸⁸ SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL. p. 98

¹⁸⁹ SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL.90

¹⁹⁰ NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012. p. 66.

¹⁹¹ NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012, p. 68

que estava sofrendo perseguição¹⁹². Responsabilizando de imediato senhores de cativos, o juiz municipal e o próprio presidente da junta de emancipação. Não vou concluir o caso. De qualquer forma se comprova a atuação de sujeitos sociais através do fundo de emancipação buscando atingir seus objetivos. Por este ângulo talvez a frase de Neto faz realmente jus a esse episódio “lutar contra os mais poderosos de uma sociedade não é tarefa fácil” ¹⁹³. Isto é demonstrativo e assinala como diferentes sujeitos desenvolviam ações em torno do fundo de emancipação para atingir seus objetivos pessoais, as tensões eram constante entre as partes envolvidas.

Até o presente momento destacamos que esta parte do capítulo está subdivido em quatro partes. A primeira diz a respeito ao funcionamento do fundo de emancipação, a formação e atribuições das juntas de classificação, penalizações, classificações, desclassificações e pecúlio. A segunda procuramos identificar as diversas interpretações historiográficas acerca do funcionamento do fundo de emancipação. Nesta parte, identificamos os “múltiplos sentidos” atribuídos ao mesmo, mapeando as críticas e apontando também novas perspectivas em relação a atuação deste dispositivo no país. A terceira parte do texto, indicamos as alíquotas de distribuição, os valores atribuídos a cada província e prescrevemos que na maioria dos casos o fundo respeitou o critério demográfico na hora de distribuir suas quotas. Além disso, investigamos a importância simbólica dos sujeitos presentes no ato de solenidade. Para realizarmos algumas análises comparativas foram selecionados alguns municípios do nordeste, sobretudo Sergipe, Alagoas e Bahia. Por fim, na terceira e penúltima parte pontuamos quando possível as interferências dos diversos personagens em busca dos seus objetivos através do fundo de emancipação. A última parte deste capítulo tratará de apresentar ao leitor (a) o fundo de emancipação de Paraty, seu funcionamento, estratégias dos escravizados e senhores, a realização das matrículas, o valor médio do cativo através do fundo e as liberdades que foram conquistadas por meio deste instrumento.

2.4 Matrículas, quotas e liberdade através do fundo de emancipação de escravizados de Paraty: especificidades locais

Como dito anteriormente esta parte do texto tem por objetivo apresentarmos e discutirmos as principais especificidades acerca do fundo de emancipação de Paraty. Dito isto, nesta parte do texto focamos nossa análise a partir do livro de Classificações de 1873, 1874, 1875 e 1876, nos Relatórios da Assembleias Provinciais do Rio de Janeiro e outros documentos avulsos encontrados no Instituto Artístico e Histórico de Paraty (IHAP). Neste sentido, pretendemos compreender as distribuições das quotas, a realização das matrículas, a composição das juntas, as libertações e em alguns relatos de situações nos quais os sujeitos sociais – livres e escravizados – procuraram atingir seus objetivos através do fundo de emancipação. Esta também é a última parte do segundo capítulo, portanto pretendemos aqui consolidar as ideias anteriores, observando por outro lado as características do fundo de emancipação nesta microrregião do sul fluminense. Essas “ideias anteriores” dialogam no sentido de analisarmos o fundo como uma ferramenta a mais na luta pela conquista da liberdade pelos cativos.

Por esse raciocínio a primeira questão que chama atenção é atuação das alíquotas destinadas a cada um dos municípios. Podemos afirmar que esses valores estavam de acordo com o quadro estatístico do período de cada região? Se a resposta for sim, é sinal de que o

¹⁹² NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012. p. 68.

¹⁹³ NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012

fundo de emancipação estava respeitando os critérios de distribuições desses recursos. Ao todo foram sete quotas distribuídas para as províncias, no entanto, apenas foi possível localizarmos a distribuição de cinco para os respectivos municípios. As demais quotas foram identificadas, entretanto sua visualização não é possível, uma vez que os dados do APERJ não estão legíveis, de forma que a observação não foi viável. De acordo com mapa das libertações na Província do Rio de Janeiro a primeira quota foi entregue aos municípios em outubro de 1876, a segunda em junho de 1880, a terceira em dezembro de 1881. A quarta e quinta quota foi em dezembro de 1882 e janeiro de 1884, respectivamente. Infelizmente as sextas e sétimas quotas só têm registros das distribuições para as províncias e não para os municípios. Todavia, para a região do Rio de Janeiro suas alíquotas foram entregues em setembro de 1884 e abril de 1886¹⁹⁴. Logo, podemos apontar que dois anos antes da abolição da escravidão, o fundo de emancipação estava libertando cativos por diversas regiões do país.

A primeira vista parece claro o hiato entre o início das matrículas e as primeiras libertações pelo fundo de emancipação. Retirando as prorrogações exclusivas, isto é, aquelas que foram destinadas como um objetivo específico, como foi o caso de Vila Bela, em Pernambuco, citado anteriormente, a diferença pode ser observada de setembro de 1873 até 1876. Para o tamanho do projeto não parece um tempo excessivo. De qualquer forma, as quotas subsequentes a primeira foi praticamente distribuída anualmente, isso pode ser um indicativo da preocupação que o poder público tinha em destinar esses recursos, e fazer o quanto possível essas libertações. Além da mobilização de diversos setores sociais que se engajaram no movimento abolicionista. Inclusive com a participação de libertos, livres e cativos.

TABELA 12: relatório das distribuições das quotas aos municípios 1884

Municípios	1º quota	2º quota	3º quota	4º quota	5º quota
Angra dos Reis	8.227\$771	8.614\$500	4.050\$00	5.267\$00	2.975\$253
Araruama	18.285\$335	21.149\$800	9.594\$000	12.479\$000	7.3888\$148
Barra de S. João	8.227\$771	9.134\$200	4.666\$009	6.069\$000	3.714\$453
Barra Mansa	28.812\$048	35.925\$000	19.765\$000	25.632\$000	15.729\$600
Cabo Frio	14.865\$073	16.752\$100	8.466\$000	10.240\$000	6.109\$619
Campos	90.602\$686	104.436\$700	51.595\$000	67.116\$000	40.125\$800
Cantagallo	42.510\$598	65.337\$500	37.033\$000	48.173\$000	30.221\$500
Carmo	-	-	-	-	3.977\$860
Estrella	6.697\$599	6.618\$800	2.973\$000	3.867\$000	2.323\$317
Itaguaí	12.232\$214	13.397\$100	6.290\$000	8.182\$000	4.790\$257
Magé	19.811\$995	18.136\$900	6.671\$000	8.677\$000	4.141\$436
Mangaratiba	3.513\$072	3.789\$200	2.043\$000	2.657\$000	1.289\$793
Maricá	13.533\$832	15.242\$300	7.653\$000	9.954\$000	5.835\$046
Niterói	27.159\$474	37.526\$820	16.502\$000	24.465\$000	12.157\$284
Paraíba do Sul	49.415\$031	52.449\$900	27.239\$000	35.434\$000	21.106\$983
Paraty	4.387\$914	4.407\$600	2.326\$000	3.027\$000	1.603\$792
Petrópolis	1.444\$653	2.131\$4000	1.106\$315	1.438\$000	822\$313
Vassouras	64.466\$521	86.438\$000	44.905\$000	58.171\$000	34.935\$618
Valença	51.653\$765	71.205\$160	32.836\$000	42.713\$000	25.853\$590

Fonte: Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima quinta legislatura. 08 de agosto de 1884. No relatório original constam apenas trinta e cinco municípios, a corte não foi

¹⁹⁴ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima quinta legislatura. 08 de agosto de 1884, p. 144

mencionada neste documento.

Na tabela acima eu omiti alguns municípios que estavam no relatório original. Esta omissão tem o intuito de não deixar o relatório extenso. Por sua vez, a ausência de alguns destes municípios não afeta a análise da questão, uma vez que a intenção aqui não é desenvolver qualquer estudo específico as alíquotas distribuídas a cada município. De qualquer forma essa omissão não reduz nossa compreensão, e em nada afeta o processo. A Corte não consta neste relatório, por isso sua ausência. É possível identificarmos que os municípios com os maiores números de cativos receberam mais recursos. Outrossim, a ausência em relação a Corte diz a respeito à sua não visualização na planilha do Relatório da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, disponível para a primeira sessão da vigésima quinta legislatura. Vamos por partes! Observando os municípios do Vale do Paraíba fluminense. É o caso de Valença e Vassouras, na primeira quota Valença recebeu 51.653\$765, a quinta quota foi de 25.853\$590. Já Vassouras, recebeu um pouco a mais, totalizando a primeira 64.466\$521, e a quinta 34.935\$618. Isso confirma e responde mais uma vez que a ideia que os recursos distribuídos estejam coniventes com o quadro demográfico de cada localidade. Importante dado também são as ausências nas quatro primeiras quotas para o município de Carmo. Infelizmente não podemos afirmar o motivo desta ausência. Foi somente na quinta quota que o município recebeu recursos para libertar cativos pelo fundo de emancipação. É possível que o município não tenha realizado as matrículas a tempo das libertações através do fundo. Acerca deste problema não podemos atestar essa possibilidade pela falta de fontes que nos permita esta assertiva. De qualquer forma, cumpre salientar que algum problema ocorreu em Carmo para que essas quotas não fossem distribuídas como ocorreu nas demais regiões.

Outra importante constatação são que alguns valores tem um crescimento significativo entre a primeira e a segunda quota. Na segunda quota houve um aumento em comparação a primeira. Por sua vez, na terceira quota os valores voltam a cair novamente, em poucos casos retomando ao mesmo patamar da primeira, isto é, sendo inferior a primeira distribuição. A quarta distribuição recupera um pouco essas perdas, e novamente finaliza a última quota com valores bem abaixo do que foram entregues nas últimas quatro distribuições. Infelizmente não tenho dados suficientes que me permita compreender quais os motivos dessas diminuições. Talvez esta diminuição possa também estar associada ao decréscimo no número de escravizados para a segunda metade do século XIX.

De qualquer modo, gostaríamos de ressaltar na tabela acima os casos de alguns municípios que nos ajudam a pensar a importância do fundo de emancipação nessas regiões. Apenas seis municípios da província do Rio de Janeiro receberam menos que 10 mil réis. É o caso de Angra dos Reis, Barra de São João, Estrella, Mangaratiba, Petrópolis e Paraty. Na primeira quota Angra recebeu 8.227\$771, a quinta foi de 2.975\$253, em Mangaratiba outro município da região sul fluminense, ocorre processo similar, isto é, na primeira quota foi 3.513\$072, e a última 1.289\$793. Completando o conjunto dos três municípios da região sul fluminense, Paraty para o mesmo período aparece na primeira quota 4.387\$914, e na última informação que possuímos o município recebeu apenas 1.603\$792. É possível que essas distribuições para os respectivos municípios estejam de acordo com as últimas informações repassadas pelos mesmos. Isto significa dizer que o governo central redistribuía esses valores consoantes os dados informados no ano anterior por cada câmara municipal. Por exemplo, é de se esperar que alíquota entregue a Paraty em outubro de 1876, tenha sido destinada conforme as informações constantes no livro de classificações 1875 ou de 1876 e consequentemente com o Censo Imperial de 1872. Talvez este seja uma das razões pelos quais esses recursos foram ao longo das distribuições diminuindo.

Ademais, partir das constatações acima visualizamos que os três municípios da região sul fluminense se comportaram de forma parecida em relação às distribuições dos recursos

destinados ao fundo de emancipação. No entanto, seria preciso analisarmos mais detalhadamente para identificar os motivos dessas diminuições. Infelizmente não foi possível assinalarmos e analisarmos cuidadosamente suas relações. Isto é, se foi na arrecadação das receitas estipuladas pelo Decreto 5.135 de 1872, dos legados, heranças ou qualquer outro motivo. No entanto, em alguns casos é possível observarmos outras informações importantes acerca das peculiaridades dessa região como a participação cativa no fundo e número de libertos em cada região desta província.

Antes de tudo cabe salientarmos que a utilização da análise comparativa neste caso com as três regiões sul fluminense visa identificar correlações. As críticas e as contribuições de Camillia Cowlling acerca dos estudos que pauta-se nas análises comparativas se fazem necessária¹⁹⁵. Isto é, de acordo com a autora a história formal comparativa tende a propor estudos de casos, que buscam necessariamente uma listagem de similaridades e diferenças, tratando-os como unidades autônomas e independentes. Por esta perspectiva esses estudos tendem a apresentar limitações em suas análises. Por sua vez, essa “formalidade” da história comparativa enfatizando a diferença, omite por sua vez o exame das possíveis conexões que unem as histórias. E para compreender essas conexões, é necessário que a pesquisa se torne ampla em alguns momentos e estreitas em outros¹⁹⁶. Este é o foco do presente trabalho, por mais que a autora apresente, sobretudo ações judiciais realizadas em Havana e Rio de Janeiro, e demonstre como as mulheres de cor (preta e parda) nessas regiões utilizaram-se de recursos legislativos e jurídicos parecidos em torno da liberdade em ambas localidades. No caso aqui proposto não foi possível e muito menos era nossa objetivo localizarmos essas “similaridades” dos discursos e ideias, entretanto a comparação com alguns municípios da região sul fluminense nos ajudam a entendermos como a dinâmica desta região tem situações que as unem.

Essas correlações na região sul fluminense indicam semelhanças no sentido das movimentações migratórias, fluxo demográfico, atividades econômicas, ocupacionais, formação familiar cativa e quem sabe a própria trajetória dos escravizados envolvidos em torno da liberdade. Acerca do quadro demográfico, das atividades econômicas e ocupacionais estas informações já foram salientadas no decorrer da pesquisa. Por este ângulo há mais semelhanças do que diferenças. Na pesquisa realizada em Angra dos Reis por Márcia Cristina Roma de Vasconcelos observamos um importante indicativo neste sentido, isto significa dizer que a própria autora assume esta postura ao indicar que esta região talvez tenha vivenciado situações semelhantes.

Retornaremos para falar mais acerca das alíquotas distribuídas para os municípios da região sul fluminense. Neste momento cabe apenas sinalizarmos como ocorreu a realização das matrículas no município de Paraty. Não possuímos nenhuma carta, registro ou relatório que aponte estas informações, isto é, para um possível atraso, negligência ou andamento das matrículas no município. Isso não significa dizer que não ocorreram situações que atrasaram as matrículas e/ou libertações através do fundo de emancipação no município de Paraty. Entretanto, construí minha hipótese acerca desses assuntos a partir de outros pressupostos, ou seja, utilizando documentações que não explicitam essas ocorrências. Não é preciso que um documento nos indique que tal fato ocorreu para desvendar esses possíveis problemas. Investigamos esses episódios a partir do cruzamento de dados. Para ser mais objetivo, tomamos a data do início das inscrições no Livro de Classificações dos cativos com direito a liberdade – nele consta a data de início das inscrições – e também a partir de um Registro de

¹⁹⁵ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdades: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. : Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

¹⁹⁶ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdades: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. : Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 49.

uma Portaria no qual o remetente no Rio de Janeiro destinava ao município de Paraty os livros de libertações dos escravizados. Isto permitiu visualizarmos a diferença entre um acontecimento e outro, e desta forma pensarmos nas possibilidades de atraso, resistências ou não desses processos.

Vamos inverter os papéis, respeitando a respectivas datas dos documentos, e desta forma observar a cronologia dos fatos. No segundo caso, isto é, o registro da portaria, temos a presidência da Província do Rio de Janeiro remetendo os livros “destinados a classificação dos escravos” no dia sete de março de 1873. Pois, segue o documento, “em execução do Ministério, digo, do aviso do Ministério dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas [...] transmito a V Mces os livros destinados a classificação dos escravos desse município que tem de ser libertados pelos fundos de emancipação”¹⁹⁷. Mais uma vez recorro ao Decreto 4.835 de 1871, que determinou no décimo e décimo sexto artigos as datas-limite para a realização das matrículas. O primeiro prazo correspondia a setembro de 1872, podendo ser estendido até o mesmo mês do ano de 1873.

Também não dá para sabermos se esses livros eram enviados somente a partir da conclusão das matrículas. Se formos pensarmos a partir deste pressuposto – que as distribuições dos livros dependiam das finalizações das matrículas – teríamos alguma recomendação do poder público ou eles deveriam ser destinados somente depois de setembro de 1873 e não em março deste ano. E, se por acaso, a análise for pontuada a partir do momento que teve início as inscrições no livro de classificações, isto é, 17 de março de 1873, é possível visualizarmos a hipótese de que Paraty iniciou as inscrições antes mesmo do prazo final de realização das matrículas, ou seja, em setembro de 1873. Dando seguimento às classificações logo o recebimento dos livros. Isto é, dez dias depois da Corte enviar os respectivos livros a câmara municipal de Paraty. Não custa lembrarmos ao leitor (a) que para que essa listagem fosse efetuada, era necessário primeiro que os senhores realizassem as matrículas, para em seguida proceder com estas classificações nos livros. Por outro lado, se formos pensarmos no primeiro prazo – 30 de setembro de 1872 – isto significa dizer que os livros de classificações chegaram ao município seis meses depois do fim do primeiro prazo estipulado pelo Decreto 4.835 de 1871. Independente de um ou outro caso importa destacarmos que esses livros foram enviados para o município de Paraty, e, logo em seguida, procedeu-se as inclusões dos nomes dos escravizados nesta listagem. Isto pressupõe que o município talvez não tivesse grandes problemas em realizar nem as matrículas e muito menos essas inscrições nos livros de libertações. Além disso, se a carta é datada do dia 07 de março de 1873 e as inscrições no Livro de Classificações ocorreram no dia 17 de março, concluímos que se passaram apenas dez dias entre o envio dos livros e o início da classificação.

Isso não significa que os senhores não utilizaram de diversas artimanhas para retardar o processo. Mas é partir desta hipótese acima constatamos que logo após o recebimento do livro as classificações já foram iniciadas. Por outro lado, isto nos permite pensarmos que essas matrículas foram logradas sem muitos atrasos ou dificuldades. Pelo lado das dificuldades, que muitos senhores e interessados pudessem negligenciar informações e cativos, não realizando as matrículas ou qualquer outro motivo do seu interesse. Não localizamos qualquer documento de senhores pedindo prorrogação no prazo ou relatório do governo indicando tais situações ou qualquer outra menção acerca desta questão na região de Paraty. Defendo a ideia de que o município teve seus problemas em classificar os cativos, mas é de imaginar também que outros senhores não enxergaram como problema o ato de matricular os seus, pelo contrário, possivelmente alguns deveriam enxergar uma forma de assegurar mais ainda sua

¹⁹⁷ Reg. Da Portaria da Exmº. Presidência remetendo os livros destinados a classificação dos escravos. Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro, Niterói, 07 de março de 1873. Ver Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 236.

propriedade. Além de ser uma região pequena, com fortes vínculos com o porto, é de imaginar o burburinho que essas questões suscitavam em Paraty. Por este ângulo imaginamos que esses escravizados certamente teriam conhecimento dessas informações, e caso o município dificultasse essas classificações certamente os cativos iriam em busca dos seus direitos. Mas esses problemas afetaram em parte a realização das matrículas. No livro de classificação do ano de 1873 consta que na capa do documento que foi a data do dia 17 de março de 1873, isto é, dez dias após o registro da Portaria da Presidência remetendo os livros destinados a classificação para o município de Paraty¹⁹⁸. A folha está assinada por José Caetano dos Santos, não temos qualquer informação deste sujeito em nossos bancos de dados.

No parágrafo acima, não constatamos que a realização da mesma foi aceita de forma uniforme em Paraty, ou seja, muitos proprietários certamente não viam com bons olhos a interferência do poder público sobre seus escravizados. Principalmente acerca da liberdade, uma vez que durante muitos anos a prerrogativa desta responsabilidade era exclusiva dos senhores. No entanto, podemos ressaltar uma diferença entre o número de cativos contabilizados pelo censo imperial de 1872 e a primeira lista de classificações de 1873. Neste último caso, contatamos que foram classificados 1.461 cativos, ou seja, 608 escravizados a menos que o indicado pelo censo Imperial de 1872. Sem sombra de dúvidas nesses dados contém ausências que deveriam estar preenchidas, todavia, não creio que esta ausência teve grandes impactos em relação as matrículas dos cativos de Paraty.

Analizando o Decreto 5.135 de 1872 é possível indicarmos outra hipótese e chegarmos a outras conclusões. O artigo vinte e sete do respectivo documento permite pensarmos que somente determinados cativos deveriam ser classificados e não a totalidade. Por este prisma, a folga entre o número do total de cativos do município e o de classificações pressupõe uma margem considerável de sujeitos que não preenchiam os requisitos básicos para serem classificados. Desta forma, esses dados estariam de acordo com as próprias recomendações do poder público que estipulava critérios de classificações. Esses números podem de fato ter representado um quantitativo superior ao esperado já no ano de 1873. De qualquer forma, se pensarmos pela hipótese de que todos os cativos deveriam ser classificados temos por outro lado esse montante representando 70,6% do total de escravizados que o município possuía de acordo com o Censo Imperial de 1872. Número considerável e importante, se pensarmos nas problemáticas enfrentadas por outras regiões para iniciar as matrículas e consequentemente as libertações. Talvez este seja o caso de Carmo, município que só foi receber os valores na quinta alíquota.

As informações acerca de quais cativos deveriam ser classificados sofreu algumas alterações nos anos subsequentes. A partir do Decreto 6.341 de 20 de setembro de 1876 no seu segundo artigo estipulava que somente serão classificados aqueles cativos que serão libertados de acordo com a alíquota distribuídas¹⁹⁹. Em nossos bancos de dados da listagem dos classificados para o ano de 1876 visualizamos uma diminuição do número de cativos classificados entre os anos de 1873, 1874 e 1875. No entanto, se formos pensar de acordo com Decreto citado anteriormente, o número de cativos classificados deveria ser bem menor do que os quase 700 listados no documento para o último ano. Não dá pra saber se essa listagem foi realizada antes ou depois de setembro de 1876. De qualquer forma é impossível imaginarmos que os responsáveis por esta listagem acreditasse na ideia de que 700 cativos deveriam ser libertados pelo fundo, ainda mais em Paraty. Mais uma vez essa distorção proporciona outra hipótese para essas matrículas e classificações. Com o número de cativos inscritos nos anos seguintes foi diminuindo ao longo de 1873 e 1876, podemos pensar nas

¹⁹⁸ Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados, 1873, 1874, 1875 & 1876.

¹⁹⁹ BRASIL, Decreto 6.341 de 20 de setembro de 1876. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6341-20-setembro-1876-549617-publicacaooriginal-65105-pe.html>.

dificuldades e nas ações que senhores e responsáveis realizavam para retardar essas inscrições, ou até mesmo certa má vontade dos agentes públicos em realizar tal empreitada. Também é possível que com o passar dos anos e a falta das libertações durante estes três anos, tenha impactado nas ações desses responsáveis, não achando mais a necessidade de fazer todos os anos o mesmo procedimento

Estamos a sete parágrafos explicando como ocorreram a realização das matrículas em Paraty. Cabe agora retornar as preocupações no sentido de compreender como as alíquotas foram utilizadas nas três regiões do sul fluminense, especialmente no município de Paraty. Mangaratiba recebeu o total de 13.292\$065 réis, Angra dos Reis 29.134\$524 e o município de Paraty recebeu 15.752\$356 réis 200. Somando os valores arrecadados entre a primeira e quinta quota, dos três municípios do sul fluminense temos um montante de 58.178\$945, este valor é inferior ao total recebido por dezoito municípios da Província do Rio de Janeiro. De acordo com o Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro do ano de 1884 os municípios de Araruama, Barra Mansa, Campos, Cantagalo, Iguasu, Itaboraí, Macaé, Niterói, Piraí, Resende, Rio Bonito, Santa Maria Madalena, São Fidelis, Valença e Vassouras receberam entre a primeira e quinta quota valores bem superiores ao apontado nas três regiões do sul fluminense. Importa agora perguntarmos quantos cativos essas quotas foram responsáveis por libertarem? E quantos escravizados elas puderam libertar de acordo com cada quota?

Infelizmente os dados mais precisos só estão disponíveis até a quinta distribuição de quota, ou seja, até janeiro de 1884. Ademais, cabe lembrar que a sexta quota foi distribuída também no ano de 1884, isto é, foram dois valores distribuídos no mesmo ano. Todavia, as informações acerca desta última distribuição estão inelegíveis, o que impossibilita análise mais apurada dos fatos. De qualquer forma, esta ausência não compromete esta parte da pesquisa, uma vez que as informações das cinco quotas já são suficientemente importantes para sabermos como se procederam esses processos em Paraty e na região sul fluminense. De acordo com as seis quotas analisadas do fundo de emancipação, o município de Mangaratiba, conseguiu libertar um total de 24 cativos, Angra dos Reis um total de 44 e Paraty 29 cativos conseguiram a liberdade através do fundo²⁰¹. Isto significa dizer que até a presente data, o fundo de emancipação dos três municípios aqui selecionados libertaram um total 97 cativos entre 1876 e 1884. Isso representa uma média de 12 escravizados libertados anualmente nessas três regiões para este período. É como se todo ano quatro cativos dos respectivos municípios conquistasse a liberdade através do fundo de emancipação.

A análise fica mais complicada quando questionamos os valores aplicados a cada cativo libertado pelo fundo de emancipação por ano de distribuição. Sejamos mais simples. Quanto custou cada cativo para o fundo de emancipação libertar no ano de 1876, 1880 1881, 1882 e 1884? De acordo com o relatório dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro, Angra dos Reis recebeu na primeira quota 8.227\$771 réis, este valor conseguiu alforriar 9 cativos. Na segunda quota o município recebeu 8.614\$500 réis e libertou 10 cativos, a terceira recebeu 4.050\$000 réis e libertou 4 cativos, na quarta foi 5.267\$000 réis e libertou 10 escravizados. Na quinta e última informação possível de visualização indica que Angra dos Reis recebeu 2.975\$253 réis, valor este que conseguiu libertar 4 cativos. Em Mangaratiba ocorreu da seguinte forma, a primeira distribuição representou um montante de 3.513\$072, libertou por sua vez 6 cativos, a segunda quota foi 3.789\$200, libertando mais 6 cativos novamente. Por sua vez a terceira quota foi 2.043\$00, 3 cativos conquistaram a liberdade, a

²⁰⁰ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima quinta legislatura. 08 de agosto de 1884.

²⁰¹ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima sexta legislatura. 08 de agosto de 1886. Mapa das libertações efetuadas na Província do Rio de Janeiro pelo fundo de emancipação.

quarta quota foi 2.657\$00 e mais 3 cativos foram libertados. A quinta quota indicou um valor de 1.289\$793 réis, libertando apenas 2 cativos correspondente a esta quota. Segundo os mesmos parâmetros de Angra dos Reis e Mangaratiba, e respeitando a ordem dos valores versus libertações, em Paraty temos as seguintes informações. A primeira quota foi 4.387\$954, libertando 5 cativos, sendo a segunda de 4.407\$600 réis e mais uma vez 5 cativos foram libertados através do fundo de emancipação. A terceira quota representou um valor de 2.326\$00 réis e indicou que 6 cativos foram alforriados, por sua vez a quarta foi 3.027\$00 réis e 5 cativos foram libertados, já a quinta e última quota foi de 1.603\$792 e mais uma vez 5 cativos conquistaram a liberdade por este dispositivo²⁰². Esses dados permitem apontar algumas características, médias dos valores dos cativos e o comportamento em cada região.

Em Angra dos Reis os valores dos cativos libertados pela primeira quota do fundo de emancipação indicam que cada escravizado foi alforriado pelo valor médio de 861\$450 réis. No mesmo período o cativo em Mangaratiba conseguiu a liberdade por uma média de 585\$512 réis. Já em Paraty os dados indicam que o valor da alforria através do fundo de emancipação variava em torno de 877\$590 réis, isto é, o maior valor entre as médias de liberdades para a primeira distribuição dos recursos. De qualquer forma esses dados indicam uma média, e não estão considerando possíveis avaliações médicas e outras realizadas pelo poder público no intuito de mediar esses acordos e valores. No Vale do Paraíba fluminense, no município de Vassouras a liberdade do cativo através da primeira quota do fundo indica que a média corresponde ao total de 956\$551 réis por escravizado. Já em Valença a média é de 859\$553 réis, o município com a média mais alta é São Fidélis, sendo que na primeira quota a média dos valores dos cativos era de 2.441\$755 réis em seguida aparece o município de Resende com a média de 1.241\$403. Não será possível neste momento fazermos um balanço acerca dos valores dessas liberdades, uma vez que esses valores não estão incluídas outras possibilidades e interferências. A comparação desses valores nos da dimensão do quanto eles variavam conforme a região do cativo, além de variáveis como profissão, sexo, idade e saúde.

Como explicar a diferença de valores das liberdades dos cativos do sul fluminense para aqueles da região do Vale do Paraíba? É possível que numa região como Paraty e com menor concentração de posse de escravizados em relação ao Vale, o valor médio das alforrias tenha sido maior. Talvez alguns senhores da região tenham elevado o preço dessas liberdades com o intuito de segurar seus escravizados, e claro da sua principal fonte de renda.

Esses valores ao longo das distribuições das quotas sofreram algumas oscilações, as vezes para baixo, as vezes aumentando a média dos valores correspondente a cada liberdade realizada através do fundo de emancipação. Importante é que a média dos valores indicada por cada libertação sofreu alterações com o passar dos anos. É o caso dos recursos da quinta quota destinada aos municípios do sul fluminense. De acordo com esses dados, o valor médio de uma liberdade em Angra dos Reis, era em torno de 745\$813, em Mangaratiba foi de 429\$931 réis, já em Paraty a média continua a abaixar, chegando ao patamar de 320\$758 réis. Neste momento poderíamos indicar que o valor das alforrias em Paraty era menor do que os valores dos municípios vizinhos. É razoável pensar que há uma diferença de quase dez anos entre a primeira distribuição e a quinta, certamente diversos fatores impactaram nesses valores, principalmente a intensificação do movimento abolicionista pelo Brasil. Também podemos pensar na hipótese que o tráfego entre escravidão e liberdade não fosse tão caro e difícil como em outras áreas. No entanto, como dito anteriormente não sabemos quais os cativos foram libertados pelo fundo de emancipação de Paraty. Se eram jovens ou adultos, homens ou mulheres, aptos ou não aptos ao trabalho. Lembramos aos leitores que muitos

²⁰² Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima sexta legislatura. 08 de agosto de 1886. Mapa das libertações efetuadas na Província do Rio de Janeiro pelo fundo de emancipação.

senhores utilizavam como estratégias a libertação dos “indesejáveis” em detrimento dos mais aptos e caros.

Para a libertação do ano de 1880 localizamos uma pequena informação acerca de um senhor – Francisco Manoel do Amaral – que solicitou ao Juízo avaliação de um escravo que deveria ser libertado pelo Fundo de libertação. De acordo com a avaliação feita, o cativo fora avaliado em 800\$000 réis em virtude dos “seus achanques e idade”²⁰³. Conforme observamos anteriormente no ano de 1880 o município de Paraty recebeu um total de 4.407\$600 réis, com este valor o fundo conseguiu libertar um total de 5 cativos. Infelizmente não dá para afirmarmos de fato se o cativo de Manoel do Amaral foi o libertado neste período. Se pensarmos para uma média de valores para o ano de 1880, o valor dos 5 escravizados variava em torno de 881\$520 réis cada um. Isto significa dizer que o valor do estipulado pelo juízo de avaliação estava de acordo com a média das liberdades para o período. Esta foi a média encontrada para cada cativo em Angra dos Reis. Pois, neste mesmo período a média de valores atribuídos a cada cativo foi em torno de 861\$450. Por sua vez em Mangaratiba a história é outra. A média dos valores de cada cativo para a segunda quota foi de 631\$533.. Esses dados vão ao encontro da suposta perda da importância de Mangaratiba assinalada por Junior. Este fator certamente poderia impactar nos preços dos cativos. Por outro lado, talvez o crescimento econômico de Paraty em virtude do escoamento do café de São Paulo pelos portos da cidade, tenha impactado o preço de mercado desses sujeitos.

A tarefa de visualizarmos o preço médio dos valores das alforrias requer uma ampliação de documentações que infelizmente não nos foi possível manuseá-las. Entretanto, acredito que possamos esclarecer minimamente alguns fatos acerca destes valores. Ademais, a compreensão da média do valor de um cativo abre a possibilidade de pensarmos em diversas hipóteses sociais e econômicas para a região, uma vez que a depender do local e outros fatores, o preço do cativo poderia variar muito. E certamente essas implicações causavam transtornos, dores, medos, mas também novas possibilidade de ação e materialização da liberdade. Ou seja, novas estratégias. Diante deste fato, localizamos a transcrição da venda de uma cativa jovem. Esta “comercialização”, nos permite atestarmos que o valor médio dos cativos estava de acordo com o que foi atestado nos parágrafos anteriores, ou seja, chegando a um conto de réis. E assim segue dizendo que no

mesmíssimo cartório do 1º Ofício existe uma escritura de venda de uma escrava de nome Rita, parda, que faz Manoel Joaquim Pacheco ao Dr Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel, pela importância de Rs: 1.300\$000, com as seguintes características : sexo feminino, côr parda, idade de dezenove anos mais ou menos, natural desta Cidade, de serviço doméstico, estatura regular, cabelos corredios, boca regular, filha de sua escrava Bernarda, crioula, hoje falecida, com todos os vícios e achaques novos e velhos, livre de penhora, hipoteca ou outros quaisquer ônus²⁰⁴.

A partir desta documentação podemos observar vários aspectos da cativa Rita. No entanto, não nos interessa prolongarmos nas vicissitudes físicas desta cativa, muito menos nos aspectos de sua naturalidade e origem. Nos interessa sim, que a partir deste documento podemos pensar na hipótese de que este valor era a média para uma escravizada mulher e jovem, ou seja, em condições de exercer suas atividades laborais e sobretudo domésticas.

Para efeito de comparação vale a pena ressaltarmos a média geral dos valores dos

²⁰³GURGEL Heitor. AMARAL, Edelweiss. Paraty, caminho do ouro. Subsídios para a história do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora: Livraria São José. 1973. p. 133. Este livre apresenta uma série de documentos que localizados no Instituto Histórico e Artístico de Paraty. Isto é, é um livro de transcrições.

²⁰⁴ GURGEL Heitor. AMARAL, Edelweiss. Paraty, caminho do ouro. Subsídios para a história do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Editora: Livraria São José. 1973. p. 133. Infelizmente não consta o nome desta escritura.

cativos para a corte do Rio de Janeiro. De acordo com Assis cada escravizado para ser libertado pelo Fundo de Emancipação teria custado em média 411\$317 reis aos cofres públicos. Entretanto, a autora indica que o Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1887, dava conta de que o preço médio da liberdade do cativo através do fundo de emancipação era de 573\$00 réis²⁰⁵. A média total de Paraty entre a primeira e quinta quota aponta que o valor do cativo variava em torno 750\$112 réis. Em Angra dos Reis a média total era em torno de 787\$419, já em Mangaratiba apresentou a menor média total para o período, o valor médio do cativo era de 664\$603. Perceba que esses valores são superiores ao assinalado para o município neutro, isto é significativo uma vez que abre a possibilidade de analisar as diferenças e oportunidades existentes na escravidão rural e a urbana.

Já foi possível apontarmos que o Fundo de Emancipação instituído através da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 foi um dispositivo complexo e sua operação necessitava de cuidados específicos. Conforme já indicamos na primeira parte deste capítulo, o Fundo de Emancipação contava com Junta de Classificação. Esse órgão era o responsável por uma série de assuntos relacionados aos escravizados, inclusive aqueles vinculados ao direito à liberdade. Além disso, as juntas eram compostas pelo Presidente da Câmara, pelo Promotor Público e por um Coletor de Rendas ou chefe da repartição fiscal. Entre 1873 e 1876 a Junta de Classificação de Paraty foi composta pelo presidente da Câmara Francisco Justino do Amaral Vianna e pelo promotor Hermenegildo José de Almeida Peixoto. Já as atribuições vinculadas ao coletor de rendas ou fiscal foi desempenhada por diferentes sujeitos no período analisado.

Vamos a análise dos sujeitos. Não consta no nosso banco de dados qualquer informação acerca do presidente da Câmara. Já o promotor público Hermenegildo José de Almeida Peixoto aparece nos registros de 1873 e 1876 como sendo proprietário de três cativos, Júlia de 25 anos e sua filha Iralina de apenas 2 anos de idade. Além disso, constava o nome da cativa Magdalena, uma preta de 18 anos de idade e que desempenhava a profissão de costureira, como a própria Júlia. Já as menções aos coletores ou fiscais das juntas se reduzem a identificação de Antônio José Epifanio de Souza e ao ano de 1875. Neste ano consta como sendo de propriedade do mesmo senhor um conjunto de 10 cativos. Neste caso, estamos diante da história de Antônia, preta, 55 anos, mãe solteira, trabalhadora da lavoura. Ela foi classificada junto com seus três filhos, Benedito, 19 anos, Benedito, 18 anos e Justino, 13 anos de idade. Também foi classificada como sendo de propriedade do mesmo Antônio José, a preta Benedita, 43 anos de idade, desempenha a função de doméstica, ela e seu filho Caetano foram classificados²⁰⁶. Enfim, essas são histórias que permitem afirmarmos que esses agentes públicos tinham estreitas ligações com a escravidão no município, por mais que ocupassem funções importantes num importante órgão que tinha como intuito dar fim gradualmente e lentamente a escravidão, isso não os exime de qualquer relação que possuíssem com a instituição da escravidão. Infelizmente não podemos afirmar quem foram os sujeitos que desempenharam essas funções para a década de 1880, mas de qualquer forma é bem possível que alguns deles tenham alguma relação de proximidade com a escravidão, tendo inclusive cativos classificados para as libertações através do fundo de emancipação. Talvez até interferissem nas dinâmicas dessas liberdades, seja retardando ou ampliando as chances dos seus cativos. Tornando-os futuros dependentes e quem sabe trabalhadores, agora livres, nas suas propriedades.

A partir dos apontamentos descritos acima indicamos o município de Paraty no contexto da escravidão na segunda metade do século XIX. Por tratarmos de uma pesquisa que

²⁰⁵ASSIS, Cátia Costa Louzada. Fundo de Emancipação e famílias escravas: o município neutro na lei de 1871. Dissertação de mestrado apresentada através do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 105.

²⁰⁶ Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados, 1873, 1874, 1875 & 1876.

busca compreender as estratégias realizadas pelos diversos sujeitos em torno da liberdade, cabe neste momento apontarmos como os principais beneficiados por esta medida – os escravizados – que buscaram assegurar seus direitos através do Fundo de Emancipação. Assim, reduziremos mais uma vez a análise para apresentarmos alguns casos específicos de escravizados que utilizaram estratégias diferentes para alcançar a liberdade através do fundo. As hipóteses construídas nesta parte foram assessoradas pelas informações constantes no Mapa de Libertações da Província do Rio de Janeiro e por outros documentos avulsos encontrados no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) e no livro Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty.

Já observamos que a liberdade do cativeiro é construída de diversas formas. Muitas vezes estabelecendo relações fora ou dentro do cativeiro. Interessa-nos apenas visualizarmos como foram as ações desses cativeiros em torno do fundo de emancipação e desta forma sinalizarmos como este dispositivo foi uma importante ferramenta na busca pela liberdade. De acordo com o Relatório dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro do ano de 1885, Angra dos Reis não recebeu qualquer contribuição de pecúlio de cativeiro entre a primeira e sexta quota. Em Mangaratiba os cativeiros contribuíram na primeira quota com um total de 650\$000 réis, já na segunda alíquota foi de 360\$000 réis e na terceira e última contribuição que temos notícia foi de 209\$000 réis. Em Paraty os cativeiros ao que parece utilizaram o fundo também para melhorar sua classificação, ou seja, acreditavam que o fundo era mais uma opção na busca pela liberdade. De acordo com o relatório, o fundo de emancipação de Paraty recebeu um total de 300\$000 réis, sendo 100\$000 réis na segunda quota, e 200\$000 réis na terceira²⁰⁷. Números pequenos se comparado ao montante distribuído, no entanto para os mais interessados – os cativeiros – esses valores representaram uma crença na possibilidade da liberdade através do fundo de emancipação.

Ao que parece os cativeiros de Mangaratiba depositavam maior confiança no fundo de emancipação. É bem possível que a proximidade com o município de Itaguaí oferecesse mais oportunidades de trabalhos para os cativeiros e também para as pessoas livres que mantinham alguma relação de proximidade com os escravizados. É possível que as oportunidades desempenhadas por esses cativeiros em Mangaratiba tenham contribuído para o acúmulo de pecúlio, valores que foram incorporados ao fundo de emancipação.

Entretanto, tudo indica que o ano de 1882 as esperanças parecem ter sido maiores no município de Paraty. Em janeiro de 1882, o senhor Francisco Pereira Madruga assinou um documento destinado a Junta de Classificação dos escravos de Paraty. Nele, o senhor indica que sua escravizada de nome Florinda tem em sua posse a quantia de 325\$000 réis²⁰⁸. Na documentação o senhor adianta que ela tem o desejo de entregar este valor com objetivo de “ampliar a sua liberação pelo fundo de emancipação”²⁰⁹. De acordo com essas informações

²⁰⁷ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima quinta legislatura. 08 de agosto de 1884. Mapa das libertações efetuadas na Província do Rio de Janeiro pelo fundo de emancipação.

²⁰⁸ Ao realizar o processo de investigação e elaboração da pesquisa no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) percebemos que muitos documentos estão sem catalogação e sem números. Ademais, essas fontes estavam muitas das vezes misturadas, fator que dificultou o processo de averiguação das fontes, ocasionando muitas vezes atraso na pesquisa. Por outro lado, a instituição estava realizando este processo de acordo com sua capacidade administrativa e financeira. Portanto, o caso de Florinda foi uma desses relatos que a fonte foi localizada de forma avulsa, espalhando com outras documentações e achada de forma aleatória entre as mais diversas fontes. Este fator impossibilitou que a pesquisa pudesse em alguns casos registrar a caixa, o box e numeração das documentações.

²⁰⁹ Ao realizar o processo de investigação e elaboração da pesquisa no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) percebemos que muitos documentos estão sem catalogação e sem números. Ademais, essas fontes estavam muitas das vezes misturadas, fator que dificultou o processo de averiguação das fontes, ocasionando muitas vezes atraso na pesquisa. Por outro lado, a instituição estava realizando este processo de acordo com sua capacidade administrativa e financeira. Portanto, o caso de Florinda foi uma desses relatos que a fonte foi

este valor seria a maior quantia destinada ao fundo de emancipação do município, superior aos 100\$000 réis da segunda quota, e aos 200\$000 da terceira. Esta correspondência sucinta alguns questionamentos. À primeira vista atestamos a hipótese de que os cativos de Paraty realmente acreditavam no fundo de emancipação como uma possibilidade a mais em torno da liberdade. Caso contrário, acredito que Florinda não iria depositar este valor em algo que não acreditasse. Em segundo lugar, analisando os Relatórios dos Presidentes de Província, subsequentes a informação dada pelo senhor Madrugada, não identificamos quaisquer pecúlio ao fundo de emancipação. Será que este valor realmente foi entregue pelo senhor Francisco Pereira Madruga? Infelizmente não temos como saber. Independentemente se esses recursos foram ou não enviados a Junta do município, o que nos interessa é sinalizarmos que esses cativos buscaram utilizar do fundo de emancipação para alcançar suas alforrias.

De qualquer forma, de acordo com a data da correspondência era para esse valor ser incorporado a quarta ou quinta quota. Por infelicidade esta quantia não foi apresentada no Relatório do Presidente de Províncias do Rio de Janeiro, pode ser que ele não tenha sido incorporado as alíquotas, talvez essa carta nem tenha chegado ao conhecimento da Junta de classificação ou quem sabe Florinda tenha conquistado a liberdade de outra forma, necessitando talvez usar este valor para outros fins²¹⁰. Isto é, talvez o documento significou apenas um desejo da cativa ou do senhor que não se concretizou. Infelizmente não posso nenhum documento posterior a esta data que indique se Florinda conseguiu ou não a liberdade por outros meios. De qualquer forma, o desejo da escravizada é um indicativo que esses cativos acreditavam que o fundo de emancipação foi mais uma saída viável em torno da liberdade. Mais uma vez se faz necessário afirmar que nenhum cativo desembolsaria esta quantia e depositaria no fundo de emancipação sem que não tenha o mínimo de esperança em relação ao instrumento.

É bem possível que o crédito de alguns cativos nas libertações através do fundo de emancipação tenha alimentado outras oportunidades. Neste sentido, provavelmente o fundo tenha proporcionado uniões de casais cativos, uma vez que a própria legislação dava prioridade nas libertações para famílias e aos casais. Entretanto, mais uma vez a documentação não permite atestarmos e acompanharmos esta variação, ou seja, se a partir da constituição do fundo de emancipação ocorreu aumento das uniões de escravizados. Para isso seria necessário manusearmos os registros paroquiais de casamento de cativos e outras documentações.

Todavia, é no mínimo instigante que a Junta de classificação venha solicitar informações do cartório do município sobre o estado civil de um cativo. Esta é a história de Manoel, um homem pardo, escravo condicional de D. Maria Senhorinha d' Oliveira, que casou-se no dia 23 de outubro de 1875 com Salentina Maria dos Santos Monteiro²¹¹. A data de resposta do documento é de 9 de janeiro de 1882, ou seja, um mês depois da distribuição da terceira quota, em dezembro de 1881. Além disso, a quarta quota que libertou cativos foi de dezembro de 1882, ou seja, a história de Manoel estava neste caso, entre dois processos de libertações, um que acabara de ocorrer, e outro que ocorreu no mesmo ano da carta. Acrescente a isto o fato que em junho de 1880 deu-se a segunda distribuição das quotas, e, consequentemente, as alforrias. Diante deste fato é bem possível que Manoel estivesse

localizada de forma avulsa, espalhando com outras documentações e achada de forma aleatória entre as mais diversas fontes. Este fator impossibilitou que a pesquisa pudesse em alguns casos registrar a caixa, o box e numeração das documentações.

²¹⁰ Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Primeira sessão da vigésima sexta legislatura. 08 de agosto de 1886. Mapa das libertações efetuadas na Província do Rio de Janeiro pelo fundo de emancipação

²¹¹ Acusação a recepção do ofício de V.S de hoje, cumpre me responder para esclarecer a Junta Classificadora de escravos. Ver Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 236.

empolgado com o fundo de emancipação, talvez suas esperanças de liberdade fosse através deste instrumento. Talvez Manoel alimentasse a esperança que o fato de ser casado poderia ajudá-lo no processo de liberdade através do fundo de emancipação. Por isso talvez tenha ele mesmo solicitado informações de seu estado civil ao cartório, ou até mesmo sua esposa Salentina. Infelizmente não tem como sabermos quem solicitou essas informações, se foi o próprio liberto, o tabelião do cartório ou a própria junta de classificação. De qualquer forma não acredito numa suposta sorte de Manoel, que teve seu nome sorteado dentre os diversos cativos que existiam no município. Pressupõe-se que o mais interessado na sua liberdade total seria o próprio Manoel, e por isso ele ou alguém próximo ao seu círculo tenha realizado esse contato entre cartório e Junta de classificação.

Outro ponto escrito no documento chama a atenção. É o fato de Manoel ser um escravo condicional. A primeira hipótese aponta que foi o próprio Manoel ou sua esposa Salentina que procurou a junta de classificação, talvez com a intenção de reafirmar seu estado civil, e que este fator – o estado civil – poderia de alguma forma alimentar suas chances de liberdade. A ideia de Manuel ou sua esposa serem os responsáveis por solicitarem esta informação talvez tenha alguma relação com o desconhecimento que ambos têm dos meandros da legislação. Este fato pressupõe a ideia de racionalidade limitada, restrita, vinculada ao meio que esses sujeitos estavam inseridos. Esta limitação não tem a ver com incapacidade desses personagens agirem, mas tem relação direta com a forma de suas ações. Muitas vezes não conhecedores dos meandros específicos da própria lei. Até acredito que algumas Juntas de classificação espalhadas pelo país não soubessem os pequenos detalhes das legislações acerca do fundo de emancipação. Todavia, a junta de Paraty já tinha feito outras liberações anteriormente, ou seja, tinha no mínimo conhecimentos básicos acerca de ambos os decretos. Não obstante, é possível que esses desconhecimentos mais específicos talvez passassem despercebidos por Manuel e sua esposa, uma vez que o artigo trinta e dois do Decreto 5.135 de 1872 apontou que os classificados com cláusulas de serviços durante um tempo ou sujeitos a cumprir alguma outra especificada condição, não serão contemplados na classificação, e se foram, serão omitidos²¹². Provavelmente Manoel não tinha conhecimento das especificidades do documento. Na verdade, defendo a hipótese que Manoel estava atirando para todos os lados, quiçá acreditava que nunca iria se libertar de forma total de sua senhora, uma vez que ele estava condicionado a alguma cláusula de prestação de serviço que não veio especificado no documento. Logo, eu prefiro acreditar que Manoel e/ou sua esposa de certo que procuraram o auxílio das Juntas de Classificação para intermediar ou verificar sua situação.

Há outros casos de casamento de cativos em Paraty, todavia são documentos avulsos sem qualquer identificação do órgão do remetente ou destinatário. Por isso fica difícil sabermos se o caso abaixo tem semelhança com o caso do cativo Manoel. Além disso, não dá para afirmarmos se em Paraty sofreu com uma suposta influência e/ou aumento de cativos casando com o intuito de serem classificados para o fundo de emancipação. Para esta hipótese ser atestada seria necessário utilizarmos as fontes paróquias ou outros documentos que complementasse as informações que possuo na pesquisa. Entretanto, não nos custa nada apresentarmos essas informações e pensarmos em novas possibilidades. Neste caso, podemos pensar que muitos escravizados como Manoel acreditavam que seu estado civil pudesse ampliar as chances de liberdade através do fundo de emancipação. Essa poderia ser a história do escravizado Virgulino, crioulo, filho natural de Manoela, escrava de Maria Izabel, casou-se no dia 18 de setembro de 1878, com Rita Izabel d' Assumpção Nobre. Também de Pedro d'Almeida, filho legítimo de Martiniano José de Almeida Peixoto, casou-se no dia 11 de outubro de 1879, com Maria, filha natural de Luiza, escrava de Theodora Gomes Valladares.

²¹² BRASIL, Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872.

É a mesma coisa com Galdino, pardo, filho natural de Benedita, escrava de Antônio José da Silva Ramos, casou-se no dia 12 de fevereiro de 1881, com Clara Maria Francisca do Nascimento. É também o caso de Ignácio, crioulo, filho natural de Thereza, escrava de João José de Almeida, casou-se com Rita, uma preta de nação e libertante, pois é maior de 50 anos²¹³.

À primeira vista observamos a partir do parágrafo acima que dos quatro cativos citados acima, Virgulino, Galdino, Ignácio e Luiza, tem as suas mães ainda presas ao cativeiro. Isto é um fato. Também visualizamos que todos eles aparentemente casaram-se com mulheres de condição livre. É fato que não podemos pensar que todos esses cativos se casaram com seus pares por apenas puro interesse em torno da liberdade, não podemos excluir os sentimentos afetivos nessas relações. No entanto, não podemos ocultar esses dados, isto é, que talvez casar-se com uma pessoa de condição livre certamente ampliava as chances em torno da liberdade, uma vez que com o casamento e a formação familiar, os laços de solidariedade e sociabilidade se ampliavam. Neste sentido, parto do pressuposto que as companheiras de batalha de Vigulino, Galdino e Ignácio eram sobretudo mulheres de condição livre. Este fato pode ser observado a partir dos seus nomes, corrobora esta ideia o fato de terem sobrenomes, uma identificação diferente da simples nomenclatura de fulano crioulo, sicrano pardo etc.

A intenção do início desta discussão era abrirmos uma hipótese para pensarmos na possibilidade de que os cativos de Paraty estivessem casando-se para serem classificados no fundo de emancipação. Todavia, indicamos que para realizarmos esta tarefa seria necessário trabalhar com outros tipos de documentações. Somente desta forma seria possível acompanharmos esses dados. Deixo essa tarefa para outra oportunidade. De qualquer forma os casos acima nos abrem outras possibilidades de compreensão dessas relações sociais entre livres e escravizados, uma vez que ao que parece no município de Paraty a proximidade entre escravidão e liberdade era mais próxima do que se possa imaginarmos.

Independentemente se os cativos tinham a intenção ou não de serem classificados a partir dos seus casamentos, é interessante apontarmos que o próprio casamento em si já poderia significar um passo para a autonomia e a liberdade. Além dessa proximidade entre os sujeitos de diferentes categorias, o casamento em si aumentava as chances dos cativos obterem a liberdade²¹⁴. Além disso, casar possivelmente era uma forma de se diferenciar dentro do próprio cativeiro. Esse assunto já foi discutido por diversos autores, dentre eles destaca-se as contribuições de Hebe Mattos. De acordo com a autora, o ato de casar significava estabelecer laços. Isto é, “o casamento ou mesmo a relação consensual [...] significava estabelecer relações com uma família da região. Significava deixar de ser estrangeiro ou estranho à comunidade”²¹⁵. Além disso, para os escravizados poderia significar a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro. Essa independência dependia em grande parte, das relações familiares e comunitárias que eram estabelecidas tanto

²¹³ Ver Livro: Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org: Maria José S. Rameck e Diuner Mello. p. 237. Esta informação também foi encontrada no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) na caixa designada Passaporte e Alforrias – s/n.

²¹⁴ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráficoatlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. MOTTA, José Flávio. Estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro – Bananal, 1801-1829. Tese de Doutorado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, fevereiro de 1990. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019. VASCONCELOS, Márcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

²¹⁵ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 67.

com livres, quanto com escravizados²¹⁶. Acreditamos que o estudo de Hebe Mattos possa oferecer suporte para nossa pesquisa, é viável que essas relações de proximidade tenham ocorrido por todo o país não somente no caso do Vale do Paraíba. Portanto, casar em Paraty, no Rio de Contas ou no Vale do Paraíba fluminense e paulista teria significados semelhantes para os cativos. Abria diversas possibilidades, dentre elas autonomia e posteriormente à própria liberdade.

Durante muitos anos a historiografia atentou-se apenas para a busca da liberdade através das fugas ou dos crimes cometidos por escravizados. A libertação no último caso pode ser apontada como último recurso dos cativos, e a primeira como a maneira mais prática de desvincular das amarras do cativeiro. De qualquer forma, em ambos os casos, essas manifestações sempre foram vistas como resultado das ações de homens escravizados, e não de mulheres²¹⁷. Com o passar do tempo, outras fontes foram manuseadas, permitindo que as pesquisas visualizem outras formas de conquistar a liberdade. Dentre elas destacam-se; as cartas de alforrias e os processos judiciais. Ambas as fontes têm as suas peculiaridades, e são importantes ferramentas que permitem construir – em partes a vida desses sujeitos. Destacando os processos judiciais, a autora Camillia Cowlling aponta que muitas vezes essas histórias eram monótonas em comparação com outras documentações. Por este ângulo, essas “batalhas judiciais” poderiam ser menos “atraentes” aos olhos da pesquisa²¹⁸. Todavia, “ainda que silenciosas às tentativas constantes de libertar a si própria ou a seus filhos através dos meios legais, realizadas em números cada vez maiores [...] representaram um desafio ao sistema escravista não menos significativo que ações mais drásticas”²¹⁹. É por meio destas vias legais que muitas mulheres conquistaram as alforrias, e foram elas que de certa forma moldaram os discursos abolicionistas, impulsionando nas disposições legais e jurisprudenciais.

Infelizmente não será possível manusearmos muitas fontes judiciais para o município de Paraty para o século XIX. Apenas dois processos foram identificados, e que por ora serão analisados mais detidamente no terceiro e último capítulo deste dissertation. Todavia, independente desta visualização, e como a própria Camillia Cowlling argumenta, certamente as questões de gênero impactaram nas legislações escravistas, fomentando meios para minar a dominação dos senhores. Por este motivo que as noções de maternidade e piedade eram muitas vezes utilizadas por essas requerentes tanto em Cuba, quanto no Brasil, em torno da busca pela liberdade²²⁰. Ademais, em momento pertinente será possível acompanharmos a trajetória de uma mulher que lutou em busca de sua liberdade. De modo que suas relações sociais, dificuldades e o tempo de espera em torno da liberdade sejam de fato visualizados. Por ora, cabe apenas destacarmos o papel importante que essas mulheres desempenharam no desmonte da estrutura de poder dos senhores de escravos.

Essas informações citadas anteriormente permite-nos avaliarmos o papel das mulheres, e talvez pensarmos que para os homens era muito mais difícil conseguir a sua liberdade

²¹⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 75.

²¹⁷ Ver sobretudo: AZEVEDO, Alciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2010. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais nadécada da abolição*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2010. MACHADO, Maria Helene Pereira Toledo. *Crime e Escravidão*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2010.

²¹⁸ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*.: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 25.

²¹⁹ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*.: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 25-26.

²²⁰ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 147.

sozinho, sem uma companhia. Por outro lado, é óbvio que o casamento ampliava essas possibilidades para ambas as partes, mas que uma mulher solteira e com sua profissão poderia muito bem estabelecer relações que permitissem chegar a este objetivo sem necessariamente serem casadas. Isto significa dizermos que os casamentos apresentados anteriormente tenham sido mais significativos para o cativo homem do que para as mulheres. Corrobora este fato, a ideia de que tanto Virgulino, Galdino, Ignácio tenham se casado, sobretudo com mulheres já livres do cativeiro. Além disso, é possível que casar com uma mulher ou homem na condição livre, para o cativo, deveria significar ampliação dos laços de solidariedades, condição que estendia as possibilidades de liberdade.

Encerrando essas contribuições, este último parágrafo tem o intuito de salientar os principais pontos que foram discutidos neste capítulo. Nesta parte da pesquisa foi possível apresentarmos o fundo de emancipação, a importância das matrículas, as penalizações, as juntas de classificação e as distribuições das alíquotas por províncias e por municípios. Além disso, assinalamos algumas contribuições historiográficas de pesquisas que buscaram compreender o funcionamento do fundo de emancipação. Nesta parte do texto procuramos indicar pesquisas que pudessem ter uma semelhança com a região de Paraty. Desta forma, observamos as regiões do Rio de Contas, Lages e outras províncias da Bahia e de Sergipe. Por último expomos as especificidades do fundo de emancipação do município de Paraty. Aqui foram feitos apontamentos acerca da realização das matrículas, o valor médio do cativo através do fundo de emancipação, as alíquotas distribuídas para região sul fluminense, as liberdades dos cativos e algumas possíveis estratégias – o casamento – como uma ferramenta de conquista de autonomia, liberdade e ampliação das relações sociais. Além disso, suscintamente demonstramos como a liberdade passava pelas mãos das mulheres cativas. A partir dos expostos até o presente momento podemos concluir as seguintes questões acerca do funcionamento do fundo de emancipação do município de Paraty. Observamos primeiramente as matrículas, neste caso chegamos a este encerramento evidenciando que em Paraty não ocorreu grandes embaraços na realização deste procedimento. Chegamos a esta conclusão a partir da data do envio do livro destinados a classificação dos cativos pela Corte do Rio de Janeiro e o início das inscrições dos nomes dos escravizados, atribuição essa de responsabilidade dos agentes públicos. Em seguida assistimos as distribuições das quotas para o fundo, totalizando ao todo 7 movimentações. Desse total, apenas cinco foram analisadas pela presente pesquisa. Neste caso, identificamos tanto as distribuições provinciais, quanto as destinadas aos respectivos municípios. Neste caso conseguimos observar que a região sul-fluminense conseguiu ao longo das cinco quotas libertar ao todo 97 cativos. Desse total, 29 foram liberdades que ocorreram em Paraty. Também observamos os valores médios dos cativos para três regiões sul-fluminense. Esta informação foi obtida a partir da análise dos valores distribuídos por quota a cada município e o número de escravizados libertos. A partir disso, cálculos a média dos valores, chegando-se à conclusão que entre a primeira e quinta quota o valor médio de cada alforria em Paraty pelo fundo foi de 877\$599. Também atestamos esses valores a partir da compra de uma cativa jovem, apta ao trabalho e com condições “ideias” para desempenhar suas tarefas “domésticas”. Por últimos apresentamos algumas ações dos escravizados em algumas regiões do país em torno do fundo de emancipação. Neste caso, identificamos que em Paraty alguns escravizados buscaram suas liberdades através deste dispositivo. Essas estratégias para alcançar a liberdade através do fundo pode ser observada das mais variadas formas. Podendo ser a partir da entrega do pecúlio ao senhor, como uma forma de melhorar sua classificação no fundo de emancipação ou através dos casamentos, fator este que ia ao encontro das disposições e critérios adotados pelo próprio fundo de emancipação que escolhia casais e famílias em detrimento de indivíduos solteiros. A partir destas evidências concluímos que em Paraty o fundo de emancipação certamente foi uma ferramenta a mais a disposição dos cativos, sendo que

muitos deles buscaram realizar estratégias variadas para alcançar suas liberdades.

No terceiro e último capítulo observaremos outras estratégias realizadas pelos escravizados para assegurar suas liberdades. Neste caso pretendemos observar as ações judiciais e as alforrias na pia de batismo. Além disso, esta parte do texto tem por objetivo a reconstrução do “mundo dos possíveis” para uma mulher cativa, visualizando possíveis sonhos, desafios, relações e desejos.

3 AS ESTRATÉGIAS EM TORNO DA LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE PARATY NO CONTEXTO DA SEGUNDA METADE DO XIX: JUSTIÇA DOS HOMENS, PIA BATISMAL E TRAJETÓRIAS

Conforme dito anteriormente esta parte da pesquisa também está subdivida em três subcapítulos. No primeiro caso, pretendemos reconstruir a história de vida de um escravizado que ingressou com uma ação na justiça requerendo assegurar a sua liberdade dada em testamento post mortem. Neste mesmo espaço também visualizamos uma trama em relação a revogação de alforrias dada por um senhor, neste caso observamos as possíveis contendas desse vínculo, chegando ao ponto de ser rompida por vários fatores, dentre eles destaca-se a suposta “ingratidão” dos cativos, visto aos olhos dos senhores. Este fato corrobora a ideia da força da escravidão, muito bem desenvolvida por Chalhoub. Neste caso, pretendemos ao longo do capítulo discorrer sobre a precariedade da experiência da liberdade em Paraty. Por mais que tenha sido apenas dois processos localizados, é inegável que ambos demonstram a fragilidade da liberdade no município como em outras regiões. Na segunda parte, visualizamos a importância do batismo, dos pais espirituais, das fontes paroquiais, a escolha dos padrinhos e madrinhas, os laços de solidariedades estabelecidos através do batismo e o volume de liberdade na pia batismal. Na terceira e última parte a pretensão é acompanharmos a trajetória de uma mulher escravizada, permitindo criar a partir de outras documentações, da ligação de documentações, o mundo dos possíveis e sua relação estreita com a liberdade. Talvez neste caso a intenção não seja especificamente acompanhar uma trajetória, mas quem sabe iniciar uma investigação que possa ser averiguada em outra proposta de estudo. Desta forma, esta parte da pesquisa tem por objetivo apresentar as estratégias utilizadas pelos escravizados em torno da liberdade em Paraty. Demostrando a precariedade e força que a escravidão exercia no período.

3.1 A liberdade nas mãos da justiça: a precarização da liberdade.

É certo que a morte de um senhor ou senhora de escravizados poderia acarretar mudanças significativas na vida de um cativo. A modificação a partir do falecimento senhorial era sem dúvida um momento do desconhecido, da transferência de propriedade,

venda para uma área desconhecida e até mesmo novas chances ou não de conquistar a liberdade. Nesta “vida de peteca²²¹” entre a liberdade, venda e separação familiar, é presumível que os cativos buscassem alternativas de autoproteção, tanto para si, quanto para os seus filhos e filhas.

É presumível que este fato dependeria de diversas situações, dentre elas as alegações dos réus, dos curadores, testemunhas, do contexto espacial e social. Chalhoub identificou alguns casos nos quais os escravizados procuravam assegurar suas alforrias por meio de um testamento de seu antigo senhor, e na falta deste através de promessas de liberdade realizadas de forma oral, efetuadas momentos antes de morte de um senhor. Esta parece ser a história da africana Rubina e sua filha Fortunata, que no dia 08 de novembro de 1855, seu senhor, Custódio Manoel Gomes Guimarães, faleceu sem deixar testamento²²². A ação foi iniciada no ano de 1864, ou seja, quase dez anos depois do falecimento de Custódio Manoel. No processo iniciado pelo curador de Rubina, a mesma alega que no leito de sua morte seu antigo senhor solicitou que sua esposa, D. Senhorinha Rosa Guimarães, concedesse a alforria a preta africana, em razão dos bons serviços que ela lhe havia prestado no decorrer de sua vida. No entanto, este não foi o desfecho que o autor apresentou em sua pesquisa. De acordo com Chalhoub, D. Rosa parece ter ignorado os desejos de seu finado marido, ou seja, incluiu Rubina e sua filha Fortunata no inventário de partilha de bens. Não vou me alongar muito neste processo, uma vez que ocorreram muitos embargos, diversas alegações foram realizadas por ambas as partes de forma a conquistar seu objetivo final, ou seja, manter ambas como cativas ou a conquista da liberdade por parte de Rubina.

Até a decisão final pelo Tribunal da Relação o embate foi tenso, e até mesmo os juízes ficaram com dificuldades de proceder com a sentença. De toda forma, o defensor das cativas não se conformava com a insistência de D. Rosa e seu novo marido em não respeitar a promessa de liberdade feito por Custódio pouco antes de sua morte. Entretanto, tudo aponta que também era desejo da viúva respeitar as vontades de seu finado marido, só que com um final bem diferente para as escravizadas. Segundo as alegações de D. Rosa, seu falecido tinha apenas o desejo que Rubina e Fortunata se mantivessem sobre os cuidados de sua família. Que não fossem vendidas e não o desejo em si de libertá-las. Independentemente do final e das versões apresentadas nesta história, o que Chalhoub apontou é que ambos os lados – a viúva e as escravizadas – tinham desejos em comum: a vontade de Custódio deveria ser respeitada, sua decisão deveria prevalecer sobre os destinos das escravizadas. Apesar dos pontos de vistas diferentes acerca do desfecho do final dessa trama, o ponto alto assinalado pelas partes eram sem dúvida convencer os magistrados que ambas percorriam as mesmas disposições, uma vez que deveria prevalecer – cada um com sua versão da história – as aspirações do finado.

Antes de apresentarmos dois casos interessantes acerca das ações dos escravizados perante o poder judiciário, cabe primeiramente responder: de que forma e como esses sujeitos tinham acesso à justiça? É possível responder a esse questionamento de forma bem objetiva: o acesso dependeria, sobretudo das relações sociais destes últimos com pessoas de condição livre. De acordo com Keila Grinberg, o acesso do cativo ao mundo das ações judiciais dependia não apenas dos esforços da lei²²³, mas de estar perto do mundo dos livres, ao passo

²²¹ Termo retirado do livro *Visões da Liberdade*. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²²² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 125.

²²³ A autora traça um panorama sobre as possibilidades de acesso à justiça dos escravizados. Neste sentido, aponta que o direito português, e por extensão o brasileiro, teria tomado o direito romano e absorvido o conceito de curador. Por sua vez a autora aponta que as Ordenações Filipinas se baseiam na ideia do direito romano, uma vez que estabelece que “o órfão, viúva ou outra pessoa miserável” têm privilégios de escolher curadores, para suprir suas próprias incapacidades de administrar seus interesses. No entanto, este mesmo direito não esclarece quem de fato são os miseráveis. Segundo a autora, seria o conceito romano de miserável o mesmo para o direito

que conhecer pessoas influentes, parecia ser um requisito fundamental para o prosseguimento de uma ação civil. Neste caso, como argumenta a autora, “sem essas prerrogativas, um escravo de uma vila do interior, provavelmente, nunca conseguiria voz na justiça”²²⁴. Neste sentido, o pressuposto assinalando por Grinberg é que o acesso a estrutura jurídica dependia, das relações pessoais que o cativo mantivesse com sujeitos de condição livre, inclusive com poderosos locais²²⁵. No entanto, o fato do escravizado não estar localizado nos centros urbanos do século XIX não significava que os mesmos não percorriam os caminhos similares que seus “parceiros” que residiam nas cidades, sobretudo na Corte. É o que será possível analisarmos com esses dois instrumentos jurídicos realizados por cativos no município de Paraty na segunda metade do XIX.

Há diversas formas que o escravizado poderia figurar nos processos judiciais: como testemunha, como réu ou como vítima. Nesses casos esses processos poderiam estar vinculados a esfera criminal, ou seja, quando um escravizado cometia algum delito, contra outros escravizados, comerciantes que faziam a intermediação no ato da venda ou contra seus próprios senhores²²⁶. Deveras são diversos relatos que se apresentaram nos processos criminais, muitos dos quais diziam a respeito as histórias diversas de vida, lutas, batalhas, tentativa de recuperar seus filhos e filhas que foram entregues ou vendidos por seus senhores, tentativa de regresso ao antigo cativeiro que muitas vezes proporcionavam maiores chances de alcançar a liberdade ou até mesmo de regressar aos braços de seus familiares ou no restabelecimento de laços de solidariedades que foram cortados com a venda para regiões distantes. Muitos desses relatos impressionam os leitores de hoje em dia que tocado pelo ar da compaixão e emoção observam a crueldade e a falta de empatia nos quais esses sujeitos estavam submetidos a diversas formas de chantagem e crueldade²²⁷. Desta forma, é presumível que tanto nas cidades, quanto nas zonas rurais essas lutas travadas através do poder público moveram muitos escravizados em busca de suas liberdades.

Todavia, nem sempre essas emoções sentidas pelos leitores e leitoras estão vinculadas necessariamente aos sofrimentos e violências suportados por esses sujeitos de condição cativa. Como nos aponta o próprio Chalhoub, a constatação da violência é em si um ponto importante, “mas a crença que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar [...] acabou gerando seus próprios mitos e imobilismo na produção historiográfica”²²⁸. Assim, é por trás desses sofrimentos, mas vista por outro ângulo que é possível observarmos as resistências e formas de organização diversa. A contribuição do autor mais uma vez nos ajuda a elucidar a participação desses sujeitos de condição cativa nos processos judiciais.

Desta forma, este é mais um dos casos que Sidney Chalhoub nos apresenta em *Visões da Liberdade*. Em 17 de março de 1872, na corte, um grupo de escravizados que se encontravam na casa de comissões de José Moreira Veludo, se rebelaram contra o mesmo.

português. Este caso somente foi resolvido no século XIX, no ano de 1843, a partir do aviso nº7, de 25 de janeiro, que acabou por considerar os cativos, presos, loucos e medicantes como sujeitos miseráveis.

²²⁴ GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 67.

²²⁵ Idem. p. 67

²²⁶ Ver principalmente: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2010. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-188)*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2014. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020.

²²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

²²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 40

Mais uma vez completar esta história toda seria desnecessário, são muitas alegações e acusações. Importante é entender que são abundantes as motivações para as agressões. Neste caso o autor aponta para uma possível fuga ou até mesmo que os cativos se negavam “radicalmente a serem vendidos para o interior. Para esses homens, a prisão parecia um mal menor do que a escravidão nas fazendas de café”²²⁹. Este caso é interessante na medida em que aponta para possíveis alianças e desejos desses cativos, e não para o sofrimento ou inércia desses sujeitos. Mas também para ação e organização de escravizados. A preexistência de um plano pode indicar que muitos desses sujeitos tinham desejos e medos muito parecidos, sobretudo no que concerne à venda para regiões onde o trabalho era vigiado

A história das vendas para outras regiões certamente mexia com o imaginário desses cativos. A falta de previsibilidade e o rompimento dos laços de solidariedades já estabelecido nas regiões em que viviam decerto foram umas das principais razões para que eles figurasse nos processos criminais. Mais uma vez no centro desta história está o comerciante José Moreira Veludo, – já citado anteriormente – agora são os irmãos Carlos e Ciríaco que são os protagonistas desta trama²³⁰. Sem entrar nas sinuosidades do processo, cabe apenas esclarecer que mais uma vez no cerne desta narrativa estava o desejo de ambos os cativos em não serem alienados para outra região, neste caso a venda seria para a província do Espírito Santo, na cidade de São Matheus.

Todo historiador e historiadora tem a obrigação intelectual de fazer perguntas às documentações. Neste sentido, a primeira dúvida que embaraça a mente do profissional é a origem desses sujeitos. Neste caso, as respostas dessas questões podem indicar as reais motivações para os cativos figurarem nos processos criminais como réus. É sabido que com o fim do tráfico internacional de cativos em 1850 as relações sociais entre senhores e escravizados e as posses sofreram alterações significativas. De acordo com Hebe Mattos, o impacto do fim do tráfico afetou diretamente na origem desses sujeitos e o espaço social que passaram ocupar, sobretudo nas áreas de expansão do Vale do Paraíba. A autora aponta que antes de 1850, estimasse que a presença africana na região era em torno de 90%. Essa proporção era sentida em todos os níveis de posse, sendo grandes, médias ou pequenas. Nos inventários com 15 menos cativos, os africanos representavam em torno de 49,67%, já os que possuíam número maior esse quantitativo saltava para 55,49%²³¹. Estes dados demonstram a força e a facilidade com que senhores adquiriram por um determinado período a mão de obra africana. A partir da identificação da naturalidade desses escravizados que figuravam nos processos judiciais e sobretudo criminais a historiografia passou a orientar suas preocupações em torno do impacto estrutural e nas relações de poder entre cativos e senhores após o fim do tráfico internacional. Em outras palavras, quero dizer que o fim do tráfico internacional fomentou o tráfico interno, fazendo com que muitos escravizados e famílias fossem arrancados dos seus familiares, convivência e costumes. O impacto disso certamente pode ser demonstrado na análise desses processos, nos quais muitos cativos buscavam reaver seus entes, muitos deles cometendo atos criminais para alcançar este objetivo. Há também casos nos quais muitos deles já estavam supostamente “acostumados” com a rotina anterior, talvez com maior liberdade, muitas vezes residindo fora do sistema de eito.

Por sua vez, esses dados também apontam para mudanças na origem dos escravizados de origem crioula. Mattos assinala que os cativos crioulos nascidos fora da região em que

²²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 35

²³⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 85

²³¹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 116

trabalhavam no período até 1850 correspondem apenas 8% do total. Ao mesmo tempo em que depois de 1850 esses cativos representam um total de 35%²³². Além disso, o “tráfico interno significou [também] um acentuado processo de concentração social da propriedade cativa. O sentido mais geral das vendas seria de pequenos para grandes proprietários”²³³. É óbvio que esta diferença não apenas figurou nas análises quantitativas, ou seja, do aumento ou diminuição da origem desses sujeitos, mas também implicou uma nova dinâmica e relações sociais entre os sujeitos envolvidos neste processo. Como nos aponta a própria autora “não é preciso um exercício de imaginação dos mais criativos para refletir sobre os contrastes entre o universo conhecido da escravidão em Alagoas [...] e o pânico que os movia para ousadas tentativas de fuga, ante a iminência do seu destino final”²³⁴. Isto é, ser vendido para outras regiões era ser arrancado do seu convívio social e das suas práticas e dos seus modos de viver. É fato que isto implica em novos embates, novas relações de poder que precisam ser conquistadas e/ou mantidas nessas novas regiões.

Por isso é de se esperarmos que muitos cativos buscassem assegurar seus laços de solidariedades nas regiões em que viviam, mesmo que essas buscas pudessem em muitos casos ser cometidas através de fugas e assassinatos. Este parece ser o caso das cativas Justina e Maria Rosa, já assinalado por Hebe Mattos, ambas as escravizadas assassinaram seus filhos. Parece presumível que este foi possivelmente o último gesto nos quais as ambas recorreram de forma a evitar a separação familiar, este aceno de excentricidade também pode ser observado no próprio ato “sem sorte” de Justina e Maria Rosa tentaram o suicídio. Mais uma vez não vou me alongar neste caso, pois este não é o objetivo da pesquisa, mas a relação entre esse caso e os apontados na pesquisa de Chalhoub aponta para uma possível venda dessas cativas para outras regiões. É possível que elas não quisessem viver longe de seus filhos, não queriam ter o desgosto desta separação e também que a imprevisibilidade, tanto sua quanto sobre os rumos da vida de suas crias foram motivações para seus crimes.

Retorno ao nosso real problema de pesquisa. Em outras palavras, a análise dos dois processos de justiça que foram localizados no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Agora observamos o outro lado da “moeda”, ou seja, como esses escravizados figuraram como atores ativos desses processos. Isto significa dizer que não são tratados como criminosos, assassinos ou réus, mas sim como sujeitos que querem construir uma nova história para si e seus familiares. No primeiro caso trata-se de uma ação civil no qual o cativo buscou assegurar sua liberdade através de uma ação de manutenção de liberdade. No segundo, a análise se irá dedicar-se a averiguação da revogação de uma suposta promessa de liberdade causa-mortis²³⁵. Esses dois processos têm muita coisa em comum, de fato começarei pelo exame do processo de manutenção da liberdade do cativo João Pacheco, em seguida farei uma análise do litígio de revogação da promessa de liberdade causa-mortis.

É uma tarefa difícil a leitura e análise desses processos, requer cuidado, atenção,

²³² MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 116

²³³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 117

²³⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudesteescravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 118.

²³⁵ Ambos os processos estão disponíveis para consulta parcial através do site <http://www4.tjrj.jus.br/acervo/>. O primeiro processo se refere a de manutenção da liberdade, datado do ano de 1864. Este primeiro está digitalizado, todavia, seu acesso somente ocorre a partir do preenchimento de formulário disponível no site acima. Diante deste fato, não foi possível localizar qualquer informação sobre caixa, box, registro ou código deste processo. Já o processo de revogação da liberdade é datado do ano de 1865. Porém, não consta como processo digitalizado, sendo sua consulta somente através de forma presencial no Palácio de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, consta as seguintes informações sobre o mesmo: caixa 891, registro 007791, código: 8582.

paciência e, sobretudo certo grau de imaginação. Este processo de imaginação na historiografia foi exposto por Natalie Davis²³⁶. Sem esses pressupostos fica quase inviável a compreensão dessas ações por partes desses escravizados. Nos dois processos judiciais que foram localizados no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a leitura se tornou extenuante em virtude da falta das palavras, do apagamento de algumas letras e claro da dificuldade na leitura da própria fonte. Não obstante, esses fatores não desvalorizaram o documento, pelo contrário, faz com que o trabalho se torne ao mesmo tempo prazeroso, instigante e desafiador, uma vez que nas entrelinhas é possível sabermos o desfecho destes dois processos.

Aos olhos dos “leigos” – quero dizer dos não profissionais da história – parece confuso e ao mesmo tempo desafiador que um escravizado ingressasse com uma ação na justiça contra seu próprio senhor. A depender de onde se observa este fato, uma ação na justiça para o escravizado poderia ser um gesto de temeridade, recheado de incertezas, ao passo que caso a ação viesse a beneficiá-lo, seu objetivo estava em parte concluído²³⁷. Para o senhor, um escravizado requerer sua liberdade através das instâncias judiciais era um gesto de afronta, podendo colocar sua autoridade local em xeque, espalhando possíveis boatos da fragilidade do mesmo.

Este foi o caso que aconteceu no município de Paraty. João Pacheco, ex-escravizado de Custódio Pacheco de Ornelas em 1864 ingressou com uma ação na justiça tentando reafirmar a conquista de sua liberdade. No documento consta que no Ano de Nascimento de Nossa Senhor Jesus Cristo de 1864, aos 08 dias do mês de março, na cidade de Paraty que o forro João Pacheco ingressou com uma ação na justiça requerendo a manutenção de sua liberdade²³⁸. Ao que tudo indica a estratégia utilizada por Pacheco era assegurar e atestar sua liberdade, de forma que os herdeiros ficassem impedidos de qualquer ação que pudesse recolocá-lo novamente no cativeiro²³⁹. Pelo visto, Pacheco se antecipou a essas investidas, talvez elas realmente nem pudesse ocorrer, mas a precipitação pode por outro lado demonstrar que, recolocar um sujeito de condição liberta novamente no cativeiro não era fato

²³⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. “On the lame.” *American Historical Review*. Vol.93, N. 3, June 1988. 572-603

²³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2010. DIAS, Silvania Oliveira. *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto. 2010. VIEIRA, Bruna Mayla Belarmino; SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. *Justiça e escravidão na terra de zumbi: As ações de liberdade no judiciário alagoano (1860-1888)*. Revista Científica do UniRios 2020. 1. Ed. 124. PEZZINO, Giovanna Frada. *As ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850-1888): experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2021. MARIANO, Delsa de Fátima dos Santos. *Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em Diamantina (1850-1871)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2015.

²³⁸ Esta parte foi retirada do texto: Liberata: a lei da ambiguidade: As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. “Os casos em que os escravos alegam o direito à carta de alforria são aqueles em que os senhores prometeram-lhes dar a liberdade, geralmente verbalmente, e não cumpriram, ou então eles os alforriaram em testamento e seus herdeiros não os queriam libertar. O termo jurídico para as ações em que o argumento é o de que o escravo já tinha sido libertado antes é “ação de manutenção de liberdade”: é quando o liberto, já vivendo como tal, sofre tentativas de reescravização por parte de seu antigo senhor ou de qualquer outro homem livre.

²³⁹ Ação de Manutenção de Liberdade de João Pacheco, 1864. TJERJ, Juízo Municipal de Paraty. Processo digitalizado mas disponível somente mediante solicitação ao órgão responsável.

tão estranho no Brasil, e quem sabe no próprio município de Paraty para o período analisado. Infelizmente não foi possível localizarmos a data e o ano da morte de seu antigo senhor, entretanto, a petição de manutenção de liberdade aponta é que seu genro e legatário, Diogo Peres Fernandes, pardo, natural desta freguesia, veio a falecer aos setenta e oito anos de idade, no dia 15 de janeiro de 1861240. Do mesmo modo, assinala que João Pacheco deveria servir ao genro do finado por um período de oito anos, e ao findar deste tempo, João poderia gozar de sua plena e total liberdade. A ausência da data de morte de seu primeiro ex-senhor, impossibilita atestarmos se este prazo realmente foi cumprido. Pode ser que, tanto Diogo Peres, quanto Custódio Ornelas tenham falecido num curto tempo, e este fator viabilizou as chances de Pacheco gozar de sua liberdade antes de completar o prazo estipulado de oito anos. Diante desta possibilidade, é capaz que o suplicante – o forro Pacheco – realmente se encontrasse em apuros, e por isso requereu endossar sua liberdade através de uma ação judicial, de modo a certificar sua liberdade, uma vez que a morte antes do prazo poderia – segundo o pensamento de João Pacheco – atenuar sua vida no cativeiro.

Um dado também interessante é pensar a cor do genro e principal beneficiado pela morte de seu sogro. É bem possível que Custódio fosse um pequeno proprietário da região, quem sabe um forro, igual seu genro. Por este ângulo, podemos pensar que fosse uma posse pequena, e/ou que esses escravizados fossem os responsáveis pelo sustento da família, isto é, trabalhando, mobilizando recursos e talvez negociando a própria liberdade com seus senhores. Por outro lado, a própria cor do seu genro, pode ser um indicativo neste sentido. É difícil estabelecer esse critério. No entanto, o processo foi bem didático ao realçar a cor do sujeito. Certamente era um egresso do cativeiro. Isto também pode explicar o fato de João Pacheco temer o retorno ao cativeiro. Talvez pela os poucos cativos que essa família ainda teria, desempenhavam funções importantes na engrenagem econômica, além do próprio poder simbólico, que remete a perca da própria propriedade e do poder senhorial. Enfim, de qualquer forma, tudo nos aponta para que Custódio fizesse parte de um arranjo pequeno no município de Paraty, a fragilidade de seu status e a precarização da liberdade, são indicativos suficientes para Pacheco ingressar com uma ação de manutenção de sua liberdade.

Quiçá o gozar desta plenitude não era tão óbvia para Pacheco, visto que a morte do genro Diogo, poderia fazer com que outros herdeiros viessem descumprir a vontade do finado Ornelas. Por isso, Pacheco procurou de qualquer maneira buscar estratégias que pudesse esquivar-se das prováveis investidas dos que ficaram em vida. É razoável que o liberto tivesse suas razões, quem sabe seu maior medo fosse que Manoela Rita – filha de Custódio Ornelas – não respeitasse a vontade de seu pai, que em seu testamento solicitou aos herdeiros que não reduziria o suplicante a escravidão ao findar do prazo. Todavia, não foi possível sabermos qual era a relação entre Pacheco e Ornelas, é exequível que o próprio ex-escravizado tenha comprado sua alforria, e como condição seu antigo senhor determinou este fato. Infelizmente para atestarmos esta informação seria necessário vasculhar os arquivos do cartório de Paraty, e assim descobrir a carta de alforria, e se na mesma consta esse dado. De qualquer forma, o que está em jogo para Pacheco é se desvencilhar dessas tentativas que o mesmo sabe que poderia ocorrer. Em vista disso, Pacheco recorreu ao curador Marcolino José de Azevedo para que sua liberdade não viesse correr riscos desnecessários, uma vez que era a vontade de seu antigo senhor – Custódio Pacheco Ornelas – que deveria ser respeitada.

São muitas similaridades entre o caso de João Pacheco, e de Rubina e Fortunata, citado anteriormente na pesquisa de Sidney Chalhoub. A começar pelo nome dos personagens. Relembrando o leitor que, o senhor da africana Rubina também se chamava Custódio. Mas esse não é o ponto principal da questão, em muitos casos foram os próprios senhores que indicavam o nome dos seus escravizados. É óbvio que este fato não é

²⁴⁰ Ação de Manutenção de Liberdade de João Pacheco, 1864. TJERJ, Juízo Municipal de Paraty. Processo digitalizado mas disponível somente mediante solicitação ao órgão responsável.

determinante, e não dá para saber até que ponto esses senhores interfeririam no nome dos escravizados e de seus filhos. Por outro lado, o que chama a atenção no caso da manutenção de liberdade, é o fato de João Pacheco possuir o mesmo sobrenome de seu falecido senhor. Independente da interferência dos senhores na escolha dos nomes dos escravizados, esse processo poderia acarretar duas situações distintas para os cativos: à primeira vista é de supor que os senhores procurassem manter algum tipo de vinculação, por outro lado, é possível que os próprios ex-cativos vinculassem seus sobrenomes aos seus antigos senhores. O fato de um forro realizar esta “afiliação” muitas vezes pode estar associado a uma segurança. Isto é, ao se desvincular das obrigações servis de antigos proprietários, esses libertos talvez buscassem formas de desassociar ao antigo cativeiro, em outras palavras ter um sobrenome significava primeiro, não cair nas armadilhas de uma suposta reescravização e homogeneização, ou seja, ser chamado de Pacheco crioulo, pardo ou preto. De outro modo, caso o ex-cativeiro estivesse vinculado a um senhor poderoso, adotar o mesmo cognome simbolizaria maiores chances de desempenhar um emprego ou função em outra localidade²⁴¹. Acerca desta última questão, seria muito mais fácil um comerciante ou proprietário rural buscar referências deste trabalhador, uma vez que o sobrenome estaria associado a senhor conhecido na região ou microrregião. Quem sabe esta não foi uma escolha que partiu do próprio João Pacheco? Infelizmente não foi possível afirmarmos esta hipótese, mas talvez o fato de assumir esta filiação esteja intimamente ligada as novas chances de mobilidade que se abriram com a liberdade.

Já sabido que a escravidão no Brasil não funcionou de forma homogênea. A realidade de um cativeiro ou forro de uma zona rural, não pode ser comparada as experiências e desafios de um escravizado da zona urbana. Este já um fato consolidado pela historiografia da escravidão. No entanto, há um fator que de certa forma interligava esses sujeitos, a capacidade de obter autonomia ou de mover-se era certamente um dos desejos de muitos cativos. De acordo com Hebe Mattos, essa habilidade de deslocar-se em busca de novos laços permitia que esses forros afirmassem sua condição de livre perante seu passado cativeiro²⁴². A partir da petição de manutenção de liberdade nunca saberemos se este era um desejo de João Pacheco – sair da região de Paraty – de qualquer forma o suplicante tinha a ambição de desatar qualquer ligação com esta experiência da escravidão, o fato de procurar um curador que assegurasse seu direito à liberdade aponta para este sentido.

Para não perder o fio da meada retorno as preocupações de João Pacheco, o forro que ingressou com uma ação na justiça tentando reafirmar os desejos de seu antigo senhor. É bem possível que Pacheco tenha conhecimento de algumas alforrias que foram revogadas, e por isso tivesse razão e medo que este mesmo fato pudesse ocorrer em sua vida. Para João Pacheco, o medo não era um fantasma que não se podia enxergar, sua visão alcançava muito bem os perigos que rondavam sua liberdade, isto é, os herdeiros de seu finado senhor. E ele tinha motivos suficientes, uma vez que, o Livro IV, Título 63 das Ordenações Filipinas, apontava que as alforrias ou doações poderiam ser revogadas por causa de ingratidão²⁴³.

²⁴¹ Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós emancipação. (1874 – tempo presente)*. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2013. SCOTT, Rebecca J; HEBRARD, Jean M. *Provas da liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2014. SOUZA, Flávia Fernandes. *Criados, escravos e empregados. O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2017.

²⁴² MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX*. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020. p. 50.

²⁴³ Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p863.htm>. SOARES, Márcio de Souza. *O fantasma*

Diante deste fato, importa apenas atestarmos que o medo de João Pacheco era legítimo, e que por isso a estratégia utilizada pelo mesmo para confirmar sua liberdade e a vontade do finado eram os meios dos quais ele pôde recorrer para assegurar vida mais longe possível das amarras do cativeiro. Também não podemos esquecermos que João Pacheco circulava, se alimentava de informações. Em uma cidade portuária, a rotatividade de sujeitos é grande. As informações, trocas e movimentações contribuem neste sentido. Por outro lado, até mesmo João Pacheco tenha partilhado da experiência de viver ao lado de pessoas que sofreram essa condição. Este conjunto de informações certamente contribuiu para que o mesmo entendesse que estava em apuros, e por isso ingressou com uma ação antes mesmo de qualquer investida por parte de outros. Neste sentido, o texto Sidney Chalhoub é taxativo indicando que “a morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade de alforria. Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento de um senhor era para os escravos o início de um período de incertezas”²⁴⁴. É por este caminho desconhecido que Pacheco não queria mergulhar, preferiu a segurança e o mundo das possibilidades que se abriria com a alforria, e desta forma foi feito, uma vez que no dia 09 de novembro de 1864, Manoel da Costa Cabral, escrivão interino, passou o mandato de manutenção de liberdade a favor do suplicante Pacheco. Assim, a história deste forro talvez tenha tido um final completamente diferente se não fosse em busca dos seus desejos, ou seja, a vida em liberdade.

Para compreendermos e observarmos as ações e estratégias dos escravizados em torno da liberdade indicamos mais uma ação judicial iniciada antes da promulgação da Lei do Vento Livre de 28 de setembro de 1871. A Lei do Vento Livre ou Lei Rio Branco, realmente foi um elemento importante para destruir aos poucos as bases de sustentação do poder senhorial. Ela não somente possibilitou que o ventre da mulher se tornasse “livre”, mas acarretou maior margem de ação dos cativeiros em relação aos mandos senhoriais. A realização das matrículas, a formação de um fundo de emancipação, dos arbitramentos, da regulamentação do pecúlio e do direito a alforria independente da vontade senhorial foram as razões para com que essa lei incomodasse tanto os senhores e abrisse um leque de opções para os cativeiros. A influência desta lei no desmonte do domínio da classe de proprietários de escravizados é sem dúvida significativa. De acordo com Almeida, especificamente o reconhecimento do pecúlio representou uma vitória para os escravizados, pois, a partir de agora, quando as negociações em torno da alforria não fossem vitoriosas, havia a possibilidade da solicitação de mediações da justiça através do depósito e também do arbitramento da alforria²⁴⁵. Em outras palavras, a interferência do poder público na esfera privada fez com que aos poucos a instituição da escravidão estivesse sem dúvida nenhuma com seus dias contados.

Além disso, para o que nos interessa e de forma a fazermos uma relação com a fonte aqui apresentada, a Lei do Vento Livre, facultou que as alforrias conquistadas pelos cativeiros não fossem mais revogadas. Sem dúvida nenhuma, as prerrogativas senhoriais estavam com seus dias contados. Mais uma vez saliento o Livro IV das Ordenações Filipinas, que estabelecia uma espécie de vínculo eterno entre o “doador” e aquele que obtém a liberdade, isto é, a ingratidão muitas vezes foi uma estratégia utilizada pelos senhores e/ou herdeiros para reaver a propriedade de um cativeiro. A influência das Ordenações Filipinas pode ser

da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750 e 1830. ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. GRINBERG, Keila. Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX. ANPUH- XXXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

²⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 137.

²⁴⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 90.

assinalada no processo de revogação da liberdade do ano de 1865. No dia 04 de abril e no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, que o senhor Manoel de Oliveira Santos revogou uma promessa de liberdade dada aos seus vinte e três escravizados²⁴⁶.

Diz Manoel de Oliveira Santos, que havendo no dia 31 de outubro de 1864, fez uma escritura pública conferindo promessa de liberdade causa-mortis a seus escravos. Como se vê no documento juntado, [e] depois, [seus escravizados] revoltasse desde logo, [sendo] rebeldes ao [seu] dever, até abandonando todos os seus serviços, e porque doía a consciência ao suplicante, fraudar por aquele meio a um seu credor que o havia socorrido [...], [assim] o suplicante, revogou em data de 7 de janeiro do corrente ano [1865] tal doação²⁴⁷.

Caso muito parecido com o do já citado João Pacheco, ou seja, uma promessa de liberdade causa-mortis. Esse documento é interessante, pois, permite pensarmos em algumas hipóteses. De que forma esses escravizados ficaram sabendo que esse senhor fez uma promessa de liberdade? Foi o senhor que contou a eles ou alguém próximo do círculo do senhor informou a esse grupo de cativos? Era uma boa relação entre os sujeitos envolvidos? Infelizmente essas informações não estão disponíveis no documento. O que realmente interessa nesta citação é que o suplicante – Manoel de Oliveira Santos – utilizou-se de suas prerrogativas senhoriais. Isto é, dos atos jurídicos estabelecidos no Livro IV, Título 63 das Ordenações Filipinas que estabeleceu que as doações e alforrias pura e simplesmente feitas sem alguma condição ou causa passada, presente ou futura, tanto que são feitas por consentimento dos que as fazem, e aceitação daqueles a que são feitas, ou do tabelião, ou pessoa, que por direito em seu nome pode aceitar, logo são firmes e perfeitas, de maneira que em tempo algum não podem ser revogadas. Porém, abre a brecha em casos específicos, ou seja, se aqueles a que foram feitas as doações se mostrasse, ingratos contra os que lhe fizerem, com razão podem perdê-las as ditas doações ser revogadas por causa de ingratidão. E segue apresentando que causas são essas: injuria, vergonha, ferimento grave ao doador, perda ou dano ao doador e dentre outras²⁴⁸. Assim, são essas prerrogativas e com base jurídica que Manoel Oliveira Santos revogou as ditas liberdades.

Além dessas informações tudo indica que a revogação dessas alforrias se deu de forma muito rápida. A promessa foi realizada em outubro de 1864, e já em janeiro de 1865 elas foram revogadas. Ou seja, três meses depois elas foram retiradas, sendo o processo concluído em abril do mesmo ano, isto significada dizer que os trâmites legais foram concluídos em apenas seis meses. Ao que parece ao ouvirem falar que o senhor prometeu-lhes a liberdade, logo após a sua morte, esses cativos iniciaram processo de abandono, talvez as condições de vida nesta propriedade não lhes faziam mais sentido. É possível que tenha-lhe faltado vestimentas, comidas, ou seja, condições dignas de vida. Assim, a promessa tenha apenas de fato apressado algo que já estava em andamento por esses sujeitos. Acerca desta suposta falência econômica deste senhor, o próprio processo aponta que Santos contraiu diversas dívidas, dentre eles destacam-se os credores, Tenente Francisco Antônio Álvaro de Souza, José Antônio Ramos Maia e Dona Francisca Ignacia da Conceição.

Outro ponto importante para além das condições materiais e da falência econômica de Manoel de Oliveira Santos, é que o ato de alforriar seus escravizados, neste caso, não produziu cativos obedientes e leais ao próprio senhor. Pelo contrário, esses sujeitos foram

²⁴⁶ Ação de Revogação de Liberdade de Manoel de Oliveira Santos. TJERJ, caixa: 891. Registro: 007791. Cód: 8582. Ano: 1865.

²⁴⁷ Ação de Revogação de Liberdade de Manoel de Oliveira Santos. TJERJ, caixa: 891. Registro: 007791. Cód: 8582. Ano: 1865.

²⁴⁸ Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p865.htm>. GRINBERG, Keila. Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX. ANPUH- XXXII Simpósio Nacional de História – Joao Pessoa, 2003.

extremamente “ingratos” segundo o pensamento senhorial, mostraram-se arredios, buscando caminhos que os livrassem das amarras deste senhor. Talvez a intenção do senhor fosse realmente essa, mas como diz o ditado popular, o tiro saiu pela culatra.

Outra questão chama atenção neste processo é o papel do curador dos cativos. Hermenegildo José de Almeida Peixoto foi o responsável por cuidar dos interesses dos escravizados. Mas de acordo com o processo seu papel foi secundário, não há qualquer menção sua na defesa dos interesses dos escravizados, vale lembrar que nem todos os curadores estavam realmente zelosos com essas inclinações. Neste documento ele não apresentou qualquer indicativo que estava disposto a lutar pelos interesses desses sujeitos. Muito pelo contrário, ao que parece seu compromisso era zelar pelo cumprimento da revogação das liberdades, e não em mantê-las. Mas quem é este curador? De acordo com o banco de dados disponível a partir da lista de classificações do fundo de emancipação, Hermenegildo Peixoto, era também um pequeno senhor de escravizados, na listagem de 1873, ele possuía três cativos, Júlia, uma mulher parda, e com 25 anos, desempenhando a função de costureira, ela também tinha uma filha, Iralina, que contava na época com apenas dois anos de idade. Além destas, ele também é proprietário de Magdalena, também parda e costureira, esta última consta com 18 anos²⁴⁹. Nas listagens de 1874, 1875 e 1876 seu nome não foi localizado. Ou seja, é possível que Peixoto realmente não esteja tão comprometido com a liberdade desses sujeitos, mas sim com o interesse em mantê-los no cativeiro ou quem sabe com alguma ligação com os credores de Manoel de Oliveira Santos. Acerca desta última hipótese é necessário um maior investimento e tempo de pesquisa.

Uma possibilidade desses cativos descobrirem esta informação reside no fato de que são sujeitos já com alguma experiência no cativeiro. Muito deles são mais velhos, todos os cativos acima de 50 anos são de origem africana, é o caso de Pedro, Ignácia, Luiza, Justina, Rita e Maria. E os demais? Francisca, crioula, tem 38 anos, Vicente, crioulo, 22 anos, Sebastião, crioulo, 18 anos, Mathias, crioulo, 29 anos, Margarida, parda, 14 anos, Justino, crioulo, 13 anos, José, crioulo, 20 anos, Pedro, crioulo, 18 anos, Vicente também crioulo, 18 anos, Ignez, crioula 24 anos, Ignácio, pardo, 10 anos, Izabel, parda, 12 anos, Joaquina, crioula, 15 anos, Narcizo, pardo, 18 anos e Braz, também pardo, com 40 anos de idade. Ou seja, poucos escravizados menores e muitos com aptidão para o trabalho. Infelizmente no processo não é possível identificarmos os laços familiares entre esses sujeitos, todavia, é viável que muitas dessas mulheres fossem mães de alguns cativos, e em outros casos é também provável que há nesta posse algum escravizado que mantenha alguma relação conjugal com outros escravizados do mesmo senhor. Conforme já salientado em outras pesquisas, uma posse deste tamanho, as facilidades de relações e estabelecimentos de famílias eram bem maiores do que as médias e pequenas. Além disso, não dá para sabermos a origem desses sujeitos, ou seja, de quais regiões eram provenientes, se eram nascidos no município ou se vieram através do tráfico internacional ou interprovincial. Não obstante, o fato de já possuírem alguma experiência no cativeiro e por serem majoritariamente mais velhos, pressupõe que esses cativos já tenham uma certa familiaridade e laços de solidariedades definidos, elementos que certamente permitiram que essa informação – a promessa de liberdade – tenha sido descoberta pelos mesmos. Além disso, podemos pensar na hipótese que se a intenção do senhor era produzir escravizados gratos pela liberdade, é bem possível que esses sujeitos teriam conhecimento disso, eles viviam essa relação cotidianamente. Retornando mais especificamente as preocupações do processo de revogação da liberdade, cabe esclarecer mais uma questão. Já foi possível identificar que Manoel de Oliveira Santos, utilizou como estratégia para assegurar novamente esses escravizados a base jurídica proposta

²⁴⁹ Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados o município de Paraty. Anos: 1873, 1874, 1875 & 1876. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty).

pelas Ordenações Filipinas. Além disso, o próprio autor da revogação apontou que não foram só as dívidas, hipotecas ou ingratidão que o fez revogar tantas liberdades, a retratação senhorial talvez busque se redimir das consequências divinas. Pelo menos é o que demonstra o processo. Segundo o suplicante, sua idade avançada, cedendo voluntariamente e espontaneamente as vozes de sua consciência, que as leis dos homens reprova, fez com que ele acabasse com aquela simulação fraudulenta²⁵⁰. Assim, resolveu – a partir deste documento – dar aos seus credores um testemunho de seu arrependimento, revogando por sua vez, as referidas escrituras de promessa de liberdade causa mortis. Talvez quem saiba o dito proprietário esteja realmente com medo das punições divinas ao adentrar no reino celestial. Por outro lado, existem também outras possibilidades para a revogação da alforria – talvez a ingratidão e a rebeldia dos cativos tenha sido umas das motivações – dentre elas podemos pensar que Manoel de Oliveira Santos não tinha a intenção realmente de revogá-las, mas o burburinho da notícia numa região em que todos praticamente se conheciam, certamente fez ativar ações dos seus credores em busca dos seus pagamentos. Neste sentido, é de se esperar que o proprietário desses escravizados procure algum discurso apelativo que seja convincente de forma a não manchar sua reputação em uma cidade pequena como Paraty.

Este é o desfecho deste processo que se encerra no dia 04 de abril de 1865. Por infelicidade e por falta de tempo hábil não localizamos o que ocorreu com esses cativos, ou seja, se alguns realizaram fugas, se continuaram na propriedade de Manoel de Oliveira Santos ou se ficaram ainda mais “arredios” com a revogação das alforrias. Acredito que a perda desta promessa de liberdade não tenha surtido o efeito desejado de Santos, uma vez que o próprio ato de lhes prometer a alforria depois de sua morte já demonstrou que esses cativos não estavam confortáveis nesta propriedade, imagina a revogação delas? É presumível que muitos deles tenham realmente colocado seus planos em prática, seja fugindo ou até mesmo buscando alternativas por meio do poder judiciário de forma a não ter essas liberdades revogadas. Todavia, isto é apenas uma hipótese a pensar, as possibilidades estão abertas diante da falta de fonte que ateste o contrário ou afirme essas opções. O que fica patente até o presente momento neste processo de revogação de liberdade são duas situações distintas: a primeira é o que o final nem sempre será aquele que o pesquisador (a) deseja, ou seja, a liberdade desses cativos. Por outro lado, este documento indica que a rebeldia desses escravizados assinala que a segunda metade do século XIX se apresenta como um momento importante no desmoronamento do poder senhorial, sobretudo a partir da interferência do poder público sobre a exclusividade dos senhores em libertar seus próprios cativos. Além disso, podemos concluir que a experiência da liberdade para homens e mulheres forros era traumática e muito frágil. A liberdade e escravidão caminhavam lado a lado. Todas essas movimentações dos escravizados também nos apontam para a força que a escravidão exercia no município de Paraty para o período analisado. Poder que poderia remeter ao retorno ao cativeiro, ou seja, a revogação da liberdade.

A parte seguinte também pretende observar as estratégias de liberdade. No entanto, as construções de nossas hipóteses foram orientadas por outras documentações. Além disso, talvez nesta parte do texto as estratégias dos escravizados não estejam tão explícitas, isto significa dizer que percorreram outros caminhos aos que foram analisados acima. Ademais, além das novas estratégias, a parte que segue tem por objetivo discutir – minimamente – o papel dos padrinhos, a importância dos batismos, as relações estabelecidas a partir deste laço e outros apontamentos.

3.2 Batismo, compadrio e estratégias de liberdade na Pia

²⁵⁰ Ação de Revogação de Liberdade de Manoel de Oliveira Santos. TJERJ, caixa: 891. Registro: 007791. Cód: 8582. Ano: 1865.

A principal característica desta parte do texto é sinalizarmos as estratégias dos escravizados em torno da liberdade através da pia de batismo. Por este ângulo, pretendemos, sobretudo, recorrer as fontes paroquiais que estão localizadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, mas que também estão disponíveis no site family search. O recorte cronológico adotado nesta parte do texto refere-se ao período de 1861 até 1871. Uma vez que a partir desta última data não haveria motivos para o senhor libertar uma criança, já que a Lei do Ventre Livre proibia a partir daquele momento que nenhuma criança nascerá no país na condição cativa. Além deste objetivo principal, propõem-se compreender a importância das fontes paroquiais, o ato do batismo, os laços de compadrio e claro, indicar quais crianças foram alforriadas durante este período. Por outro lado, da mesma forma evidenciamos que muitas vezes, o ato de alforriar uma cria, não está associado uma suposta benevolência e generosidade desses senhores. Mas sim, a relações complexas, e também as ações de mulheres e mães dessas crianças que se articulavam em torno deste objetivo. Seja comprando a alforria ou mantendo laços de solidariedades e sociabilidades que pudessem fazer com que esses e outros objetivos fossem alcançados.

Durante muitos anos os estudos acerca da escravidão, e principalmente sobre a prática de alforriar um cativo vinculava-se a uma suposta benevolência senhorial. Ao passo que para o escravizado ultrapassar a barreira do cativeiro e aproximar-se da liberdade necessariamente teria de mover-se diante das vontades e interesses dos senhores²⁵¹. Durante muitos anos, os proprietários de escravizados estimularam contradições dentro do próprio cativeiro, fazendo concessões para um determinado grupo em detrimento de outros. Com essa prerrogativa senhorial, muitos proprietários acreditavam que os cativos pudessem se tornar fiéis, prestados ao bom serviço, zelosos com o patrimônio e obedientes as escolhas de seus senhores. Todavia, o caso de João Pacheco e tantos outros, demonstra que muitas vezes, esse processo não surtiu o efeito desejado por esses proprietários, muito pelo contrário, alguns cativos se tornaram arredios, “ingratos”, contrariando os anseios de seus senhores.

Importante salientar que a compreensão desta suposta benevolência senhorial em torno da alforria foi se alterando com o passar dos anos. Neste sentido, novas preocupações acadêmicas foram questionando essa suposta generosidade, encaminhando desta forma para o centro do debate o papel ativo que homens e mulheres de condição cativa desempenharam na conquista de suas alforrias. Este olhar atento da historiografia foi impulsionado por diversos fatores, dentre eles cabe destacar o processo de redemocratização do Brasil, a reabertura dos arquivos nacionais e municipais e um conjunto de fontes que eram desconsiderados pelo círculo acadêmico. Para o que nos interessa nesta parte do texto, destaco as fontes paroquiais, que estão subdivididas por meio dos registros matrimônios, de óbitos, nascimentos e os de batismo.

A partir dos assentos de batismos observamos tão somente as alforrias realizadas no ato do primeiro sacramento, como também visualizamos relações de compadrio, familiares, solidariedades e outras características da região assinalada na pesquisa. De acordo com Filho e Lybby, a importância dos assentos reside no fato da ausência de material de natureza censitária durante o período colonial e imperial, também na regularidade e importância com que os párocos realizavam este processo. Permitindo inclusive que se possa pôr em destaque variáveis de caráter sociodemográfica²⁵².

Para as considerações aqui apresentadas foram os assentos de batismo circunscrito na paróquia matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty que interessaram a presente

²⁵¹ Ver: FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁵² FILHO & LIBBY. As Diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII – XIX. p. 11.

pesquisa. Durante o período de 1861 e 1871 foram localizados 04 livros de assento de batismo, que se dividem da seguinte forma: de 1851 a 1861, 1861 a 1864, 1864 a 1874 e 1869 a 1880²⁵³. Todavia, apresentamos anteriormente, que os registros interessante a nós são apenas os de janeiro de 1861 até maio de 1871. Entre junho e setembro de 1871, não observamos nenhuma alforria de crianças nos registros de batismo, por este fato não houve a necessidade de fazer um levantamento completo desses documentos.

Para esse período foram identificados 3.135 assentos de batismos. Desse total, 02 são de crianças pretas, 2.249 eram brancas, 697, pardas, 185, crioulas, 01 caso era uma criança chinesa e outra consta sem identificação de origem. Nesses registros, foram localizados informações ao lado de cada assento, as iniciais “B” são referentes as crianças de origem branca, já as siglas “Pr” eram destinadas aos crioulos e por último as abreviações “P” vinculava-se a grande maioria parda. Um outro ponto interessante é que não há a existência de dois livros distintos, ou seja, um para criança de condição cativa e outra para os livres. Kiernan em sua pesquisa também não conseguiu localizar livros destinados ao batismo de crianças escravizadas²⁵⁴. Já a pesquisa realizada por Venâncio e Lima, nas Paróquias São José do Operário, Candelária, Inhaúma e Jacarepaguá, na Província do Rio de Janeiro, ambos constataram a divisão das atas de batismos. Uma destinada exclusivamente aos cativos e outra as pessoas de condição livre²⁵⁵. Por outro lado, Silva aponta que para a São João del-rei, entre 1750 e 1850, todos os batismos eram registrados em um mesmo livro, não havendo distinções²⁵⁶. Na pesquisa empreendida por Mariza de Carvalho Soares, a autora também sinaliza que no Rio de Janeiro, até o século XIX, existiram em cada paróquia dois livros de assentos de batismo²⁵⁷. Assim, um nomeado de livro de pretos e cativos e outro de livro dos brancos, isto é, sua pesquisa vai ao encontro do que já foi identificado por Venâncio e Lima.

Por via de regra, esses assentos eram lacônicos, ou seja, basicamente as informações eram singelas, muitas vezes não constava qualquer indicativo acerca das motivações das alforrias. Na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em uma folha encontramos diversos batismos realizados, geralmente eram numeradas e ao final de cada livro visualizamos a assinatura do pároco responsável pelos atos. Basicamente, os dados nesses documentos indicavam o mês e o ano do batismo, o nome da criança, sexo, origem, nome dos pais, dos avós paternos e maternos, naturalidades de ambos e indicações dos padrinhos e madrinhas. Já quando as crianças eram alforriadas, além dessas referências, eram registrados a origem dos pais, – crioulos, pardos ou de nação – o nome dos proprietários e as motivações das alforrias. A organização deste procedimento era mencionada nas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, que era uma espécie de manual que a Igreja Católica, e consequentemente os párocos deveriam orientar-se:

Aos tanto de tal mez, e de tal, anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz, os Santos Oleos: forão padrinhos N e N. casados, viúvos ou solteiros, fregueses de tal Igreja e moradores em tal parte²⁵⁸.

²⁵³ Brasil, Rio de Janeiro, Registro da Igreja Católica, 1616 -1980. Paraty, Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, 1864, Mai- 1871.

²⁵⁴ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tesede Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 111

²⁵⁵ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Resgate*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 26-34, 1991.

²⁵⁶ SILVA, Cristiano Lima da Silva. Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João Del Rei 1750 – 1850. p. 115.

²⁵⁷ APUD. SILVA, Cristiano Lima da Silva. Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João Del Rei 1750 – 1850. p. 115.

²⁵⁸ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853.

Com efeito, para o período analisado os assentos de batismo na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, durante 1861 e 1871, constituiu-se um exemplo claro as orientações e determinações que estavam estipuladas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. No caso em que os batismos ocorriam fora da Igreja, os responsáveis sinalizavam este acontecimento. Assim, este compromisso pode ser observado a partir do batismo do crioulo, e livre, João, que iniciou sua trajetória na comunidade cristã no ano de 1861:

Aos quatro dias do mez de Abril de mil oitocentos e sessenta e um anos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Paraty, baptizei solenemente e puz os Santos Oleos a João, crioulo, nascido a vinte e cinco de novembro do anno passado, filho natural de Maria Clara. Avós maternos, Maria Benedicta, crioula, naturais desta. Padrinho João de Deos Leal de Souza e Protectora Nossa Senhora dos Remédios de que fiz este assento²⁵⁹. O Vigário José Alberto da Silva

Este foi o padrão adotado no município de Paraty. Para o período analisado não ocorreram diferenças no preenchimento dos dados. As poucas alterações que se dava pela ausência de informações acerca dos nomes dos pais e avós, raramente ocorriam casos em que esses assentos não constavam o nome dos padrinhos. Na grande parte das vezes, as ausências que ocorriam eram, sobretudo no preenchimento da filiação, nesses casos em que os pais não eram casados, as crianças apareciam como filhos (as) naturais, a falta do nome paterno acarretava por sua vez, a negligência do nome dos avós paternos. Isto foi muito comum para as crianças crioulas de condição livre, e para aquelas que conquistavam as alforrias no ato do batismo. Sobre este assunto retornarei em momento oportuno ainda nesta parte do texto.

Por ser um documento de caráter religioso, e com as devidas responsabilidades pelos sujeitos responsáveis pelo preenchimento das informações, é provável que além de seguirem as recomendações das Constituições, esses fiéis, sinalizavam as ausências conjugais em decorrência da falta de legitimidade do matrimônio²⁶⁰. Em relação aos pais espirituais – padrinhos e madrinhas – poucos são os assentos de crianças cativas que eram alforriadas que sinalizam as uniões ou não. Diante desta ausência, entendemos que grande parte desses sujeitos, não eram casados, ou seja, é possível que as escolhas dessas pessoas fossem divididas. Eram minoria os casos que os registros atestavam que a função de co-paternidade era atribuída ao um determinado casal. Como podemos notar pela certidão de batismo de

²⁵⁹ Registro de Batismo de João, 1861. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, Abr. imagem 08.

²⁶⁰ No Título LXIV das Constituições do Arcebispado da Bahia trata dos pré-requisitos para constituir matrimônios e para as denunciações que devem preceder a ela. “O varão para poder contrair matrimônio, deve ter quatorze anos completos e a mulher doze anos, salvo quando antes da dita idade, constar, que tem discrição, e disposição bastante, que supra a falta daquela. Porém neste caso os não admitam os Parochos, nem os denunciarião sem licença nossa, ou de nosso provisor por escrito, sob pena de dez cruzadas e suspensão de seu ofício a nosso arbítrio, a qual licença não se dará sem primeiro constar legitimamente com por direito se requer. [...] os que pretendem casar, o farão a saber a seu Parocho, antes de se celebrar o matrimônio, para os denunciar o qual, antes que faça as denunciações, se informará se há entre os contratantes algum impedimento, e estando certo o não há, fará as denunciações em três domingos, ou dias Santos de guarda contínuos a estação da Missa do dia, e as poderá fazer em todo o tempo do ano, ainda que seja advento ou quaresma, em que são proibidas as solenidades do matrimônio. Por sua vez o Título LXXI trata exclusivamente do matrimônio dos escravizados. E assim segue: Conforme o direito divino e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas cativas ou livres, e seus senhores não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por seu cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos, que por este temos se deixam muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação. VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853

João, livre, branco e que durante o rito de iniciação na comunidade cristã, teve seu registro da seguinte forma:

Aos dez dias de setembro de mil oitocentos e sessenta e um annos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, baptizei solennemente e puz os Santos Óleos, o Reverendo coadjunto Manoel Joaquim Xavier Valladão Balbino, a João, branco, nascido a vinte e quatro de maio deste anno, filho legitimo de Joaquim Policarpo da Silva e Carolina Maria do [inelegível]. Avós paternos Policarpo Ribeiro e Maria Joaquina. Avós maternas Leonel dos Santos e Maria Rita Rozario, todos naturaes desta. Padrinhos João José de Araújo e sua mulher Maria Thereza de Assumpção. De que fiz este assento. O vigário José Alberto da Silva²⁶¹.

Desta forma, percebemos que o estado matrimonial dos envolvidos nos assentos de batismo era apontado de forma explícita, indicando seu estado civil – casados, solteiros ou viúvos. A relação conjugal entre os pais era evidente, uma vez que a criança é descrita como filho de uma união legítima, e a vinculação entre os padrinhos no caso específico também foi apontada de forma notória. Esse mesmo processo ocorre nos assentos de batismo analisado por Picheli, na região de Campinas. De acordo com o autor, nessas documentações, constatou-se que o estado matrimonial dos pais é indicado de duas formas diferentes, a primeira delas é a vinculação do nome da criança seguido pelo termo “filho(a) legítimo(a)” e o nome de seus pais, no segundo caso, algumas vezes as evidências sustentam que quando o assunto era matrimônio, o termo “mulher” foi utilizado como sinônimo de “esposa”²⁶². Também sugere que a expressão “e sua mulher” e seguido de madrinha, demonstra que ambos possuíam vínculo matrimonial²⁶³. Porém, da mesma forma que ocorreram ausências nesses assentos acerca das relações matrimoniais dos padrinhos para o município de Campinas – conforme o próprio autor indica – para o município de Paraty, há também muitos registros que não indicam qualquer vinculação entre esses pais espirituais. Por isso, está ausência nos permite constatar a hipótese de que, a responsabilidade muitas vezes recaia sobre duas pessoas diferentes. Não custa lembrar que esses casos citados até o presente momento não são referentes a crianças alforriadas na pia, mas ao contexto geral dessas informações ali observadas.

Acreditamos que importância do primeiro sacramento reside em dois sentidos: o avanço do protestantismo durante o século XVI e o ingresso na comunidade cristã que se dá a partir do batismo. No primeiro caso, Nacif aponta que na política empreendida pela Reforma Católica, o batismo passou a ser sistematicamente obrigatório a qualquer cristão, independentemente de sua condição social, econômica, cor ou etnia²⁶⁴. O Concilio de Trento (1545-1563), a partir da Contra-Reforma fomentou uma nova reorganização administrativa da Igreja Católica. Indicando e evocando novos princípios para conter o avanço protestante, assegurar seus fiéis e propor diretrizes para que os novos territórios que estavam sendo conquistados fossem leais a essas manifestações, de forma que pudessem, por outro lado converter o maior número de fiéis. Por outro lado, Venâncio e Lima, indicam que além dessas sinalizações, o registro de batismo assumiu em Portugal e suas colônias grande relevância, uma vez que o regime do padroado transformou também a hierarquia eclesiástica em burocracia do Estado, facultando aos livros paroquiais o duplo status de registro religioso e

²⁶¹ Registro de Batismo de João, 1861. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, Set. imagem 21.

²⁶² PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021.

²⁶³ PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021.

²⁶⁴ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 59.

civil²⁶⁵. Este posicionamento é reafirmado por Filho e Libby, indicando que esses assentos constituíam um documento de considerável importância, servindo como prova de propriedade dos filhos de suas escravas. Neste sentido, apontam que esses registros paroquiais possuíam a mesma força de lei que as autenticações de atos e documentos públicos²⁶⁶. É assim que o batismo figura como uma importante ferramenta de controle social, articulando princípios e orientando ações.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia apontavam uma série de orientações às comunidades cristãs. Este documento foi resultado da reunião que ocorreu na Província da Bahia, no ano de 1707, e que foram publicadas em Portugal, no ano de 1720, sendo republicadas uma única vez, em 1853. Funcionava como um manual de instruções que os clérigos deveriam seguir à risca, e este tutorial indicava uma série de determinações, dentre elas: a importância do batismo, onde que se deve realizar o batismo, o modo de administração, as diligências e penalidades, a importância dos pais espirituais, o que se deve ter nas pias de batismo, dos livros e outros assuntos. Nos parágrafos abaixo alguns desses assuntos serão abordados.

A cerimônia do batismo consiste em ser a principal porta de entrada para o reino de cristo. De acordo com o documento, “o batismo é o primeiro de todos os sacramentos, é a porta por onde se entra na Igreja Católica, e se faz”²⁶⁷. Neste sentido, evidencia-se que sem o batismo, a morada do senhor e reino dos céus estava fechada as pessoas que não realizasse esta prática. Batizar significa imergir e submergir, ou seja, o ato de mergulhar ou ser imerso na água. De acordo com Franco e Campos, o batismo não foi um rito de origem cristã, ele já era um ritual praticado por seitas no tempo de Jesus e pelos Judeus para admissão dos prosélitos²⁶⁸. Na bíblia há algumas passagens acerca do batismo, no evangelho de João, Nicodemos visita Jesus, neste diálogo é possível visualizarmos a importância do batismo e relevância da água no primeiro sacramento. Esta passagem bíblica é significativa da representatividade do batismo para Judeus e cristãos, e assim segue Jesus em diálogo com Nicodemos: “Em verdade, em verdade te digo, que se alguém não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus”. Por sua vez, Nicodemos indaga: “Como pode um homem nascer, sendo velho? Pode, porventura, voltar ao ventre materno e nascer segunda vez? Responderá Jesus: “Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus”²⁶⁹. Neste sentido, o ritual do batismo, funciona não somente como uma forma de ingresso ao reino de Deus, mas também – no caso do batismo dos adultos – funciona como uma ferramenta para dar lugar ao novo homem, livre de todas as culpas e pecados, submetendo-se a falência dos vícios, ressuscitado por meio do Espírito Santo²⁷⁰. Desta forma, podemos concluir que é a partir do batismo que o homem se reabilita dos seus pecados e falhas, de forma que seja um requisito fundamental para ser salvo das blasfêmias da vida mundana.

Além da importância, as Constituições do Arcebispado da Bahia indicavam o tempo, locais e os responsáveis pela realização do primeiro sacramento. De acordo com o documento, no Título XI do Livro I, compete ao pároco realizar o batismo dos recém-nascido e um prazo

²⁶⁵ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Resgate*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 26-34, 1991.

²⁶⁶ FILHO & LIBBY. As Diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII – XIX. p. 12

²⁶⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. X, p. 12.

²⁶⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. In: *Varia História*, v. 31. UFMG, 2004, p. 27.

²⁶⁹ Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento. Trad: ALMEIDA, João Ferreira. João 3.5

²⁷⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. In: *Varia História*, v. 31. UFMG, 2004, p. 27.

de até oito dias depois de nascidas. E o pai ou mãe, ou quem delas tiver cuidado, devam fazer nas pias das paróquias em que são fregueses, e em caso de negligência pagarão multa²⁷¹. No que diz a respeito aos locais, o documento assinala que os batismos deveriam ser realizados nas capelas, nesses locais, se administrará os Santos Sacramentos, desta forma, é preciso que em cada santuário haja pia de batismo²⁷². E os encarregados de pelos Santos Óleos era o pároco local “que é o legitimo, e verdadeiro ministro dele”, sendo proibido que nenhum “sacerdote secular ou regular, que não for o próprio pároco, baptize criança alguma”²⁷³. E que se porventura, algum responsável quiser que outro sacerdote – não aquele pároco da freguesia – realize o ato do batismo, deve-se ter justa causa, e que sendo autorizada o tal sacramento, o mesmo deve ser atentar aos parâmetros necessários para administração do batismo²⁷⁴. A evidência dessas preocupações nos permite atestar a importância e relevância do primeiro sacramento para a Igreja Católica.

Outros cuidados eram assinalados no documento, era necessário que no ato do batismo, os responsáveis se preocupassem com as questões espirituais e as materiais. Neste sentido, ao administrar os Santos Sacramentos, os párocos deveriam primeiro examinar e purificar sua consciência, em seguida deveriam ter o cuidado em lavar suas mãos, teriam que, estar vestido com “sobrepeliz e estola roxa”, e ao cumprir esta parte, o pároco deveria dizer as seguintes palavras: “Credis in Deus”. Em seguida, fará o batismo por imersão, tomando a criança por debaixo dos braços com as costas viradas para sim. Tendo intenção de batizar como manda a Santa Madre Igreja, pronunciando as palavras da forma do batismo, manterá a criança na água com a boca para baixo uma só vez. Se por acaso, tenha algum perigo ou impedimento na realização do batismo por imersão, deve-se efetuar o batismo por efusão, dizendo as palavras da forma²⁷⁵. Essas preocupações eram de suma importância na realização do ritual do batismo, desobedecer tais preceitos poderia significar o descumprimento proposto no documento, e tanto os responsáveis pelo simbolismo do ato, quanto os responsáveis da criança poderiam sofrer punições materiais em caso de omissão, acerca das diligências e multas voltarei a este assunto mais adiante. No entanto, é importante apontarmos que não identificamos a partir de fontes quaisquer indicativo que os responsáveis pelo batismo em Paraty estavam respeitando esses atos formais e materiais apontados no documento.

Para além das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, alguns autores nos indicam a importância do ritual e da simbologia do batismo. De acordo com antropólogo, folclorista e etnógrafo germânico, Arnold Van Gennep, o ritual e seus mecanismos era um dado relevante e não secundário, para ele os ritos de passagem são fenômenos compostos de fases de separação e de incorporação a sociedade, onde o sujeito percorre para se enquadrar no plano coletivo²⁷⁶. Porquanto, o rito neste caso, funcionaria como processo interposto e momentâneo, de incertezas e de crise, e que possibilitaria ao indivíduo refletir sobre sua existência na sociedade²⁷⁷. Acreditamos que este processo descrito por Gennep, seja

²⁷¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XI, p. 14.

²⁷² VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XI, p. 15.

²⁷³ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XI, p. 15.

²⁷⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XI, p. 15.

²⁷⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XII, p. 16.

²⁷⁶ SILVA, Alan Camargo; LUDORF, Sílvia Maria Agatti. Pensar a prática. Goiânia, v15, n° 4, p. 821-1113, out/dez. 2012.

²⁷⁷ APUD: GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. 2. Ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011. SILVA, Alan Camargo; LUDORF, Sílvia Maria Agatti. Pensar a prática. Goiânia, v15, n° 4, p. 821-1113,

direcionado exclusivamente para os batismos em adultos, já que as crianças no ato do batismo não teriam condições psicológicas de refletir sobre seus momentos de incertezas.

Este ritual não necessariamente deveria ocorrer dentro da Igreja, uma vez que não ser batizado significaria estar fora da comunidade cristã. Por isso, a cerimônia deveria iniciar-se fora dela, ou ao menos junto a porta, neste caso o sacerdote deveria perguntar “Que desejas da Igreja de Deus?” Logo após a resposta, e sendo ela afirmativa, o encarregado deveria explicar as verdades da religião realizando inclusive perguntas sobre a doutrina que o adulto deveria responder, no caso de crianças, os pais espirituais devem responder por elas²⁷⁸. Assim, a partir todo o ritual e o cuidado observamos como o batismo interfere também nos modos de comportamentos dos sujeitos, inclusive no que diz a respeito a estabelecimento de relações com o espiritual e o material.

De forma a reforçar a fé católica e possibilitar a entrada no reino dos céus, As Constituições do Arcebispado da Bahia abre uma brecha nos casos em que as crianças ou adultos estivessem em perigo de vida. Neste sentido, “dos casos em que se pode administrar o sacramento do batismo por aspersão, fora da Igreja, e em qualquer lugar e por qualquer outra pessoa”. Das 31 alforrias observadas nos assentos de batismos, apenas um caso o batismo foi realizando fora da Igreja. Atestamos esta história a partir do assento de batismo do inocente Joaquim, filho natural de Maria e assim segue:

Aos vinte dois dias do mez de janeiro de mil oitcentos e sessenta e um annos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Paraty, puz os Santos Óleos ao inocente Joaquim, pardo, nascido a vinte e oito de novembro do anno passado, e batipzado em casa em perigo de vida, por Francisco Alexandrino das Chagas, filho natural de Maria, crioula, natural desta. Escrava de [inelegível] Anna Maria dos Anjos. Avós maternos, Beatriz crioula, natural desta, escrava que foi de João Ignácio da Costa Cabral. Declaro que lancei o assento do innocent Joaquim neste livro dos libertos por me ser apresentado em título de liberdade do dito innocent assignado pela mesma senhorar e com as mais formalidades da lei de que fiz este assento. Vigario João Alberto da Silva..²⁷⁹.

Outros relatos de batismo fora da pia batismal em Paraty também podem ser apontados, o caso de João, pardo, livre e que foi batizado:

Aos vinte nove dias do mez de novembro de mil oitocentos e sessenta e oito annos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Paraty, puz os Santos Óleos ao inocente João, pardo, nascido aos quatro do mez passado e baptizado em caza por estar em perigo de vida pelo Reverendo Custódio José Pereira da Cruz, filho natural de Henriqueta Maria do Nascimento. Avós Maternos, Manoel Rodrigues de Almeida e Maria Luiza das Dores, naturaes desta, de que fiz este assento. Vigário José Alberto da Silva²⁸⁰.

Como dito anteriormente, ingressar na comunidade cristã era de suma importância para Igreja Católica, e também para as pessoas que passavam por este rito. Todavia, dos 3.135 assentos de batismos observados para 1861 e 1871 para as crianças de condição livre apenas 16 foram realizados fora das capelas. Desse total apenas 04 deles são referentes as crianças de

out/dez. 2012.

²⁷⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. In: *Varia História*, v. 31. UFMG, 2004, p. 26.

²⁷⁹ Registro de Batismo de Joaquim, 1861. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, jan. imagem 01.

²⁸⁰ Registro de Batismo de João, 1868. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, nov. imagem 90.

origem parda, nenhuma criança crioula ou preta foi identificada e os outros 11 casos são referentes as crianças de origem branca. Também constatamos que essas crianças que receberam os Santos Óleos em perigo de vida não foram apadrinhadas, a ausência desses pais espirituais foi unanime na pesquisa.

Já dito anteriormente As Constituições do Arcebispado da Bahia previa uma série de penalidades na falta do batismo ou em qualquer outra negligência. Nos registros localizados na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, muitos assentos não respeitaram o prazo de oito dias após o nascimento da criança. Todavia, não dá pra sabermos se essas penalidades eram aplicadas e quem as recebia, isto é, ou encarregados do ritual ou os responsáveis pela criança. Ademais, o documento instrui que os párocos do arcebispado, sejam muito diligentes na administração do batismo, e que sendo chamados para administrar, se não escusem. E porventura ocorrer falecimento de alguma criança ou adulto sem o batismo por culpa do pároco, este será preso e incorrerá pena de suspensão do ofício²⁸¹. Tem-se neste sentido, o documento criar instrumentos para que os administradores não faltassem compromisso com a fé cristã, promovendo multas e suspensão das atividades ocupacionais.

Além disso, era na pia batismal que todo ritual se realizava, as palavras eram ditas e o acesso na comunidade cristã se consumava. Neste sentido, era nela que os pecados, os vícios e alma remediados e purificados. Neste sentido, o Título XIX das Constituições do Arcebispado da Bahia aponta que em todas as Parochias e Capelas, que se administrem os Sacramentos, haja pias de batismo de pedra bem lavrada, e com capacidade de administrar o batismo por imersão, e que elas estejam bem vedadas e limpas, em lugar decente, com grande e fechadas com chave. Além disso, as pias devem possuir sumidouro de água, de forma que não fique nenhum resíduo de um dia para o outro²⁸². Além do cuidado com a manutenção e higiene das pias de batismo, o documento assinala a importância dos Santos Óleos. Porquanto, eles devem estar separados, uma vez que, os óleos dos meninos, dos enfermos e dos catecúmenos estejam em vasos distintos, decentes e limpos com suas letras, para que não se suceda algum erro de tomar um pelo outro. Ademais, esses vasos quando não fossem de prata, que ao menos sejam de estanho, e devem ser guardados em um armário fechado, podendo inclusive estar junto a pia de batismo²⁸³. Encerra-se assim, assinalando que em caso de negligência em algum desses atos, os visitadores castigarão a omissão que nelas acharem.

Além das pias e dos Santos Óleos, em cada capela ou parochia deve haver livros em que se escreverão os assentos de batismo. Neles, devem contar as informações já mencionadas acima: nome, mês de batismo, nascimento, nome dos pais, avós e padrinhos. Eles devem estar encadernados, numerados e assinados no alto de cada folha pelo provisor, Vigário-Geral ou visitadores. Neste caso, constatamos que nos assentos de batismos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios todos esses dados foram apresentados. Além disso, ao final de cada registro, deve contar assinaturas do Pároco ou Sacerdote, que procederam com o ritual do batismo²⁸⁴. Em nossa pesquisa não tivemos acesso aos livros físicos, pois, toda consulta foi constituída a partir do site Family search, por esta ferramenta visualizamos que as páginas estavam numeradas e em nenhum registro não foi constado ausência da assinatura do vigário, há casos nos quais as numerações não foram identificadas, uma vez que, algumas das páginas encontram-se desgastada com o tempo.

Conforme já indicado nas Constituições do Arcebispado da Bahia, era de suma

²⁸¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XVII, p. 26

²⁸² VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XIX, p. 28.

²⁸³ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XIX, p. 28.

²⁸⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XX, p. 28-29.

importância que responsáveis superiores realizassem as visitas. De forma que pudessem atestar se as informações estavam sendo preenchidas conforme a documentação acima. Identificamos que no livro correspondente aos anos de 1861 e 1864, observamos a assinatura do Bispo da Província do Rio de Janeiro. E assim segue que:

visto em visita episcopal [parte inelegível] com que esta escripto este livre. Os assentamentos estarão mais conformes ao formulário que se lê no Ritual Romano, se declarava a naturalidade dos Padrinhos, os quais constam cognação espiritual, que depois data o casamento dos mesmo com seus compadres e afilhados. Paraty aos 25 de maio de 1875. Pedro Bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro²⁸⁵.

A visita do Bispo Pedro, ocorre no ano de 1875, contudo sua assinatura só foi constada neste livro, nos demais não foi possível localizarmos se o mesmo realizou procedimento similar. É provável que o mesmo também tenha atestado a veracidade das informações no livro que corresponde aos anos de 1864 e 1874, uma vez que sua visita ocorre no ano seguinte ao fechamento do mesmo. Entretanto, não observamos esta informação, uma vez que sua ausência foi identificada. De qualquer forma, a visita desta autoridade nos possibilita atestarmos que os superiores certamente estavam atentos a qualquer negligência, e sem dúvida os vigários locais mantinham suas paroquias atentas a qualquer omissão no ato do primeiro sacramento.

Como dito anteriormente, o batismo é um ritual sagrado, onde o batizado tem o direito de ingressar no Reino Deus. Nele, é possível que o personagem batizado se redima dos seus vícios, pecados e violências, de forma que sua vida seja plena, e que se submeta as vontades de Deus, senhor todo-poderoso. Além disso, para completar a fase do batismo, era necessário que as crianças agraciadas pela graça divina, fossem acompanhadas pelos pais espirituais²⁸⁶. As Constituições do Arcebispado da Bahia indicam o papel desses sujeitos, as responsabilidades e vedações. De acordo com Nacif, a denominação padrinho e madrinha vêm do latim *patrinus* e *matrina*, que respectivamente significa *pater* e *mater*, ou seja, pai e mãe²⁸⁷. Assim, as responsabilidades dos padrinhos e madrinhas eram similares as exercidas pelos pais e mães legítimos.

Para além dos significados da palavra, o batismo foi uma ferramenta operada tanto por livres, quanto para os escravizados na América Portuguesa. De acordo com Krause, nas sociedades católicas do mundo luso, o compadrio atuou desde o início na formação da sociedade escravista americana, manipulado como uma forma de integração social, sendo

²⁸⁵ Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, imagem 129.

²⁸⁶ Para ver trabalhos acerca da temática do compadrio observar as preocupações salientadas em: NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpo documental. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. Varia História, n. 31, jan. 2004. COSTA, Ana Paula Pereira. Mobilidade, compadrio e clientela no Antigo Regime: interações entre escravas, forras, e elites na Comarca de Vila Rica, século XVIII. Anos 90, Porto Alegre, v. 26. 2019. MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVII para o XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 449-77. 2006. GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da famíliaescrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019.

²⁸⁷ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 70.

muitas vezes a única forma de ligar cativos e livres institucionalmente²⁸⁸. Por sua vez, Ramos assinala que o compadrio possibilitou estender a teia de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias. Desta forma, esta instituição envolvia funções como a da socialização de crianças, ligando pessoas da mesma ou até classes diferentes, oferecendo acesso a serviços²⁸⁹. Desta forma, concluímos que o compadrio estava além das obrigações espirituais que as Constituições do Arcebispado da Bahia instituíam, ele fomentava novas relações sociais, estabelecendo vínculos materiais entre sujeitos e grupos familiares. Assim, identificamos nesses expostos que ter um pai e mãe espiritual fosse uma ferramenta que ampliasse até mesmo as chances de liberdade, e que essa foi mais uma estratégia que escravizados, sobretudo mulheres, buscaram para que suas crias fossem libertas no ato do primeiro sacramento.

Por outro lado, é de se esperar que os laços de compadrio além de ampliar redes de solidariedades, também acarretava certa dependência moral e estruturante na sociedade da América portuguesa. Segundo Costa, esses laços estruturavam laços clientelares, possibilitando a interação social e os comportamentos cotidianos das pessoas na sociedade²⁹⁰. Já as contribuições de Machado indicam que os laços de compadrio também funcionavam como uma estratégia de proteção social por parte dos escravizados²⁹¹. Assim, é presumível que essa relação tenha trabalhado de forma paradoxal, ou seja, aliado a vinculação espiritual e material, os laços de compadrio também fazia com que muitas relações fossem extremamente hierarquizadas, muitas vezes ampliando dependências entre os sujeitos. Isto pode ser confirmado pelo grande número de padrinhos e madrinhas de caráter livre, tanto em Paraty, quanto em outras regiões.

Todavia, não se pode negar a importância dos pais espirituais na condução e ensinamento da fé católica para com seus afilhados. Este fato pode ser atestado nas Constituições do Arcebispado da Bahia, que no Título XVIII, trata de quantos, e quais devem ser os padrinhos do batismo e do parentesco espiritual. Segundo o documento, manda-se que no batismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha. Os pais que seriam os responsáveis pelas escolhas dos padrinhos e madrinhas, sendo adulto, a escolha recairia sobre o mesmo, acerca deste assunto retornarei em momento oportuno neste capítulo. Os padrinhos não poderiam ser menores de quatorze anos, e as madrinhas não poderia ter idade inferior a doze anos de idade, salvo em caso de licença especial²⁹². Ainda segundo o documento, esses sujeitos teriam a obrigação de ensinar-lhe a doutrina cristã e os bons costumes. Ademais, incidiria sobre esses homens e mulheres, a incumbência de instruí-los sobre os caminhos da fé, o ingresso na comunidade cristã, ou seja, obrigações de caráter espiritual e doutrinário.

Além das vedações citadas acima, o documento aponta outras proibições. Por este ângulo, eram impedidos padrinhos ou madrinhas que fossem pai ou mães das crianças, frade, freira, nem qualquer outro religioso professor de religião aprovada, além dos excomungados, interditos ou ligados com delitos mais graves, nem mudos, surdos ou desajeitados, neste

²⁸⁸ KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpo documental. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

²⁸⁹ RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, n. 31, jan. 2004.

²⁹⁰ COSTA, Ana Paula Pereira. Mobilidade, compadrio e clientela no Antigo Regime: interações entre escravas, forras, e elites na Comarca de Vila Rica, século XVIII. Anos 90, Porto Alegre, v. 26. 2019.

²⁹¹ MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVII para o XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 449-77. 2006.

²⁹² VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XVIII, p. 26

último caso, proibia-se qualquer personagem que pudesse ter alguma necessidade especial²⁹³. Para a presente pesquisa observamos quem eram os padrinhos das crianças que foram alforriadas no ato do batismo. De outro modo, como não identificamos assentos exclusivos para crianças cativas – aquela que não foi alforriado no primeiro sacramento – não observamos quem foram os pais espirituais dessas crianças. Portanto essa ausência inviabilizou que pudéssemos atestar quem eram os padrinhos desses neófitos que ainda estavam sujeitos às dores e angústias do cativeiro.

Para além das obrigações espirituais, conforme já indicamos no parágrafo anterior, sobre o compadrio recaía também outras obrigações. Aqueles que exerciam a função de copaternidade também eram responsáveis por questões de caráter material, financeiro e moral. Ao apadrinhar uma criança, e, sobretudo as de condição cativa, os pais certamente compreendiam que este fato poderia render a seus filhos melhores condições de vida, principalmente quando a escolha rescindia sobre as pessoas de condição livre. Neste caso, o estabelecimento de laços de solidariedades verticais era uma das estratégias que escravizados percorriam em busca de ampliar suas chances materiais, e certamente foi uma ferramenta essencial para que muitos desses pais utilizassem para conquistar a alforria de seus filhos (as). Não há qualquer indicativo taxativo que possamos afirmar sobre quem recaía a escolha desses sujeitos, ou seja, se eram os escravizados que teriam a liberdade de escolha, ou se eram os próprios senhores que interfeririam sobre o ato. Nacif aponta alguns indícios que auxiliariam nas escolhas desses personagens. Segundo o autor, é possível que alguns atributos eram levados em conta, como por exemplo: proximidade espacial, social, cultural, confiança, prestígio, poder, juventude, riqueza, influência e liberalidade²⁹⁴. Por sua vez, Krause parte do mesmo princípio, ou seja, talvez essas relações acontecessem primeiramente em razão da proximidade entre cativos e livres pobres, aproximados pelo cotidiano da labuta e pobreza da zona rural²⁹⁵. Desta forma, mesmo que muitos escravizados buscassem pais espirituais que fossem de condição livre, de forma que ampliasse as chances de liberdade e a interação entre as famílias, diante dos expostos é também possível que muitas mães escravizadas também apadrinhassem seus filhos com outros sujeitos de condição cativa.

No município de Paraty na paroquia de Nossa Senhora dos Remédios entre 1861 e 1871, identificamos algumas situações que confirmam a hipótese de que os escravizados – no ato da alforria na pia utilizaram como estratégia a escolha dos padrinhos para extrair vantagens para si e seus filhos. Na nossa observação identificamos que das 31 alforrias realizadas no primeiro sacramento, apenas seis casos foram atestados que os pais espirituais são casados. Este é o caso da inocente Alzira, que:

Aos trinta e hum dia do mez de agosto de mil oitocentos e sessenta e dois anos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Paraty, solenemente baptizei e puz os Santos Óleos a inocente Alzira, parda liberta, nascida no dia vinte e sete do mez passado, filha natural de Pracedes, parda, natural do Rio de Janeiro, escrava de José Narcizo Vieira Correa Vianna. Avós maternos Maria Jacintha, de nação, escrava que foi de Bernardo José d' Ameida. Foram padrinhos Doutor Joaquim Marianno Campos do Amaral Gurgel e sua mulher Dona Maria Luiza de Almeida Gurgel, estando presentes o mesmo senhor José Narciso Vieira Corrêa Vianna e por ele me dito ser sua vontade, que a dita inocente, Alzira, filha de sua

²⁹³ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. XXII, p. 34.

²⁹⁴ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 72.

²⁹⁵ KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpo documental. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

escrava Precedes, ficasse de hoje para sempre gozando de sua liberdade, como se de ventre livre tivesse nascido, pois faria sem coação alguma e me pedio que lavrasse o assento de seo baptismo neste livro dos libertos para [inelegível] a tempo constar, o que assim o fiz, e para maior validade, a que comigo assina com as testemunhas abaixo. Francisco Justino do Amaral Vianna²⁹⁶.

Esta história se repete também com a inocente Adelina que:

Aos vinte e quatro dias do mez de setembro de mil oitocentos e sessenta e cinco anos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Paraty, baptizei solenemente e puz os Santos Óleos a inocente Adelina, parda, nascida a vinte e três de maio deste anno, filha natural de Gertrudes. Avós Materna Clara, aquela parda, esta crioula, naturais de Ubatuba, Bispado de São Paulo, e todas escravas de Domingos José Gomes: Forão Padrinhos o Capitão João Ayres da Gama Bastos e sua mulher Dona Maria Balbina de Mesquita Bastos. Declarou o senhor da dita inocente Adelina, ora baptizada, Domingos José Gomes, que presentes se achava no acto do baptismo, que de sua livre e ampla vontade dava plena liberdade a mesma inocente Adelina, filha de sua escrava Gertrudes, e que ficasse gozando de sua liberdade desde hoje, para sempre, como se de ventre livre tivesse nascido, pois faria sem coação alguma e pedio me que lançasse o assento de baptismo n'este livro dos libertos, o que faço e para maior validade aqui comigo assigna em presença de duas testemunhas abaixo assignadas [inelegível] Francisco Justino Amaral Vianna, Domingos José Gomes, Francisco [inelegível] e [inelegível]²⁹⁷.

A escolha de casais padrinhos também foram preferências de outras mães. Este é o episódio de Cecília, mãe da inocente Adelina, batizada em maio de 1866, ela antepôs para serem padrinhos e madrinhas o casal Joaquim Gomes Vieira e sua mulher Dona Raquel Balbina de Marques²⁹⁸. Também é a história das mães Francisca, Luiza e Rita, todas elas fizeram com que seus filhos fossem apadrinhados exclusivamente por casais²⁹⁹. Talvez essas mães enxergassem que a melhor opção para atestar as alforrias de seus filhos fosse garantir que duas pessoas de condição livre e casadas fosse mais seguro. É provável que era mais uma forma de atestar que essas liberdades tivessem mais dificuldades de serem questionadas. A outra hipótese é que essas mães vinculassem a esses casais maiores chances de ajuda material a seus filhos, uma vez que a função desses sujeitos estavam para além dos cuidados espirituais.

Uma outra importante constatação acerca dos personagens que eram escolhidos para realizarem a função de co-paternidade em 19 deles não constam o nome das madrinhas. Nesses casos ao lado desses homens consta o nome de Nossa Senhora dos Remédios como madrinha desses inocentes. Acerca deste assunto, Nacif aponta que esta prática de indicar santas protetores no lugar das madrinhas era bastante comum. Neste sentido, o autor defende a hipótese de que para além dos fatores materiais que a função de padrinho e madrinha eram delegadas, não se pode esquecer das questões de natureza religiosa que esses personagens eram responsáveis³⁰⁰. No estudo proposto por Nacif, o mesmo identifica que 2,2% dos

²⁹⁶ Registro de Batismo de Alzira, 1862. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, ago. imagem 50.

²⁹⁷ Registro de Batismo de Adelina, 1865. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, ago. imagem 20.

²⁹⁸ Registro de Batismo de Adelina, 1866. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, ago. imagem 20.

²⁹⁹ Índices de batismos da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1616-1980. Paraty, Rio de. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/image/index?owc=M6ZG-Y6D%3A131776301%2C131776302%3Fcc%3D1719212>. Acesso em: 15 ago. 2021.

³⁰⁰ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 80-81.

batismos arrolados foram para o Santo Antônio da Casa Branca, 0,16% para São Bartolomeu e 0,13% para os casos na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo³⁰¹. Diante dos expostos pelo autor, observamos que os laços materiais e religiosos do batismo estavam intimamente interligados, uma vez que, ao escolher os padrinhos e madrinhas, certamente essas mães buscavam para seus filhos chances mais promissoras de liberdade para seus filhos das quais não tiveram.

Essas escolhas pelas santas protetoras também foram indicadas em outras pesquisas. Analisando os assentos batismais da freguesia de Jacarepaguá, Renato Pinto Venâncio apontou que apenas um batizado teve registrado algum protetor espiritual. Por sua vez, Márcio Soares, analisando os registros da freguesia de São José do Rio de Janeiro, entre 1802 e 1821, assinalou que uma grande quantidade de protetores como madrinhas de adultos e inocentes. Desse total, cerca de 50% eram madrinhas celestiais, sendo 24,4% para adultos e 75,6% para as crianças. Já Sílvia Brugger assinala que em São João Del Rei entre os anos de 1730 e 1850, apenas 41 deles tiveram santos como madrinhas³⁰². É possível que a escolha da Santa de Nossa Senhora dos Remédios para esses assentos se baseie em algumas questões, dentre elas podemos destacar: que ao batizar o filho ou filha na própria Igreja, é provável que a escolha da Santa recaísse como uma maneira quase que obrigatória, em outras palavras, quero dizer que se por acaso uma criança fosse batizada sem o nome da madrinha na paróquia de Santa Rita, é presumível que a santa fosse escolhida como mãe espiritual e protetora. A segunda questão é que a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios é a principal instituição eclesiástica no município de Paraty, acerca deste fato é importante lembrar que foi em 1646 que sua igreja foi edificada, num terreno doado por Maria Jácome de Melo, senhora que era muito devota da santa. São hipóteses que por ora não podemos confirmá-las, mas que as suspeitas são interessantes e importantes para se pensar nessas escolhas.

Por outro lado, a ausência da mãe espiritual nos leva a crer que a função da copaternidade era quase que um atributo masculino. Neste sentido, observamos também que a ausência do nome da madrinha pode ser um indicativo que as questões de natureza material e moral fosse uma faculdade essencialmente masculina. Infelizmente a pesquisa conta com poucas alforrias na pia para percebermos se isso foi durante muitos anos uma das estratégias utilizadas pelas escravizadas. No entanto, mesmo que nossa amostra não tenha um número significativo de alforrias na pia batismal, não podemos negar que a presença masculina foi um fator dominante para o período. Além dos 06 casos de padrinhos casados e dos 19 em que a madrinha não foi identificada no ato do batismo, identificamos também outros 05 casos em que não há qualquer informação acerca da condição matrimonial desses sujeitos. E apenas 01 o assento é taxativo no que se refere que se trata de um pai e uma filha que apadrinharam a criança alforriada na pia³⁰³. Ou seja, 19,35% eram de padrinhos e madrinhas com uniões legitimadas, 61,3% representam os assentos nos quais apenas consta o nome do padrinho, 16,1% são aqueles que compreende o nome de ambos, mas não tem qualquer indicativo acerca da relação entre os sujeitos e 3,22% é o caso de uma criança alforriada que teve como pais espirituais personagens que tinham a relação de filiação. Este último caso se refere a inocente Rita, filha natural de Lúcia, parda, seus padrinhos foram o Capitão Antônio José Epifânio de Souza e sua filha Dona Balbina Júlia Carneiro de Souza.

No caso dos cinco assentos que não há qualquer indicativo acerca da relação entre os

³⁰¹ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 80-81.

³⁰² Apud., NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 78-79.

³⁰³ Desse total de 31 alforria localizadas nos assentos de batismos em três casos repete-se o nome do mesmo padrinho. Desta forma, temos 19 casos em que não consta o nome da madrinha, outros 06 casos constam nos assentos que a relação matrimonial é registrada, 05 são situações que não há qualquer indicativo, sendo que o em 04 desses consta-se o nome de padrinho e madrinha. E apenas 01 caso os pais espirituais tem relação de filiação.

padrinhos dois deles são interessantes. Em todos esses casos há o nome dos padrinhos e madrinhas, mas nos assentos não constatamos quaisquer indicativo que aponte esta relação. Este é o caso do inocente João, filho natural de Maria, crioula, batizado em janeiro de 1862. Seus padrinhos foram João Antônio Braga e Marianna Antônia Braga, a similaridade do sobrenome abre diversas possibilidades. No entanto, no assento não consta indicativo que são da mesma família ou que tenha relação matrimonial legitimada pela Igreja Católica³⁰⁴. Também é a história de Benedito, batizado em dezembro de 1863, seus padrinhos foram Francisco Ignácio de Araujo e Dona Francisca Ignácia de Alvarenga³⁰⁵. A história se repete com Joaquim, filho natural de Maria, crioula, foi batizado em janeiro de 1861. Neste caso, a ausência por completa de padrinho e madrinha, uma vez que seu batismo se deu em condições extremas, sendo o mesmo batizado em casa por estar em perigo de vida³⁰⁶. E os dois últimos casos que serão apresentados no parágrafo abaixo são interessantes, pois são indicativos que as mães dessas crianças não percorriam o caminho de cima para baixo, ou seja, a escolha dos pais espirituais também recaia sobre sujeitos de condição cativa.

Como dito anteriormente muitas escravizadas que tiveram suas crias alforriadas na pia de batismo procuraram padrinhos e madrinhas que fossem de condição livre. Mesmo com uma amostra pequena, isso demonstra que essas mulheres buscavam assegurar que seus filhos e filhas pudessem manter relações no futuro com personagens de condição livre. Importante lembrar que essas funções alcançavam questões fora do âmbito do ensinamento da doutrina cristã, fato este atestado em outras pesquisas. Porquanto, o estabelecimento de relações de solidariedades e de ajuda material certamente eram requisitos que pesavam na escolha desses sujeitos.

Todavia, nem sempre as escravizadas optavam por pais espirituais de condição livre. Em 04 de novembro de 1867, foi batizado o inocente Miguel, pardo, filho natural de Amanda, crioula, natural desta e escrava de João Baptista Revillet, seus padrinhos foram Silvano Peixoto de Castro e Maria, escrava de Jeronymo Revillet³⁰⁷. Tudo indica que esse Silvano era um homem de condição livre, quem sabe um forro, bem possível que seja um egresso do cativeiro. Do outro lado, sua possível companheira, Maria, que ainda estava diante das amarras de algum proprietário. Situação inversa. Já que à liberdade já era uma experiência vivida por Silvano. Muito parecido é o caso do inocente José. No dia 08 de dezembro de 1869, foi batizado e alforriado o inocente José, pardo, filho natural de Marianna, escrava de Jeronimo da Costa Pombo. Seus padrinhos foram o cativo Felipe, propriedade do mesmo senhor, sua madrinha foi a cativa Thereza, esta era de propriedade de João Teixeira da Silva Lemos³⁰⁸. Diferente do caso de Miguel, a mãe do alforriado José, resolveu escolher como pais espirituais dois cativos de senhores diferentes. É possível que a escolha de Felipe tenha sido pela proximidade entre ambos, uma vez que tanto ela, quanto o mesmo pertenciam ao mesmo senhor, já a cativa Thereza não pertence ao mesmo plantel, isso nos permite pensarmos na possibilidade de proximidade desses escravizados de senhores diferentes, e numa ausência – pelo menos neste caso – que o senhor pudesse interferir na escolha desses pais espirituais. Por outro lado, pode-se pensar também em uma outra hipótese, ou seja, de Felipe e Thereza formasse um casal de senhores diferentes, e que tanto Costa Pombo, quanto

³⁰⁴ Registro de Batismo de João, 1862. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, nov. imagem 58

³⁰⁵ Registro de Batismo de Benedito, 1863. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, ago. imagem 93

³⁰⁶ Registro de Batismo de Joaquim, 1861. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, jan. imagem 01

³⁰⁷ Registro de Batismo de Miguel, 1867. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, nov. imagem 61.

³⁰⁸ Registro de Batismo de José, 1869. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, dez. imagem 118.

Silva Lemos não criou empecilhos para essa relação ocorrer.

A identificação da condição jurídica dos padrinhos e madrinhas também pode ser apontado em estudo para a região de Campinas. Picheli aponta que entre 1774 e 1871 um alto índice de padrinhos e madrinhas livres entre os recém-nascidos alforriados na pia batismal. Desta forma ele confirma que essas mães e pais dessas crianças buscaram fortalecer vínculos com pessoas de condição jurídica diferentes das suas, na busca de uma aliança para cima. Ainda segundo o autor, esses sujeitos buscavam construir laços e alianças verticais com pessoas livres, visto como uma boa oportunidade de garantir proteção e ganhos para seus filhos, ou seja, consideravam que esses personagens podiam prover melhores condições de vida a eles, e que teriam maior êxito e influência na luta pela conquista de suas liberdades³⁰⁹. Nossa estudo vai ao encontro das contribuições do autor, uma vez que as mães dessas crianças que foram alforriadas na pia de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty apontam para 61,3% dessas mães diligenciavam suas ações para sujeitos de condição livre. Desta forma, vincular seus filhos e filhas a elementos de condição jurídica diversa da sua certamente viabilizava ganhos não só espirituais, mas, sobretudo materiais e de proteção. Logo, a estratégia dessas mulheres era consolidar redes de solidariedades, de forma que seus filhos e filhas no futuro pudessem ter a oportunidade de ter uma existência melhor do que as suas.

Para além das questões já abordadas nos parágrafos anteriores, outros debates são importantes para a presente pesquisa. Dentre elas podemos destacar: algum senhor (a) figurou entre padrinhos ou madrinhas? E no ato da alforria na pia de batismo esses senhores (as) estavam presentes? Qual a origem das mães dessas crianças? Elas ainda estavam presas no cativeiro? Essas crianças eram naturais ou legítimas? Qual era o sexo dessas crianças? Qual a relação de batismos versus alforrias para o período analisado? Todas essas questões serão abordadas nos próximos parágrafos, de forma que possamos visualizar como eram estabelecidas essas relações, e como essas mães utilizavam como estratégias as alforrias na pia de batismo para extrair ganhos para si e para seus filhos.

Era comum um senhor de cativeiro figurar como padrinho da criança que antes lhe pertencia? De acordo com Paulo Cezar Nacif, não era comum que os senhores de escravizados apadrinhassem seus próprios cativos, uma vez que ocorre uma inexistência ou a baixíssima expressividade acerca deste assunto em outras pesquisas. Além disso, por mais que os proprietários não enfrentassem qualquer impedimento legal, eles procuraram evitar esse tipo de vínculo³¹⁰. A existência do antagonismo entre a proteção e de ser possuidor de um cativeiro parecia ser incompreensível para época. De toda forma, outras pesquisas apontam neste sentido. Gudeman e Schwartz analisando os assentos de batismo na região do Recôncavo Baiano expõe que durante os séculos XVIII e XIX, poucos senhores apadrinhavam seus próprios cativos, a ausência dessa relação é sentida na própria incompatibilidade das funções exercidas por esses sujeitos³¹¹. Nacif cita o relato de Henry Koster na segunda metade do XIX para confirmar esta relação conflituosa, uma vez que o Koster salienta que nunca ouviu falar que um senhor no Brasil fosse do mesmo modo padrinho³¹². Este fator não ocorria necessariamente na região do Nordeste, e no Recôncavo Baiano como apresentado nos estudos de Gudeman e Schwartz. Citando o trabalho de José Roberto Góes, Nacif, aponta que

³⁰⁹ PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021. p. 153-154.

³¹⁰ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 117.

³¹¹ Apud., NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 116.

³¹² Apud., NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 116.

na freguesia de Inhaúma não foram encontrados nenhum caso deste tipo³¹³. Assim, a partir dos expostos podemos afirmar que este não era algo comum nos apadrinhamentos de crianças que eram alforriadas na pia batismal.

Do total das 31 alforrias localizadas na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Paraty, apenas duas figuram neste aspecto. Isto representa apenas 6,45%. Mesmo com poucas alforrias analisadas, este número é interessante, na medida em que vai ao encontro as proposições das pesquisas acima mencionadas. Neste sentido, identificamos o caso do já citado anteriormente Benedito, pardo, filho natural de Francisca, batizado em dezembro de 1863³¹⁴. Dona Francisca Ignácio de Alvarenga era sua antiga proprietária, no mesmo assento de batismo, Alvarenga também é sua madrinha. Em agosto de 1866, Joaquim Gomes Vieira foi senhor e ao mesmo tempo padrinho da inocente Cecília, filha natural de Luiza, preta de nação³¹⁵. Infelizmente nossa amostra é pequena, mas permite pensarmos que talvez esses casos não tenham sido os únicos em Paraty. Acerca deste fato, somente uma pesquisa poderá apontar esta conclusão.

Este último caso no qual a inocente Cecília foi alforriada e apadrinhada pelo mesmo senhor é interessante e ao mesmo tempo intrigante. A partir do banco de dados identificamos que este mesmo senhor – Joaquim Gomes Vieira – alforriou outras duas crianças na pia de batismo, a primeira foi batizada e alforriada em dezembro de 1863, a última foi em maio de 1869. Em todos esses três casos – Marcellina, Cecília e Antônia – essas inocentes eram fruto de Luiza, uma mulher preta de nação³¹⁶. Infelizmente não é possível afirmarmos se Gomes Vieira teve algum tipo de relação extraconjugal com sua escravizada, nos assentos não tem qualquer indicativo a respeito. É dificilmente um senhor de escravizado pudesse assumir esta relação. De acordo com Márcio de Souza Soares, embora não houvesse nenhuma prescrição formal da Igreja em sentido contrário, tudo leva a crer que deixar filhos na condição de escravizados era considerado uma falta grave. Além disso, a alforria na pia batismal logo após o nascimento dependia por outro lado da consciência culpada de um senhor por deixar um filho ou parente seu amargar as agruras do cativeiro. Desta forma, o autor aponta que não encontrou nenhum caso em que o senhor declarasse abertamente estar alforriando seu filho, uma vez que a hora do batismo não era momento ideal para isso. Já que as cerimônias eram públicas e as igrejas viviam sempre cheias de gente³¹⁷. Talvez Joaquim Gomes Vieira tenha tido sim uma relação com essa escravizada, por outro lado, não podemos desconsiderar outra hipótese, ou seja, que essas mães calculavam muito bem suas ações, possa ser que Luiza, uma mulher preta de nação tenha feito tudo isso de forma premedita, sabendo que dificilmente seu senhor poderia deixar um filho seu sofrendo as dores e violência do cativeiro. Neste sentido, sinalizo que muitas dessas mães estruturavam suas vidas para alcançar a liberdade para seus filhos e filhas primeiramente.

Por ser tratar de um documento que diz muito pouco sobre como essas liberdades ocorreram, dificilmente os senhores iriam alegar algo que não fosse “de sua livre e espontânea vontade”. Todavia, não podemos desconsiderar a hipótese de que essas mães – maioria

³¹³ Apud., GÓES, José Roberto P. *O cativeiro imperfeito. NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante operíodo colonial.* Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 116.

³¹⁴ Registro de Batismo de Benedito, 1863. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, ago. imagem 93

³¹⁵ Registro de Batismo de Cecília, 1866. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1864-1874, ago. imagem 120.

³¹⁶ Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados o município de Paraty. Anos: 1873, 1874, 1875 & 1876. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty).

³¹⁷ SOARES, Marcio de Souza. *A remissão do cativeiro. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830.* Tese de mestrado, UFF, 2006. p. 110 – 111.

absoluta sem união legitimada pela Igreja Católica – comprasse as alforrias de seus próprios filhos (as)³¹⁸. Talvez, ter o acesso a carta de alforria poderia ser um indicativo neste sentido, todavia, não tivemos acesso a essas informações.

No que se refere a presença dos senhores (as) no ato do batismo da criança independente de sua condição social não procuramos identificar esta questão. No entanto, quando o inocente era alforriado na pia de batismo essa informação era sinalizada. Em 24 casos constam nos assentos que os proprietários (as) estavam presentes no ato do registro da liberdade. Este número representa um total de 77,4%. Esta história pode ser exemplificada abaixo:

Aos trinta e hum dias do mez de agosto de mil oitocentos e sessenta e dois anos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhor dos Remédios da Cidade de Paraty, solememente baptizei e pus os Santos Óleos a inocente Alzira, parda, liberta, nascida a vinte e sete do mês passado, filha natural de Pracedes, parda, natural do Rio de Janeiro, escrava de José Narcizo Vieira Corrêa Vianna. Avós maternos Maria Jacintha, de nação, escrava que foi de Bernardo José d'Almeida. Forão padrinhos Doutor Joaquim Marianno Campos do Amaral Gurgel e sua mulher dona Maria Luiza de Almeida Gurgel estando presente o mesmo senhor José Narcizo Vieira Corrêa Vianna, por elle me dito ser sua vontade, que a dita inocente Alzira, filha de sua escrava Pracedes, ficou desde hoje para sempre gozando de sua liberdade, como se de ventre livre tivesse nascido, pois que faria sem coação alguma e me pedio que lavrasse o assento de seo baptismo neste livro dos libertos para em todo o tempo constar, o que assim o fiz, par maior validade, a que comigo assina as testemunhas abaixo, era ut supra. Francisco Juatino do Amaral Vianna e os três outros estão inelegível³¹⁹.

A presença do senhor no ato da alforria certamente era uma forma de vincular a liberdade a uma suposta ação de benevolência por parte destes. Por mais que as mães dessas crianças se articulassesem em torno deste objetivo, e algumas vezes pudessem até comprar a liberdade de suas crias, observamos a presença do senhor foi uma constante nesses assentos de liberdade. Por outro lado, a presença do senhor e assinatura das testemunhas demonstra uma maior validade ao documento, talvez essa estratégia fosse ao encontro das preocupações dessas mães, a assinatura de sujeitos de condição livre, certamente poderia diminuir as chances de revogação dessas alforrias, ou ao menos, criar dificuldades caso essas questões fossem resolvidas no âmbito judicial.

Na região dos Campos dos Goitacases, nos assentos de batismo que geravam alforrias também foi possível apontarmos a presença de antigos proprietários. De acordo com Márcio de Souza Soares, não era comum a presença dos senhores nos batizados de seus escravos. No entanto, naquelas cerimônias que a criança seria libertada era necessária a presença do senhor ou de algum representante legal. Afinal de contas, o antigo proprietário estaria se desfazendo de sua posse e o domínio sobre o escravizado o que, pelo costume, tinha que ser declarado expressamente ao pároco na presença de testemunhas³²⁰. Assim, é de se esperar que tanto em Paraty para o período analisado quanto para outras regiões – como Campos dos Goitacases – a presença desses sujeitos era condição essencial para oficializar a liberdade.

Apenas 08 casos os registros não apontam qualquer indicativo da presença desses sujeitos, ou seja, 25,8% não compareceram no ato da alforria. Desses 08 assentos, destaco 05

³¹⁸ Sobre a ação das mulheres e os sentimentos maternais vinculados a prática da alforria ver: COWLIN, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*.

³¹⁹ Registro de Batismo de Alzira, 1862. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, ago. imagem 50.

³²⁰ SOARES, Marcio de Souza. *A remissão do cativeiro. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Tese de mestrado, UFF, 2006. p. 103.

em que as crianças – ao que tudo indica – já foram alforriadas antes do batismo ocorrer. Nesses documentos, a principal informação que consta nos registros na pia de batismo é que foram apresentados “papel legalmente passado pela senhora” ou apresentação de “título de liberdade”. Abaixo podemos observar um desses casos:

Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta e dois anos, nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Paraty, baptizei solenemente e pus os Santos Óleos a Joaquim, pardo, nascido a seis deste, filho natural de Felisbina, parda, natural da Freguesia de Campo Grande, escrava de João Pereira Lopes. Avós maternos João, parda, natural da Freguesia de Campo Grande e Joanna, preta de nação ignora-se o nome do senhor destes. Padinhos Joaquim Luiz da Silva e Protetora Nossa Senhora dos Remédios. Declaro que lancei neste livro dos libertos o inocente Joaquim acima mencionado por estar já liberto e por o mesmo Senhor João Pereira Lopes, como me passou pelo título, que seu apresentou, que he legal, de que par constar [inelegível] Vigário José Alberto da Silva³²¹.

Por falta de acesso ao cartório único da cidade não foi possível obtermos a carta de alforria desta criança. Por outro lado, é possível que o próprio assento possa servir como documento comprobatório da liberdade da mesma, não havendo a necessidade da carta de liberdade. De qualquer forma, no caso da existência da carta teríamos a possibilidade de confirmarmos como se procedeu estas liberdades. Porquanto, com ela em mãos seria viável entendermos e atestarmos a hipótese de que essas mães foram as responsáveis pela compra da liberdade de seus próprios filhos(as). Em nosso banco de dados feito a partir da lista de classificações do fundo de emancipação, consta o nome de João Pereira Lopes como sendo proprietário de 27 cativos. De outro modo não localizamos qualquer menção ao inocente Joaquim – liberto no ano de 1862 a partir do registro citado acima. Isto é, o inocente é uma pessoa livre e por isso sua ausência é sentida na documentação. Da mesma forma, atestamos também que não houve qualquer indicativo acerca de sua mãe Felisbina. As possibilidades são diversas, pode ser que sua mãe tenha falecido ou vendida para outra região. De outro modo, é plausível que sua mãe já tenha conquistado a liberdade, talvez a alforria de seu filho Joaquim tenha aumentado as chances de sua manumissão. Neste sentido, a liberdade tenha percorrido um caminho diferente, ou seja, a preocupação em libertar e livrar seu filho das amarguras do cativeiro proporcionou a mesma maior chance de liberdade.

Um outro dado importante identificado a partir dessas 31 liberdades que foram identificadas na pia de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios entre 1861 e 1871 é acerca da origem dessas mães. Na nossa pesquisa constatamos que mais da metade havia nascido no Brasil, sendo 16,1% eram crioulas, 71% eram pardas e apenas 12,9% eram pretas de nação. Somando os dois primeiros quantitativos, as mulheres brasileiras que libertaram seus filhos na pia batismal identificamos um montante de 87,1%. Em Campos dos Goitacases, Márcio de Souza Soares, aponta no mesmo sentido, que as alforrias estavam mais próximas aos filhos (as) das mães crioulas, pardas e cabras, as africanas representariam um total de 25,4%³²². Na freguesia da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, Nacif confirma que as cativas nascidas no Brasil também foram as que mais tiveram seus filhos libertos na pia batismal. Desta forma, constata-se que elas conseguiram a alforria para 178 filhos, enquanto as africanas 87 no dia de seus batismos³²³. Em Campinas, Picheli teve dificuldade em apontar a origem dessas mães e pais, uma vez que – como aponta o próprio

³²¹ Registro de Batismo de Joaquim, 1862. Projeto Family Search. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980. Paraty, Rio de Janeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Batismo 1861-1864, mar. imagem 38.

³²² SOARES, Marcio de Souza. A remissão do cativeiro. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830. Tese de mestrado, UFF, 2006. p. 111.

³²³ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 107-108.

autor – “há situações até em que os mesmos indivíduos são descritos com cores diferentes em contextos distintos, o que dificulta nossa análise em certo sentido”. Desta forma, o autor aponta que diante desta dificuldade construir hipóteses é um enorme desafio. No entanto, as mães negras e pretas teriam mais chances de alcançar a liberdade de seus filhos na pia batismal. Assim, de todo modo, Picheli assinala que sua amostra corrobora o que já têm se colocado por outros historiadores³²⁴. Na região do Rio de Contas, na província da Bahia, Kátia Almeida aponta que entre 1800 – 1888, os cativos nascidos no Brasil superaram em número os de origem africana, mesmo antes da proibição do tráfico internacional. Assim, esses sujeitos se saíram melhor do que os nascidos na África na conquista da liberdade, representando um total de 77,3% dos conseguiram ultrapassar a fronteira do cativeiro em direção a alforria³²⁵. Todavia, cabe esclarecer que a autora não aponta a origem das mães das crianças, mas sim os sujeitos que lograram êxito em torno da liberdade. De qualquer forma, esses dados confirmam a nossa hipótese e estão de acordo com o que foi apontado para os registros de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty entre 1861 e 1871. Em outras palavras, crianças, adultos, mulheres e homens nascidos no Brasil teriam mais chances de conquistar a liberdade do que os escravizados africanos.

Para o município de Paraty entre 1789 e 1822 há considerações importantes a serem indicadas. A pesquisa realizada por Kiernan sobressaiu no mesmo sentido, ou seja, determinados grupos teriam mais chances de alcançar a alforria do que outros. Neste caso, o autor realça que nas cartas de alforrias as mulheres, crianças e os nascidos no Brasil possuíam uma maior propensão a serem libertos do que os homens, adultos e africanos³²⁶. Analisando as alforrias concedidas na pia batismal entre 1811 e 1822, nota-se que 86,5% eram correspondentes a pais crioulos, pardos e mulatos, ou seja, aqueles nascidos no Brasil, enquanto os africanos correspondiam a 12,3%³²⁷. Portanto, nossa pesquisa vai ao encontro de outros trabalhos que destacam a forte presença de cativos brasileiros no tocante a liberdade, sendo os que mais sobressaiam, isto é, teriam mais possibilidades de sair do cativeiro em direção a liberdade. Isto significa dizer em partes que durante todo século XIX em Paraty as alforrias foram mais próximas aos brasileiros.

Além da origem dessas mães, em nosso banco de dados identificamos que grande parte dessas mães ainda estavam presas ao cativeiro. Das 31 mães indicadas nos assentos, constatamos apenas 02 registros em que a mãe constam como escravas condicionais. Este era o caso de Rita, mãe do inocente Manoel, batizado em junho de 1870, ela era cativa condicional de Jerônimo da Costa Pombo. Além dela, há o caso de Antônia, mãe de Nilo, batizado em dezembro de 1870, era escrava condicional de Bernardina de Senne Borges. Infelizmente nos assentos não se declara quais são os tipos de condições que essas mulheres estavam sujeitas, as cartas de alforrias seriam necessárias para atestarmos tal fato. Este dado nos induz a pensarmos nas hipóteses antes apresentada, ou seja, primeiro essas mães teriam a preocupação em libertar suas crias das dores do cativeiro. Em seguida essas mães buscavam solidificar essas relações para conquista suas liberdades. Sem dúvida essas mulheres sabiam calcular muito bem essas negociações, talvez fosse uma estratégia comover determinados senhores(as) acerca de contradição entre mãe e filho com condições jurídicas antagônicas.

Além dessas características já citadas anteriormente, outras são de suma importância. Neste sentido, constatamos que das 31 alforrias na pia batismal da Igreja de Nossa Senhora

³²⁴ PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021. p. 114 - 115

³²⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012. p. 116.

³²⁶ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tesede Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 63.

³²⁷ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tesede Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 113.

dos Remédios, 41,9% representam aquelas que foram conquistadas por meninas, enquanto 58,1% foram destinadas aos meninos. Não há qualquer indicativo acerca do que motivou essas escolhas, se houve algum tipo de preferência por sexos. Em período anterior, entre 1789 e 1822, Kiernan indicou dados diferentes dos nossos – independente se o ato ocorreu através das cartas ou na pia de batismo – as mulheres são a maioria, uma vez que representam um total de 65,5%, enquanto os homens 34,5%³²⁸. Márcio de Souza Soares sinaliza que os senhores não demonstraram em sua pesquisa nenhuma preferência acentuada quanto aos sexos das crianças, visto que 52,3% eram meninas e 47,7% foram meninos manumitidos. Todavia, as alforrias na pia demonstraram que as melhores chances que os homens tinham para se livrar do cativeiro era na infância, uma vez a proporção de mulheres alforriadas entre os escravos adultos era acentuada³²⁹. Já na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, entre 1751 e 1850, Nacif expõe que as crianças alforriadas na pia batismal do sexo masculino eram de 43,04%, e as do sexo feminino 55,98%. De acordo com o autor, não há qualquer preferência constante por um determinado sexo, porquanto, meninos e meninas tinham as mesmas chances de alcançar a liberdade no dia do seu batismo. Desta forma, o autor finaliza a questão sintetizando que essa conquista parece ter dependido muito mais das relações estabelecidas entre as diferentes pessoas em alforriá-las, sobretudo das mães e seus senhores³³⁰. Campinas segue o mesmo padrão de São João del-Rei, de acordo com Picheli as alforrias de pia conquistadas por crianças do sexo masculino representam um total de 34%, enquanto as meninas 49,66%³³¹. A partir dos expostos concluímos que para o período analisado na região de Paraty as crianças alforriadas do sexo masculino eram maiores do que as do sexo feminino. No entanto, defendo a hipótese de que não há qualquer relação pré-estabelecida para realizar o ato de alforriar na pia, ou seja, acredito que essas liberdades – das crianças – dependiam muito mais das relações sociais entre cativos e senhores, do que propriamente uma relação de sexo desses inocentes.

Além desses dados, nossa observou também as taxas de ilegitimidades das mães de filhos escravizados no Brasil. Porquanto, o leitor já pode perceber que não visualizamos os livros de batismos de crianças que ainda estavam sujeitas as dores do cativeiro. Identificamos apenas os assentos de batismos na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios das crianças que ultrapassaram essa fronteira, ou seja, aquelas que foram alforriadas e tiveram seus nomes escritos no livro de livres/libertos. Para efeitos de comparação, as taxas de legitimidades dessas crianças em outros locais nos ajudam a perceber como eram as dificuldades em relação aos matrimônios por esses sujeitos. De outro modo, é preciso entender que esses números não significam ausência de relações familiares ou de falta de status conjugal, muito pelo contrário. As relações entre livres e escravizados eram bastante complexas, e certamente os cativos dispunham de mais dificuldades em estabelecer relações legítimas com seus parceiros (as).

Para nossa pesquisa e de acordo com as diversas produções historiográficas entendemos que as crianças tidas como ilegítimas são aquelas que seus pais não tiveram suas uniões reconhecidas pela Igreja. Durante muitos anos está ausência da figura masculina foi apontada pela historiografia como uma das singularidades da suposta promiscuidade desses cativos, que não conseguiram sacramentar suas uniões, realizando relações duvidosas. De acordo com Slenes, boa parte dessa produção historiográfica baseou-se nas histórias contadas por viajantes estrangeiros, que imbuídos de preconceitos e juízos de valor não conseguiram

³²⁸ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tesede Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 58.

³²⁹ SOARES, Márcio de Souza. A remissão do cativeiro. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830. Tese de mestrado, UFF, 2006. p. 109.

³³⁰ NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014. p. 112-113.

³³¹ PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021. p. 88

visualizar e compreender que essas relações estavam além de suas orientações europeias³³². Neste sentido, nossa pesquisa compactua com as compreensões do autor, ou seja, a ausência da figura paterna não está vinculada a falta de relações conjugais. Para os assentos de batismos da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios a ausência da figura paternal é uma das características que marcam o nascimento dessas crianças. Todavia, seria necessário o acesso ao livro de casamentos de escravizados para que possamos atestarmos o real número dessas uniões oficiais. Por outro lado, caberiam estudos mais complexos para região de Paraty para compreendemos como eram estabelecidas essas relações fora dos pressupostos da Igreja Católica.

De fato o que era ser uma criança legítima e ilegítima? De acordo com Libby e Botelho para as crianças serem consideradas como legítima, seus progenitores teriam que ser casados em união reconhecida pela Igreja Católica, deveriam preencher todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor. Por outro lado, as crianças tidas como naturais eram frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja³³³. Para Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, entre 1712 e 1810, os autores identificam um conjunto de 8.287 registros de batismos de crianças escravizadas. Desses, apenas 11,1% eram de crianças legítimas, ou seja, a maioria desses pais não tiveram suas uniões reconhecidas pela Igreja Católica e/ou não possuíam os requisitos necessários para atestar tais relações³³⁴. Por sua vez, Petiz realizou suas análises estudando quatro paróquias do Rio Grande do Sul – Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada – entre 1755 e 1809, a autora aponta que 33,8% eram de crianças legítimas, e 66,2% eram naturais. Já entre 1810 e 1835, foram identificamos que 24,6% para o primeiro grupo e 75,4% para as crianças naturais³³⁵. Para região de Franca, na província de São Paulo, Cunha identificou que entre 1805 e 1888, os cativos batizados e legitimados representaram um total de 45,1%, enquanto os ilegítimos eram de 53,6%³³⁶. Já Robert Slenes, aponta que em Campinas o índice de crianças abaixo de 10 anos de idade legítimas foi de 75%. Ainda segundo o autor a proporção de legitimidade variava conforme o tamanho da posse que os escravizados estavam inseridos³³⁷. O que se pode observar com esses dados são duas situações complexas: a primeira é que o índice de ilegitimidade e no Brasil fora bastante acentuado, a segunda é que essas taxas dependiam muitas vezes do ambiente nos quais esses sujeitos estavam inseridos, ou seja, se as posses fossem médias ou grandes a chance de uma criança nascer legítima era maior do que uma inocente nas pequenas escravarias. Para o município de Paraty estas questões serão abordadas nos parágrafos a seguir.

Os assentos de batismos das crianças alforriadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pila de São João del-Rei, entre 1751 e 1850 foram observados. De acordo com Silva das 309 crianças libertadas na pia batismal, 289 eram ilegítimas, isto é, 93,52%. E apenas 20 eram legítimas, ou seja, apenas 6,47% dessas crianças foram fruto de relações conjugais sancionadas pela Igreja Católica³³⁸. Por outro lado, Filho e Libby apontam outros dados, ou

³³² Ver: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019.

³³³ LYBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, nº 31. Jan, 2004. p. 69-96.

³³⁴ LYBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, nº 31. Jan, 2004. p. 69-96.

³³⁵ PETIZ, Simei Sant'ana. *Caminhos cruzados: Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Programa de Pós-graduação em História. 2009. p 167-168.

³³⁶ CUNHA, Maisa Faleiros da. A legitimidade entre os cativos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, século XIX. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu.

³³⁷ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019. p. 111-112.

³³⁸ SILVA, Cristiano Lima da Silva. *Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de*

seja, a taxa de legitimidade das crianças alforriadas na pia batismal foi de 7,6% para o período de 1736 e 1888³³⁹. Para a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Paraty identificamos que das 31 alforrias, apenas 2 foram fruto de relações reconhecidas pela Igreja. Desta forma, esses dados indicam que os percentuais eram de tão-somente 6,45% para crianças legítimas, e 93,55% eram resultados de uniões ilegítimas. Por ser tratar de um período extremamente curto e também pela ausência na análise dos assentos matrimoniais não é possível visualizarmos o todo dessas relações. Além de não acompanharmos como essas relações conjugais variavam no tempo. De qualquer forma, observamos que até o presente momento o índice de crianças alforriadas na pia batismal no município de Paraty foi, sobretudo de crianças que nasceram de relações não sancionadas pela Igreja Católica.

Em relação a quantidade de batismos versus alforria identificamos números bem similares aos apontados por Kiernan. Todavia, cabe salientarmos que os livros manuseados pelo autor são referentes a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, enquanto nossa pesquisa atentou-se para os assentos da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. No primeiro caso, Kiernan identificou 2.617 batismos para 1811 a 1822, desse total apenas 27 crianças foram libertadas na pia de batismo, dados que indicam que apenas 1% foi alforriada³⁴⁰. Na nossa análise entre 1861-1871, foram avistados um total de 3.135 assentos de batismos de livres, desse total, apenas 31 crianças foram alforriadas na pia batismal. Neste sentido, esses dados representam que tão-somente 0,98% das crianças ultrapassaram a fronteira entre escravidão e liberdade. Ou seja, ao que parece as alforrias de crianças em Paraty não teve grandes alterações durante o século XIX, todavia, seria necessário visualizar este espaço entre ambas as pesquisas para obter melhores resultados. De qualquer forma, 31 liberdades para um período de dez anos representa uma média de 3,1% alforrias por ano para aquelas conquistadas na pia batismal. Isso nos leva a crer que os proprietários de cativos não via com bons olhos a liberdade pelo batismo. Por sua vez, isso não significa que as mulheres escravizadas não contassem com esta realidade. Acreditamos que muitas dessas mulheres solidificaram relações com livres não apenas com intuito de almejar a liberdade, mas com o estabelecimento de relações depois da alforria.

Neste capítulo, constatamos algumas preocupações importantes acerca da prática da alforria na pia batismal e das fontes paroquiais. Além disso, buscamos apontar que as mulheres utilizaram como estratégia a liberdade na pia para alcançar seus objetivos, ou seja, promovendo meios para que suas crias pudessem ter uma vida melhor do que as quais estavam submetidas. Neste sentido, apontamos que a alforria na pia batismal possa também ser um caminho para suas próprias liberdades, isto é, primeiro a liberdade de seus filhos (as) e de forma secundária a sua própria. Também percorremos neste caminho a importância do batismo, seja o caráter espiritual, quanto o material, porquanto ao lado desta trajetória salientei a relevância dos pais espirituais, a função de co-paternidade que esses sujeitos estavam submetidos, e que muitas vezes essas mães buscaram personagens de categoria livre para apadrinhar seus filhos(as). Do mesmo modo, percebemos que recaía sobre essas escolhas não algo taxativo, mas sobretudo, laços de proximidade, afetividade, social, cultural, confiança, prestígio e poder eram atributos eram levados em conta por essas mulheres.

Demostramos também que a origem das mães dessas crianças. Sobre este aspecto identificamos que os inocentes que foram frutos de mulheres nascidas no Brasil eram os que mais conquistaram a liberdade, em detrimento das mães africanas. Grande parte dessas mulheres ainda se encontrava presa ao cativeiro, apenas duas viviam sob a condição de

mestiçagens em São João del Rei 1750 – 1850. p. 117-118.

³³⁹ FILHO e LIBBY, História social em registros paroquiais: sul – sudeste do Brasil, séculos XVIII – XIX. org: Roberto Guedes, João Fragosos – 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2016. p. 22.

³⁴⁰ KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tesede Doutorado pelo Departamento de História, da *Graduate School of Arts and Sciences*. New York, outubro de 1976. p. 110.

prestação de algum tipo de serviço que não estava especificado nos assentos de batismo. Do mesmo modo, salientamos que essas crianças alforriadas na pia batismal eram em especial fruto de relações conjugais não reconhecidas pela Igreja. Isto significa dizer que, eram filhos(as) ilegítimos. Percebemos também que os meninos afiguram mais nas alforrias na pia batismal do que as meninas, sendo esse percentual de 41,93% para as meninas, e 58,07% foram destinadas aos meninos. Acerca deste assunto, indicamos que parte da historiografia não apresente um argumento homogêneo sobre essas escolhas, mas que elas dependeriam mais das relações entre os sujeitos do que a própria classificação sexual do inocente. Por fim, observamos que a taxa de alforria na pia batismal para o período analisado foi de apenas 1% em relação a quantidade de batismo realizados no período de 1861 e 1871. Neste aspecto nossa pesquisa vai ao encontro das análises realizados por Kiernan para 1811 e 1822, ou seja, tudo indica que durante o século XIX o número de alforrias de crianças em Paraty não sofreu grandes alterações. De qualquer forma, defendemos a ideia de que mesmo que as chances de alforria por este caminho não fossem de fato altas, é provável que muitas dessas mães enxergassem o batismo como uma ferramenta essencial para libertar seus filhos (as) das agruras do cativeiro, proporcionando melhores perspectivas de vida. E é provável que as liberdades de suas crias alimentassem suas próprias esperanças em livrar-se das mesmas condições.

Na parte que se segue pretendemos reconstruir superficialmente – perdão a palavra – a história de vida de uma mulher escravizada em Paraty durante a segunda metade do século XIX. Acredito que superficialmente não seja a palavra mais adequada, entretanto, a proposta está com muitas lacunas documentais, dado que este fato nos impossibilita de uma ação de interpretativa mais real e menos imaginativa – por mais que esse também seja uma característica da profissão. Ademais, nossa intenção aqui é apresentar o mundo dos possíveis, o cenário que esta mulher estava inserida, de forma que essas observações possam nos conduzir para uma análise interpretativa mais solida. Esse mundo de possibilidades permite criar – sem perder o rigor técnico – esse cenário de possibilidades e estratégias de alforrias realizadas. Além disso, tem por objetivo iniciar a construção de uma trajetória individual que pode ser concluída em pesquisas futuras, uma vez que viveu, conviveu, morou, trabalhou, teve filhos, criou relações, ou seja, produziu o que mais fascina os historiadores; o vestígio histórico. Segue a última parte.

3.3 Uma breve história de Luiza e seus desejos de liberdade: a construção do mundo dos possíveis

Neste capítulo pretendemos desvendar a trajetória de uma escravizada do município de Paraty na segunda metade do século XIX em busca de sua liberdade. Para reconstruir esse pequeno e grande retalho de vida partimos de algumas fontes, que embora, não seja uma documentação seriada, não diminui a importância na construção dessa trajetória. Desta forma, o registro de um ofício entre o cartório único do município e a Junta Classificadora e a Lista de Classificações dos anos de 1873, 1874, 1875 e 1876 são as três principais documentações onde foi possível localizarmos a história de vida dessa mulher. A partir deste conjunto esboçamos o mundo dos possíveis em que Luiza de condição cativa esteve inserida. Assim, pretendemos interpretar os significados da liberdade para Luiza, reconstruir as relações de solidariedades, de poder, as atividades ocupacionais e compreender as estratégias em torno da liberdade que a escravizada procurou sedimentar para não somente sobreviver, mas também na sua conquista da liberdade, tanto para si, quanto para seus filhos (as).

A história de Luiza, já foi contada no capítulo 02 desta pesquisa. Todavia, vamos mergulhar um pouco mais para resgatarmos as possíveis solidariedades, permanências e estratégias que esta cativa utilizou para alcançar seus objetivos. A cativa Luiza, de cor preta,

talvez contasse com a possibilidade de sua alforria no ano de 1882. Naquela data, o cartório único do município de Paraty, no dia 09 de janeiro daquele ano, respondeu a Junta de Classificação de escravos a seguinte questão: que a escravizada Luiza, que pertencia a senhora Theodora Gomes Valladares, tem nesta repartição, no livro de número 65, um registro de carta condicional de liberdade. Ainda segundo o documento, foi a própria Theodora que no dia 23 de janeiro de 1867, passou o documento com este teor³⁴¹. Isto é, Luiza era uma mulher que certamente mantinha espaços de autonomia junto a sua senhora. Dado que mesmo com sua liberdade precária ou melhor condicional certamente possibilitou certa margem de autonomia dentro do cativeiro.

Infelizmente não temos informações acerca de como Luiza se tornou propriedade de Theodora Gomes Valladares. Podemos pensar até na hipótese que se tratava de uma escravizada de origem africana. Não localizamos nenhum documento de compra e venda de Luiza e nem outra fonte que pudéssemos ter mais esclarecimentos acerca deste fato. Se pensarmos por este ângulo – se tratando de uma mulher africana – Luiza, foi retirada a força de sua terra natal – não sabemos de qual porto – certamente passou por experiências traumáticas, tendo sua vida marcada por muitas violações, por diversas pessoas atravessando seu caminho. Por este ângulo, sua jornada começa do outro lado do atlântico onde muitos africanos e africanas conviveram com o medo de serem vendidos para lugares nos quais não teriam as mesmas possibilidades de vida e laços familiares. É possível que Luiza tenha vindo para o Brasil como uma criança ou até mesmo como uma jovem mulher. Se tratando de uma criança, podemos supor que Luiza ficara assustada pela sua própria condição infantil. Se porventura fosse uma mulher jovem, certamente podemos supor que já sabia das dores que muitos dos seus conterrâneos já enfrentavam em seu continente, o convívio com o medo, com a separação e com a ausência de informações do que ela poderia esperar em um território no qual deveria refazer sua vida, criar novos laços, formar uma família para no mínimo atenuar sua vida no mundo das incertezas³⁴².

Entre a captura de um africano(a), sua venda e o desembarque no Brasil poderia variar de acordo com a região. De acordo com Santos, essa viagem costumava ser rápida, pois os escravos vinham de regiões próximas ao litoral³⁴³. Contudo, com o passar dos anos, e, sobretudo a partir do final do século XVIII e XIX, muitos africanos eram escravizados no interior do continente e essa viagem poderia demorar semanas até chegar aos portos de embarque³⁴⁴. Ao chegar na região costeira os escravizados ainda teriam que conviver com péssimas condições de vida, com insalubridade, falta de alimentos e muitas vezes antes mesmo de chegar aos seus destinos sua vida era ceifada pela mortalidade. Santos aponta que o momento do embarque talvez tenha sido um dos piores para esses sujeitos, uma vez que para muitas sociedades africanas o mar separava o mundo do vivo do mundo dos mortos, e por isso, a viagem significava a perda da vida. Por sua vez, outros acreditavam que os homens brancos eram canibais, que suas vidas seriam ceifadas pelas bocas e dentes destes inescrupulosos mercadores³⁴⁵. Contudo, conforme a experiência do cativeiro foi se consolidando no território de além-mar, muitos já não se preocupavam com esses medos, agora, o que mais lhe causava pânico seriam as incertezas do que se esperar do outro lado do atlântico.

³⁴¹ RAMECK, Maria José S; MELLO, Diuner. Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX. Vol. 02. p. 236.

³⁴² SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017.

³⁴³ SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017. p. 140.

³⁴⁴ SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017. p. 140.

³⁴⁵ SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017. p. 141.

Para muitos dos sujeitos que vivenciaram esta dor física e mental, a única solução era o suicídio. Aqueles que faziam a travessia passavam a maior parte do tempo amontoados em porões com péssimas condições de vida, amarrados, sendo vigiados a todo o momento. A alimentação era racionada, e basicamente comiam farinha de mandioca, peixe ou carne seca, feijão, pois eram as poucas refeições que não teriam tanta facilidade de apodrecerem³⁴⁶. Certamente, ser porventura Luiza fosse uma cativa africana, certamente ela sofreu todas as violações possíveis, precisou primeiro superar a dor de ser arrancada de seu território, em seguida, foi indispensável que ela buscasse uma nova estratégia de sobrevivência neste novo lugar. Novas relações precisaram ser estabelecidas, novos cálculos de sobrevivência tiveram que ser feitos para que ela pudesse construir uma vida menos atenuante aqui.

Como dito anteriormente não temos nenhuma informação acerca de sua origem e/ou vinda para o Brasil. Não sabendo por onde chegou e em qual idade teve quando supostamente teria desembarcado em solo brasileiro. Todavia, a partir do método da ligação nominativa conseguimos apontar algumas possíveis características de sua vida. A começar pela identificação de sua idade, consta em uma troca de correspondências entre o cartório único de Paraty e a Junta de Classificação, que Luiza teria na época de 1882, 55 anos de idade. No ano de 1867 quando sua liberdade condicional foi comprada, Luiza possuía 39 anos de idade. Além disso, na Lista de Classificações para o fundo de emancipação no ano de 1873, consta que Luiza, possuía a época dois filhos, Domingos e Benedita, o primeiro com 15 anos e a segunda com 09 anos. Segundo o documento, Domingos era uma criança com pouca aptidão para o trabalho, talvez tenha alguma necessidade especial ou até mesmo qualquer outra condição que atestasse sua “pouca aptidão para o trabalho”. Entretanto, consta na mesma documentação que ele desempenhava a função de copeiro, possivelmente para Theodora Gomes Valadares. Já Luiza, exercia a atividade ocupacional de lavadeira, é razoável que sua função tenha servido tanto diretamente sua senhora, ou seja, lavando para a mesma, quanto também tenha exercido o mesmo ofício labutando para fora. Neste caso, é provável que sua senhora dependesse de suas funções fora de sua residência, e que Luiza pudesse de alguma forma ter acumulado pequeno pecúlio no decorrer dos anos que estivera em propriedade de Valladares.

O pequeno relato acima nos induz a pensarmos sobre as conexões entre liberdade e mulheres. Farei nas linhas que se segue outros apontamentos acerca do meio social que Luiza estava inserida. No entanto, abro parênteses para outras contribuições que nos ajudam a pensar por esta perspectiva. Tecendo considerações e mapeando conexões entre Cuba e Brasil, Camillia Cowling observa o papel das mulheres no tocante a liberdade, e como elas utilizavam de estratégias variadas e discursos semelhantes para alcançar o objetivo da liberdade. Muito dessas mulheres escravizadas buscaram provocar na sociedade e no poder público sentimentos fraternais, manifestando inquietações maternais, de proteção e piedade para terem suas alforrias conquistadas³⁴⁷. A ideia de proteção familiar também era uma estratégia que essas mulheres buscaram para persuadir juízes em torno deste objetivo. Mas não somente isso. A ideia de proteção para suas crianças também era um indicativo que muitas dessas cativas se apropriavam para fazer jus a liberdade. Neste sentido, o medo era uma constante, a retaliação por parte dos senhores era sem dúvida uma ferramenta que muitos proprietários faziam valer. Este parece não ter sido o caso de Luiza, dado que não identificamos qualquer litígio entre Theodora Gomes Valladares e Luiza.

Retornando ao caso. Tudo indica que entre 1867 e 1882, Luiza continuava a viver com sua senhora e suas duas crias, Domingos e Benedita. Estava cumprido alguma condição que

³⁴⁶ SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017. p. 142.

³⁴⁷ COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 147.

veio descrita na correspondência. Isto é, acompanhar sua senhora até enquanto viva. Todavia, sua liberdade limitada foi fruto de muitos relacionamentos, da consolidação de uns e conquistas de outros, quiçá sua alforria condicional foi fruto da sua própria rede de parentesco. E é justamente esse último caso que ilustra bem essas estratégias de liberdade dessas mulheres de Paraty ou ao menos uma parte delas. Talvez seu protagonismo e a tentativa de recriar parte de sua vida, resida justamente nesse possível laço maternal, isto é, na preocupação em libertar seus filhos primeiro do que sua própria liberdade. Este é um fato que a presente pesquisa abordou no decorrer dos expostos. Neste caso, esta hipótese surge em decorrência da própria correspondência trocada entre a junta de classificação e o cartório único de Paraty. Neste documento, de 09 de janeiro de 1882, consta que a liberdade de Luiza só se tornou possível mediante a participação de seus dois outros filhos. Pois, Bento e João foram os responsáveis por doar a quantia de 211\$380 reis a Theodora Gomes Valladares. A carta assinala ainda que seus filhos são libertos, não especificando alguma condição ou se ambos também eram propriedades da mesma senhora. É bem possível que a alforria para seus filhos (as) tranquilizava essas mulheres, proporcionava que seus filhos tivessem uma vida fora das amarras do cativeiro e faziam com que muitas delas pudessem trilhar de forma mais “sossegada” o caminho em torno da liberdade. Neste mundo das possibilidades, podemos pensar na hipótese que Bento e João foram alforriados na pia batismal. Para isso deveríamos analisar outros assentos e desta forma atestar se essa foi uma estratégia utilizada por Luiza, como por outras mulheres escravizadas em Paraty. Desta forma, o significado da liberdade para essas cativas era libertar seus filhos, fazer com que eles pudessem ter esperanças de uma vida melhor do que suas mães tiveram.

A história de Luiza não termina com a ajuda de seus filhos. Como dito anteriormente, Luiza era cativa de Theodora Gomes Valladares, nas listagens de classificações dos anos de 1873 até 1875 ela desempenhava a função de lavadeira. Além de contarmos com a possibilidade de seus filhos, Bento e João, terem sido libertados na pia batismal, é possível por outro lado que sua atividade ocupacional tenha contribuído para a própria ter comprado a alforria de seus próprios filhos. Neste caso, mais uma vez precisaríamos ter a carta de alforria para que esta hipótese pudesse ser confirmada. De qualquer forma, a condição jurídica livre de seus filhos certamente ampliava as relações de solidariedade que Luiza poderia ter na região ou em outro local. Neste sentido, além da ajuda material, fazendo com que sua mãe tenha se tornado uma cativa condicional, a condição jurídica de seus filhos poderia fazer com que os mesmos recorressem a outras pessoas, formando novos laços de solidariedades verticais e horizontais para que sua mãe pudesse ter mais chances de sair das amarras do cativeiro. Talvez tenham mobilizado recursos para sua mãe ultrapassar provisoriamente a barreira entre escravidão e liberdade. É bem possível que a condição desses dois filhos livres – Bento e João – também engendrava na consciência de Luiza, de que seus outros filhos também poderiam conquistar as suas alforrias. De toda forma, não temos informações se Domingos e Benedita, conseguiram a liberdade antes de sua mãe.

Além da ajuda de seus filhos, não podemos apontar que Luiza, era uma mulher que mantinha algum tipo de relacionamento. Não localizamos qualquer indicativo acerca de alguma relação conjugal. Porquanto, devemos ter em conta que para um escravizado cumprir todos os requisitos para ter seu casamento legitimado na Igreja Católica era algo extremamente complicado. Nas listagens de classificações para o fundo de emancipação, Luiza aparece como uma mulher solteira. Por outro lado, isso não significa que ela não mantinha relacionamento com outro parceiro. Apenas sinaliza que ela não teve um relacionamento sancionado pela Igreja Católica. Além disso, as relações familiares dos cativos eram mais complexas do que a simples relação estabelecida pelos poderes eclesiásticos. Independentemente dessas possíveis relações, observamos que seu filho Domingos nasceu no ano de 1858, já sua filha Benedita no ano de 1864. Este pequeno

intervalo de tempo entre o nascimento de uma criança ou outra, não pode ser um indicativo que Luiza mantinha algum tipo de relacionamento fixo naquele momento. São cinco anos de diferença. Desta forma, não podemos afirmar que ambos as crianças eram frutos da mesma relação. Esta hipótese também pode ser identificada para seus dois outros filhos que já gozavam do direito à liberdade, isto é, tanto Bento e João podem ser frutos do mesmo relacionamento e/ou de outros que passaram pela vida de Luiza. Isto pode significar que Bento, João, Domingos e Benedita pode ser frutos de mais de um relacionamento. É bem possível que Bento e João que foram os responsáveis pela doação em dinheiro para Theodora Gomes Valladares não tenha a mesma filiação que seus irmãos mais novos. A idade de ambos não é identificada na correspondência. Porém, já em 1882 é possível que já tenham seus mais de 20 anos de idade, tempo relativamente muito longo para que Luiza pudesse ter um único relacionamento ao longo de sua vida, e com isso seus quatro filhos serem frutos da mesma relação. Neste caso, é valido pensarmos que Luiza a partir desses relacionamentos tenha ampliado a cada nova relação sua rede de apoio, de solidariedade e outras, fator que pode ter contribuído para a liberdade de seus dois primeiros filhos. Este é apenas uma possibilidade aberta diante da parca documentação disponível na reconstrução da trajetória de vida dessa mulher escravizada. Mas que não deixa de ser interessante a medida que as hipóteses se tornam pertinente para o caso. A partir delas podemos interpretar as relações que tenham sido feitas e refeitas por esta escravizada.

Além disso, essa situação singular é ainda mais intrigante quando se toma a posse de sua senhora. Por este ângulo podemos reconstruir outro cenário de possibilidades que a escravizada Luiza estava inserida na segunda metade do XIX. De acordo com a Lista de Classificação, Theodora Gomes Valladares era uma pequena senhora de cativos, proprietária de sete escravizados. Não são números insignificativos para os padrões de Paraty. É de imaginar que em uma cidade pequena, onde predomina as pequenas e médias propriedades, ter sete cativos é representativo para o período. No entanto, apenas 03 estavam aptos a desempenhar suas respectivas funções. Os demais escravizados eram crianças, na faixa de 02 a 09 anos, excluindo o caso de Domingos que possuía na listagem de 1873, 15 anos de idade, mas que constava com pouca aptidão para o trabalho. Desses sete cativos, duas eram mulheres com seus filhos, isto é, a própria Luiza e Maria, uma cativa de 22 anos que possuía dois filhos, Constantino de 05 anos e Júlia de 02 anos de idade. Apenas um único homem está na listagem de Gomes Valladares, é o caso do preto Joaquim, de 27 anos. Porquanto, é possível que – caso este relacionamento existisse entre Luiza e um homem, e se o mesmo fosse de condição jurídica cativa – certamente ele não fazia parte das posses desta senhora ou ao menos não fora classificado. Assim, podemos pensar que a relação conjugal entre Luiza e seu “marido” foi construída fora dos domínios de sua senhora. Talvez sua condição transitória tenha ampliado durante o período e/ou até mesmo antes dele. Neste caso, Luiza era uma mulher escravizada que articulou forças suficientes para que pudesse ter ampliado sua autonomia na casa de Valladares, a ponto inclusive de se relacionar com pessoas fora do domínio senhorial. Por outro lado, a própria condição da posse de sua proprietária não permitiu – pelo menos para o período e a classificação – que Luiza pudesse ter algum tipo de relacionamento dentro do próprio cativeiro.

A hipótese relacional interligada necessariamente a algum cativo pode não ser a mais correta. Luiza, pode ter feito parte de vários arranjos ao longo de sua vida, inclusive se relacionando com pessoas de condição forra ou livre. Não podemos afirmar, mas seus filhos podem muito bem ser frutos de relacionamentos com pessoas desta condição. Por outro lado, os pais desses quatro filhos também poderiam estar a época presos ao cativeiro. Talvez em algum lugar distante, possivelmente vendido para outras regiões. Também poderiam estar mortos. São diversas as hipóteses para este caso. Por ora não temos esta resposta. Entretanto, o que chama atenção no caso de Luiza, é justamente sua habilidade relacional. Esta

competência por sua vez funcionava como uma forma de ampliar seus laços dentro e fora do cativeiro, abrindo novas possibilidades a sua vida e dos seus próximos. Essas ações podem ter sido muito bem articuladas, de outro modo podem ter sido realizadas sem nenhum pretexto específico. No entanto, a partir dessas movimentações, Luiza procurou à sua maneira tirar proveito das circunstâncias que lhe eram favoráveis, articulando sua liberdade com sua senhora Valladares, com seus filhos libertos Bento e João e também com os relacionamentos passageiros ou não que esta escravizada viveu no decorrer de sua vida na cidade de Paraty da metade do século XIX.

Como já foi dito o protagonismo de Luiza reside em diversos aspectos. Destaca-se o fato dela ter dois filhos na condição jurídica de livre antes mesmo da sua própria liberdade, os relacionamentos conjugais que a mesma conseguiu manter fora dos domínios de sua proprietária Theodora Gomes Valladares e de ser mãe durante este período de quatro crianças, sendo dois deles já na condição livre. Esses fatos corroboram nossa análise de que muitas dessas mulheres buscavam assegurar a liberdade dos seus filhos, para em seguida seguir atrás de suas próprias. Também podemos observar que a vida de Luzia foi feita de diversos relacionamentos, dado que este diagnóstico corrobora a nossa assertiva que Luiza contava na época com uma margem de autonomia significativa. Podendo inclusive se relacionar – pelo menos é o apresenta a documentação – com escravizados e/ou livres que não estavam classificados na lista de sua senhora Theodora Gomes Valladares. Também não podemos afirmar que todos esses arranjos foram muito bem articulados e pensados estrategicamente por Luiza. Independentemente de como esses arranjos foram pensados, percebemos que a partir dessas ações, escolhas e questões de caráter pessoal e local contribuíram para que Luiza conquistasse – mesmo que precariamente – a sua liberdade condicional. Também é bem possível que antes mesmo de sua liberdade condicional ela já gozava de certo grau de autonomia com sua senhora. Por outro lado, podemos também propor que a sua condição de escravizada condicional tenha consolidado sua autonomia e até mesmo tenha sido ampliada.

Além das questões discutidas, observamos um outro importante. Quem foram os responsáveis por solicitar informações sobre a escravizada Luiza? De outro modo, quais motivações e interesses tinham em solicitar ao cartório do município informações sobre a escravizada? Será que Luiza no ano de 1882 já teria cumprido a promessa indicada na carta de alforria – acompanhar sua senhora até o leito de sua morte – e por isso por intermédios de outros sujeitos pedira para visualizar sua situação jurídica? Todos esses apontamentos são pertinentes, no entanto, todos eles não terão um desfecho favorável, dado que não foi possível observarmos todas essas questões. Há muitas hipóteses e poucas respostas. Porém, podemos indicar que foram Bento e João – seus filhos – que solicitaram informações a Junta de Classificação em 1882. Neste sentido, para além das questões econômicas, seus filhos teriam mobilizados recursos, relações e solidariedades múltiplas. É bem possível que eles mesmo tenham ido até as próprias repartições e feito essas consultas. Uma cidade portuária como Paraty a circulação de informações, dos direitos dos escravizados conquistados e ações do movimento abolicionista na corte, pode ser um indicativo para que esta hipótese também esteja em disputa.

Nesta parte do texto não tínhamos o intuito de reconstruir nos mínimos detalhes a história de vida de Luiza. Esbarramos nas poucas documentações para este caso. Todavia, assinalamos no início deste subcapítulo que esta parte tinha o propósito de apresentar o mundo dos possíveis, e sobretudo, iniciar uma trajetória que pode ser muito bem analisada, destrinchada e observada com mais calma e atenção. Acredito que esta parte do texto é provocativa, mas também de apresentar curiosidades, inquietações com pequenos trechos da vida desses sujeitos. A partir deste momento se encerra a história de vida de Luiza, mulher preta, cativa de uma pequena senhora de escravizados de Paraty, mãe de quatro filhos, dois sendo livres e dois ainda presos ao cativeiro. Mulher que foi capaz de se relacionar e construir

relacionamentos com pessoas fora do domínio de sua senhora, quiçá com escravizados, forros e ou pessoas na condição de livres. A começar por essas experiências, defendemos a hipótese que Luiza também contava com certa margem de autonomia com Theodora Gomes, e sua atividade ocupacional de lavadeira, certamente possibilitava essas circulações. Outrossim, é viável que naquele dia 09 de janeiro de 1882, tenha chegado a hora de Luiza se libertar definitivamente, acaso sua senhora Valladares tenha falecido, por isso ela tenha mobilizado seus próximos para solicitar informações sobre os procedimentos de sua total liberdade. Por conseguinte, acredito que em momento oportuno esta história possa ser melhor contada, por ora nos cumpri apenas dizer que Luiza foi mulher do seu tempo, viveu, conviveu, manteve relações e libertou seus filhos Bento e João. Neste momento nos resta apenas ressaltar que sua vida foi feita de muitas estratégias, que certamente foram feitas e refeitas durante sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“JÁ RAIOU A LIBERDADE, A LIBERDADE JÁ RAIOU”

A nossa pesquisa teve como principal proposta investigar as diversas estratégias dos escravizados em torno da liberdade. Procuramos compreender como homens e mulheres do município de Paraty na segunda metade do século XIX buscaram estabelecer relações sociais e de solidariedades em busca da alforria. No primeiro momento da pesquisa apresentamos o cenário de possibilidades que esses cativos estavam inseridos, isto é, resgatamos questões como a econômica, o quadro demográfico e as atividades ocupacionais dos escravizados. Por este ângulo, percebemos que o município se estruturava basicamente a partir de uma economia de subsistência, voltada, sobretudo para o mercado interno. Além disso, identificamos que os principais produtos de exportação de Paraty eram basicamente o café e a produção de aguardente. Acerca deste último produto, assinalamos que mesmo após o fim do tráfico internacional de cativos, o gênero ainda continuou em crescimento, fator que certamente fomentou que proprietários de cativos mantivessem em partes suas posses.

Acerca do quadro demográfico chegamos à conclusão que durante todo o século XIX a relação entre livres e escravizados foi oscilando. Ademais, o número de pessoas na condição livre sempre foi superior as condições cativa. Acerca desses dados apresentamos a hipótese que o aumento da população livre em Paraty possa estar associado a alguns fatores, dentre eles destacam-se: as novas possibilidades abertas de trabalho para pessoas de condição livre que enxergavam no município uma nova oportunidade de vida, essas chances foram abertas em decorrência da importância portuária que a cidade desenvolvia, sendo um local de interligação entre as regiões de Minas Gerais e a província de São Paulo. Desta forma, a cidade abrigaria armazéns e outras estruturas de trabalho que atrairia sujeitos de outras regiões. É possível que o aumento de pessoas na condição jurídica de livre tenha sido também fomentada por outros fatores como: as alforrias. Por outro lado, no decorrer da segunda metade do século XIX indicamos que grande parte dos escravizados estava ainda em idade a exercerem suas atividades ocupacionais. Diante desta constatação, indicamos que talvez a taxa de natalidade do município possa superar a de outras regiões. Ademais, essa pode ter sido uma das estratégias realizadas por alguns proprietários de forma a manter parte de sua escravaria, ou seja, a partir da reprodução natural de crianças cativas, muitos senhores conseguiram manter a economia de Paraty funcionando. De outro modo não podemos esquecer que na segunda metade do século XIX em algumas regiões o trabalho livre foi compensado com a perda da mão de obra escravizada. Em Paraty não ocorreu grandes alterações no número absoluto de escravizados, no entanto, a participação dos livres nas atividades ocupacionais pode também ter sido utilizada.

Supomos também que este processo tenha ocorrido por toda região sul-fluminense. De acordo com Vasconcellos foi é possível visualizarmos que o quadro demográfico da região de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty oscilam de forma similar. Por outro lado, acreditamos também que ao mesmo tempo em que houve crescimento no número de pessoas de condição livre, também ocorreu em termos absolutos o número de cativos na região na primeira metade do século XIX. Este também pode estar associado às novas demandas da região, necessitando de mais braços escravizados para trabalhar nos pequenos cafezais e na produção de aguardente. Além disso, supomos que o crescimento do número de cativos possa estar vinculado às discussões em torno do fim do tráfico internacional de cativos de 1850. A realização desta lei pode ter estimulado alguns poucos senhores de Paraty a se anteciparem a compra de escravizados, fazendo com que o número de sujeitos tenha um pequeno aumento entre 1840 e 1850.

Além disso, procuramos apresentar na segunda metade do século XIX as atividades ocupacionais dos cativos. Constatamos que mais da metade da mão de obra escravizada em Paraty estava concentrada na lavoura, outros desempenhavam funções variadas. É viável que esses sujeitos trabalhavam nas mais diversas funções, não apenas limitando aquelas descritas na listagem de classificações para 1873 e 1876. Eles labutavam nos armazéns, nos secos e molhados, nas repartições públicas, na produção de aguardente, na colheita do café, na agricultura e em outras atribuições que lhes eram designadas. Esta mostra foi importante na medida em que confirmou nossas hipóteses para que a atividade econômica do município estivesse direcionada essencialmente para produção agrícola. Mas que outras receitas também contribuíram para o desenvolvimento e manutenção do município após o fim da atividade mineradora e expansão da indústria férrea. Este último fator certamente impactou as relações de Paraty como restante da capitania, uma vez que por terra a viagem era mais segura e mais rápida.

No capítulo dois da pesquisa procuramos apresentar diversos assuntos. Dentre eles destacamos: a importância do fundo de emancipação, a realização das matrículas, a formação das juntas de classificação, as alíquotas de distribuição, as liberdades através do fundo de emancipação e algumas possíveis estratégias realizadas pelos escravizados para melhorar sua classificação pelo fundo e com isso alcançar a alforria através deste mecanismo. Constatamos que a realização das matrículas em Paraty não teve grandes dificuldades, para atestar este fato partimos de alguns pressupostos: a data do envio do livro pela corte para o município e o início das inscrições dos escravizados classificados, ou seja, entre o envio do livro e o início do preenchimento dos nomes sujeitos a diferença foi mínima. Também observamos a distribuição das alíquotas por província e por municípios, neste caso conseguimos identificar o valor médio das alforrias por quota e no período de funcionamento do fundo de emancipação. Nesta parte visualizamos que a média dos valores das alforrias entre a primeira e quinta alíquota no município de Paraty foi de 750\$112 réis, valor maior que Mangaratiba, e menor que Angra dos Reis.

Não menos importante constatamos alguns apontamentos historiográficos acerca da importância ou não do fundo de emancipação. Diante disto, apresentamos as análises que compreenderam durante muitos anos o fundo como uma ferramenta ineficaz, que teve pouca funcionalidade para o processo de emancipação no país. Por outro lado, salientamos que a função do fundo não era em si libertar uma grande quantidade de cativo, pensar a partir deste pressuposto seria negar o próprio processo de emancipação, ou seja, o desenvolvimento da abolição no Brasil não deveria em hipótese alguma ser realizado de forma brusca e imediata. Neste sentido, apresentamos que ele cumpriu seu papel como uma ferramenta que tinha como objetivo libertar um número muito reduzido de escravizados. Por outro lado, constatamos que muitos escravizados depositavam no fundo suas esperanças em torno da liberdade. Neste caso, constatamos o caso de uma escravizada que acumulou determinado

pecúlio e entregou para seu senhor como uma forma de melhorar sua classificação e obter em seguida a liberdade. Neste sentido, o fundo foi uma das estratégias utilizadas pelos escravizados para alcançar a liberdade. Infelizmente o IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty) estava em processo de organização das documentações, catalogando as caixas e separando as fontes. Além disso, a pandemia de COVID-19 não contribuiu para que fosse possível localizarmos outros dados que atestem nossa informação. Além disso, outros pequenos indícios nos indicam que a entrega do pecúlio e as solicitações de informações acerca de casamentos de escravizados no ano das distribuições das alíquotas pode ser um é um indicativo que muitos desses sujeitos enxergavam o fundo de emancipação como uma ferramenta a mais na luta e conquista pelas suas liberdades.

Por último, analisamos a liberdade nas mãos da justiça e as alforrias na pia batismal. Verificamos a história do cativo João Pacheco, que tinha como obrigação servir ao genro de seu antigo senhor por um prazo de oito anos. Ao findar deste período, João deveria ser livre sem qualquer ônus e obrigação. Todavia, ao que parece o ex-cativo procurou assegurar sua liberdade através do ingresso de uma ação judicial de manutenção de liberdade. Tudo indica que João Pacheco vivia em um mundo de incertezas, tanto a morte do seu antigo senhor, quanto do legatário gerou um sentimento de dúvidas na vida de João Pacheco. Talvez o medo de reescravização pairasse sobre alguns cativos, provável que ele tenha conhecimento de outros sujeitos que passaram pela mesma situação ou até mesmo que outros herdeiros já tramavam contra sua liberdade. Por isso, recorreu à justiça para sua alforria não fosse questionada, e assim o foi, uma vez que o juiz deu causa ganha para suas pretensões.

Seguindo as amarras da justiça, mas sem ter o final do processo, identificamos um outro caso que foi parar no judiciário. É a história de um conjunto de cativos que – não se sabe como, pois o processo não relata – descobriu-se que o senhor em seu testamento concedia a liberdade aos seus 29 escravizados. Diante desta informação muitos escravizados se rebelaram, tornaram-se desobedientes, abandonando inclusive seus postos de trabalho, e segundo a concepção senhorial, foram ingratos. Por trás de tal recusa, havia um senhor com muitas dívidas, e que para não pagá-las enxergou nas alforrias testamentária talvez uma oportunidade de não cumprir com suas obrigações. Por outro lado, havia um conjunto de 29 cativos que por algum motivo específico enxergou na promessa de liberdade um caminho mais curto para alcançar a sua liberdade. Além disso, identificamos que o senhor já estava em idade avançada, e que a rebeldia, o abandono e ingratidão podem ter sido uma estratégia para acelerar a liberdade que estava próxima devida as condições físicas e financeira do proprietário.

Na parte dois do terceiro capítulo visualizamos as alforrias na pia batismal. Ante a alforria, conseguimos constatar a importância das fontes paroquias, as possibilidades abertas a partir desta documentação. Além disso, percebemos a relevância do batismo como a porta de entrada para a comunidade cristã, mas não somente isso, o primeiro sacramento abriu possibilidades de estabelecer novas relações sociais. Também indicamos a importância dos padrinhos e madrinhas, além da própria função espiritual, ou seja, encaminhar o neófito para o catolicismo. Foi possível constatar também que a função material, o cuidado e a proteção eram responsabilidades desses sujeitos que exerciam a função de co-paternidade. Observamos também que não existia um único requisito para a escolha desses sujeitos, e que não há nada que prove para o município de Paraty que os cativos tinham seus padrinhos e madrinhas escolhidos por seus senhores e senhoras. As escolhas muitas vezes era estabelecida pela proximidade, afinidade, relação social e outros atributos. De qualquer forma, sinalizamos que grande parte desses padrinhos e madrinhas eram de condição livre, a partir disso constatamos que ao indicar um sujeito de condição livre, as mães dessas crianças desejavam que esses pais espirituais exercem algum tipo de influência material e de proteção sobre seus filhos (as) recém alforriados.

Além disso, não constatamos para o município de Paraty nenhum livro de assento de batismo para crianças de condição cativa. Toda criança que ultrapassava a fronteira entre liberdade e escravidão tinham seus nomes inseridos no livro de libertos. Por sua vez, também identificamos a mãe desses sujeitos ainda estavam na condição cativa. Das 31 alforrias na pia batismal entre 1861 e 1871, constatamos apenas dois casos em que as mães das crianças encontravam-se na condição de livre condicional. Acerca da origem dessas mães, percebemos que a mulher nascida no Brasil tinha mais chances de alcançar a liberdade para seus filhos do que as mães de origem africana. Todavia, identificamos que a quantidade de mulheres crioulas e pardas, era superior ao quantitativo dessas mulheres, e certamente isso refletia nesse aumento entre a origem dessas mulheres que conquistavam as alforrias para seus filhos (as). Ademais, visualizamos que os meninos foram predominantes nas liberdades na pia batismal. No entanto, não conseguimos visualizar nenhum indicativo que aponte o que teria interferido nessas escolhas. Nas alforrias na pia batismal entre 1811 e 1822, Kiernan sinalizou o contrário, ou seja, que as meninas teriam mais chances de alcançar a liberdade do que os meninos. Acerca deste debate, sinalizamos duas hipóteses: a primeira que essas liberdades poderiam muito bem estar relacionada ao tipo de relação que essas mulheres estabeleciam com seus senhores, a segunda pode estar vinculada ao fim do tráfico internacional de cativos em 1850, isto é, provavelmente os senhores de Paraty enxergavam nessas crianças uma forma de assegurar suas posses a partir da reprodução natural dessas crianças do sexo feminino. Portanto, alforriar menos as meninas na pia batismal possa ser uma das estratégias desenvolvida por esses proprietários. Esta é apenas uma hipótese que não tem até o presente momento não temos como comprovar.

Já na última parte do capítulo três acompanhamos – superficialmente – a história da cativa Luiza. Ela era mãe de quatro crianças, duas já na condição de livres e as demais ainda presas no cativeiro. A primeira informação que temos desta cativa foi uma correspondência entre o cartório único de Paraty e a Junta de Classificadora de escravos. Nesta documentação constatamos que seus dois filhos, Bento e João, foram os responsáveis por entregar no ano de 1867 uma certa quantia a Theodora Gomes Valladares, para “transformar” a condição de sua mãe, ou seja, de cativa, Luiza, agora seria uma escravizada condicional. Ela deveria trabalhar para a sua senhora até o falecimento da mesma. A data da documentação foi de janeiro de 1882, ou seja, se seus filhos doaram para senhora de sua mãe o pecúlio no ano de 1867, percebemos que no mínimo, Luiza, ficara esperando por sua liberdade durante 15 anos. Talvez a correspondência possa ser indicativo que sua senhora falecera e a condição estava sanada, e desta forma a mãe de Bento, João, Domingos e Benedita poderia enfim gozar de sua liberdade sem ônus algum.

Indicamos também uma outra característica de Luiza. Neste caso, abrimos a hipótese de esta escravizada ao longo do período em que esteve vivendo no cativeiro teve outros relacionamentos. Por ora não acreditamos que os quatro filhos de Luiza eram frutos do mesmo casamento. O que levaria a crer que a mesma estivesse em uma relação bastante duradoura por sinal. Não corrobora para esta hipótese diversas situações, dentre elas podemos destacar; a pequena posse de sua senhora e a dificuldade intrínseca do próprio sistema escravista voltado para o mercado interno em manter essas relações entre os cativos por um período demasiadamente longo. De qualquer forma, o que mais chamou a atenção neste caso foi a proximidade entre escravidão e liberdade, a participação de seus filhos na sua liberdade e a própria curiosidade em saber quais eram os interesses e motivações que levaram o cartório único do município de Paraty solicitar informações sobre a escravizada condicional Luiza. Além disso, interpretamos como esses relacionamentos possivelmente foram importantes para construção de sua rede de apoio, na manutenção das relações fora do domínio senhorial e como essas relações foram criando oportunidades de ganho para a própria escravizada. Não foi uma tentativa de reconstituir os mínimos detalhes da vida de Luiza, nosso intuito nesta

parte foi abrir o mundo de possibilidades para essa escravizada, e como ela a partir de suas limitações conseguiu articular a liberdade de seus dois primeiros filhos. Assim, o propósito foi iniciar breves considerações sobre sua vida e pensar maneiras como algumas dessas mulheres se articulavam em torno da liberdade maternal.

O que podemos concluir com as questões que apresentamos acima? Acreditamos que esses escravizados do município de Paraty utilizaram de diversas estratégias para conquistar a liberdade. Por mais que nossas estratégias não estavam em campos tão explícitos ao leitor, acredito que em partes este objetivo tenha sido concluído. Seja através do fundo de emancipação, acumulando pecúlio e melhorando sua classificação na listagem ou até mesmo casando para serem inseridos na lista. Para a presente análise, o casamento não apenas exercia a função afetiva, ele certamente ampliava e criava uma autonomia dentro do próprio cativeiro, isso contribuía para que esses sujeitos conquistassem futuramente a tão sonhada liberdade. Além disso, o caminho da justiça também foi uma estratégia utilizada por João Pacheco para que sua liberdade não fosse questionada, e assim o foi, uma vez que o juiz assegurou que João era um homem livre, já que sua condição estava sanada com a morte de legatário. Por fim, percebemos a partir do caso de Luiza, que as mães escravizadas preocupavam-se em primeiro libertar suas crias, aproveitando muitas vezes das relações estabelecidas com seus senhores e senhoras. Neste caso, entendemos que libertar seus filhos (as) poderia tranquilizar essas mães, para que, em seguida elas pudessem caminhar o mesmo caminho. Este é o caso de Bento e João – filhos de Luiza – que podem ter sido libertados na pia batismal, independente disto ter acontecido e a forma como se deus, ter um filho livre certamente fazia com que esses sujeitos buscassem ajuda, estabelecessem novas relações e pudessem ajudar sua mãe a sair do cativeiro.

Nos casos aqui relatados, nem sempre a liberdade raiou, não sabemos se os escravizados “ingratos” conseguiram fugir ou tiveram sucesso nas suas alforrias. Por outro lado, para João Pacheco tudo indica que sim, para Florinda, escrava de João Pereira Madruga, que depositou pecúlio para melhorar sua classificação talvez ela tenha raiado algum dia. Ademais, para muitas crianças durante os dez anos analisados a liberdade certamente raiou, e mãe dessas crianças foram sem dúvidas as heroínas da liberdade de suas filhos(as). De qualquer forma, essas liberdades vivenciadas por alguns desses sujeitos eram precárias, transitórias, inseguras, cheia de incertezas, desafios, medos, angustias. Ser reescravizado era o medo de muitos libertos e livres negros e pardos no Brasil do século XIX. Talvez por isso muitos dessas pessoas recorressem a situações que pudessem de alguma forma acelerar e consolidar suas liberdades. Assim, muitos recorreram a padrinhos de condição livre, a liberdade pelo fundo de emancipação e também a justiça como forma de endossar suas liberdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

- ALBURQUERQUE, Wlamyra . O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX. Salvador, Editora: EDUFBA, 2012.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2009.
- AMARAL, Sharyse Piroupo. Um pé calçado, outro no chão. Liberdade e escravidão em Sergipe; Cotinguiba, 1860-1900. Salvador. Bahia. Editora: Diário Oficial, 2012.
- AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2010.
- BARROS, José D' Assunção. O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2015.
- BETHEL, Leslie.; CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os Abolicionistas britânicos: correspondência 1880-1905. Editora: Topbooks, Rio de Janeiro, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2003.
- COWLING, Camillia. Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- COTRIM, Cássio Ramiro Mohallem. Villa de Paraty. Rio de Janeiro, RJ: Editora: Capivara, 2012.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala a colônia. São Paulo. 5. ed. São Paulo: Unesp, 2010.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Paraná: Editora: Appris, 2020.
- FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910), Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2014.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CHALHOUB, Sidney Machado de Assis, historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista.

São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERNANDES, Florestan. integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus Edusp, 1965.

FILHO &LIBBY. As Diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João Del Rei, séculos XVIII – XIX.

GINBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo. Editora: Companhia de Bolso, 2006.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo. Editora: Unesp, 2017.

GRINBERG, Keila. Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helene Pereira Toledo. Crime e Escravidão. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil. 1.ed. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, Século XIX. Campinas, São Paulo, Editora: Unicamp, 2020.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI – XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2016.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

KLINK, Amyr. Paratii: Entre dois polos. São Paulo, SP. Editora: Companhia das Letras, 1992.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemont do século XVII. Rio de Janeiro. Editora: Civilização brasileira, 2000.

PAIVA, Eduardo França. Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Escritos da liberdade: Leteratos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Impressa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora: Selo Negro, 2010.

PINTO, Nathalia Garcia. Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese de doutorado. UFRGS, 2018.

SANTOS. Ynaê Lopes. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2017.

SCOTT, Rebecca J; HEBRARD, Jean M. Provas da liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Marina de Mello. Paraty a cidade e as festas. Rio de Janeiro, RJ. Editora: Ouro sobre azul, 2008

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, SP. Editora: Unicamp, 2019.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 1998.

ARTIGOS, DISSERTAÇÃO & TESES

ASSIS, Cátia Costa Louzada. Fundo de Emancipação e famílias escravas: o município neutro na lei de 1871. Dissertação de mestrado apresentada através do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. In: Varia História, v. 31. UFMG, 2004

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. Revista de Humanidades. Rio Grande do Norte, v. 11, nº 28, p. 31-46. ago/dez, 2010. Disponível em: www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme. Acesso em: 08 jun. 2022.

COSTA, Ana Paula Pereira. Mobilidade, compadrio e clientela no Antigo Regime: interações entre escravas, forras, e elites na Comarca de Vila Rica, século XVIII. Anos 90, Porto Alegre, v. 26. 2019.

COSTA, Iraci Del Nero; NOZOE, Hideiki Nelson. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no Alvorecer do século XIX. Est. Eco. São Paulo, Vol. 19, nº 02, p. 319-345, maio-ago. 1989.

COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, W. Robert; SCHWARTZ, B. Stuart. A Família escrava em

Lorena (1801). Est. Eco. São Paulo, v. 17, nº 02, p. 245-295, maio-ago. 1987.

CUNHA, Maisa Faleiros da. A legitimidade entre os cativos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, século XIX. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu

DAUWE, Fabiano. A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-graduação em História. 2004.

DIAS, Silvania Oliveira. As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto. 2010.

EISENBERG, Peter. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". In: ___, Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.

FERREIRA, Celeste Silva: Entre Escolhidos e Classificadores: Apontamentos a aplicação da Lei de 1871 no Maranhão (1871-1888). Dissertação de mestrado UFMA.

FERREIRA, Robert, Guedes. Censos e Classificações de Cor em Porto Feliz. (São Paulo, Século XIX). 3º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional.

FERREIRA, Roberto Guedes (2005). Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social.

FERRAZ, Lizandra Meyer. Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. 2. Ed., Trad. Mariano Ferreia. Patrópolis: Vozes, 2011. SILVA, Alan Camargo; LUDORF, Sílvia Maria Agatti. Pensar a prática. Goiana, v15, nº 4, p. 821-1113, out/dez. 2012.

GRINBERG, Keila. Re-escravização, revogação da alforria e direito no século XIX. ANPUH-XXXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

KARASCH, Mary C. "Slave Women on the Brazilian Frontier in the Nineteenth Century". In: GASPAR, David B.; HINE, Darlene C. (eds.). More than Chattel: black women and slavery in the Americas. Indiana University Press, 1996.

KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpos documental. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

KIERNAN, James Patrick. A Alforria de escravos no Brasil Colonial: Paraty, 1789-1822. Tese de Doutorado pelo Departamento de História, da Graduate School of Arts and Sciences. New

York, outubro de 1976.

LENIRA, Lima Costa. A Lei do ventre livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888. Dissertação de mestrado através do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Resgate, Campinas*, v. 2, n. 1, p. 26-34, 1991.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do comadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVII para o XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 449-77. 2006

MORENO, Breno Aparecido Servidone. Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860. Dissertação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, USP, 2013.

MARIANO, Delsa de Fáyima dos Santos. Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em Diamantina (1850-1871). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2015

MOTTA, José Flávio. Estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro – Bananal, 1801-1829. Tese de Doutorado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, fevereiro de 1990.

NACIF, Paulo Cezar Miranda. Diante da Pia Batismal: As alianças de comadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação de mestrado, UFF, 2014.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. In: *Varia História*, v. 31. UFMG, 2004.

NETO Álvaro de Souza Gomes. O fundo de emancipação de escravos: funcionamento e resultados no termo de Lages, Santa Catarina. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforria de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Resgate, Campinas*, v. 2, n. 1, p. 26-34, 1991.

OLIVEIRA, Priscilla Santos. Um escrito de liberdade. Sociedade, discursos e sobrevivência jurídicas nas cartas de alforrias fluminenses. Dissertação de mestrado pelo Departamento de História Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2012

SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL.

SILVA, Cristiano Lima da Silva. Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João Del Rei 1750 – 1850.

SOARES, Marcio de Souza. A remissão do cativeiro. Alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacazes, c. 1750 – c. 1830. Tese de mestrado, UFF, 2006.

PETIZ, Simei Sant'ana. Caminhos cruzados: Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese de doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Programa de Pós-graduação em História. 2009.

NETO, José Pereira de Santana. Alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia 1871-1888. Dissertação de mestrado. UFBA, 2012.

PEZZINO, Giovanna Frada. As ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850-1888): experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2021

PICHELI, Talison Mendes. Sob os santos óleos, a conquista da liberdade: Alforrias de pia batismal e seus agentes históricos em Campinas, 1774-1871. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2021.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, n. 31, jan. 2004.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org). Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpo documental.

SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Pelos Caminhos da Liberdade. Alforrias no Rio de Janeiro Imperial (1840-1888). Tese de Doutorado pelo Departamento de História Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Wellington José Gomes, Dissertação de mestrado: A Liberdade requer limites: Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL.

SILVA, Cristiano Lima da Silva. Entre batismos, testamentos e cartas: As alforrias e as dinâmicas de mestiçagens em São João del Rei 1750 – 1850.

SOARES, Márcio de Souza. O fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750 e 1830. ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SOUZA, Flávia Fernandes. Criados, escravos e empregados. O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2017.

SCHWARTZ, B, Stuart. A Família escrava em Lorena (1801). *Est. Eco.* São Paulo, v. 17, nº 02, p. 245-295, maio-ago. 1987.

TAPAJÓS, Verônica Maria Nascimento. As cartas de alforria da Cidade do Rio de Janeiro; diversidades e peculiaridades nas relações de poder senhorial nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de mestrado pelo Departamento de História. UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. (1874 – tempo presente. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2013.

VASCONCELOS, Márcia Cristina Roma. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Bruna Mayla Belarmino; SANTOS, Hugo Leonardo Rodrigues. Justiça e escravidão na terra de zumbi: As ações de liberdade no judiciário alagoano (1860-1888). Revista Científica do UniRios 2020. 1. Ed. 124.

FONTES PRIMÁRIAS

Relatórios dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro, dos anos de 1882, 1883, 1884 e 1885. APERJ, Rio de Janeiro, RJ.

Caixa 30, Livro de Classificação de escravizados o município de Paraty. Anos: 1873, 1874, 1875 & 1876. Localizado no IHAP (Instituto Histórico e Artístico de Paraty).

Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty. Séculos XVII, XIX e XX, Volume 2. Org; Maria José S. Rameck e Diuner Mello. (documento avulsos – correspondências).

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Código Filipino: ou ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado del-rei D. Philippe I. 4 vol. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). Encyclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957-1964. p.355 v.22: Municípios do Estado do Rio de Janeiro Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 15 mar 2022

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol. 79. Senado Federal, 1853. Liv I, Tit. X.

DECRETOS E LEIS

BRASIL. Decreto 4.835 de 1 de dezembro de 1871. Aprova o Regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>. Acesso: 10 dez 2022.

BRASIL. Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Aprova o Regulamento para a execução da lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>. Acesso em: 10 de 2022.

BRASIL. Lei nº 04 de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos

os escravos, que mataram, ferirem ou cometerem outra qualquer ofensa física contra seus senhores etc. e estabelece regras para o processo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm. Acesso em: 08 nov 2021.

BRASIL. Decreto 1. 695 de 15 de setembro de 1869. Proibiu as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>. Acesso em: 15 ago 2021.

BRASIL, Decreto 6.341 de 20 de setembro de 1876. Altera algumas disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6341-20-setembro-1876-549617-publicacaooriginal-65105-pe.html>. Acesso em: 10 jun 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 1872. Vol. 10. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 15 maio 2021

ARQUIVO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Juizo Municipal: Escravos: Manutenção de liberdade da Cidade de Paraty. PACHECO, João, ano: 1864. Século XIX. (documento selecionado) Disponível somente mediante consulta física.

Juizo Municipal: Escravos: Revogação de liberdade da Cidade de Paraty. SANTOS, Manoel de Oliveira; PEIXOTO Hermenegildo Almeida, ano: 1865. Século XIX. (documento selecionado) Disponível somente mediante consulta física. Caixa: 891, Registro: 007791. Cód: 8582

PROJETO FAMILY SEARCH

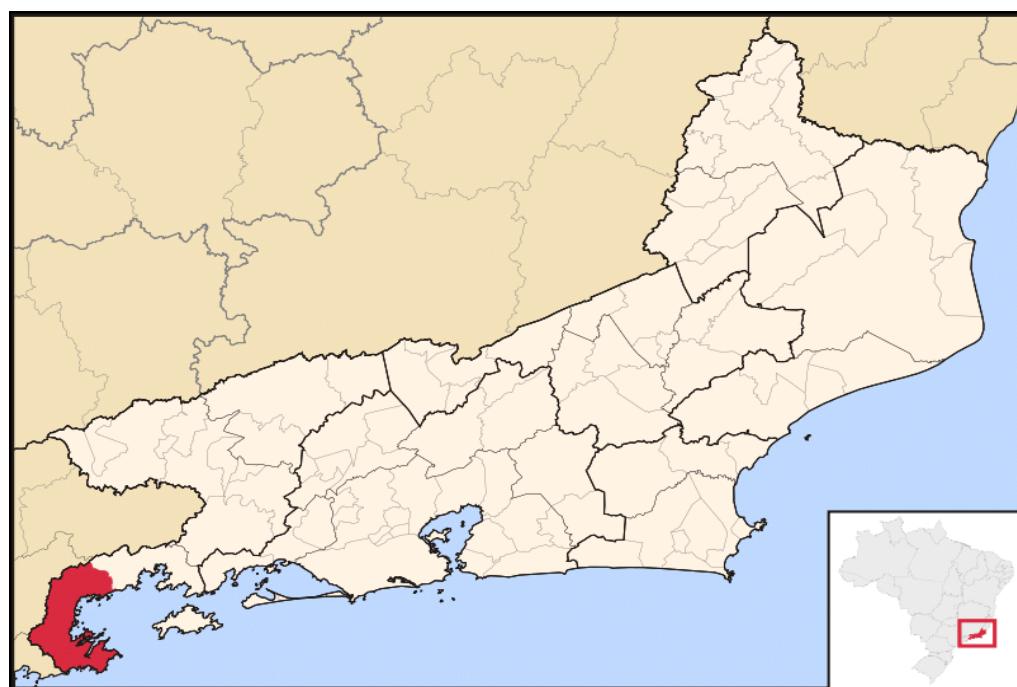
Índices de batismos da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, 1616-1980. Paraty, Rio de. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/image/index?owc=M6ZG-Y6D%3A131776301%2C131776302%3Fcc%3D1719212>. Acesso em: 15 ago 2021.

ANEXOS

A - MAPAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/mapa-rio-e-BRs2-2-1024x758.png>. Acesso em: 11/11/2022.



Fonte:www.researchgate.net/profile/Carolina-Dutra-DeAraujo/publication/329811096/figure/fig1/AS:705944153497602@1545321610354/Figura-1-Mapa-do-municipio-de-Paraty.